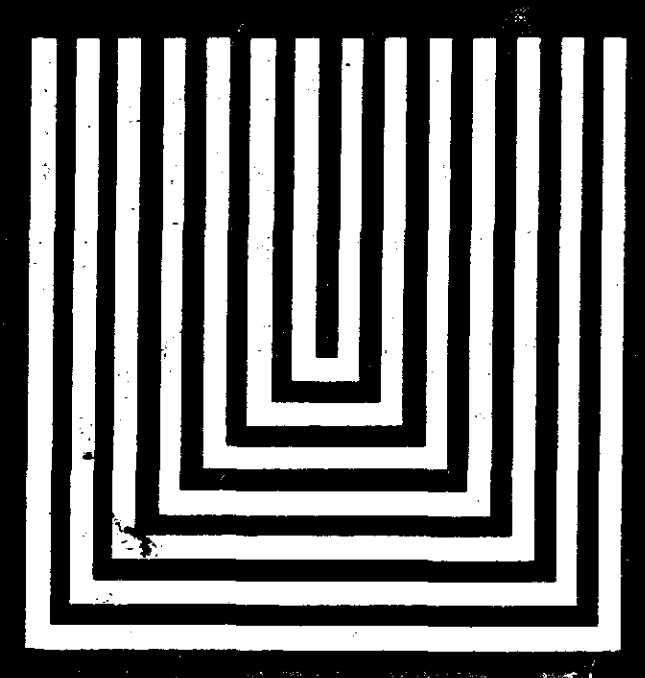
Volume 1

escritos políticos

Antonio Gramsci



colecção universidade livre



seara nova

Tradução de
Manuel Simões

Capa de
Acácio Santos

Maqueta de
Lucília Louro

Antonio Gramsci

escritos políticos



SEARA NOVA
1976

volumes publicados

1 — *Estilística da Língua Portuguesa*
por Rodrigues Lapa

2 — *Marx/Engels*
por Jean Bruhat

3 — *O Modo de Produção Asiático*
C. E. R. M.

4 — *Camponeses, Sans-Culottes e Jacobinos*
por Albert Soboul

5 — *Condições Actuais do Humanismo*
por *Hector Agosti*

6 — *Escritos Políticos — I*
por Antonio Gramsci

colecção universidade livre

NOTA PRÉVIA

Na tradução que agora se apresenta, tivemos o cuidado de respeitar, tanto quanto possível, a prosa nada fácil de Gramsci (é conhecida a sua tese de obrigar o leitor a um esforço de leitura), os seus períodos dilacerados pela necessidade de exposição do rigor ideológico, o seu «estilo», o que equivale a dizer que procurámos respeitar o homem e o pensador.

Se se considerar, além disso, que estes textos correspondem à juventude do autor (o primeiro dos quais, com efeito, escrito aos 19 anos) e se se tiver presente que correspondem a um momento de pesquisa não só ideológica como linguística, teremos um quadro de condicionalismos que a prosa de Gramsci não deixará de reflectir, tornando-se mais «fluída» à medida que o seu autor avança para a maturidade. (N. do T.)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Pretendemos com esta antologia — que voltamos a apresentar depois de uma afortunada primeira edição — oferecer um panorama vastíssimo dos *Escritos Políticos,* procurando não omitir nenhum dos que forneçam elementos essenciais do pensamento teórico e da experiência real de Antonio Gramsci. O leitor poderá ver, desde os primeiros artigos do *Grido del Popolo* de 1914-1918 até às últimas ligações políticas havidas entre 1925 e 1926 com os órgãos dirigentes do P. C. I., de que se tornara secretário-geral, o desenrolar da actividade e da elaboração deste grande marxista italiano, ao longo de um decénio (um decénio crucial da história da Itália, desde a Primeira Guerra Mundial até à instauração plena do regime fascista).

Procurou-se mostrar, seguindo uma ordem estritamente cronológica, uma das peculiaridades essenciais da personalidade de Gramsci político: a fusão ou, pelo menos, a relação estreita entre a produção teórico-política e uma actividade jornalística de organizador, de prapagandista, de suscitador de cultura proletária. É isto que ressalta da evolução, no período de 1916-1918, das notas de costumes de «Sotto la Mole», no *Avanti!* piemontês, e dos escritos comprometidos do *Grido del Popolo* a propósito de questões do momento, da revolução russa, das vicissitudes da luta da classe operária de Turim, do debate em curso nas fileiras do Partido Socialista. Ainda mais eficazmente, uma lição

de método e um desenvolvimento do pensamento que se alimenta da experiência do movimento medem-se nos escritos aqui amplamente documentados do «biénio vermelho» de 1919-1920: artigos comentando a situação italiana e internacional, crónicas da vida e dos problemas do *Ordine Nuovo* e procura de novos instrumentos, de novas instituições da classe operária, comparáveis às dos «sovietes» russos, nos editoriais dedicados ao tema dos conselhos de fábrica. Assim, um dos momentos mais altos e mais originais da teoria política de Gramsci reflecte-se em toda a sua amplitude. Uma criação, uma crítica, uma polémica, que têm o seu ponto máximo na batalha para a fundação de um partido comunista em Itália.

O volume recolhe, depois, os escritos de 1921-1922, redigidos na situação incandescente da guerra civil, onde os temas dominantes são os dos modos, das forças e das perspectivas de luta contra o fascismo e o das escolhas fundamentais do movimento operário (noutros termos, os das relações com o Partido Socialista, a sua tradição, os seus sinais ideológicos). É aqui que encontra uma verificação o processo de distinção do reformismo e do maximalismo que se tinha iniciado em 1919. Os escritos de 1921-1922 devem ser considerados e lidos noutra perspectiva, tendo presente tudo o que caracteriza a posição pessoal de Gramsci, ainda não chefe do Partido, em relação à posição oficial do Executivo, dirigido por Amadeo Bordiga, a propósito das previsões, da táctica, da própria concepção da natureza do Partido e das suas funções.

Com a segunda metade de 1922, abre-se para Gramsci o período da permanência em Moscovo e depois em Viena até Maio de 1924. É um período de grande importância na sua experiência política que lhe permite reflectir sobre o «primeiro tempo» atravessado pelo P. C. I., observar problemas e perspectivas com um horizonte mais vasto. É o tempo da correspondência com Togliatti, Terracini, Scoccimarro, Leonetti, etc., que Togliatti publicou depois no volume *La Formazione del Gruppo Dirigente del PCI* (Editori Riuniti, Roma, 1962). Os frutos desta maturação colhem-se em 1924, com o regresso de Gramsci à Itália, e reflectem-se nos escritos

do triénio 1924-1926. Deles publicamos os textos mais importantes e significativos, que não são apenas intervenções jornalísticas mas, quase sempre, documentos de orientação e de direcção que exprimem o trabalho de Gramsci como dirigente do Partido (relatórios, propostas aos outros grupos políticos antifascistas, plataforma programática).

Eles podem dar uma imagem eficaz quer do pensamento político quer das orientações da acção de Gramsci num período crucial. O leitor que pretenda, porém, documentar-se mais amplamente sobre o trabalho quotidiano de direcção, sobre a presença escrupulosa de Gramsci na arena nacional e no intenso debate interno do P. C. I., deve consultar o volume das *Obras, La Costruzione del Partido Comunista* (Turim, 1971), que apresenta um panorama completo. Dizemos desde já, entretanto, que a própria publicação daquele volume deveria contribuir — ou melhor, deveria ter contribuído, o que de facto não sucedeu — para afastar a falsa imagem de um Gramsci puro elaborador, mais teórico do que dirigente efectivo de partido. De 1924 a 1926 Gramsci empenhou-se em primeira pessoa na batalha parlamentar e de massa, na organização das células comunistas nos locais de trabalho, numa polémica — também feroz — contra o «bordiguismo», na qual lança o peso de toda a concepção bolchevista do «centralismo democrático», acompanhando os esclarecimentos de linha com uma acção constante destinada a chamar a si a grande maioria dos quadros e dos militantes. Uma luta política, ideal, uma visão das funções do partido e a individualização das forças motoras da revolução italiana que desaguam nas *Teses de Lyon*, o documento que Gramsci, com a colaboração principal de Togliatti mas também de todo o núcleo dirigente, apresenta ao III Congresso do Partido, em 1926, e cujo texto achámos útil publicar em *Apêndice*. Porque o leitor tem agora à disposição uma edição económica de *Quaderni del carcere*, pareceu-nos, pelo contrário, supérfluo fornecer — como se tinha feito para a primeira edição da presente antologia de *Escritos Políticos* — algumas notas dos *Quaderni*, ainda que a referência ao seu conteúdo seja conservada neste discurso introdutivo. Assim sumariamente delineada a com-

posição da antologia, é oportuno entrarmos nos temas que mais alimentam o debate e a crítica sobre Gramsci.

A maior parte das contribuições para a discussão do pensamento político de Gramsci vêm do momento da publicação dos seus escritos no *Ordine Nuovo,* 1919-1920. Eles foram depois diversamente solicitados e influenciados pelo próprio debate político, sobretudo depois de 1956.

Movemo-nos no confronto entre a teoria política dos conselhos, ou melhor, do Estado, que Gramsci ia elaborando e construindo no vivo da luta do «biénio vermelho», e o corpo da teoria leninista sobre o Estado e revolução, sobre o partido, sobre a estratégia do poder operário, expressa nos escritos e na praxis. Não se viu ainda resolvida uma série de implicações filológicas (seria de controlar minuciosamente quanto e como Gramsci possuía e conhecia da obra de Lenine, de 1917 a 1921, e quanto aprofundava e completava tal estudo no seu período moscovita, de 1922-1923), cuja importância atraiu a atenção, em primeiro lugar, de Palmiro Togliatti [1]. A questão aberta não impede, porém, que se vejam delinear os momentos de concordância, de influência e de diferenciação. No primeiro período, o de 1919-1920 (que é também, em sentido lato, o período dos «conselhos» de toda a frente operária e revolucionária da Europa, da Rússia à Inglaterra), Gramsci retém de leninismo, em primeiro lugar, a indicação — exaltando-a enormemente — de que não se tratará apenas de substituir, com a tomada do poder, a máquina do Estado burguês por uma máquina nova, mas que as engrenagens desta nova máquina devem estar já construídas *antes* da tomada do poder. Por outras palavras, o momento *construtivo* da acção revolucionária, que não é parte secundária da teoria leninista do poder, é assimilado por Gramsci perfeitamente, e só por ele, no movimento operário italiano e provavelmente europeu [2].

(1) Palmiro Togliatti, «Il leninismo nel pensiero e nell'azione di Gramsci (Appunti)», relatório apresentado ao Convénio de Roma de 11-13 de Janeiro de 1958, in *Studi gramsciani*, Roma, 1958, pp. 19-21.

Existe uma relação estreita entre esta conquista conceitual e a experimentação prática do movimento dos conselhos de Turim e a rápida apropriação, por parte de Gramsci, da inspiração leninista sobre um outro ponto essencial. Estamos já, em 1917-1920, perante a assimilação orgânica e criativa do problema das *alianças de classe*? Apenas em termos muito gerais, esquematicamente forçado, ainda que, retomando a discussão do tema em 1926, quando escreve o famoso ensaio sobre a questão meridional, o próprio Gramsci reproponha e reivindique as formulações essenciais do *Ordine Nuovo* a propósito da aliança entre operários e camponeses. É de facto verdade que em 1919-1920 se começa a colher o traço característico da sucessiva indicação estratégica e táctica, mas mais como arco de interesses, como colocação de método, como atitude mental, como modo de entender os termos da regra do jogo do que como expressão e instrumentação política. Desde aquele momento, Gramsci tem a tendência — que se tornará mais evidente a seguir — de conduzir constantemente às suas dimensões sociais, de procurar aclarar as dimensões sociais os termos de uma batalha de *vértices*, a direcção deste ou daquele partido, os alinhamentos e as contraposições parlamentares (que segue frequentemente com um certo enfado).

Atender ao essencial, ao fundo das antíteses em jogo, considerar as porporções de massa dos fenómenos e deter-se essencialmente neles: eis o traço distintivo do primeiro Gramsci político e que o tornará não só receptivo mas criativo no esforço posterior de *traduzir* em termos gerais a própria essência da estratégia (e do marxismo) de Lenine: a aliança entre operários e camponeses pobres como premissa e como base para a instauração do novo poder; a frente única como expressão orgânica das *forças motoras* da revolução.

Mas avançando nesta perlustração, depressa nos damos conta como não pode conduzir muito longe uma

(2) Cf. Lenine, *As Funções do Proletariado na Nossa Revolução* (1917).

exegese que se fundamente apenas numa relação teórica e tenda a discernir apenas quanto existe de Lenine em Gramsci, quanto de original, quanto tomado por empréstimo de outros pensadores. Gramsci procura, opera, move-se, num período de extrema crise, social e política, e — o que é mais relevante — aprofundará a própria elaboração num período durante o qual o movimento operário atravessará uma fase de recuo, constante embora com sobressaltos vigorosos, até à derrota e à desagregação sob os golpes da ditadura triunfante. Assim, do mesmo modo que, quando se analisa a teoria dos Conselhos de 1919, não se deve nunca ignorar quanto o elemento inegável de *mito ideológico* tenha tido de maiêutico, de suscitador de energias e de novas formas de organização, quanto tenha servido, para além de certas abstracções paradigmáticas, de *treino revolucionário* para os operários protagonistas de um movimento real, também quando se examina o Gramsci de 1921-1922 ou o Gramsci secretário-geral do P. C. I. de 1924-1926, não se pode deixar de ter constantemente em primeiro plano esta dramática contradição — que é afinal a do partido nascido em Livorno. A contradição nasce do facto de um pensamento político se cimentar, se desenvolver e evolucionar no afã de *perseguir* uma situação sempre mais difícil, perante uma diminuição progressiva do peso político da classe operária, do proletariado urbano.

Quando, por exemplo, constatamos — e é constatação motivada — que se o acento de Gramsci bate tão insistentemente, em 1924-1926, no papel dos camponeses na estratégia e táctica revolucionárias é também porque — por sua explícita admissão ([3]) — diminuiu de facto a capacidade de direcção e de «ditadura expansiva» da sociedade, exercida pelo operário de fábrica do Norte, não queremos com isso invalidar o valor geral de uma indicação de perspectiva mas, pelo contrário, historizá-la, apercebemo-nos do motivo contingente e torturante que delimita melhor as formulações do ensaio sobre a «questão meridional».

([3]) Cf. «O «Mezzogiorno» e o fascismo», vol. III da presente edição.

Relevar os pontos principais do leninismo de Gramsci não conduz por isso a um obscurecer das diferenciações ideológicas nem dos limites de uma inspiração teórico-política. Uma distinção que é fundamental, porque não foi sujeita a uma profunda correcção nem sequer depois do período do *Ordine Nuovo,* é a que se estabelece entre Lenine e Gramsci a propósito do ponto das prioridades e da articulação necessárias na táctica revolucionária. Parece-nos possível afirmar que enquanto em Lenine é nitidíssima e prevalente a consciência do carácter decisivo que assumem, num certo momento da crise revolucionária, o elemento de direcção, do alto, a função do Partido como máximo organizador e propulsor das massas, em Gramsci, o aspecto de *agressão de baixo* ao Estado inimigo, do *processo molecular* pelo qual se chega a criar um dualismo de poder, a procura de *novas instituições* e articulações das massas, partindo do lugar do trabalho, não são menos prevalentes e constantes, pelo menos como ponto de partida, como processo não só conceitual mas de acção. Quanto muito, como veremos, a diferenciação será aceite historicamente por Gramsci não como um ponto de afastamento do leninismo mas como uma sua *aplicação* a sociedades políticas e civis, como as ocidentais, que requerem uma mais complexa articulação da estratégia revolucionária.

É verdade que Gramsci formula em 1920, com precisão, e concordância de inspiração, um conceito de partido e da sua importância, que é o da Internacional comunista; é verdade também que o próprio Gramsci considera como componente essencial da praxis revolucionária o momento *destrutivo,* e que não lhe escapa o valor da ruptura revolucionária, das necessidades coercitivas da ditadura do proletariado. Mas é depois na direcção política que a diferenciação resulta evidente. Quando Gramsci, em 1924, reconhece ter errado, ter cometido «erros gravíssimos» em 1919-1920 como líder do grupo de Turim do *Ordine Nuovo,* ter transcurado um trabalho de fracção, a nível nacional, de presença e intervenção tempestivas no interior do P. S. I., ter olhado quase exclusivamente para a construção de um movimento de massa subestimando o Partido e as suas mudanças, não nos ajuda ele, primeiro que ninguém, a discernir esta dife-

renciação? O problema mais interessante reside precisamente neste ponto. No Gramsci dirigente do P. C. I., no Gramsci passando pela experiência de trabalho no centro da Internacional Comunista, quer em Moscovo quer em Viena, que evolução sofreu a primeira atitude, a inspiração originária, tão molhada de motivos libertários, o zeloso cuidado de valorizar o elemento espontâneo? Como se enriquece depois a problemática do *Ordine Nuovo*? Eis o que se pode começar a afrontar, tomando como ponto de referência o próprio princípio constitutivo dos conselhos de fábrica.

Há uma observação de Togliatti, relator sobre a «questão sindical» no Congresso de Lyon (Janeiro de 1926) particularmente iluminante. Togliatti afirma naquele relatório que o reformismo sindical tinha historicamente procurado conduzir, em Itália, esta função: impor ao Partido a própria direcção das massas e introduzir reformas democráticas no aparelho e no modo de funcionamento do Estado burguês; «assim o proletariado revolucionário teria sido posto no seguimento da burguesia radical» (4). O projecto tinha falido no pós-guerra e Togliatti registava-o essencialmente como mérito dos conselhos de fábrica que representaram para ele a reacção mais vigorosa da vanguarda operária àquela tentativa, o máximo esforço exercido por ela para conquistar a sua hegemonia, para se tornar protagonista da história. Deste modo, Togliatti partia do ponto de ruptura representado no socialismo italiano pelo movimento dos conselhos. E pode acrescentar-se que a ruptura nunca foi tão explícita, consciente, plena de alimento ideal, como o foi no grupo do *Ordine Nuovo*. Este apresenta-se, de facto, como o único grupo que parte efectivamente do repúdio total pela tradição socialista precedente, de uma censura completa com o terreno histórico da II Internacional. Tornar às fontes do marxismo significava para ele cumprir esta operação preliminar

(4) O texto do projecto das teses sindicais, escrito por P. Togliatti, existe no Arquivo Central do Estado, *Mostra della rivoluzione fascista*, Carteggio Serrati, b. 139, f. 9.

de limpeza dos escombros da II Internacional, do trabalhismo, colmar a separação entre momento económico e momento político.

A polémica de Gramsci contra o sindicato tradicional e contra o partido socialista não é apenas, portanto, de tipo doutrinal, é também histórica; é um aspecto da sua convicção de que o proletariado urbano nunca pôde exprimir em Itália uma sua representação directa, nunca pôde pesar, como teria sido necessário e urgente, quer no interior do movimento organizado dos trabalhadores quer na sociedade e no Estado. É uma polémica, portanto, política e histórica contra instrumentos tradicionais que, dado o modo como nasceram, se inseriram e se desenvolveram na Itália pós-unitária, lhe parecem instrumentos típicos de uma fase subalterna do movimento de classe. E subalterna também porquanto a influência de outras classes, de outras ideologias, a tutela da própria classe dirigente, permanecem comprimidas e paralisantes.

Eis um ponto sobre o qual a continuidade de crítica e de análise alternativa do Gramsci de 1919-1920 e do Gramsci de 1924-1926 é linear, embora em circunstâncias diversas. A polémica incorpora no seu alvo o exame do reformismo oportunista, como resultante política, e a crítica da inadequação de organismos representativos como espelho social dos estratos mais atrasados do mundo do trabalho. Noutros termos, Gramsci combate a via reformista (a maximalista, para ele, é apenas uma variante do oportunismo de direita) da CLG e da FIOM, não só e não tanto como expressão de debilidade dirigente, acomodatícia, que ele também ataca asperamente (D'Aragona, Baldesi e Guarnieri do lado sindical, Turati, Treves e os «centristas» no Partido), mas como fruto da formação histórica nacional daquele sindicato e daquele partido que detém o mau «governo» da classe operária e das massas agrícolas proletárias e semiproletárias.

A falência do «biénio vermelho» — dos movimentos de 1919 contra o aumento do custo de vida, deixados apagar pela direcção, numa expectativa parasitária, até à ocupação das fábricas, onde o tema do controle operário da produção foi restrito e contraposto em forma de

controle corporativo e colaboracionista implantado por Giolitti (e até esse considerado letra morta) — é, para Gramsci, a ocasião de confirmar o seu juízo crítico, a desconfiança profunda, institucional. E a construção de novos instrumentos autónomos das massas é ainda, de 1921 a 1926, o motivo principal, o verdadeiro fio vermelho do pensamento e da acção política de Gramsci, que se desdobra em duas direcções, directa expressão da elaboração do *Ordine Nuovo* mas também o sinal do seu desenvolvimento: a de construir um *partido novo*, novo na sua natureza para além da sua colocação estratégica e táctica, e a de uma organização que parta dos lugares de produção e se expanda no país, uma organização diversa do sindicato tradicional, *sovietista* na sua estruturação.

Quanto ao Partido, Gramsci sublinha no primeiro período, à volta da cisão de Livorno, todos os elementos que deveriam concorrer para fazer do P. C. I. uma coisa completamente diferente do P. S. I. (e isto verifica-se — como já se apontou —, com esta programação, na linha da batalha de Lenine e da Internacional que se reassume nos famosos 21 pontos do II Congresso do Comintern): uma secção de vanguarda da classe operária, coesa, disciplinada, centralizada, que tem as suas raízes e extrai os seus quadros das fábricas e dos campos, dos «grupos comunistas» que ele procurou suscitar em 1920, em Turim e não só. O partido da autonomia da classe operária. Nenhum destes elementos será depois repudiado na elaboração sucessiva. Neste sentido, a experiência «moscovita» reforça-lhe a convicção de que um partido revolucionário deve, em primeiro lugar, ser unido, possuir uma unidade ideológica e política [chega a teorizar a oportunidade duma unanimidade ([6])], constituir um «conjunto de aço», como dirá em Lyon. É Gramsci quem dá uma força particular, e também severidade intolerante, à luta contra o *fraccionismo* e pela *bolchevização*. O seu repensamento crítico sobre o «primeiro tempo» do P. C. I., sobre o dogmatismo e organização da direcção de Bordiga, sobre a falta de articulação do centralismo democrático, não revela nenhuma tentação de liberalismo interno.

Quanto muito, veremos desenvolver-se perfeitamente, e decerto na linha do pensamento de Lenine e da experiência bolchevista, uma inspiração que já se tinha inserido nas batalhas de 1920-1921: a polémica *anti-sectária*, a aversão de fechar a vanguarda numa paliçada de pureza revolucionária (que é o traço obsessivo do Bordiga dirigente), o impulso para fazer do partido comunista o partido da maioria dos trabalhadores. Daqui provém a insistência do Gramsci dirigente do P. C. I. sobre o conceito de partido como *parte* da classe e não como *órgão* investido, *a priori*, por uma função de síntese e de direcção. O sentido profundo da disputa com Bordiga, em 1923-1926, é de facto este: construir um tipo de partido que nunca perca o contacto com as massas, que siga e controle as fases de desenvolvimento e também de regresso ou de paragem, que não se feche em si próprio, que não se limite a desenvolver uma mera função pedagógica ou propagandista, partindo de factos acontecidos, além do mais, sem a sua intervenção, que *faça política* e não apenas organização, que não marque encontros com a classe operária entricheirando-se num reduto avançado.

Num dirigente como Gramsci, isto traduz-se também num trabalho quotidiano e pessoal de contacto, de discussão e de elevação dos quadros operários, num quadro articulado de doutrinação teórica e de desenvolvimento cultural dos militantes. E na atenção extrema prestada ao sector cultural, prestada precisamente pela

([6]) Em algumas notas, escritas em Moscovo, datadas de Junho de 1923, escreve Gramsci: «Uma das manifestações a que o Executivo se atém é que nas votações exista sempre uma unanimidade. Esta não é uma simples questão formal. De toda a experiência da revolução russa resulta que a ausência de unanimidade nas grandes votações públicas determina comportamentos especiais no meio das grandes massas; os adversários políticos polarizam-se em direcção à minoria, alargam-lhe e generalizam-lhe a posição, publicam conspirativamente panfletos, programas, etc., assinados porventura pelos opositores ou por um grupo dos seus amigos, cumprem todo um trabalho de agitação que pode tornar-se extremamente perigoso num momento determinado...». Cf. Paolo Spriano, *Storia del Partido comunista italiano*, vol. I, *Da Bordigo a Gramsci*, Turim, 1967, p. 293.

sua iniciativa pessoal de *organizador de cultura* do partido, no facto de Gramsci se pôr a trabalhar, em 1924, numa nova série do *Ordine Nuovo* como órgão *formativo*, pensar num jornal para os camponeses, *Il Seme*, organizar uma escola de partido por correspondência (preparando os textos), sublinhar em conjunto com os seus camaradas o trabalho urgente, estimulante, de uma elevação, de um salto de qualidade, teorético, de uma *preparação ideológica de massa* (6), existe já a prefiguração prática dos pontos das «notas carcerárias», assumidos como normas gerais e como formulações de princípio: afirmar o valor, prejudicial para a conquista da hegemonia social, de que se revestem uma supremacia cultural proletária e a formação de *intelectuais orgânicos* da classe que aspira ao poder político; exprimir a concepção do partido como *intelectual colectivo*, partindo do próprio modo como no partido se deve realizar a figura do dirigente, a soldagem entre dirigente e militantes de base.

O acento recai talvez apenas no partido? É verdade, no entanto — e aqui tocamos talvez o ponto mais original da sua constante teórico-política —, que Gramsci permanece convencido (e muitas vezes se bate desesperadamente por este fim) que a instrumentação do movimento deve ser mútipla e *nova*, deve despontar sempre, germinar de baixo, do vivo da experiência das massas, para fazer nascer *instituições autónomas* da sua vontade política e capacidade de mobilização. O núcleo central da teoria dos conselhos é este e permanece como tal em 1924-1926. Mudadas as circunstâncias, mudadas as relações de força, Gramsci continua todavia a introduzir constantemente o tema. Trabalha em 1922 até que uma coligação de vértice sindical-político, a aliança do trabalho, surgida para organizar a defesa das liberdades democráticas e o poder de contrato dos trabalhadores perante o fascismo e a crise económica, se transforme de organismo burocrático numa rede de comissões locais a fazer surgir de bases eleitas nas fábricas e nos campos e que, à maneira de pirâmide, consigam exprimir um seu centro directivo verdadeiramente representativo das massas. Nas cartas que escreve aos camaradas em 1923-1924, ele perscruta todos os sinais possíveis para fazer renascer formas «de conselhos», de defesa e organização operária. Em 1924-1926, toda a sua concepção da luta contra o fascismo se rege pela preocupação de criar uma frente de massa que se contraponha, com uma acção molecular, ao poder fascista: crê nas «comissões antifascistas, operárias e camponesas» não como simples cimento organizativo da resistência ao fascismo mas como base para um desforra autónoma das classes trabalhadoras, como germe de uma reconstrução sovietista das massas.

(6) Cf. «Necessidade de uma preparação ideológica de massa», vol. III da presente edição.

Neste caso, o aspecto mais interessante é o trabalho gramsciano de traduzir em termos adequados à situação italiana a fórmula geral do «governo operário e camponês» lançada pela Internacional. A garantia da autonomia é exaltada por Gramsci mesmo no que respeita aos camponeses. Ele insiste, no momento em que elucida toda a elaboração do conceito de aliança de classe entre operários do Norte e camponeses pobres do Sul (como plataforma da revolução italiana), na importância essencial de o movimento camponês (no Sul mas não só ali) possuir instituições próprias, associações, uma sua *articulação democrática*, pondo o problema da direcção geral, por parte da classe operária e do seu partido, em termos tipicamente hegemónicos e de direcção mediata.

Sintomáticos são ainda, neste quadro, outros traços: Gramsci acentua, em toda a sua batalha antifascista, depois do delito Matteotti, a exigência de uma *frente única de base*. Isto não o leva a excluir a nova política de acordos com outras forças de oposição, nem a advogar uma ruptura do sindicato de classe, ainda que este seja dirigido pela corrente reformista. Mas parece mais claro, neste período, que ele não deposita nenhuma confiança nem na coligação antifascista nem na CGL como instrumentos capazes de abaterem o regime fascista. As comissões operárias e camponesas, o «antiparlamento», a «assembleia republicana», são concebidos como a única alternativa real a um complexo de forças reaccionárias, fascistas e «filo-fascistas» que têm as suas ramificações até no P. S. I. e na CGL de D'Aragona e Baldesi.

Precisamente a propósito dos discursos hoje recorrentes em sede histórica (e política) sobre o *social-fascismo,* que em geral se referem ao período sucessivo a 1928, valerá a pena notar que uma certa propensão para aceitar as formulações do Comintern segundo as quais a social-democracia é uma *facção do fascismo* — formulações que datam já de 1924 (⁷) — chega aos comunistas italianos através do conceito de que a fracção comunista, no seu conjunto, amadureceu sobre o socialismo italiano no primeiro pós-guerra. Em Gramsci a fórmula parte sempre daquela individualização sociológica a que já nos referimos: o P. S. I. como partido que não tem uma natureza operária mas sim prevalentemente camponesa-pequeno-burguesa, como partido de funcionários expressos pela parte mais atrasada do movimento operário e corrompidos pela escola de governo de Giolitti. Daqui se ilumina também a directriz geral do P. C. I., em 1924-1926, de uma luta em duas frentes, contra o fascismo e contra os «ventinianos» (*).

O discurso segue não menos nitidamente em relação ao problema sindical. Quando as condições das organizações sindicais livres se tornam quase insustentáveis, em 1925-1926, Gramsci pensa num tipo de resistência e de renascimento do sindicato que se estabeleça nas fábricas, criando também aqui, através de instituições novas (as conferências de fábrica, as comissões de defesa sindical, as comissões de agitação, sustentadas por uma organização de partido como célula de fábrica), não só instrumentos eficazes de resistência, mas o embrião de um novo poder, formas diversas das tradicionais de expansão sindical, com a esperança, nem sequer camuflada, de fazer renascer uma nova confederação do trabalho que tivesse a sua base nestas comissões (⁸) e assim se pudesse renovar intimamente.

O problema de Gramsci político não se resolve, porém, descobrindo a continuidade dos motivos originários do *Ordine Nuovo* nem o constante «sistema mental» traduzindo a experiência bolchevista em Itália, desde que ele começa, já em 1917-1918, a interrogar-se sobre o tipo de *soviet* que se pode fazer crescer entre nós (e o individua na comissão interna) até que recebe a palavra de ordem do «governo operário e camponês» com uma forte predilecção autonomista e pensa numa república federativa (1923) e não exclui uma constituinte como etapa intermédia (1924) para a ditadura do proletariado, até à palavra de ordem (1925) da *assembleia republicana com base nas comissões operárias e camponesas.* O problema tem outros aspectos, quer essenciais a Gramsci quer comuns ao movimento comunista das origens e dos primeiros cinco congressos da Internacional.

Que no Gramsci político o *preconceito ideológico* seja vivíssimo, de tal modo que constitui um impasse, em mais do que um momento, ao contacto directo com a realidade, é inegável. Deve porém entender-se igualmente como é própria — e muitas vezes com uma rigidez doutrinal exasperante — uma certa «ideologia», a tendência constante para sistematizar em termos de sociologia marxista cada nova «prega» da realidade, para

(⁷) A mais nítida deve-se a Zinovjev, no V Congresso do Comintern: «Os fascistas são a mão direita e os socials-democratas a mão esquerda da burguesia. Eis o facto novo... O facto essencial é que a social-democracia se tornou numa facção do fascismo.» Do «Raport sur les travaux du Comité Exécutif de l'Internationale Communiste», pronunciado em 19 de Junho de 1924, in *La Correspondance internationale,* IV, n.º 43, 10 de Julho de 1924.

(*) De Aventino, uma das colinas de Roma. «Aventinianos» foram chamados os que, durante o fascismo, abandonaram o Parlamento com a intenção de isolarem o partido fascista. *(N. do T.)*

(⁸) Gramsci, na sua intervenção no C.C. do P.C.I. de 9-11 Novembro de 1925, traça como perspectiva histórica a tarefa de que «o movimento sindical ressurja controlado por nós» e acrescenta, em relação ao presente: «O Partido Comunista tem, pois, o dever de estimular a criação de organismos que constituam meios de expressão das massas; a própria situação se encarrega de tornar necessária e possível a criação de comissões operárias que, partindo das formas mais embrionárias, cheguem a assumir as formas mais completas, que, partindo da fábrica, se estendam às massas, se tornem órgãos representativos das massas». Cf. A. Gramsci, *La costruzione del partido comunista,* ob. cit., p. 479.

encontrar uma definição universalmente válida para uma situação em movimento, todo o movimento comunista nesta sua fase histórica. Isto acontece, pensando bem, não só pela grande carga finalística e força teorética da personalidade de Lenine (e também de Bukarine, Trotski, Zinovjev, etc.) e por um modo de pensar típico dos bolchevistas, nos quais o acento sobre a teoria é tão forte, mas por uma lição histórica concreta. O princípio de que não se produz acção revolucionária sem teoria revolucionária é tanto mais unanimemente aceite no movimento quanto mais a revolução russa aparece vitoriosa, precisamente por esta sua fidelidade e correspondência de rigor ideológico e de praxis.

A ideia de um *modelo* provém, em suma, do próprio facto — uma revelação para a mente e um enorme motivo de atracção psicológica e sentimental — de que, com aquele modelo, com os princípios de estratégia e de táctica explicados por Lenine e pelo estado-maior bolchevistas, se realizou a primeira revolução socialista vitoriosa da história. De resto, não eram a heterogeneidade de inspiração, a falta de tensão teórica da II Internacional, o empirismo e o objectivismo determinístico que a dominavam, uma causa fundamental do seu *crack?*

Só neste quadro se podem compreender a severidade, a paixão, o empenho, de cada debate aceso a propósito de uma fórmula singular, de uma «lei de desenvolvimento» do movimento, a recondução de cada discurso a um modelo. Ou melhor, se Lenine não deixava de prestar atenção a cada assunção dogmática dos princípios — regra de acção —, Gramsci faz a sua admoestação com um processo dialéctico que nos parece poder ser definido leniniano: isto é, não se desarmando ou libertando de uma bagagem teórica, mas aumentando e adensando a investigação da realidade social, económica, cultural, dirigindo a atenção para uma multiplicidade extraordinária de factores (tradições históricas, psicologia das massas, centros de direcção das classes dirigentes, formação dos vários estratos que compõem um partido, diferenciações regionais, relações entre as várias centrais financeiras, raízes culturais e modos de vida da pequena burguesia, caracteres do pessoal dirigente do

Estado, componentes, manifestações e contradições do fascismo, etc., etc.).

É já um grande intelectual o Gramsci político de 1919-1920 e de 1921-1926, um homem que vigia cada charneira do real, que tem sempre presente a dimensão da política como *invenção,* possui o gosto da previsão, reflecte o salto do impulso moral. Se a grande contradição dos primeiros anos de vida do P. C. I. é a de uma formação que deve operar a sua experiência, superar a sua doença infantil, consolidar a própria organização, conquistar a confiança das massas num momento de rápido refluxo da crise revolucionária, no fogo de uma guerra civil cuja sorte assinalará uma grande derrota para o movimento operário e para a democracia italiana, Gramsci é, ele próprio, parte desta contradição. Não foi ele quem escreveu em 1924 que os comunistas, nos primeiros anos, foram arrastados pelos acontecimentos, «foram, sem querer, um aspecto da dissolução geral da sociedade italiana, tornada numa têmpera incandescente onde todas as tradições, todas as formações históricas, todas as ideias prevalecentes se fundiam algumas vezes sem resíduo»?

Quando se analisa de perto o período do crepúsculo sanguinoso da liberdade italiana, em 1925-1926, não deixa de admirar-nos o contraste entre uma perspectiva geral dos comunistas, permanecendo a que se tinha delineado em Outubro, e a realidade; entre o esquema ideológico de uma permanente ou recorrente crise revolucionária que repitiria, em substância, o seu andamento clássico e o processo de estabilização crescente da ditadura reaccionária; a luta em duas frentes tem, neste momento, o seu quê de dramaticamente anacronístico e perguntamo-nos como pode Gramsci continuar a sustentar em 1926 que a função principal é a de «tentar abreviar o mais possível o *intermezzo* democrático, tendo até hoje disposto a nosso favor o maior número de condições favoráveis». A questão que se nos apresenta pode também formular-se nestes termos: em que medida um preconceito ideológico, a força da inércia de um modelo pré-constituído, concorrem para tornar errónea a previsão e, portanto, a perspectiva política? Neste período, o esquema segundo o qual o fascismo deixará de-

pressa o campo a uma coligação democrática (de tal modo que será aquele o momento em que o partido será suficientemente forte — como o partido bolchevista — para mudar rapidamente as relações de força e superar depois a fase democrática para alcançar o poder) é deveras um obstáculo que se apresenta à luta para fazer cair entretanto o fascismo.

Dir-se-ia que o Gramsci destes momentos vive em si um interno contraste de motivos, enquanto prisioneiro de uma contradição geral, ele próprio acumula os elementos críticos para a superar, em seguida. Parece-nos que o que desta contradição se reflecte particularmente nele se contém em dois daqueles motivos que se entrelaçam continuamente: a perspectiva persistente duma radicalização da situação e, portanto, a insistência sobre funções autónomas, revolucionárias, do partido, sobre o sovietismo dos órgãos de massa; o acento sobre o momento da preparação, sobre o trabalho vigoroso, sobre a «agressão molecular». O segundo motivo será o que, em 1926, nas meditações do cárcere, verá um maior desenvolvimento. Decerto que o cruzamento de um e de outro cria um nó inextricável a uma análise que procure, pelo contrário, um processo linear de pensamento. Na verdade, a fisionomia de Gramsci dirigente político é poliédrica, escapa muitas vezes, no biénio 1925-1926, a uma rígida definição que parta e se limite ao âmbito de uma crítica tendente a distinguir historicamente «posições justas» de «erros», regras de acção justificadas na realidade do mito ideológico que vem contrariando. Não se consegue medir a influência de Gramsci político daquele período se não se têm em conta os dois planos sobre os quais ele opera constantemente, quer dizer, sementes que lança no movimento não inferiores à táctica que preconiza, o método que instaura e que será fértil mesmo depois da sua prisão, a indicação dada no momento dos acontecimenots e que não se pôde utilizar então mas que se torna perspectiva histórica na herança de um repensamento colectivo, a própria complexidade de motivos que animam cada um dos seus artigos jornalísticos.

Tome-se como exemplo o juízo sobre o fascismo e a luta contra ele. Gramsci, já desde 1919-1920 mas sobretudo em 1921-1922, desenvolve um tipo de análise do fascismo cuja importância, no movimento italiano e no movimento internacional, ultrapassa largamente o momento em que é expressa. Introduz o conceito de um *novo tipo de reacção* com base de massa, coisa bastante diferente de uma reacção tradicional de tipo militar-policial que parta do vértice do Estado, a que era «familiar» ao movimento operário. Sublinha a importância chave da pequena burguesia urbana ao fornecer os quadros e a massa de manobra do fascismo, de que examina também outros componentes (o agrário em primeiro lugar, como é sabido).

A articulação deste juízo, o exame das contradições inseridas na natureza compósita do fenómeno e nas suas origens, podem agora conduzir a uma tal importância da função da pequena burguesia que faça nutrir ilusões acerca da incidência que a sua sucessiva desorientação (crise Matteotti) poderia ter para a sorte do regime fascista e obscurecer a resultante essencial da ditadura de Mussolini como instrumento ao serviço do grande capital (embora sempre afirmado por Gramsci). Mas como não observar o grande salto de qualidade e a salutar lição de método que provêm de tal tipo de análise em relação ao juízo sumário e limitativo — que vem de vários lados do movimento comunista e socialista —, segundo o qual o fascismo não seria mais do que um expediente, uma peça manobrável, à disposição da velha classe dirigente?

A grande burguesia, segundo Bordiga, acabaria depois por pôr de parte Mussolini e sequazes, esgotada a sua função dilacerante, e retomaria uma política «social-democrata» giolittiana com a participação directa dos reformistas no poder. E não é apenas paradoxal coincidência mas prova da novidade essencial que a personalidade política de Gramsci introduz no movimento, o facto de, *neste ponto,* Bordiga vir a coincidir com Turati. Este, de facto, não é menos convencido da infalível regeneração democrática da classe dirigente. Naturalmente, segundo Turati, isto será um bem para o movimento, que prosseguiria assim ao longo de uma linha estratégica, a

linha histórica do reformismo, de aliança salutar com a «burguesia económica», enquanto para Bordiga a perspectiva social-democrática é o inimigo principal a eliminar, depois de tê-la pedagogicamente tornado real e explícita perante as massas. É Gramsci quem ultrapassa as visões esquemáticas e cheias de erros, colhendo a novidade do fenómeno, o que politicamente significa, em 1921-1922, considerar o perigo de um golpe de Estado «subversivo» da direita e em 1924-1926, ou melhor em 1926, precisar aquele desenvolvimento agregativo do fascismo, fazendo da política da classe dirigente o elemento unificador, acentuando o aspecto reaccionário (9). Também a propósito do fascismo, eis que desponta uma complexidade de relevos contrastantes: primeiro, a sobrevalorização da crise em que caiu o regime depois do assassínio de Matteotti, uma certa frieza de reacção, quase uma relutância, logo a seguir ao 3 de Janeiro de 1925, para admitir que a crise fosse superada (10), depois, gradualmente, o cruzamento mais fixo das hipóteses assaz diversas, de uma solução de compromisso e de uma posterior exacerbação do monopólio político de Mussolini. Em 1926, todavia, a análise parece dispor-se em modo de ultrapassar o dilema e de escolher o conjunto das razões económico-políticas que estimulam a consolidação daquele monopólio, ainda que bastante incerta seja ainda a previsão política (11).

(9) No relatório de Gramsci ao C.C. de 9-11 de Novembro de 1925, já citado, pode ler-se: «No campo burguês, os fascistas obtiveram a completa primazia. O fascismo atingiu hoje o cume da sua parábola e está unificando à sua volta a burguesia. O Grande Conselho fascista tornou-se o órgão central da burguesia que domina tudo.»

(10) Gramsci considera, depois do 3 de Janeiro, que o gesto de Mussolini deve ser interpretado como a tentativa de «pôr-se em condições mais favoráveis tendo em vista uma solução de compromisso». Mussolini queria «chegar ao compromisso pela força». Cf. *Storia del PCI*, ob. cit., p. 426.

(11) A este propósito, é importante a intervenção de Gramsci no Comité Directivo do P.C.I. de 2-3 de Agosto de 1926 (que publicamos no vol. III da presente edição, sob o título «Um exame da situação italiana», especialmente pela análise dos vários componentes do domínio político fascista. Porém, a perspectiva que aqui se confirma de uma fragmentação «do bloco burguês, agrário e fascista» e da tendência para se constituir «um bloco democrático de esquerda» ao qual contrapor uma frente proletária única, repete o esquema mais ilusório do biénio de 1924-1926.

Mas vale também, por este aspecto, a advertência que já se propunha a propósito das fórmulas do tipo *social-fascismo,* isto é, não se afastando das suas aplicações concretas e nacionais. É possível, por exemplo, que o juízo sobre o P. S. I. e sobre o P. S. U. seja influenciado (e decerto que é reforçado) pelas acusações duríssimas que o V Congresso do Comintern dirige à social-democracia, especialmente pela teorização da social-democracia como parte da formação inimiga de classe. Mas como esquecer que são o comportamento político e a linha ideológica assumidos nos factos do socialismo italiano, em 1924-1926, a motivar o ataque vigoroso de Gramsci? O P. S. I. e o P. S. U. alinham supinamente com os líderes «democratas populares» do Aventino, recusam constantemente qualquer perspectiva de unidade, de frente única operária contra o fascismo, tendem a isolar o partido comunista no interior das oposições e nos sindicatos. Gramsci opera numa situação na qual a aversão ao P. C. I., por parte das outras forças antifascistas, é geral e prejudicial. «Fomos postos à porta», recordará ele próprio a propósito das relações com as coligações do Aventino.

A constatação leva-nos a considerar como o nascimento e o desenvolvimento de um partido como o comunista em Itália fossem recebidos com uma hostilidade que derivava do próprio conservadorismo de posições, das «tutelas» adquiridas, da concepção paternalista e corporativa da representação política que Gramsci reconhecia e indicava como o máximo «vício» da «democracia» italiana. Neste quadro de hostilidade preconcebida, o apelo constante do P. C. I. para uma dimensão internacional dos problemas e a sua peroração de uma *acção directa* na batalha antifascista eram entendidos pelos socialistas e democratas como confirmação do seu carácter estranho à tradição italiana! Mas também aqui Gramsci era destinado a operar em profundidade. Dois

parecem ser os aspectos não caducos nem meramente tácticos da sua batalha, desde o momento do delito Matteotti até à prisão em Novembro de 1926. O primeiro é o discurso constante, incitante e fundamentado que Gramsci dirige a todo o antifascismo sobre o carácter de classe da opressão fascista, sobre o bloco histórico que ela conseguiu aglutinar. Daqui deriva o corolário, lógico e político, de combater o fascismo contrapondo-lhe uma frente de classes igualmente sólida e ampla. A elaboração da aliança entre operários e camponeses, nos termos delineados por Gramsci, nasce também como base de um antifascismo popular. O segundo aspecto é talvez ainda mais importante, típico de uma direcção gramsciana de renovação. E refere-se ao trabalho desenvolvido para provocar uma *ruptura à esquerda* do consenso intelectual desenvolvido à volta das classes dirigentes, é o trabalho conduzido para constituir uma *trincheira* da qual não se afastem os intelectuais — ainda que sejam poucos — que conseguem compreender através da experiência da luta política em curso, do advento fascista e das suas causas, como a acção unitária dos operários e camponeses se torna a única base real, a única plataforma a sustentar para contrastar e bater o regime, e como lhes respeita, pois, uma função dirigente na nova Itália.

Ocorre imeditamente o nome de Gobetti [não por acaso citado, a este propósito, por Gramsci no ensaio sobre a questão meridional ([12])]. Mas Gramsci está ocupado, em 1925-1926, a recolher e a dirigir para um movimento real unitário todas as vozes críticas que se levantam do campo de Aventino, especialmente entre os

([12]) Cf. «Alguns temas da questão meridional», onde Gramsci escreve: «... É importante e útil que na massa dos intelectuais se determine uma fractura de carácter orgânico, historicamente caracterizada; que se forme, como formação de massa, uma tendência de esquerda, no significado moderno da palavra, isto é, orientada para o proletariado revolucionário...» As últimas palavras do ensaio sublinham a importância da função daqueles intelectuais setentrionais e meridionais que «compreenderam ser essencialmente nacionais e portadores do futuro, duas únicas forças sociais: o proletariado e os camponeses...». Ver o vol. III da presente edição.

jovens, a impulsionar todas as personalidades políticas, ainda que «isoladas», de Guido Miglioli a Emilio Lussu, de Carlo Rosselli a Guido Dorso, que exprimem de vários modos a mesma exigência de renovação da fileira política antifascista, partindo da revisão crítica de um bloco genérico de oposições com base moral ou legalitária. São forças, nomes e grupos juvenis que Gramsci quer ajudar e com os quais entende colaborar (e no partido os adeptos de Bordiga reprovar-lho-ão), até porque ele pensa que o velho pessoal político dirigente socialista, católico e democrata está «perdido» para uma verdadeira luta antifascista. A sua constatação não tem, porém, um sinal sectário, mas sim o oposto. É o mesmo impulso anti-sectário que já em 1920 procurava imprimir ao movimento de fábrica, agrupando operários anárquicos, católicos e «desorganizados» que agora o induz a orientar-se para estas sementes de renovação que não podem, para germinar, deixar de romper a crosta conservadora de que são prisioneiros, para dar vida a uma nova formação antifascista. Este facto pode ser constatado a propósito do juízo de Gramsci sobre o movimento católico. Se um certo esquematismo ideológico (Don Sturzo como Kerensky...) está presente, a direcção da pesquisa é a de entender a extraordinária importância que o ingresso das massas católicas na vida política tem para a proposta de uma frente única, de uma aliança de classe contra o fascismo.

O último momento a considerar — é caso para dizer que se trata de um *last not least* — é o nexo que se estabelece em Gramsci entre a visão política das coisas italianas e a dimensão internacional da revolução. É nítido em Gramsci, já desde 1917-1920, o sentido de tal dimensão. Várias vezes transparece nos escritos deste período o seu cepticismo sobre a oportunidade revolucionária *interna,* italiana, quer pela desconfiança expressa nos dirigentes do movimento quer pela imaturidade, os obstáculos locais, os desníveis de consciência e de organização das próprias massas, que ele regista severamente. A dúvida e o pessimismo são sempre, porém, superados, atendendo às condições internacionais da situação, à amplitude da crise revolucionária que sacode

a Europa, à força expansiva da revolução russa e à sua universalidade. O famoso artigo «Para uma renovação do P. S. I.» que impressionou favoravelmente Lenine e pelo qual este considerou as críticas e as propostas do *Ordine Nuovo* como as únicas que correspondiam em Itália à linha e ao espírito da Internacional ([13]), não é um documento «ordinovista», isto é, não reflecte a específica problemática «dos conselhos». É um ataque, *do ponto de vista da revolução mundial,* ao provincianismo do P. S. I., à sua surdez perante as dimensões e as tarefas internacionais dos problemas, etc., etc.

Foi justamente dito por Ernesto Ragionieri (convénio de Cagliari de 1967) que Gramsci é o homem da Internacional Comunista ([14]). Isto é verdade em vários sentidos. É verdade, antes de mais, porque a convicção de operar num período em que é historicamente presente uma grande crise revolucionária nunca o diminui. Isto leva-o a individuar uma estratégia do proletariado italiano que se enquadre sempre no processo revolucionário europeu, que consolide de facto o leninismo nos seus pilares essenciais: o conceito de *aliança de classe* e o conceito de *fases intermédias,* quanto, na prática, vive ou procura viver na fórmula do governo operário e camponês.

«Homem da Internacional» é também Gramsci por ter formado um conjunto de convicções que remetem directamente para a experiência dos anos passados entre Moscovo e Viena. O mesmo se diga da função dirigente que, no movimento, ele confia explicitamente ao partido russo e da sua insistência sobre o valor da unidade. Para Gramsci, os dirigentes bolchevistas — que ele viu de perto — são por direito o estado-maior da revolução mundial e não apenas porque conquistaram tal direito com a vitória socialista no seu país, enquanto nos outros países a revolução faliu, mas porque lhe aparecem como os únicos que possuem uma capacidade de ver as coisas à escala mundial, «porque a concepção política dos

([13]) Cf. Lenine, *A Propósito do Movimento Operário Italiano.*
([14]) Cf. E. Ragionieri, «Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operario internazionale», in *Gramsci e la cultura contemporanea,* Roma, 1969, vol. I, pp. 116 e ss.

comunistas russos formou-se a partir de um terreno internacional e não nacional» ([15]). Assim, pleno é o seu consenso à linha política da maioria bolchevista na disputa com as oposições sobre o tema da política agrária, da função dos camponeses.

Se não se tem presente tal dado de partida, não se compreende sequer a sua famosa e dramática carta de Outubro de 1926 ao C. C. do partido russo, a qual se rege por esta inspiração: reivindicar a importância decisiva da unidade do grupo e avisar tanto a maioria como as minorias do perigo extremo que representaria a perda do ponto de vista internacionalista, afrontando as questões decisivas do próprio partido russo ([16]), o que, em Gramsci, não é traço de uma concepção que se possa configurar como mandato de confiança por parte das outras secções da Internacional relativamente à russa: ele fala de um contributo múltiplo, de uma disciplina «leal e convicta» tanto mais possível de alcançar quanto mais cada secção nacional conquistar, no próprio país, a maioria dos trabalhadores, exprimindo assim um peso e uma incidência reais ([17]). O que é também o único

([15]) Cf. a carta de Gramsci a Togliatti, Terracini e C., de Fevereiro de 1924, *in* Palmiro Togliatti, *La formazione del grupo dirigente del Partido comunista italiano,* ob. cit., p. 196.
([16]) Na carta assinada «Direcção política do P.C.I.», escrita por Gramsci ao C.C. do Partido Comunista russo em Outubro de 1926, pode ler-se: «Parece-nos que a paixão violenta das questões russas vos faz perder de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas, vos faz esquecer que os vossos deveres de militantes russos podem e devem ser satisfeitos apenas no quadro dos interesses do proletariado internacional». Cf. o vol. III da presente edição.
([17]) O conceito é expresso várias vezes por Gramsci, mas é numa carta a Terracini, datada de Viena, em 27 de Março de 1924, que ele é formulado em directa relação com os contrastes nascidos no partido bolchevista e em vários outros partidos, sobre questões essenciais: «Reforço cada vez mais esta convicção: que é preciso trabalhar no nosso país para construir um partido forte, política e organizativamente preparado e resistente, com uma bagagem de ideias gerais bem claras e bem firmes nas consciências individuais, de modo que seja possível a desagregação a cada choque de tais questões que surgirão cada dia mais numerosas e perigosas, com o desenvolvimento da situação e o reforço objectivo do movimento revolucionário.» *(La formazione del grupo dirigente del Partido comunista italiano,* p. 263).

modo de pôr a premissa de uma autonomia política à escala internacional, para além da nacional.

É particularmente iluminante seguir a linha de discriminação entre Gramsci e Bordiga a propósito do tema das relações com a Internacional. Bordiga, que teoriza o centralismo absoluto e um único modelo de revolução, é o homem que — porquanto possa parecer paradoxal — reivindica quer a necessidade de seguir nacionalmente uma política diversa da estabelecida nos congressos quer uma organização de «fracção internacional» para mudar a direcção decidida da «Central». É verdade que Bordiga estabelece isto não como ponto de doutrina, mas simplesmente porque não lhe parecem justas aquela orientação determinada ou esta específica indicação (a frente única, a fusão com o P. S. I., a bolchevização, etc.). Mas ele aparece, no contexto da luta política da Internacional, como o defensor da autonomia dos vários partidos de Moscovo, como o possível ponto de referência de uma oposição internacional que alce a bandeira das várias *escolas nacionais* do marxismo e, ao mesmo tempo, da tradição e da força dos partidos dos países capitalisticamente desenvolvidos. Em Gramsci, o comportamento e os pontos de princípio são opostos. Ele é pela bolchevização, pela *estabilização leninista* de todas as secções da Internacional, rejeita a ideia de um partido russo como expressão de uma «civilização capitalista atrasada e primitiva», contraposta a uma Europa Central e Ocidental, cujos partidos comunistas sejam automaticamente o fruto político de «largos estratos proletários» ([18]) avançados. Mas mostra-se depois leninista e ao mesmo tempo livre de impasses hierárquicos, ao configurar o problema da revolução no Ocidente em termos diversos, em modo de requerer «toda uma estratégia e uma táctica mais complexa e de maior vigor do que as que foram necessárias aos bolchevistas no período entre Março e Novembro de 1917» ([19]).

No Gramsci político do decénio legal, nada nos induz a pensar que se lhe ponha o problema da democracia

([18]) Da carta de Gramsci a Togliatti, Terracini e C., ob. cit., pp. 196-197.

([19]) *Ibidem*.

em termos diferentes dos que corriam na III Internacional, isto é, que preveja um regime de *democracia política*, representativa, como terreno histórico sobre o qual avançar para o socialismo. Estamos em 1916-1926 e não em 1936-1946. Nem convirá dar a Gramsci quanto pertence a Togliatti. Quando Gramsci fala de fase democrática, de passagem para a fase socialista, quando fala de *situação democrática,* fala em sentido rigorosamente leninista, crítico, tendo em mente o desenvolvimento da revolução tal como Lenine a analisa e universaliza, ansioso por abreviar o mais possível o *intermezzo* democrático. O fogo da sua pesquisa política concentra-se, de preferência, cada vez mais sobre a complexidade da sociedade ocidental, sobre as suas variantes italianas, sobre a riqueza e variedade de estratos intermédios (aristocracia operária, pequena burguesia urbana, campesinato, etc.), nos quais convém discernir as forças aliadas e as que se devem neutralizar. Ele reflecte sobre os *tempos* das várias fases, sobre os modos de passagem obrigatória de uma à outra, sobre as charneiras que soldam os estratos intermédios à classe dominante.

O internacionalismo de Gramsci configura-se muito nitidamente neste cruzamento dialéctico: reconhecimento da disciplina substancial, exaltação da unidade, afirmação do valor de guia do partido russo, em sentido mundial, de um lado; reivindicação não só do que é lícito, mas da necessidade de traduzir em termos nacionais a estratégia da Internacional, por outro.

Gramsci não é menos intransigente do que Bordiga e mais concreto do que ele num ponto decisivo: salvar sempre a função histórica de um partido, de uma secção nacional. A defesa desta função deve ser conduzida, observa ele, também contra aquelas tentações tácticas da Internacional que poderiam comprometê-la, fragmentando as bases e comprometendo a natureza de partido de classe ([20]).

([20]) Nas notas de Junho de 1923 *(Storia del P.C.I.,* ob. cit., p. 293) Gramsci delineia assim a questão de princípio: «A maioria actual do P.C.I. entende defender até ao extremo a sua posição e a sua função histórica em Itália, onde é preciso constituir o

O discurso sobre Gramsci político deve ter em conta, chegados a este ponto, uma singularidade deveras excepcional: que a sua acção de dirigente se paralisa num momento — Novembro de 1926 — em que a realidade mais o conduz a submeter a críticas dois pontos da sua proposta: a permanência da situação revolucionária na Europa e a consolidação progressiva dos grupos dirigentes comunistas, do estado-maior da Internacional. Gramsci encontra-se perante, quando as portas do cárcere se lhe abrem (para o encerrarem numa cela), ao triunfo do fascismo em Itália como sistema de poder unificador da classe dirigente, à recuperação reaccionária noutros países europeus e à grave crise no interior do movimento bolchevista, embora no contexto de um reforço da U. R. S. S. A sua reflexão política do cárcere não pode deixar de partir da constatação de quanto é mudada a situação, resultando mais árduas e em maior número as tarefas para uma desforra geral. É sobre o fascismo, sobre a Itália, sobre o problema da revolução no nosso país que podemos colher, da leitura dos *Quaderni,* os temas críticos mais válidos, embora pareça lícito ler uma série de notas sobre o partido, sobre a relação entre as massas e os dirigentes políticos com base na experiência dos problemas e nas contradições da Internacional Comunista.

Mas quando nos aproximamos dos *Quaderni* para medir a profundidade ali observada dos motivos já expressos no decénio legal — e que aqui analisaremos apenas de passagem —, sentimos logo, em primeiro plano, uma questão de comportamento do autor, o seu afrontar as coisas não em modo destacado, mas mais homogéneo e maduro. Não há problema que Gramsci não trate partindo da sua *complexidade,* dos nexos com os outros, na concatenação de um discurso geral. É verdade que tal impressão provém também do carácter, do estilo dos escritos carcerários, da sua intrínseca natureza de notas, de material de pesquisa e até de advertên-

P.C. unificado com um centro ideológico que não seja o tradicional do P.S. e tão pouco um compromisso. Nós defendemos o futuro da revolução italiana.»

cias «externas» pelas quais a referência política é muitas vezes implícita ou expressa com cautelas e astúcias impostas pela linguagem; daí o relevo sugestivo ao considerar as várias faces, o passado mesmo longínquo, a imprevista multiplicação de direcções, interrogações, o trabalho lógico e analógico, a variada solicitação nascida de leituras de outro «género» e transferida no contexto por reflexões orgânicas sobre um particular objecto de estudo. Mas há também — parece-me — uma ideia constante de partir da experiência de uma ***grande derrota*** para lhe explicar as razões, para descobrir as insuficiências de um esquema de representação da realidade, revelado inadequado, para conjecturar as mudanças necessárias de posição.

Neste quadro, devemos provavelmente ter em conta quer a proposta ([21]) de uma Constituição republicana como plataforma e perspectiva a assumir na luta contra o fascismo, quer as observações sobre a guerra estática, em lugar da guerra de movimento, para um inteiro período histórico; propostas e observações de que não faltam as premissas em 1924-1926, mas que no decénio carcerário aparecem assumidas com outra nitidez política e individuação estratégica. Se nos atemos às famosas notas sobre a «guerra estática» ([22]), podemos afirmar que elas são a continuação da perspectiva fixada como dirigente político em 1924-1926? Não partem elas, pelo contrário, da consciência do erro de uma perspectiva de «guerra de movimento», ou, pelo menos, da constatação de que mudou o período histórico e que 1924-1926 assinalou a fase de passagem de um a outro, e não de duas ondas revolucionárias (como então, no fundo, ele considerava)?

([21]) Foi a proposta que Gramsci apresentou em 1930, em contraste com a orientação que prevalecia no partido com o chamado «desvio» (onde se considerava a situação tão radicalizada que excluía uma fase intermédia de luta democrática antifascista e que requeria uma perspectiva socialista imediata). A proposta de Gramsci foi expressa em conversações com os camaradas, no cárcere, segundo o testemunho de Athos Lisa, publicada sob a direcção de Franco Ferri, in *Rinascita,* 12-12-1964.

([22]) Cf. *Passato e presente,* Roma, 1971, pp. 103-104.

É daqui que toma relevo a investigação sobre os intelectuais, sobre a história das classes subalternas, sobre a formação unitária do Estado italiano, sobre a cultura italiana, sobre o papel revolucionário que exercita uma hegemonia ideal, sobre a relação entre sociedade política e sociedade civil, sobre a riqueza das tarefas do Príncipe moderno. Guerra estática pressupõe, de facto, uma articulação mais ampla, complexa, da luta de classes, uma observação mais minuciosa do terreno, um trabalho constante para uma mudança *molecular* das relações de força entre as classes, um espaço de tempo mais amplo entre a fase democrática e a socialista. E, no cárcere, Gramsci repensa também estes aspectos do pensamento de Lenine que sublinhavam as diferentes vias de desenvolvimento da revolução no Ocidente em relação à estrada percorrida na Rússia, que insistiam no grande e necessário trabalho preliminar de *preparação* ([23]). É sintomático, por exemplo, que, quer em 1919 quer ainda em 1924-1926, Gramsci sublinhasse mais do que uma vez as afinidades sociais entre a Itália e a Rússia (também para extrair uma certa analogia de dinâmica política — depois desmentida pela realidade), enquanto no cárcere era sobre as diferenças que se debruçava.

O conceito de hegemonia nutre-se e enriquece-se assim de nova linfa, do mesmo modo que a diferença entre *revolução passiva e revolução activa* passa através da capacidade de acumular e tornar operantes os elementos de consciência num processo histórico, sem colocar em segundo plano o estímulo espontâneo que vem das forças motoras da revolução, nem a função originária de direcção por parte do proletariado urbano. O tema da relação entre *direcção consciente e espontaneidade* torna-se então motivo central, filão condutor da elaboração estratégica, eixo à volta do qual gira a própria essência da sua experiência política. É aqui, na justa proposta daquela relação, que se unificará, em última análise, como parece ter sugerido Gramsci, a capacidade hegemónica do movimento operário com o estímulo que provém das contradições do capitalismo, das exigências insatisfeitas das massas. De resto, não é por acaso que a explicitação desta relação como momento essencial de uma teoria da revolução é feita no contexto da reflexão, já histórica nele, sobre o período do *Ordine Nuovo*, sobre o máximo momento da expansão da função hegemónica concreta da classe operária ([24]).

Considerámos justo observar na primeira edição desta *Introdução* (1967) que se prospecta um salto na elaboração carcerária da teoria da revolução em confronto com o período precedente. A nossa tese levantou uma objecção de fundo por parte de um jovem e atento estudioso de Gramsci, Leonardo Paggi, o qual apresenta uma conclusão «simetricamente oposta» que promete motivar amplamente no desenvolvimento do seu trabalho ([25]). É uma discussão aberta que será útil continuar e, de resto, Paggi oferece no seu estudo já publicado muitos e válidos motivos de reflexão. O que aqui queremos confirmar é a profundidade do repensamento político de Gramsci que nos parece sair de toda a produção carcerária. É um repensamento no qual a temática da democracia política, das alianças da classe operária, a necessidade de contrapor ao bloco histórico da burguesia um novo bloco histórico, tem um acento diverso e fornece novas indicações. De facto, na contraposição entre guerra estática e guerra de movimento não existem apenas dois elementos importantes de indicação e de juízo político: 1) o repúdio da concepção trotskista da revolução permanente; 2) a consideração de que para o Ocidente um ataque frontal é votado ao fracasso. Envolve uma teorização mais ampla: a guerra estática torna-se a *forma de luta decisiva*, em toda a parte, para conquistar estavelmente uma nova ordem socialista: «em política, a guerra estática, uma vez vencida, é definitivamente decisiva», é uma «guerra de assédio, complexa, difícil, que requer qualidades excepcionais de

([23]) Cf. *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno*, Roma, 1971, p. 96.

([24]) Cf. a nota «Spontaneità e direzione consapevole», in *Passato e presente*, pp. 85-88.

([25]) L. Paggi, *Antonio Gramsci e il moderno principe*, Roma, 1970, vol. I, p. XVI e ss.

paciência e de espírito inventivo» ([26]). E o seu lugar é a hegemonia. E também aqui Gramsci parece dar um valor enormemente extensivo à estratégia da conquista partindo de baixo, da hegemonia no Estado através da formação de uma vontade *colectiva nacional-popular* que surja do irromper *simultâneo* ([27]) na vida política das grandes massas operárias e camponesas, mas a rede torna-se mais densa, a atenção sobre a *sociedade civil* mais urgente e a análise dos componentes mais articulada.

Foi recordado justamente, a este propósito, que todo o pensamento político de Gramsci desagua no princípio da hegemonia: que tende, primeiro, à concepção dos Conselhos, do qual se mantém depois o escrito sobre a questão meridional, onde o «conceito de hegemonia se apresenta como uma articulação do da ditadura do proletariado nos seus momentos de *direcção* e de *domínio*» ([28]). Não queremos aqui recordar quanto o problema da hegemonia invade toda a problemática dos *Quaderni*. Bastar-nos-á, para tornar aos elementos essenciais da teoria e da experiência política gramscianas, insistir num ponto que emerge das notas iluminantes já citadas (e de outras em conexão com elas). «Profundamente nacional e profundamente europeu», Gramsci define assim Lenine. As dimensões nacional e a europeia (e o nexo entre uma e outra) são, não por acaso, aquelas sobre as quais mais parece saltar a tensão da análise política de Gramsci, quando no cárcere, e é a falta de compreensão das particularidades nacionais o que ele imputa maiormente a Trotski ([29]).

Gramsci exprime a convicção de que uma classe dirigente deve «nacionalizar-se» para poder hegemonizar «estratos sociais estritamente nacionais (intelectuais) e quase sempre menores do que nacionais populistas e municipalistas (os camponeses)» ([30]). Aqui estamos já muito para além dos pontos de chegada do período legal, se não das *Teses de Lyon;* quanto muito, é lícito encontrar aqui uma concordância com a elaboração do P. C. I. sob a direcção de Togliatti, especialmente se a ligamos com a experiência do fascismo que, por um lado (e Gramsci mostra adverti-lo agudamente), exprime um tipo de domínio e de «consenso» diferentes do do Estado liberal, com um cruzamento mais estreito entre grupos dirigentes e sociedade civil, entre poder político e sistema económico; e, por outro, pôs às massas trabalhadoras a questão da *democracia política,* também esta em termos novos, com *particularidades* nacionais bem nítidas ([31]).

É verdade que também nesta fase Gramsci continua a *traduzir* a experiência leninista para a situação italiana, procurando apoderar-se de conquistas conceituais do «mais recente grande teórico» (Lenine) da filosofia da praxis, para as aplicar ao ponto de partida nacional e, ao mesmo tempo, alargar-lhe os confins e as correlações. Significativo, a propósito, é o seu comentário à entrevista concedida por Estaline à «primeira delegação operária americana», de 9 de Setembro de 1927, comentário intitulado «Internacionalismo e política nacional» ([32]). A entrevista e as respostas de Estaline sobre o leninismo, sobre o conceito de hegemonia, sobre a política da U. R. S. S. (respostas cujo significado político Gramsci mostra compartilhar, rejeitando as críticas de

([26]) Cf. a nota «Passaggio dalla guerra manovrata», in *Passato e presente,* pp. 103-104.
([27]) *Ibidem.*
([28]) Luciano Gruppi, «Il concetto di egemonia», in *Prassi rivoluzionaria e storicismo in Gramsci,* caderno n.º 3 de *Critica marxista,* 1967, p. 79.
([29]) Cf. «Internazionalismo e politica nazionale», in *Note sul Machiavelli,* pp. 153-155.

([30]) *Ibidem.*
([31]) Vejam-se as observações de Togliatti a propósito do convite dirigido por Lenine aos comunistas dos outros países, no IV Congresso da I.C., para estudar as particularidades nacionais: «A dificuldade mais séria consistiu, para os comunistas italianos, no facto de o advento da ditadura fascista exigir que se afrontasse e pusesse como base da nossa política o problema da democracia. De todas as particularidades que devíamos ter em conta, esta era a mais importante...» Palmiro Togliatti, «Lenine il nostro partido», in *Rinascita,* Maio de 1959, depois publicado com outros ensaios em *Problemi del movimento operario internazionale,* Roma, 1962, p. 379.
([32]) In *Note sul Machiavelli,* p. 153.

nacionalismo movidas por Trotski), servem-lhe de alusão para o que lhe é mais caro e de que, na verdade, a entrevista não faz explícita menção: a relação entre as «exigências de carácter nacional» e «a perspectiva e as directivas internacionais», que lhe parecem irrenunciáveis.

Uma política realista será, pois, a «de depurar o internacionalismo de todos os elementos vagos e puramente ideológicos», de «previsões mecânicas hegemónicas». E neste esforço máximo de entender a dialéctica revolucionária do seu, do nosso tempo, eis que se lhe apresentam estreitamente conexas a lição do passado (de que nesta nota adverte os limites negativos como limites próprios da concepção da revolução permanente) e as indicações do presente. Gramsci reivindica, ao mesmo tempo, a natureza da classe operária como *classe internacional* e o estudo da *combinação de forças nacionais* em que é imersa como sua tarefa hegemónica fundamental.

A obra política de Gramsci não se observa apenas através da leitura dos escritos do período «legal» ou das considerações escritas no cárcere. O seu trabalho de educação dos quadros, o seu estilo de dirigente comunista, inserem-se na história do Partido Comunista, de que ele foi o grande construtor. Assim, a análise sobre a problemática mais actual não deve obscurecer a compreensão de um caminho e do desenvolvimento de um pensamento e de uma acção que são, eles próprios, um capítulo fundamental da história deste partido. Poder, porém, seguir, com a amplitude que esta recolha consente, todo o itinerário da formação e da maturidade da experiência gramsciana, aclara de facto o campo das deformações tentadas recentemente, quer das que quereriam isolar o momento «ordinovista» e fazer dele a base para uma doutrina do Estado e da revolução, quer das que apresentam Gramsci como um «reformista», um democrata-burguês. Ignora-se ou finge ignorar-se não apenas a constante lição de marxismo criador que ele fornece mesmo nos seus escritos mais ligados a um momento imediato mas, mais do que isso, tudo o que ele representou como antítese radical da tradição e das inconveniências do reformismo, o alimento leninista que ele assimila e lança na dialéctica do movimento operário italiano, fértil e rigoroso visto que a sua análise se baseia na realidade da situação italiana e das condições de classe que a determinam.

O nome de Gramsci tornou-se, na cultura marxista, um sinal constante, a Oriente e a Ocidente, na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina, no Japão. Por toda a parte se sublinham a riqueza de aplicações e a vastidão dos temas da sua concepção materialista, e a originalidade de uma proposta na qual a relação entre a acção, a vontade dos homens e as condições objectivas, é fixada sem dogmatismos e sem empirismos. Ler historicamente a produção política de Gramsci não significa querer diminuí-la da sua actualidade agressiva, pelo contrário. Significa entender os motivos válidos de um método vivo, reconhecer e percorrer de novo uma temática de renovação do movimento, uma análise das forças motoras da revolução italiana, que estão na ordem do dia não só do debate mas da realidade italiana.

Da vida do seu país, das lutas das massas populares, Gramsci foi um excepcional testemunho. E este é o motivo de não menos interesse dos seus escritos. Eles fornecem um material precioso para a história da Itália, fonte e, ao mesmo tempo, traço interpretativo. E isto não é válido apenas para os escritos de 1919-1926 mas também para aqueles, não muito justamente indicados como «Escritos juvenis», de 1914-1918. Estes são, em geral, considerados apenas como espelho da formação ideal de Gramsci mas, em nosso parecer, seria de considerar em primeiro plano o seu carácter de maravilhosa crónica da «frente interna» da Primeira Guerra Mundial, talvez o único grande testemunho de um ponto de vista socialista e revolucionário sobre os acontecimentos e as dificuldades daquele quadriénio. Nestas páginas, e também nas sucessivas, o vigor pessoalíssimo e o timbre da prosa de Gramsci fazem dele um clássico da literatura política deste século.

Paolo Spriano

ADVERTÊNCIA

A presente colectânea é orientada fundamentalmente com base nas *Obras* de Antonio Gramsci, publicadas pelo editor Giulio Einaudi. Desenvolvemos e integrámos largamente as notas para melhor compreensão do texto, em relação aos artigos já publicados nos volumes *Scritti Giovanili, Sotto la Mole, Ordine Nuovo 1919-1920* e *Socialismo e Fascismo*. Dos escritos de 1924 a 1926, publicados numa volume das *Obras* com o título *La Costruzione del Partido Comunista 1923-1926,* fornecem-se aqui alguns dos textos mais importantes (relatórios, artigos publicados no *Unità* e na terceira série de *Ordine Nuovo*). O ensaio *Alcuni Temi della Quistione Meridionale* é publicado com base na última edição dirigida por Franco de Felice e Valentino Parlato (Editori Riuniti, Roma, 1966). Desejamos agradecer, pela ajuda fornecida, aos responsáveis pelas edições Einaudi (em particular Elsa Fubini) e à direcção do Instituto Antonio Gramsci. Cabe-nos também a obrigação de recordar o precioso trabalho de Giansiro Ferrata para o primeiro volume de *2000 Pagine di Gramsci* (casa editora, Il Saggiatore, Milão, 1964) que nos foi muito útil confrontar.

P. S.

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA (*)

1891

22 de Janeiro: nasce em Ales (Cagliari) de família pequeno-burguesa. O pai, Francesco (n. em Gaeta em 1860), é procurador distrital de Ghilarza. A mãe, Giuseppina Marcias (n. em Ghilarza em 1861), pertence a uma família abastada da ilha. Antonio (Nino) é o quarto de sete filhos.

1892

A família transfere-se para Sòrgono (Nuoro).

1894-1895

Remonta a estes anos uma queda de Antonio, à qual vem atribuída a sua deformação física.

1897-1898

Francesco Gramsci, envolvido num processo judicial, perde o emprego, é julgado e condenado. A mãe, com os

(*) A cronologia biográfica foi organizada por Elsa Fubini.

sete filhos, transfere-se para Ghilarza, habitando em casa da irmã Grazia, onde, com trabalhos de costura, provê ao sustento da família. Antonio frequenta a escola elementar.

1903

Consegue o diploma elementar. Para ajudar a família, trabalha por dois anos no Instituto Cadastral de Ghilarza, onde é empregado o irmão mais velho, Gennaro. Estuda como autodidacta.

1905-1908

Graças à ajuda da mãe e das três irmãs, frequenta os últimos três anos do Ginásio (**) em Santu Lussurgiu, não longe de Ghilarza. Obtém em Oristano o diploma respectivo.

1908-1911

Frequenta o liceu Dèttori, de Cagliari. Vive com Gennaro, contabilista numa fábrica de gelo e tesoureiro da câmara de trabalho local, depois secretário da secção socialista. Torna-se correspondente em Aidomaggiore (pequeno centro nas proximidades de Ghilarza) do jornal independente *Unione Sarda,* de Cagliari. Em 26 de Julho publica-se a sua primeira correspondência, assinada «gi».

1911

Conseguido no Verão o diploma liceal, concorre a uma bolsa de estudo do colégio Carlo Alberto de Turim.

(**) Correspondente à escola média superior, antes da entrada no liceu. *(N. do T.)*

Obtendo-a, inscreve-se na Faculdade de Letras da Universidade de Turim. Do mesmo concurso participa Palmiro Togliatti, que se inscreve na Faculdade de Direito.

1912-1913

Entre contínuas restrições económicas, que agravam as já percárias condições de saúde, frequenta cursos das Faculdades de Letras e de Direito. Estabelece os primeiros contactos com o movimento socialista de Turim e, em particular, com os jovens do «Fascio Centrale». Provavelmente ao Outono de 1913, remonta a sua inscrição na secção socialista de Turim.

1914

18 de Outubro: intervém, no *Avanti!*, no debate sobre a posição dos socialistas perante a guerra, com o artigo intitulado *Neutralidade Activa e Operante,* em polémica com Tasca, que é favorável à neutralidade absoluta. O artigo é reproduzido em 31 de Outubro no *Grido del Popolo,* dirigido por Gieuseppe Bianchi. Sofre de um grave esgotamento nervoso que influi no andamento dos estudos.

1915

Depois do exame de Literatura Italiana, abandona os estudos universitários. Retoma no Outono a colaboração no *Grido del Popolo* e, por volta do fim do ano, começa a fazer parte da redacção do *Avanti!*

1916

Desenvolve intensa actividade jornalística como cronista teatral e redactor de notas de costumes *(Sotto la Mole)* no *Avanti!*

1917

11 de Fevereiro: organiza a publicação do número único da Federação Juvenil Socialista, *La Città Futura.* Depois da sublevação operária de 23-26 de Agosto e da prisão de quase todos os exponentes socialistas de Turim, torna-se secretário da comissão executiva provisória da secção de Turim e assume a direcção do *Grido del Popolo.* 18-19 de Novembro: participa em Florença numa reunião clandestina da «fracção intransigente revolucionária», onde, com Bordiga, sustenta a necessidade de uma intervenção activa do proletariado na crise determinada pela guerra. Dezembro: propõe a criação, em Turim, de uma associação proletária de cultura e, com outros jovens (Carlo Boccardo, Attilio Carena, Andrea Viglongo), funda um «clube de vida moral».

1918

19 de Outubro: com uma conclusão de Gramsci, *Il Grido del Popolo* cessa a publicação. 5 de Dezembro: sai o primeiro número da edição torinesa do *Avanti!;* redactor-chefe: Ottavio Pastore; redactores: Gramsci, Leonetti, Togliatti.

1919

Sai o primeiro número da revista *L'Ordine Nuovo,* semanário de cultura socialista, por iniciativa de Gramsci, Tasca, Terracini e Togliatti. G. é secretário de redacção, praticamente director. Maio: é eleito para a comissão executiva da secção socialista de Turim, dirigida pelo abstencionista Boero. Julho: durante a greve política de solidariedade com as repúblicas comunistas de Rússia e Hungria, é preso e enviado para a prisão de Carceri Nuove, de Turim. Outono: é animador do movimento dos «conselhos de fábrica» e toma parte activa na «escola de cultura», promovida pela revista.

1920

Abril: no início da greve dos metalúrgicos de Turim, espalha um documento crítico para a renovação do Partido Socialista Italiano, que, no II Congresso da Internacional Comunista, Lenine considerará como a base para o desenvolvimento do movimento. Procura um contacto com Bordiga para uma plataforma comum de oposição no interior do Partido Socialista. Junho-Julho: desenvolve-se o choque aberto entre G. e Tasca sobre o problema dos conselhos de fábrica. Através do *Ordine Nuovo* apoia a iniciativa para a constituição dos «grupos comunistas de fábrica». Agosto: forma um pequeno grupo de «educação comunista» na secção de Turim. Setembro: participa no movimento para a ocupação das fábricas. 28-29 de Novembro: participa num convénio, em Imola, onde se constitui oficialmente a fracção comunista chefiada por Bordiga. Dezembro: desloca-se a Ghilarza por ocasião da morte da irmã Emma. 24 de Dezembro: sai o último número do *Ordine Nuovo* semanário.

1921

1.º de Janeiro: sai em Turim o primeiro número do *Ordine Nuovo* quotidiano, de que G. é director. 15-21 Janeiro: participa em Livorno no VII Congresso do Partido Socialista e na fundação do Partido Comunista de Itália, secção da III Internacional. Faz parte do Comité Central do novo partido. É apresentado, pela primeira vez, como candidato do P. C. I. às eleições políticas de 15 de Maio, mas não é eleito.

1922

20-24 de Março: participa no II Congresso do P. C. I., realizado em Roma, onde apresenta as teses sobre a questão sindical, escritas de colaboração com Tasca. Intervém na discussão sobre a aliança do trabalho e sobre a táctica da frente única. 25 de Março: por decisão do Comité Central é enviado a Moscovo como repre-

sentante do Partido junto da Internacional. 3 de Junho: chega a Moscovo com Bordiga e Gennari. 7-11 de Junho: participa na segunda conferência do executivo alargado da Internacional. Verão: é internado na clínica Serebjanyj Bor, perto de Moscovo, onde conhece Júlia Schucht (Julka). 5 de Novembro-5 de Dezembro: participa no IV Congresso da I. C. Faz parte da comissão de fusão (entre o P. C. I. e o P. S. I.), juntamente com Scoccimarro e Tasca (pelos comunistas), e Maffi, Serrati e Tonetti (pelos socialistas).

1923

Fevereiro: em Itália, é emitido contra G. um mandato de captura. 12-23 de Junho: participa em Moscovo, juntamente com Scoccimarro, Tasca, Terracini e Vota na terceira conferência do executivo alargado da I. C., onde intervém na comissão «para a questão italiana». 4 de Dezembro: chega a Viena, onde se estabelece. Inicia uma assídua correspondência com Terracini, Togliatti, Leonetti, Scoccimarro e Tresso, para encontrar uma solução à crise interna que mina o grupo dirigente do P. C. I.

1924

12 de Fevereiro: sai em Milão o primeiro número de *Unità*, quotidiano dos operários e dos camponeses (depois de 12 de Agosto, órgão do P. C. de Itália), título sugerido por G., em Viena. 1.º de Março: sai em Roma o primeiro número do quinzenário *L'Ordine Nuovo*, revista de política e de cultura operária, III série, escrito quase inteiramente por G. 6 de Abril: G. é eleito deputado nas províncias do Veneto-Venezia Giulia. 12 de Maio: volta à Itália. Segunda metade de Julho: participa na primeira conferência nacional do Partido que se realiza clandestinamente nas montanhas de Comasco. O relatório é desenvolvido por Togliatti. Na sua intervenção, G. critica a linha política de Bordiga, mas a maioria apoia as posições bordiguianas. G. entra para o Comité Executivo do Partido. Junho: transfere-se para

Roma. Durante a crise que se segue ao delito Matteotti, participa nas reuniões das oposições parlamentares, onde propõe um apelo às massas e uma greve política geral. Fins de Outubro: desloca-se à Sardenha, onde em 26 dirige um convénio de algumas secções do Partido èm Punta Is Arenas, perto de Cagliari. Ali passa alguns dias na casa paterna. É a sua última viagem à Sardenha.

1925

Fevereiro: conhece em Roma a irmã de Júlia, Tatiana. 21 de Março-6 de Abril: participa em Moscovo nos trabalhos da quinta sessão do executivo alargado da I. C. Na conferência da secção de agitação e propaganda, apresenta um relatório sobre o trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pelo Partido italiano. 16 de Maio: pronuncia na Câmara dos Deputados um discurso contra o projecto de lei sobre as associações secretas. 7 de Junho: abre no *Unità* a polémica contra o grupo dissidente organizado em comissão de aliança, chefiado por Bordiga. Outono: juntam-se-lhe em Roma a mulher, Júlia, com Delio, e a irmã Eugénia.

1926

20-26 de Janeiro: participa em Lyon no III Congresso do Partido Comunista, onde apresenta o relatório sobre a situação política. Apresenta igualmente as teses, elaboradas com Togliatti, sobre a nova estratégia do Partido. Agosto: passa umas breves férias com Delio em Trafoi (Bolzano). Júlia volta a Moscovo, onde nasce o segundo filho, Giuliano. 8 de Novembro: é preso às 22.30 horas na sua habitação da Rua Morgagni e encerrado na prisão de Regina Coeli. 18 de Novembro: é condenado a cinco anos de residência fixa. 25 de Novembro: deixa o cárcere romano e, em carro celular, em conjunto com outros deputados comunistas, é transportado a Palermo, onde permanece oito dias. 7 de Dezembro: chega a Ustica, onde aluga uma casa privada, em conjunto com Bordiga e outros deputados comunistas e socialistas.

1927

14 de Janeiro: o Tribunal Militar de Milão exibe contra G. um mandato de captura. 20 de Janeiro: G. deixa Ustica em carro celular. 7 de Fevereiro: chega a Milão, onde é encerrado no cárcere judicial de San Vittore. Março: numa carta a Tatiana, formula um primeiro plano de estudos. Pede que lhe seja concedido o material indispensável para escrever na cela, mas o pedido é recusado. Maio: Tatiana transfere-se de Roma para Milão. Novembro: tem por companheiro de cela Enrico Tulli, ex-redactor de *Unità*.

1928

13 de Fevereiro: dirige ao presidente do Tribunal Especial uma carta em que denuncia as intrigas de um certo Melani, agente provocador da polícia. 19 de Março: recebe a notícia que será presente a julgamento. 11 de Maio: parte para Roma em «transporte extraordinário» mas em carro celular. 12 de Maio: chega a Roma e é encerrado no cárcere de Regina Coeli, numa cela do sexto ramo, em conjunto com Terracini e Scoccimarro. 28 de Maio-4 de Junho: desenrola-se perante o Tribunal Especial o «processo» contra G. e o grupo dirigente do P. C. I. G. é condenado a 20 anos, 4 meses e 5 dias de prisão. 8 de Julho-19 de Julho: em «transporte ordinário» faz a viagem Roma-Turi di Bari, com paragens nas prisões de Caserta, Benevento, Foggia. Chega a Turi gravente doente. Recebe o número de matrícula 1047. Agosto: obtém uma cela individual. Dezembro: recebe a primeira visita de Tatiana.

1929

Fins de Janeiro: obtém autorização para escrever na cela. 8 de Fevereiro: num caderno, o primeiro dos «cadernos do cárcere», começa a alinhar notas, apontamentos, traduções. Novembro: recebe a visita do irmão Carlo. Dezembro: Tatiana transfere-se para Turi, onde permanece até princípios de Julho do ano seguinte. Tem diversos colóquios com G. e continua a assídua correspondência com ele.

1930

Junho-Julho: recebe duas visitas do irmão Gennaro. Julho: beneficia da amnistia de 1 ano, 4 meses e 5 dias. Setembro-Outubro: recebe uma visita do irmão Carlo. Novembro: é informado das reais condições de saúde de Júlia, que sofre de uma forma grave de esgotamento psicofísico. Julho: obtém a autorização de escrever aos familiares uma vez por semana, em lugar de uma vez de quinze em quinze dias. Agosto: sofre a primeira e grave crise nervosa. Setembro: pede a Tatiana que faça chegar ao prof. Cosmo o ensaio sobre o canto X do *Inferno*.

1932

Setembro: agravando-se as suas condições de saúde, Tatiana requer ao chefe do Governo que G. seja visitado por um médico de confiança. Outubro: é visitado pelo médico do cárcere. Novembro: a condenação de G. é reduzida a 12 anos e 4 meses. O amigo Piero Sraffa intercede para que seja concedida a G. a liberdade condicional. As autoridades fascistas insistem para que G. apresente o pedido de comutação de pena. Tal como os outros presos políticos, é submetido a regime de isolamento. 30 de Dezembro: morre Giuseppina Gramsci, mas a notícia não é transmitida ao filho.

1933

Janeiro: Tatiana transfere-se para Turi, onde permanece até ao Verão, excepto durante o período de uma viagem a Roma, em Março-Abril. Fevereiro: o Ministério permite que G. seja visitado por um médico de confiança. 7 de Março: G. sofre a segunda e gravíssima

crise. Doente na cela, é assistido por um jovem camarada de Belonha, Gustavo Trombetti. 20 de Março: é visitado no cárcere pelo prof. Uberto Arcangeli, que no seu relatório declara a necessidade de uma mudança total das condições ambientais. 18 de Abril: é visitado pelo prof. Filippo Saporito, inspector sanitário, que, embora confirmando o diagnóstico, assegura que o doente goza de tratamento «adequado». Maio-Junho: as declarações de Arcangeli são publicadas em Paris no *Humanité* e no *Soccorso Rosso*. Constitui-se em Paris uma comissão para a libertação de G. e de outras vítimas do fascismo, da qual fazem parte Romain Rolland e Henri Barbusse; artigos de G. são publicados nos cadernos de *Giustizia e Libertà*, no *Avanti!* de Paris e em outros jornais. Julho: pede a Tatiana que inicie a prática com o fim de o transferirem para uma enfermaria de outro cárcere. Concedem-lhe a transferência para outra cela menos ruidosa. Agosto: recebe visitas de Carlo e Tatiana. Outubro: é deferido o pedido para a transferência de Turi. O tribunal especial indefere o recurso relativo à aplicação do decreto de amnistia de Novembro de 1932. 19 de Novembro: G. deixa a casa penal de Turi, levando consigo, mercê de um estratagema, os primeiros vinte e um «cadernos do cárcere». É momentaneamente transferido para a enfermaria do cárcere de Civitavecchia. 7 de Dezembro: é internado, sob prisão, na clínica do doutor Cusumano, em Formia. Recebe todas as semanas uma visita de Tatiana e visitas de Carlo e do amigo Sraffa. Recomeça a estudar e a tomar notas.

1934

Abril: apresenta a petição para ser transferido para a clínica de doenças nervosas Poggio Sereno, de Fiesole. 12 de Julho: é visitado pelo prof. Vittorio Puccinelli, de Roma. 15 de Julho: renova o pedido para ser transferido para outra clínica, até porque deve ser operado a uma hérnia. Verão: apresenta o pedido de liberdade condicional, baseado no artigo 176.º do Código Penal e no artigo 191.º do Regulamento Carcerário. 25 de Outubro: é assinado o decreto para a liberdade condicional de G. 27 de Outubro: sai pela primeira vez da clínica Cusumano, em passeio com Tatiana.

1935

Sofre um nova crise. 24 de Agosto: deixa a clínica Cusumano, acompanhado pelo prof. Puccinelli, e é internado na clínica Quisisana, de Roma. É assistido pela cunhada e pelo irmão Carlo.

1937

Abril: terminado o período de liberdade condicional, reconquista a plena liberdade. Projecta estabelecer-se na Sardenha. 25 Abril: advém-lhe uma hemorragia cerebral. 27 de Abril: morre de madrugada, assistido por Tatiana. As suas cinzas estão inumadas no Cemitério dos Ingleses, em Roma. Tatiana e Carlo conseguem salvar os trinta e dois «cadernos do cárcere».

1910-1914

OPRIMIDOS E OPRESSORES (*)

É de facto maravilhosa a luta travada pela humanidade há tempos imemoráveis; luta incessante com a qual tenta rasgar e ferir todos os vínculos que a libidinagem de um só, de uma classe, ou até de um povo, tenta impor-lhe. Esta é uma epopeia que teve inúmeros heróis e foi escrita pelos historiadores de todo o mundo. O homem, que há um certo tempo se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor, não quer que ninguém lhe imponha a sua vontade e pretenda controlar as suas acções e o seu pensamento. Parece que se trata de um cruel destino para os humanos, este instinto que os domina para quererem devorar-se uns aos outros, em vez de confluírem as forças unidas para lutar contra a natureza e torná-la sempre mais útil para as necessidades dos homens. Em lugar disso, quando um povo se sente forte e aguerrido, logo pensa em agredir os seus vizinhos, para os expulsar e oprimir. Porque é claro que cada vencedor quer destruir o vencido. Mas o homem, que por natureza é hipócrita e falso, não diz claramente: «quero conquistar para destruir», mas «quero conquistar para civilizar». E todos os outros, que o invejam mas esperam a sua vez para fazer o mesmo, fingem acreditar e louvam-no.

Assim se explica que a civilização tenha tardado demais a expandir-se e a progredir; se explica que as

(*) Ensaio escolar, manuscrito, provavelmente de Novembro de 1910, quando Gramsci frequentava o último ano do liceu Dettori, de Cagliari.

raças de homens, nobres e inteligentes, tenham sido destruídas ou estejam em vias de apagar-se. A aguardente e o ópio que os mestres de civilização lhes distribuíam abundantemente cumpriram a sua obra deletéria.

Depois, um dia, espalha-se a voz: um estudante assassinou o governador inglês da Índia, ou: os italianos foram batidos em Dogali, ou ainda: os *boxers* exterminaram os missionários europeus; e então a velha Europa horrorizada pronuncia-se contra os bárbaros, contra os incivilizados, e uma nova cruzada é organizada contra aqueles povos infelizes.

E olhai: os povos europeus tiveram os seus opressores e travaram lutas sanguinosas para se libertarem, e agora levantam estátuas e símbolos de mármore aos seus libertadores, aos seus heróis, e transformam em religião nacional o culto dos mortos pela pátria. Mas não venham dizer aos italianos que os austríacos tinham vindo para lhes trazer a civilização: até as colunas de mármore protestariam. Nós, sim, partimos para levar a civilização e, de facto, agora aqueles povos afeiçoaram-se-nos e agradecem ao céu a sua sorte. Mas é sabido: *sic vos non vobis* (*). A verdade, pelo contrário, consiste numa avidez insaciável que todos têm de explorar o seu semelhante, de lhes arrancar aquele pouco que puderam poupar com privações. As guerras são feitas para o comércio, não para civilizar; os ingleses bombardearam não sei quantas cidades da China porque os chineses não queriam saber do seu ópio. Que bela civilização! E russos e japoneses massacraram-se para obter o comércio da Coreia e da Manchúria. Dilapidam-se as substâncias dos indivíduos, tira-se-lhes toda a personalidade; não basta, porém, aos modernos civilizados; os romanos contentavam-se em ligar os vencidos ao seu carro triunfal, mas depois reduziam a província romana a terra conquistada; agora, pelo contrário, impõe-se que todos os habitantes das colónias desapareçam para deixar espaço aos novos colonos.

Se depois uma voz de honesto homem se levanta para reprovar estas prepotências, estes abusos que a

(*) Uns trabalham e outros recebem a recompensa. *(N. do T.)*

moral social e a civilização devidamente compreendida deveriam impedir, riem-lhe na cara; porque é um ingénuo e não conhece todos os maquiavélicos sofismas que regem a vida política. Nós, italianos, veneramos Garibaldi; desde pequenos que nos ensinaram a admirá-lo, Carducci entusiasmou-nos com a sua lenda garibaldina. Se se perguntasse às crianças italianas o que desejariam ser, a grande maioria decerto que escolheria o louro herói. Recordo-me que numa manifestação para comemorar a independência, um camarada me disse: mas porque é que todos gritam «viva Garibaldi!» e nenhum «viva o rei»? E eu não fui capaz de dar-lhe uma explicação. Em suma, em Itália, dos vermelhos aos verdes ou amarelos, todos idolatram Garibaldi, mas ninguém sabe verdadeiramente apreciar-lhe o alto idealismo; e quando os marinheiros italianos foram mandados a Creta para derrubar a bandeira grega alçada pelos insurrectos e repor a bandeira turca, ninguém levantou um grito de protesto. É verdade: a culpa era dos de Cândia que queriam perturbar o equilíbrio europeu. E nenhum dos italianos que naquele mesmo dia provavelmente aclamava o herói libertador da Sicília pensou que Garibaldi, se fosse vivo, teria aparado o embate de todas as potências europeias para fazer conquistar a liberdade a um povo. E depois protestamos quando alguém nos vem dizer que somos um povo de retóricos!

E quem sabe por quanto tempo ainda durará este contraste. Carducci interrogava-se: «Quando é que o trabalho será feliz? E o amor seguro?» Mas ainda se espera uma resposta e quem sabe quem saberá dá-la. Muitos dizem que tudo o que o homem devia conquistar da liberdade e da civilização já o conquistou, e que só lhe resta gozar o fruto das suas lutas. Pelo contrário, eu creio que existem ainda muitas outras coisas para fazer. Os homens estão apenas envernizados de civilização; mas mal são arranhados, logo aparece a pele do lobo. Os instintos são amansados mas não destruídos e o direito do mais forte é o único reconhecido. A Revolução Francesa abateu muitos privilégios, levantou muitos oprimidos; mas não fez mais do que substituir o domínio de uma classe pelo de outra. Porém deixou um grande ensinamento: os privilégios e as diferenças

sociais, sendo produto da sociedade e não da natureza, podem ser superados. A humanidade tem necessidade de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças; que os dominantes não venham a arrepender-se de ter deixado as massas num estado de ignorância e de ferocidade tal como estão agora!

NEUTRALIDADE ACTIVA E OPERANTE (*)

Mesmo na extraordinária confusão que a presente crise europeia criou nas consciências e nos partidos, todos estão de acordo num ponto: o presente momento histórico é de uma indizível gravidade, as suas consequências podem ser gravíssimas, e já que tanto sangue se derramou e tantas energias se destruíram, façamos de maneira que o maior número possível de problemas que o passado deixou insolúveis seja resolvido e a humanidade possa retomar a sua estrada sem que uma nuvem de tristezas e injustiças lhe impece ainda o caminho, sem que o seu futuro possa ser, nos tempos próximos, atravessado por outra destas catástrofes que venha a requerer de novo um outro, como este, formidável dispêndio de vida e de actividade.

E nós, socialistas italianos, propomo-nos o problema: «Qual deve ser a função do Partido Socialista *italiano* (repare-se, não do *proletariado* ou do *socialismo* em geral) no presente momento da vida *italiana*?»

Porque o Partido Socialista a que consagramos a nossa actividade é também *italiano*, isto é, aquela secção da Internacional Socialista que assumiu o dever de conquistar para a Internacional a nação italiana, este seu dever *imediato,* sempre *actual,* confere-lhe características *especiais, nacionais,* que o obrigam a assumir na vida italiana uma função específica, uma responsabili-

(*) Assinado A. Gramsci, *Il Grido del Popolo,* 31 de Outubro de 1914, secção «La guerra e le opinioni dei socialisti».

dade. É um Estado em potência, que vai amadurecendo, antagonista do Estado burguês, que procura, na luta constante com este último e no desenvolvimento da sua dialéctica interior, criar os órgãos para o superar e absorver. E é *autónomo* no desenvolvimento desta sua função, não dependendo da Internacional a não ser em relação ao fim supremo a alcançar e ao carácter que esta luta deve sempre apresentar como luta de classes.

Acerca do *modo* como esta luta deve afirmar-se nas várias contingências e do *momento* em que deve culminar na revolução, o único juiz competente é o P. S. I., o único que vive e conhece as diversas situações.

Só assim podemos legitimar o riso e o desprezo com que foram acolhidos por nós os impropérios de G. Hervé e as tentativas de abordagem dos socialistas alemães, um e outros falando em nome da Internacional de que se reputavam intérpretes autorizados, quando o P. S. I. baniu a fórmula da «neutralidade absoluta».

Porque, repare-se, não é sobre o conceito de neutralidade que se discute (neutralidade, bem entendido, do proletariado), mas sobre o *modo* desta neutralidade.

A fórmula da «neutralidade absoluta» foi utilíssima no primeiro momento da crise, quando os acontecimentos nos apanharam de improviso relativamente impreparados para a sua grandiosidade, porque só a afirmação dogmaticamente intransigente, aguda, podia levar-nos a opor um baluarte compacto e inexpugnável à primeira invasão das paixões, dos interesses particulares. Agora que da inicial situação caótica se precipitaram os elementos de confusão e que cada um deve assumir as suas responsabilidades, aquela só tem valor para os reformistas, que dizem não querer jogar *ternos secos* (mas deixam que os outros os joguem e os ganhem) e queriam que o proletariado assistisse como espectador imparcial dos acontecimentos, deixando que estes lhe criem a sua hora, enquanto os adversários criam a hora deles e preparam a sua plataforma para a luta de classes.

Mas os revolucionários que concebem a história como criação do próprio espírito, feita de uma série ininterrupta de rupturas operadas sobre as outras forças activas e passivas da sociedade, e preparando o máximo de condições favoráveis para a ruptura definitiva (a revolução), não devem contentar-se com a fórmula provisória «neutralidade absoluta», mas transformá-la na «neutralidade activa e operante». O que significa devolver à vida da nação o seu genuíno e natural carácter de luta de classes, enquanto a classe trabalhadora, obrigando a classe detentora do poder a assumir as suas responsabilidades, obrigando-a a levar até ao absoluto as premissas de que extrai a sua razão de existir, a aguentar o exame da preparação com que procurou chegar ao fim que dizia ser-lhe próprio, a obriga (no nosso caso, em Itália) a reconhecer que faliu completamente no seu objectivo, pois conduziu a nação, de que se proclamava única representante, para um beco sem saída, do qual só poderá sair abandonando ao próprio destino todos aqueles institutos que do seu presente e tristíssimo estado são directamente responsáveis.

Só assim será restabelecido o dualismo das classes, o Partido Socialista se libertará de todas as excrescências burgueses que o medo da guerra lhe pegou ao corpo (nunca como nestes últimos dois meses de socialismo teve tantos simpatizantes mais ou menos interessados). E tendo feito tocar com a mão no país (que em Itália nem tudo é proletário nem burguês, dado o pouco interesse que a grande massa do povo sempre demonstrou pela luta política e, portanto, é muito mais facilmente conquistável por quem saiba demonstrar energia e visão precisas dos seus destinos), como os que se diziam os seus mandatários se mostraram incapazes de qualquer acção, poderá preparar o proletariado a substituí-los, prepará-lo para operar a máxima ruptura que assinala a precipitação da civilização, duma forma imperfeita para outra mais perfeita.

Por isso, mais cauto, parece-me, deveria ter sido A. T. [1] que, a propósito do assim chamado caso Musso-

[1] Angelo Tasca sustentava no artigo «Il mito della guerra» (24 de Outubro) a linha oficial da direcção do P.S.I., a da neutralidade absoluta, fixada num apelo aos trabalhadores, lançado em Julho, depois de rebentar a Primeira Guerra Mundial. O «caso Mussolini» surgira quando o director do *Avanti!* tinha avançado (18 de Outubro) a tese da neutralidade relativa. Com efeito, Tasca reprovava a Mussolini o facto de ter ignorado o processo

lini, escreveu no passado número do *Grido*. Deveria distinguir entre o que nas declarações do director do *Avanti!* se devia a Mussolini homem «romagnolo» (também disto se falou) e o que era de Mussolini socialista *italiano*, em suma, tomar o que de vital podia existir no seu comportamento e sobre isso dirigir a própria crítica, reduzindo-o a nada, ou encontrar o plano de conciliação entre o formalismo doutrinário da remanescente direcção do partido e o *concretismo realista* do director do *Avanti!*

Mas errado me parece o núcleo central do artigo de A. T. Quando Mussolini diz à burguesia italiana: «Ide onde os *vossos* destinos vos chamam», isto é: «Se vocês consideram que é *vosso* dever declarar a guerra à Áustria, o proletariado não sabotará a vossa acção», não renega de facto o seu comportamento perante a guerra líbica que teve como resultado o que A. T. chama «o mito negativo da guerra». Enquanto se fala de «vossos destinos» deixa-se entender aqueles destinos que pela função histórica da burguesia culminam na guerra, e esta mantém, portanto, mais intenso ainda, conquistada a consciência do proletariado, o seu carácter de antítese irredutível aos destinos do proletariado.

Não é um abraço geral o que quer, portanto, Mussolini, nem uma fusão de todos os partidos numa unanimidade nacional, porque então a sua posição seria anti-socialista. Ele desejaria que o proletariado, tendo conquistado uma clara consciência da sua força de classe e da sua potencialidade revolucionária, e reconhecendo, de momento, a própria imaturidade para assumir o leme do Estado (para a fazer a [...] (²) uma disciplina ideal), e permitisse que na história deixassem operar as forças que o proletariado, não se sentindo em modo de substituir, considera mais fortes. E sabotar uma máquina

«pelo qual o proletariado, a parte melhor do proletariado, viu na guerra o símbolo preciso, mais seguro, mais incontestável, do sistema burguês, a expressão mais pura da própria escravidão de classe». Em poucas semanas, a posição de Mussolini sofria uma verdadeira reviravolta, do neutralismo relativo à intervenção. Seria então expulso do Partido Socialista e fundaria, em 15 de Novembro, *Il Popolo d'Italia*.

(²) No texto falta uma linha.

(a uma verdadeira sabotagem se reduz a neutralidade absoluta, sabotagem aceite entusiasticamente, de resto, pela classe dirigente) não significa que aquela máquina não seja perfeita e não seja útil para qualquer coisa.

Nem a posição mussoliniana exclui (pelo contrário, pressupõe-o) que o proletariado renuncie ao seu comportamento antagonístico, e possa, depois da falência ou da demonstrada impotência da classe dirigente, desembaraçar-se desta e apropriar-se das instituições públicas, pelo menos se eu interpretei bem as suas um pouco desorganizadas declarações e as desenvolvi segundo a sua própria linha.

Eu não sei imaginar um proletariado que seja como um mecanismo ao qual, no mês de Julho, foi dada corda com a chave da neutralidade absoluta e que, no mês de Outubro, não se pode deter sem o perigo de fragmentar-se.

Trata-se, pelo contrário, de homens que têm demonstrado, especialmente nestes últimos anos, possuir uma agilidade de pensamento e uma frescura de sensibilidade que a amorfa e desinteressada massa burguesa está bem longe de cheirar, de uma massa que tem mostrado saber muito bem assimilar e reviver os novos valores que o renascido Partido Socialista pôs em circulação. O que acontece é que provalvelmente nos mete medo o trabalho que seria necessário fazer para lhe fazer assumir este novo papel, que talvez fosse para ele o princípio do fim do seu estado de pupilo da burguesia.

Em todo o caso, que a cómoda posição da neutralidade absoluta não nos faça esquecer a gravidade do momento e não faça com que nos abandonemos, nem sequer por um instante, à ingénua contemplação e renúncia budista dos nossos direitos.

1916

O SÍLABO E HEGEL (*)

Também neste pequeno volume ([1]), Mario Missiroli recai nas mesmas deficiências e nos mesmos erros que tinham sido reprovados a um seu precedente trabalho, *La monarchia socialista:* concepção simplista, exposição muito sumária e que teria necessidade de ser particularizada e documentada para ter uma certa eficácia persuasiva. Verdadeiramente o autor defende-se antecipadamente ao escrever na advertência preliminar: «Não esqueça o leitor que eu prescindo de tudo o que não seja a pura lógica das ideias», mas com isto não diminui a sua suficiência. Serve-se desta lógica das ideias para explicar factos históricos, para justificá-los ou condená-los implicitamente, para traçar programas políticos, e tudo isto não se pode fazer sem sentir a necessidade e, em certo sentido, o dever moral de documentar as próprias elucubrações. Tratar como problema de cultura, abstractamente, uma questão que tem profundas raízes na história e nas consciências individuais é diletantismo, é bizantinismo, e não basta a vivacidade do engenho, que pode tornar agradável até a conversa mais vácua, para justificar esta literatura em que se especializaram precisamente Missiroli e Goffredo Bellonci.

Missiroli reduz a história que se está desenvolvendo perante os nossos olhos a um só problema, o religioso, e sustenta esta tese: no mundo latino existe uma terrível cisão nas consciências individuais; a criação do Estado

---

(*) Assinado Alfa Gama, *Il Grido del Popolo,* 15 de Janeiro de 1916, secção «Attualità libraria».

([1]) *Il Papa in guerra,* Bolonha, 1915.

laico surgido como oposição à autoridade eclesiástica lançou a Europa meridional numa crise da qual só a pode salvar uma forma social mais perfeita: a teocracia, entendida como perfeita unidade do pensamento e da consciência na vida. Esta unidade existe no mundo germânico. A nação germânica surgiu de uma crise religiosa, a reforma protestante consolidou-se e reforçou-se através duma azáfama do pensamento filosófico que a conduziu à criação do Estado moderno, no qual a cidadão é também o crente, visto que o idealismo filosófico, abolindo todos os idealismos e pondo na consciência individual o factor da consciência e da actividade criadora da história, o tornou independente de toda a autoridade de qualquer Sílabo (*). O que aconteceu, pelo contrário, em Itália? O Ressurgimento italiano foi um movimento político artificial, sem bases, sem raízes no espírito do povo, porque não foi precedido por uma revolução religiosa; o liberalismo de Cavour, separando o Estado da Igreja, e tornando-o antagonista desta como depositária do divino, na realidade cometeu um grande erro, porque não fez mais do que despir o Estado do seu valor absoluto. Um semelhante erro cometeu a democracia francesa, visto que aceitou em parte os postulados do idealismo germânico, abolindo violentamente o direito divino e o legitimismo, mas não conseguiu despir-se completamente do antigo dualismo católico, criando um Sílabo maçónico: a justiça absoluta superior às contingências históricas e às forças humanas preversas, não criação, em suma, da vontade, mas imposta por si sobre um trono como o Deus dos católicos. Eis por que, segundo Missiroli, nesta guerra, o papa é, na realidade, partidário da «Intesa» (**), porque nela encontra concepções semelhantes às suas, tendo a mesma nascente (semita, diriam os nacionalistas) na velha tradição cristã; o papa pode encontrar-se de acordo com os maçónicos mas não com os alemães. Nos maçónicos há a

(*) Sílabo: lista ou índice das doutrinas condenadas pelo papa; série de proposições incluídas pelo papa Pio IX na encíclica *Syllabus*, de 8-12-1864. *(N. do T.)*

(**) Tríplice aliança entre a Itália, a Austria e a Alemanha. *(N. do T.)*

possibilidade de absorção porque eles não substituíram nada em relação ao catolicismo a não ser nomes supérfluos; nos alemães existe, pelo contrário, a solidez granítica, inatacável, da consciência da identidade entre o divino e o humano, a ideia e o acto, o espírito e a história. Hegel matou qualquer possibilidade de Sílabo, o que não fez Rousseau, e do idealismo germânico germinaram e enxamearam todas as concepções anárquicas que criaram o caos na límpida tradição católica da latinidade.

Seria muito longo e não adequado ao carácter do *Grido* discutir e revelar todos os erros em que delira a fácil dialéctica de Missiroli. Importa relevar apenas este facto: a única conclusão a que se pode chegar, partindo das premissas do escritor, é que o catolicismo é matematicamente destinado a desaparecer. Se é verdade, e como tal o aceita Missiroli, o desenvolvimento histórico afirmado por Hegel, pelo qual do catolicismo se passa ao luteranismo, deste ao livre exame da escola de Tubinga (1) e, portanto, à filosofia pura que consegue finalmente ocupar o lugar que lhe compete na consciência humana, expulsando o bom velho deus, que entra no reino larvar, porque é que este processo se deverá limitar apenas à Alemanha? A perturbação que existe nas consciências latinas não será um estádio intermédio entre o transcendentalismo católico e maçónico e o imanentismo idealista? Se alguma coisa esta guerra eliminou com certeza foi a velha concepção da justiça absoluta, que se impõe por si e não tem necessidade de canhões ou de baionetas para se manter. Mesmo que a Alemanha seja vencida, não o será antes de ter imposto aos adversários a sua concepção do Estado, da justiça, da força, ou a que mais se lhe avizinha para manter o equilíbrio.

Quem sairá efectivamente derrotado da guerra será o catolicismo e o Sílabo, como entende Missiroli.

Este abstrair-se da história, este querer conservar o próprio pensamento acima dos factos, das correntes

(1) A escola de Tubinga, que floresceu entre os séculos XVIII e XIX, pôs o problema do cristianismo como problema eminentemente histórico.

sociais que se agitam e renovam continuamente a sociedade, para Missiroli parece uma prova de força, de austeridade moral admirável e de superioridade intelectual. E são, pelo contrário, a íntima fraqueza do Papado. Enquanto tudo se renova e renasce, o Papado corta um a um os laços que o poderiam ainda tornar uma força activa na história. Missiroli vê apenas duas religiões: o transcendentalismo católico e o imanentismo idealista derivado da Reforma. Na verdade, cada homem tem a sua religião, tem a sua fé que lhe preenche a vida e a torna digna de ser vivida.

Não foi em vão que Hegel viveu e escreveu. Como não se nega e não se supera o catolicismo ignorando-o, também não se supera e não se nega o idealismo ignorando-o ou tratando-o como uma simples questão de cultura.

As questões de cultura não são simples jogos de ideias que se resolvam separadamente da realidade. O ofício de comentador das encíclicas papais, neste momento de inconsciência e de politiqueirismo religioso, pode dar soberbas satisfações intelectuais no sentido que deriva do próprio isolamento, da própria compenetração num problema que os outros não sentem e nem sequer entrevêem, mas não faz sair a aranha do buraco. Resolve-se num elegante diletantismo filosófico que não é menos triste nem mais sério do que a ignorância e a incompreensão. Missiroli foi punido no seu próprio pecado: o seu volume tornou-se, para alguns, uma prova da actividade católica e do Papado que está outra vez em voga, enquanto se alguém está de novo em voga é apenas Mario Missiroli, verdadeiro papa do seu catolicismo, mestre infalível de um credo que nunca poderá ter fiéis porque já se tornou extra-histórico, jogo de paciência de uma aguda adesão, mas nem por isso menos inconcludente amplificadora de aforismos e afirmações que a história já superou. Na luta entre o Sílabo e Hegel, foi Hegel quem venceu, porque Hegel é a vida do pensamento que não conhece limites e se coloca a si próprio como alguma coisa de transeunte, de superável, sempre renovável como e segundo a história, e o Sílabo é a barreira, é a morte da vida interior, é um problema de cultura e não um facto histórico.

A COMEMORAÇÃO DE MISS CAVELL (*)

Um numeroso público assistia ontem de manhã, no vasto salão do Ambrosio, à comemoração que da heróica Miss Cavell (1) fez Luigi di San Giusto (2).

Comemoração sóbria no conteúdo, ainda que muito prolixa na forma exterior, literariamente convencional e banal. Parece-nos, porém, que tenha escapado à oradora o ponto central do drama espiritual da enfermeira inglesa, o seu drama íntimo, mais interessante do que o exterior drama encenado pela pronta e rigidamente feroz justiça militar alemã. Esta mulher, depois de ter abertamente, francamente, confessado e agravado a sua culpa, justificando-a orgulhosamente com o seu patriotismo, ao ponto de ser conduzida ao suplício, declara ao seu confessor: «Agora que me encontro só diante de Deus e da eternidade, dou-me conta que na vida o patriotismo não é tudo.» Para San Giusto este particular torna-se num puro e simples facto de crónica, sem importância e por isso não merecedor de desenvolvimento. Para nós, em todo este horrendo episódio da fria lógica militar, é ponto culminante e sugestivo em alto grau. Mas não vale a pena perguntar aos homens e às mu-

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 17 de Janeiro de 1916, secção «Il mercato delle parole».

(1) Edith Louisa Cavell (1865-1915), inglesa, enfermeira num hospital de Bruxelas, fuzilada pelos alemães por ter ajudado numerosos prisioneiros aliados a refugiarem-se em território holandês.

(2) Pseudónimo da escritora Luisa Macina Gervasio.

lheres de literatura mais do que podem ver e podem dar.

Percorríamos, escutando a oradora, outras jornadas trágicas inesquecíveis. Flores vermelhas de sangue desabrochavam sobre o pavimento rectilíneo da nossa cidade, feita de ordem, de tradição militar, alinhada nos quarteirões das suas casas monótonas, como um regimento do exército dos velhos duques sabóias. Numa cidade afastada da província de Le Marche ([3]), três desconhecidos caíam num dia paradoxalmente consagrado à liberdade estatutária e serpenteava por toda a Itália um vento de rebelião a demonstrar que o proletariado tinha conquistado uma consciência nacional, se descia às estradas e se deixava massacrar em obediência a um sentimento e a uma disciplina de solidariedade nacional. Assim nós comemorávamos os nossos mortos. Não com palavras vãs. Não com alusões soluçantes a diluídas entidades humanitárias, a enquadramentos gerais para vingar uma vida sacrilegamente violentada, mas com o enquadramento das nossas forças nas rígidas fileiras da solidariedade de classe, nas marés ondulantes de homens rudes que desciam aos *boulevards* citadinos a desfilar perante as portas fechadas dos pálidos homens, roídos de raiva contida e de medo. Assim comemorávamos os nossos mortos com o sangue dos nossos melhores e com a promessa dum amanhã melhor.

Por isso não podemos deixar de sentir mágoa pelo pequeno belga abatido, por Miss Cavell caída sob o chumbo dum oficial prussiano no cumprimento do seu dever

([3]) Em Ancona, em 7 de Junho de 1914, durante uma manifestação antimilitarista que culminou com um comício de Errico Malatesta, os manifestantes foram assinalados, com tiros de arma de fogo, pelos carabineiros. Três foram os mortos, entre a multidão, e 15 os feridos. Em 8 de Junho o P.S.I. e a CGIL proclamaram a greve geral nacional. Em Turim, no decurso de uma grande manifestação popular, houve recontros entre soldados e operários, dois dos quais foram mortos e oito feridos. Numerosos também os feridos entre os soldados e os carabineiros. (Cf. Paolo Spriano, *Torino operaia nella grande guerra,* Turim, 1960, pp. 61-67.)

de caridade. Mas é mágoa austera a nossa, que não flui em componentes de rima obrigatória nem se enquadra nas delirantes evasivas de um discurso de ocasião. Sentimo-nos presos como perante o volante de um automóvel que o nosso braço não pode parar e fechamos dentro de nós a dor que nos enubla as pupilas. Forças naturais irresistíveis transbordam por margens de papel de embrulho e vemos flutuar cadáveres sobre lívidas águas, cadáveres de crianças e de mulheres arrancadas de casa e do berço; e a sua morte parece-nos ainda mais trágica porque inútil, porque não corresponde a uma lógica de acção, a uma necessidade da própria conservação, mas unicamente a uma concepção mecânica do regulamento da disciplina. Mas não aspergimos os cabelos de cinzas, nem abanamos as ancas como fazem as carpideiras, pagas por um xis conforme o grau da sua comoção. Somos másculos nas nossas dores como o somos nas nossas vinganças. E por isso não podemos tomar-vos a sério, ó eternos hipócritas, vendedores de palavras e de fumo humanitário.

Reflectimos ao ler a proclamação que o duque d'Artois lançou também desta nossa Turim, invocando uma solidariedade de classe por parte dos coroados e dos nobres da Europa para a vingança do guilhotinamento de Luís XVI, que agora os belicosos legitimistas franceses querem beatificar, tendo falido em Valmy a tentativa de desforra; permanecemos rígidos perante a vossa nova proclamação que não tem ossatura e é um mercado de palavras. Não acreditamos na taumaturgia da batuta democrática e da justiça absoluta. Permanecemos rígidos na consciência da nossa amargura e na impotência de acção pela vossa parte. Mas recordamos... Porque nós vingamos os nossos mortos com o sacrifício, com o sangue do mais audaz e com a oferta do mais humilde, e não fazemos brincadeiras de justiça e de direito. E seremos nós a vingar Miss Cavell, quando privarmos uns da faculdade de violentar, outros da de enganar os belgas, os sérvios e os montenegrinos, vasos de argila entre os maciços vasos de cobre dos exércitos nacionais, e privarmos também os agentes da justiça de classe da fa-

culdade de massacrar os indefesos camponeses de Rocca Gorga (*) e os manifestantes de Ancona.

E num dia que não virá muito tarde, nós, proletariado internacional, alemão e belga, sérvio e búlgaro, francês e italiano, inglês e russo, quando o jogo das forças históricas antagonistas retomar o seu ritmo normal, faremos à nossa maneira a comemoração de Miss Cavell e dos seis milhões dos nossos camaradas que ensanguinaram os campos da luta infecunda. E o nosso não será um mercado de palavras...

(*) Em Rocca Gorga (Frosinone), a tropa disparou, em 6 de Janeiro de 1913, contra manifestantes camponeses. Houve sete mortos e uns quarenta feridos, um dos excídios mais graves antes da guerra.

SOCIALISMO E CULTURA (*)

Veio-nos parar às mãos, há algum tempo, um artigo no qual Enrico Leone, com aquela forma complicada e nebulosa que muito frequentemente lhe é própria, repetia alguns lugares-comuns sobre cultura e intelectualismo em relação ao proletariado, opondo-lhe a *prática*, o *facto histórico*, pelos quais a classe se está preparando, com as suas próprias mãos, para o futuro. Pensamos ser inútil voltar ao argumento, tratado já no *Grido* e que teve na *Avanguardia* juvenil um tratamento mais rigidamente doutrinal na polémica entre Bordiga, de Nápoles, e o nosso Tasca ([1]).

Recordemos dois fragmentos: um de um romântico alemão, Novalis (1772-1801), que diz: «O supremo problema da cultura é o de apropriar-se do próprio eu transcendental, de ser ao mesmo tempo o eu do próprio eu. Por isso surpreende pouco a completa falta de sentido

(*) Assinado Alfa Gama, *Il Grido del Popolo*, 29 de Janeiro de 1916.

([1]) No congresso nacional dos jovens socialistas, realizado em Bolonha de 20 a 23 de Setembro de 1912, quanto ao ponto respeitante à «educação e cultura da juventude», Tasca polemizou com o relator Amadeo Bordiga que sustentava não se dever sobrevalorizar a necessidade do estudo («Uma pessoa não se torna socialista com a instrução mas por necessidades reais da classe a que pertence.») Tasca, pelo contrário, sublinhava a urgência de uma renovação cultural, de um rejuvenescimento intelectual, do socialismo italiano. Bordiga chamou «culturalistas» a Tasca e aos que o apoiavam. Cf. *Avanguardia* de 20 de Outubro e 15 de Dezembro de 1912 e *Unità*, de Salvemini, de 12 a 26 de Outubro de 1912.

e inteligência dos outros. Sem uma perfeita compreensão de nós, não se poderão conhecer verdadeiramente os outros.»

O outro, que resumimos, de G. B. Vico. Vico (no *1.º Corollario intorno al parlare per caratteri poetici delle prime nazioni,* em *Scienza nuova*) dá uma interpretação política do famoso pensamento de Sólon que depois Sócrates adoptou quanto à filosofia: «Conhece-te a ti mesmo», sustentando que Sólon, com aquele juízo, quis repreender os plebeus, que acreditavam ser de *origem baixa* e os nobres de *origem divina,* levando-os a reflectir sobre si próprios, para se reconhecerem, com os nobres, de *igual natureza humana* e, por consequência, pretenderem ser com aqueles *igualados em direito civil.* E põe depois nesta consciência de igualdade humana entre plebeus e nobres a base e a razão histórica do aparecimento das repúblicas democráticas na antiguidade.

Não juntámos por acaso os dois fragmentos. Parece-nos que neles estão diluídos, se não profusamente expressos e definidos, os limites e os princípios sobre os quais se deve fundar uma justa compreensão do conceito de cultura, mesmo em relação ao socialismo.

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com factos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados, gente que crê ser superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória uma certa quantidade de dados e de datas, que aproveita todas as ocasiões para estabelecer quase uma barreira entre si e os outros. Serve para criar um certo intelectualismo flácido e incolor, tão criticado por Romain Rolland, que pariu uma caterva de presunçosos e desatinados, mais deletérios para a vida social do que os micróbios da tuberculose ou da sífilis para a beleza e sanidade física dos corpos. A estudantada que sabe um pouco de latim e de história, o advogado que conseguiu arrancar um

canudo à indolência e ao deixa-correr dos professores, acreditarão ser diferentes e superiores mesmo em relação ao melhor operário especializado que preenche na vida um papel bem preciso e indispensável e que, na sua actividade, vale cem vezes mais do que valem os outros na sua. Mas esta não é cultura, é pedanteria, não é inteligência mas bagagem intelectual, e contra ela se reage com razão.

A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. Mas tudo isto não pode acontecer por evolução espontânea, por acções e reacções independentes da própria vontade, como acontece na natureza vegetal e animal, em que cada coisa selecciona e especifica inconscientemente os próprios órgãos, por lei fatal das coisas. O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza. Não se explicaria de outro modo a razão por que, tendo sempre existido explorados e exploradores, criadores de riqueza e seus consumidores egoístas, não se tenha ainda realizado o socialismo. É que só grau a grau, estrato a estrato, a humanidade adquiriu consciência do seu próprio valor e conquistou o direito de viver independentemente afirmadas num tempo precedente. E esta consciência formou-se não sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns e depois por toda a classe, sobre as razões de certos factos e sobre os meios considerados melhores para os converter de ocasião de vassalagem em insígnia de rebelião e de reconstrução social. Isto quer dizer que cada revolução foi precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens, primeiro refractários e somente virados para resolver dia a dia, hora a hora, o seu problema económico e político, sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições. O último exemplo, o mais próximo de nós e por isso menos diferente do nosso, é o da Revolução Francesa. O período cultural anterior, cha-

mado Iluminismo, tão difamado pelos críticos fáceis da razão teórica, não foi de facto ou, pelo menos, não foi completamente, aquele esvoaçar de superficiais inteligências que discorriam de tudo e de todos com igual imperturbalidade, que se supunham homens do seu tempo só depois de ter lido a *Grande Enciclopédia* de D'Alembert e Diderot, não foi, em suma, só um fenómeno de intelectualismo pedantesco e árido, semelhante ao que vemos diante dos nossos olhos e que encontra a sua maior explicação nas universidades populares de ínfima ordem. Foi uma magnífica revolução, pela qual, como nota com agudeza De Sanctis na *História da Literatura Italiana,* se tinha formado em toda a Europa, como uma consciência unitária, uma internacional espiritual burguesa sensível em cada sua parte às dores e às desgraças comuns e que era a preparação melhor para a revolta sanguinosa que depois se verificou em França.

Em Itália, em França e na Alemanha discutiam-se as mesmas coisas, as mesmas instituições, os mesmos princípios. Cada nova peça de Voltaire, cada novo panfleto, eram a faísca que passava pelos fios já estendidos entre Estado e Estado, entre região e região, e encontrava os mesmos apoios e os mesmos opositores por toda a parte e contemporaneamente. As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um exército invisível de livros, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária. Mais tarde, quando os factos de França consolidaram as consciências, bastava um motim popular em Paris para desencadear outros semelhantes em Milão, Viena e nos mais pequenos centros. Tudo isto parece natural, espontâneo aos precipitados mas, pelo contrário, seria incompreensível se não se conhecessem os factores de cultura que contribuíram para criar os estados de ânimo prontos para as explosões por uma causa que se julgava comum.

O mesmo fenómeno se repete hoje com o socialismo. É através da crítica da civilização capitalista que se formou ou se está formando a consciência unitária do proletariado, e crítica quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista. Crítica quer dizer, com efeito,

a consciência do eu que Novalis apresentava como fim para a cultura. Eu que se opõe aos outros, que se diferencia e, tendo-se criado uma meta, julga os factos e os acontecimentos para além de si e para si, até como valores de propulsão ou de repulsa. Conhecer-se a si próprio quer dizer ser ele próprio, isto é, ser dono de si próprio, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina que tendem para um ideal. E não se pode obter isto se não se conhecem também os outros, a sua história, o desenrolar dos esforços que fizeram para serem o que são, para criar a civilização que agora queremos substituir pela nossa, quer dizer, ter noções de como é a natureza e as suas leis para conhecer as leis que governam o espírito. E aprender tudo sem perder de vista o objectivo último que é o de conhecer-se melhor a si próprio através dos outros e os outros através de si próprio.

Se é verdade que a história universal é uma cadeia de esforços que o homem desenvolveu para se libertar de privilégios, de preconceitos e de idolatrias, não se percebe porque é que o proletariado, que um outro anel quer ligar àquela cadeia, não deva saber como e porquê, por quem, foi precedido e que utilidade pode tirar deste saber.

VOZES DALÉM-TÚMULO (*)

Nós que fomos e somos internacionalistas de facto, sê-lo-emos amanhã também de direito, porque não é possível que os socialistas alemães e muito menos os franceses, ingleses e russos, que aceitaram a guerra em sua casa, nos queiram condenar.

Assim refere Guido Podrecca, na sua conferência no salão Ghersi, toda estriada daquela ligeireza e daquela imprudência charlatanesca que foi uma das causas maiores do seu afastamento da vida política e da sua morte, infelizmente muito precoce. Porque Guido Podrecca esquece que já antes da guerra ele tinha sido sepultado com todas as honras, que a tiragem do seu folheto anticlerical (1) tinha descido espantosamente, e que já só o tomavam a sério, em Itália, os sacristães e os párocos de província, que do alto do púlpito clamavam contra o Anticristo em presença da multidão estarrecida. O proletariado, já educado pela experiência viva e palpitante da luta de classes, estava farto deste falso profeta que, com toda a superficialidade fátua de uma cultura de varredor, continuava com o velho anticlericalismo desmiolado e fantasioso, mostrando no padre o eterno ini-

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 10 de Abril de 1916, secção «Sotto la Mole».

(1) O semanário anticlerical *L'Asino*, fundado em 1892. G. Podrecca, expulso do Partido Socialista em 1912, juntamente com os reformistas de direita Bissolati e Bonomi, foi dos primeiros a aderir ao fascismo.

migo, o único inimigo, falseando inconscientemente a história e entorpecendo o curso límpido das lutas sociais. Quem tinha superado os Bevione ([2]), os Castellini e os Piazza do jornalismo «giolittiano», quando elogiavam a fertilidade, a fecundidade, da terra prometida da Líbia, já não tinha o direito de pertencer à família do proletariado italiano, e a sua expulsão, breve e decidida, não provocou desgostos nem ecos de dor. O ramo seco caía da árvore vigorosa por esgotamento da seiva vital e o fogo fátuo delirante, nas suas anedotas de mau gosto, era reabsorvido pela terra gorda dos cemitérios. Era passado o tempo em que o socialismo, para se apoiar nas massas desorganizadas, se entretinha com todos os ocos escândalos, e batia e rebatia desesperadamente a todas as portas e se perdia nos blocos demo-maçónicos, para se poder afirmar ou para fazer escorregar no tumulto de rua a propaganda de um princípio seu, todo seu. O processo de individualização tinha-se completado e começava o do isolamento, de oposição a todos os primos de primeiro, segundo e terceiro graus, que se agarravam à triunfalmente robusta nova personalidade. E Podrecca e sócios foram expulsos, e passaram à pré-história, ao caos, ao reino do indistinto. A sua voz chega já fraca e desafinada aos nossos ouvidos, como uma voz de além-túmulo. O juízo é inapelável, honrosas vítimas da intransigência e do dominicanismo socialista. Continuem a revistar nas fossas, à pesca de escândalos de sacristia, a palrar contra a *Kultur* alemã, contra Kant, contra todos os que estão muito alto, para que as vossas unhas de meninos enfadados possam arranhar. Continuem a agarrar-se à fogueira de Giordano Bruno para fazer saltar uma fagulha de popularidade. De facto, Giordano Bruno ensinou que se deve ser implacável contra os que estão em erro e que, quando se quer obter uma saída e fazer triunfar uma verdade, é necessário isolar-se, ser intransigente e dominicano.

([2]) Giuseppe Bevione, ex-enviado especial de *La Stampa;* deputado nacionalista em 1914, passou à *Gazzetta del Popolo.*

VELHARIAS (*)

Acusam-nos de sermos velhos. Riem-se até de nós porque não mantemos todas as promessas, porque prometemos mais do que podemos manter. Em certos momentos, imersos como estamos nesta vida tumultuosa que nos circunda, sensíveis como somos às censuras, à cara iradamente zombeteira dos nossos adversários, sentimos também nós como uma diminuição de nós próprios, parece-nos que de facto somos decrépitos, que não conseguimos fazer sair dos lábios a palavra definitiva, a palavra que dê força aos nossos órgãos, que empreste vigor aos membros contraídos e os torne elásticos, aptos para a luta e para a conquista fecunda.

Mas uma breve reflexão expulsa este pessimismo. Sentimo-nos velhos porque o destino perverso nos fez nascer numa idade velha. São velhos o ar que respiramos, as instituições que nos regem, os homens com os quais estamos em luta. A cada golpe vigoroso contra este grupo de vermes, uma baforada de velhice obtura-nos o nariz; cada vez que agitamos esta matéria em decomposição é tal o nojo que nos investe que ineluctavelmente nos sentimos também nós contaminados. Como Lao-Tse da lenda chinesa, somos velhos crianças, gente que nasce aos oitenta anos. Um cúmulo de tradições passa sobre nós, e devemos dobrar os rins para o suportar; leis centenárias vinculam a nossa actividade actual

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 13-7-1916, secção «Sotto la Mole».

e o esforço para as superar deve sintetizar todos os esforços das gerações passadas, que não se recusaram a combater por nós, para nos abrir uma estrada menos cheia de espinhos e de obstáculos que, individualmente, não são nada e, no conjunto, são formidáveis. Faltava-nos a guerra para nos atirar sobre os membros este colchão amolecido de preconceitos, para fazer dos muitos fios subtis de seda uma rede inextricável.

Mas não é palavra de desconforto, a nossa. É preciso, pelo contrário, ter bem presente diante dos olhos lúcidos o obstáculo complexo para melhor o trespassar com o golpe do maço. A visão da vida social, como se nos oferece assim integral, renova a confiança e o propósito que só poucos podiam ter no passado. Os próprios camaradas de luta nos chamaram místicos da revolução; e éramo-lo no passado, porque a nossa era apenas intuição da realidade, não representação plástica, viva, do que se devia abater. Onde todos viam apenas «factos» singulares, «posições» singulares a conquistar com paciência para chegar finalmente ao cimo, víamos um muro compacto sobre o qual despejar, com um acto enérgico e voluntário, a massa das nossas forças.

Ou tudo ou nada, dizíamos nós. E a guerra deu-nos razão. Ou tudo ou nada deve ser o nosso programa de amanhã. O golpe de maço, não o despedaçar paciente e metódico. A avalanche irresistível, não a luta de toupeira das trincheiras fétidas. Somos jovens velhos. Velhos pelo acumular enorme de experiências que em pouco tempo armazenámos, jovens pelo vigor dos músculos, pelo desejo irresistível de vitória que nos avassala. A nossa geração de velhos jovens é a que deverá realizar o socialismo. Os nossos adversários esvaziaram-se no enorme esforço despendido para defender, cada um deles, o seu campo. Pois bem, sobre este tronco verdadeiramente decrépito vibramos o golpe final do nosso maço e a nossa hora chegará, solta pela nossa vontade irresistível mas decerto reflexiva.

LUTA DE CLASSES E GUERRA (*)

A doutrina de Karl Marx demonstrou também ultimamente a sua fecundidade e a sua eterna juventude, oferecendo um conteúdo lógico ao programa dos mais activos adversários do Partido Socialista, aos nacionalistas. Corradini saqueia Marx depois de o ter vituperado. Transporta da classe para a nação os princípios, as constatações, as críticas do estudioso de Tréveris; fala de nações proletárias em luta contra nações capitalistas, de nações jovens que devem substituir, para o desenvolvimento da história mundial, as nações decrépitas. E acha que esta luta se explica pela guerra, se afirma na conquista dos mercados, na subordinação económica e militar de todas as nações a uma só, aquela que, através do sacrifício do seu sangue e do seu bem-estar imediato, demonstrou ser a eleita, a digna.

Por isso Corrandi não combate, com palavras, a luta de classes. «Suprimir a luta de classes — diz ele — é o mesmo que suprimir a guerra. Não é possível. Ambas são vitais, uma no interior das nações, a outra fora. Servem para movimentar e reabastecer de material humano fresco, classes, nações, o mundo.» Mas este assalto às ideias marxistas para fins nacionalistas tem o defeito de todas as adaptações arbitrárias: falta-lhe uma base teórica, não se apoia em nenhuma experiência tradicional, pelo que, do ponto de vista da lógica formal, o raciocínio de Corradini é perfeito, mas perde todo o valor quando se quer tornar norma de vida, consciência de um dever. A história não mostra exemplos de um igual a um; esta igualdade é fórmula matemática,

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 19-8-1916, secção «Sotto la Mole».

não verificação de relação entre duas realidades afirmadas no passado ou actuais. Fulano é apenas igual a si próprio; não Fulano criança igual a Fulano homem adulto E assim a classe não é igual à nação e, portanto, não pode ter as mesmas leis. A prova é que, depois de afirmado o princípio, o próprio Corradini põe tais limitações que acaba, sem dar por isso, por arruinar toda a construção. Afirma que é preciso ensinar ao proletariado o máximo respeito pela produção.

E por *produção* entende o capitalismo nacional, isto é, o complexo de actividades económicas, boas e más, naturais e fictícias, que em parte servem para aumentar a riqueza investida em máquinas e instalações [*uma palavra censurada*], os socialistas querem socializar a exploração e, em grande parte, vivem dos danos do bem-estar geral e, portanto, especialmente do do proletariado. E respeitar isto parece um tanto difícil para os proletários, os quais não travam a luta de classes somente para aumentar os salários, como crê Corradini, naturalmente admirador dos reformistas nacionais, mas especialmente para substituir a própria classe que trabalha à dos capitalistas que a fazem trabalhar. E isto por aqueles princípios fundamentais do espírito humano, pelos quais cada homem quer que a sua actividade seja autónoma e não subordinada à vontade e aos interesses de outros. E como a burguesia francesa, exaltada por Corradini, lutou pela sua autonomia económica e atingiu contemporaneamente também a realização da autonomia nacional, que antes não existia, assim agora o proletariado internacional luta por uma coisa que ainda não existe, porque se luta sempre para alcançar qualquer coisa que ainda não se possui.

E esta nação proletária, que é a unificação de todos os proletários do mundo, supera a nação do mesmo modo que Karl Marx, que nutria a sua lógica com a realidade histórica, é superior a Enrico Corradini, que se diverte a encher a vasilha sem fundo da lógica formal com os torneados períodos da língua italiana, do mesmo modo como a luta de classes, moral porque universal, supera a guerra, imoral porque particularista, e feita não por vontade dos combatentes mas por um princípio que estes não podem partilhar.

A HISTÓRIA (*)

Dai à vida toda a vossa actividade, toda a vossa fé, todo o abandono sincero e desinteressado das vossas melhores energias. Mergulhai ainda, criaturas vivas, no vivo e palpitante futuro humano, até vos sentirdes um bloco com ele, até o receber todo em vós mesmos e sentir a vossa personalidade átomo de um corpo, vibrante partícula de um todo, corda sonora que recebe e transmite todas as sinfonias da história que vos sentis de contribuir e criar. Não obstante este abandono completo à realidade ambiente, não obstante esta ligação do vosso indivíduo ao jogo complicado das causas e feitos universais, sentis de improviso o sentido de qualquer coisa que vos falta, necessidades vagas e dificilmente determináveis, aquelas necessidades a que Schopenhauer chamava metafísicas.

Estais no mundo mas não sabeis porquê. Operais, mas não sabeis porquê. Sentis o vazio e desejais justificações para o vosso existir, operar, e parece-vos que não vos bastam as razões humanas, porque, andando de causa em causa, chegais a um ponto em que, para coordenar e regular o movimento, tendes necessidade de uma razão suprema, fora do conhecido e do conhecível para ser explicada. Tal como alguém que olhando para o céu e subindo de plano em plano no espaço que a ciência mediu sente sempre maiores dificuldades no seu fan-

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 29-8-1916, secção «Sotto la Mole».

tástico vagabundear pelo infinito, chega ao vazio e não pode conceber este vazio absoluto. Então povoa-o inconscientemente de criaturas divinas, de entidades sobrenaturais que coordenam o movimento vertiginoso e todavia lógico do universo. O sentimento religioso compõe-se destas aspirações vagas, destes instintivos e interiores raciocínios sem saída. E a todos permanece um certo vestígio no sangue, um certo frémito, mesmo em relação aos que mais fortemente conseguiram dominar estas manifestações inferiores, porque instintivas, porque impulsivas, do próprio eu.

Mas é a própria vida quem as vence, é a actividade histórica quem as cancela. Produtos da tradição, depósitos instintivos de milenárias épocas de terror e de ignorância da realidade circunstante, procura-se perseguir as suas origens. Explicá-las quer dizer superá-las. Torná-las em objecto de história quer dizer reconhecer a sua vacuidade. E então se retorna à vida activa, sente-se mais plasticamente a realidade da história. Reconduzindo para esta não só o facto mas também o sentimento, acaba por reconhecer-se que só nela está a explicação da nossa existência. Tudo o que é susceptível de história não pode ser sobrenatural, não pode ser o resíduo de uma revelação divina. Se alguma coisa é ainda inexplicável, isto é somente devido ao nosso imcompleto conhecimento, à ainda não alcançada perfeição intelectual. E este facto pode tornar-nos mais humildes, mais modestos, mas não ao ponto de nos lançar nos braços da religião. A nossa religião volta a ser a história, a nossa fé volta a ser o homem e a sua vontade e actividade. Sentimos este impulso enorme e irresistível que nos vem do passado, sentimo-lo no bem que nos traz, dando-nos a enérgica segurança de que o que foi possível sê-lo-á ainda, e com maiores probabilidades porque aproveitámos da experiência dos outros. E sentimo-lo no mal, nestes resíduos inorgânicos de estados de ânimo superados. E assim nos encontramos inevitavelmente em antítese com o catolicismo, afirmando-nos modernos. Porque sentimos o passado vivificar a nossa luta, mas domado, servo e não patrão, iluminante e não opressor.

OS JORNAIS E OS OPERÁRIOS (*)

É a época da publicidade para as assinaturas. Os directores e os administradores dos jornais burgueses arrumam as suas montras, passam uma mão de tinta pela tabuleta e chamam a atenção do passante (isto é, do leitor) para a sua mercadoria. A mercadoria é aquela folha de quatro ou seis páginas que todas as manhãs ou todas as tardes vai injectar no espírito do leitor os modos de sentir e de julgar os factos da actualidade política que mais convêm aos produtores e vendedores de papel impresso. Estamos dispostos a discorrer, com os operários especialmente, sobre a importância e a gravidade daquele acto aparentemente tão inocente que consiste em escolher o jornal que se pretende assinar? É uma escolha cheia de insídias e de perigos que deveria ser feita com consciência, com critério e depois de amadurecida reflexão. Antes de mais, o operário deve negar decididamente qualquer solidariedade com o jornal burguês. Deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja a sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num facto: combater a classe trabalhadora. E, de facto, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 22-12-1916, secção «Discorsi di stagioni».

pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar na obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar... pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. É a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com o seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Porquê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no eléctrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: «Porque tenho necessidade de saber o que há de novo.» E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com os quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e o quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os factos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há uma manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores...

O Governo aprova uma lei? É sempre boa, útil e justa, mesmo se... não é verdade. Desenvolve-se uma campanha eleitoral, política ou administrativa? Os candidatos e os programas melhores são sempre os dos partidos burgueses.

E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador.

Apesar disto, a aquiescência culposa do operário em relação ao jornal burguês é sem limites. É preciso reagir contra ela e despertar o operário para a exacta avaliação da realidade.

É preciso dizer e repetir que a moeda atirada distraidamente para a mão do ardina é um projéctil ofe-

recido ao jornal burguês que o lançará depois, no momento oportuno, contra a massa operária.

Se os operários se persuadissem desta elementaríssima verdade, aprenderiam a boicotar a imprensa burguesa, em bloco e com a mesma disciplina com que a burguesia boicota os jornais dos operários, isto é, a imprensa socialista.

Não contribuam com dinheiro para a imprensa burguesa que vos é adversária: eis qual deve ser o nosso grito de guerra neste momento, caracterizado pela campanha de assinaturas, feita por todos os jornais burgueses.

Boicotem-nos, boicotem-nos, boicotem-nos!

HOMENS OU MÁQUINAS? (*)

A breve discussão ocorrida na última reunião entre os nossos camaradas e alguns representantes da maioria a propósito dos programas para o ensino profissional merece ser comentada, ainda que breve e resumidamente. A observação do camarada Zini, («A corrente humanística e a profissional chocam-se ainda no campo do ensino popular; é necessário conseguir fundi-las mas não se deve esquecer que antes do operário existe ainda o homem, ao qual não se deve impedir a possibilidade de movimento nos mais amplos movimentos do espírito para o submeter depois à máquina») e os protestos do conselheiro Sincero contra a filosofia (a filosofia encontra especialmente adversários quando proclama verdades que ferem os interesses particulares) não são simples episódios polémicos ocasionais: são choques necessários entre quem representa princípios fundamentalmente diferentes.

1) O nosso Partido não apresentou ainda um programa escolar concreto que se diferencie dos tradicionais. Contentámo-nos, até agora, em afirmar o princípio geral da necessidade da cultura, seja elementar, profissional ou superior, e desenvolvemos este princípio, propagandeámo-lo com vigor e energia. Podemos afirmar que a diminuição do analfabetismo em Itália não se deve tanto à lei sobre o ensino obrigatório quanto à

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 24-12-1916, secção «La scuola e i socialisti».

vida espiritual, ao sentimento de certas e determinadas necessidades da vida interior, que a propaganda socialista soube suscitar nos estratos proletários do povo italiano. Mas não fomos mais longe. Em Itália, a escola continua a ser um organismo francamente burguês, no pior sentido da palavra. A escola média e superior, que é do Estado, isto é, paga com as receitas gerais e, portanto, também com os impostos directos pagos pelo proletariado, só pode ser frequentada por jovens filhos da burguesia, que gozam da independência económica necessária para a tranquilidade dos estudos. Um proletário, mesmo inteligente, mesmo se possuidor dos elementos necessários para se tornar num homem de cultura, é obrigado a dissipar as suas qualidades em actividade diversa, ou a tornar-se num frustrado, num autodidacta, isto é (com as devidas excepções), num meio homem, um homem que não pode dar tudo o que estaria ao seu alcance se se tivesse completado e fortalecido na disciplina da escola. A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que o seja. Todos os jovens deveriam ser iguais em relação à cultura. O Estado não deve pagar com o dinheiro de todos a escola para os medíocres e deficientes, filhos dos abastados, enquanto exclui os inteligentes e capazes, filhos dos proletários. A escola média e superior deve ser feita só para aqueles que sabem demonstrar ser dignos de a frequentar. Se é do interesse geral que ela exista e seja mantida e dirigida pelo Estado, é também do interesse geral que a ela possam ter acesso todos os inteligentes, qualquer que seja a sua potencialidade económica. O sacrifício da colectividade justifica-se só quando é usado em benefício de quem o merece. Por isso o sacrifício da colectividade deve servir especialmente para dar aos que merecem aquela independência económica que é necessária para poder dedicar tranquilamente o tempo ao estudo e poder estudar seriamente.

2. O proletariado, que é excluído das escolas de cultura média e superior pelas actuais condições da sociedade que determinam uma certa discriminação dos homens, não natural porque não baseada nas diferentes capacidades e, portanto, destruidora e inquinadora da produção, deve ser atirado para as escolas colaterais: técnicas e profissionais. As técnicas instituídas com critérios democráticos pelo ministro Casati, sofreram uma transformação, pelas necessidades antidemocráticas do orçamento estatal, que as desnaturou em grande parte. Acabaram por se tornar em inutilidades das escolas clássicas e num escoadouro inocente da mania de emprego pequeno-burguesa. As taxas de inscrição em contínua ascensão e as possibilidades determinadas que oferecem para a vida prática tornaram-nas também num privilégio de que, de resto, o proletariado se vê excluído, na sua maior parte, automaticamente, pela vida incerta e aleatória a que é obrigado o assalariado; vida que não é, decerto, a mais propícia para seguir com proveito um curso.

3. Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de se tornar homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do carácter. Uma escola humanista, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não obrigue a sua vontade, a sua inteligência e a sua consciência em formação a mover-se num sentido pré-estabelecido. Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecânica. Também os filhos dos proletários devem usufruir de todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar a sua própria personalidade no melhor sentido e, portanto, no modo mais produtivo para eles e para a colectividade. A escola profissional não deve tornar-se numa incubadora de pequenos monstros aridamente [1] instruídos para uma profissão, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, só com um golpe de vista infalível e a mão firme. Mesmo através da cultura profissional se pode fazer transformar a criança em homem, contanto que seja cultura educativa e não apenas informativa, não apenas prática manual. O conselheiro Sincero, que é um industrial, é um mesquinho burguês quando protesta contra a filosofia.

(1) No texto: avidamente.

Decerto que para os industriais mesquinhamente burgueses pode ser mais útil ter operários-máquinas em vez de operários-homens. Mas os sacrifícios a que toda a colectividade se sujeita voluntariamente para se tornar melhor e para fazer nascer do seu meio os melhores e os mais perfeitos homens que a levantem ainda mais devem beneficiar toda a colectividade e não apenas uma categoria ou uma classe.

É um problema de direito e de força. E o proletariado deve estar alerta para não sofrer outra opressão, para além das que já sofre.

A UNIVERSIDADE POPULAR (*)

Temos perante os nossos olhos o programa da Universidade Popular para o primeiro período 1916-1917. Cinco cursos: três dedicados às Ciências Naturais, um de Literatura Italiana e um de Filosofia. Seis conferências sobre argumentos vários: apenas dois deles oferecem, a partir do título, uma certa garantia de seriedade. Perguntamo-nos, às vezes, porque é que não foi possível solidificar em Turim um organismo para a divulgação da cultura, porque é que a Universidade Popular é aquela mísera coisa que é e não conseguiu impor-se à atenção, ao respeito, ao amor do público, porque é que não conseguiu formar um público. A resposta não é fácil, ou é muito fácil. Problema de organização, sem dúvida, e de critérios informativos. A melhor resposta deveria consistir em fazer alguma coisa de melhor, na demonstração concreta que se pode fazer melhor e que é possível reunir um público à volta de um fogo de cultura, contanto que este fogo seja vivo e aqueça de verdade. Em Turim, a Universidade Popular é uma chama fria. Não é nem universidade nem popular. Os seus dirigentes são diletantes em matéria de organização de cultura. O que os faz operar é um brando e pálido espírito de beneficência, não um desejo vivo e fecundo de contribuir para a elevação espiritual das massas através do ensino. Como nas instituições de vulgar beneficência, aqueles distribuem, na escola, uma quan-

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 29-12-1916.

tidade de víveres que enchem o estômago, produzem (quem sabe!) indigestões de estômago, mas não deixam um sinal, não têm um seguimento de nova vida, de vida diferente. Os dirigentes da Universidade Popular sabem que a instituição que guiam deve servir para uma determinada categoria de pessoas, a qual não pôde seguir estudos regulares nas escolas. E basta. Não se preocupam com o modo mais eficaz como esta categoria de pessoas pode aproximar-se do mundo do conhecimento. Encontram um modelo nas instituições de cultura já existentes: decalcam-no, pioram-no. Fazem mais ou menos este raciocínio: quem frequenta os cursos da Universidade Popular tem a idade e a formação geral de quem frequenta as universidades públicas; demos-lhe, portanto, um sucedâneo destas. E transcuram tudo o mais. Não pensam que a universidade é a foz natural de todo um trabalho precedente; não pensam que quando o estudante chega à universidade passou pela experiência das escolas médias e disciplinou nelas o seu espírito de pesquisa, colmatou com método os seus impulsos de diletante, é *um produto,* em suma, e desenvolveu-se lentamente, tranquilamente, caindo em erros e levantando-se, vacilando e voltando à estrada justa. Estes dirigentes não compreendem que as *noções,* separadas de todo este trabalho individual de pesquisa, são nem mais nem menos do que dogmas, verdades absolutas. Não compreendem que a Universidade Popular, tal como a guiam, se reduz a um ensino teológico, a uma renovação da escola jesuítica, onde o conhecimento é apresentado como qualquer coisa de definitivo, de apodicticamente indiscutível. Isto não se pratica nem mesmo nas universidades públicas. Estamos persuadidos que uma verdade só é fecunda quando se fez um esforço para a conquistar, que ela não existe em si e para si, mas foi uma conquista do espírito, devendo reproduzir-se, em cada um, aquele estado de ânsia que atravessou o estudioso antes de a alcançar. Portanto, os professores dignos desse nome, no momento de educar, dão uma grande importância à história da matéria que se propõem ensinar. Este modo de apresentar aos ouvintes a série de esforços, os erros e vitórias pelos quais passaram os homens para alcançar o actual conhecimento, é muito mais educativo do que a exposição esquemática deste mesmo conhecimento. Forma o estudioso, dá ao seu espírito a elasticidade da dúvida metódica que faz do diletante o homem sério, que purifica a curiosidade, vulgarmente compreendida, e a transforma em estímulo são e fecundo do cada vez maior e perfeito conhecimento. Quem escreve estas notas fala um pouco também por experiência pessoal. Da sua aprendizagem universitária [1], recorda com mais intensidade os cursos nos quais o professor lhe fez sentir o trabalho de pesquisa através dos séculos para conduzir com perfeição o método de análise. Para as ciências naturais, por exemplo, o esforço desenvolvido para libertar o espírito dos homens dos preconceitos e dos apriorismos divinos ou filosóficos para chegar à conclusão de que as nascentes de água têm a sua origem na precipitação atmosférica e não no mar. Para a filologia, como se chegou ao método histórico através das tentativas e erros do empirismo tradicional e como, por exemplo, os critérios e convicções que guiavam Francesco De Sanctis, ao escrever a sua história da literatura italiana, não eram mais do que verdades que se vinham afirmando através de fatigantes experiências e pesquisas que libertaram os espíritos das escórias sentimentais e retóricas que haviam inquinado, no passado, os estudos de literatura. E o mesmo para as outras matérias. Esta era a parte mais vital do estudo: este espírito criativo, que fazia assimilar os dados enciclopédicos e os fundia numa chama ardente de nova vida individual.

O ensino, desenvolvido desta maneira, torna-se num acto de libertação. Tem o fascínio de todas as coisas vitais. Deve afirmar a sua eficácia especialmente nas universidades populares, visto que aos ouvintes destas falta precisamente aquela formação intelectual que é necessária para se poder enquadrar num todo organizado os dados singulares da análise. Para eles, especialmente, o que é mais interessante e eficaz é a história

(1) Gramsci frequentou os cursos da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Turim, de 1911 a 1915, mas sem se licenciar. Os docentes com quem teve maior familiaridade foram Matteo Bartoli, Umberto Cosmò, Annibale Pastore e Arturo Farinelli.

da pesquisa, a história desta enorme epopeia do espírito humano, que lentamente, pacientemente, tenazmente, toma posse da verdade, conquista a verdade. Como do erro se chega à certeza científica. É o caminho que todos devem percorrer. Mostrar como foi realizado pelos outros é o ensino com resultados mais fecundos. É, além disso, uma lição de modéstia, que evita a formação da aborrecidíssima caterva de sabichões, os que crêem conhecer o universo só porque a sua memória feliz conseguiu arquivar nas suas rubricas um certo número de datas e noções particulares.

Mas as universidades populares, como a de Turim, gostam mais de oferecer cursos inúteis (só para encher) do tipo «A alma italiana na arte literária das últimas gerações» ou lições sobre «A conflagração europeia analisada por Vico», nos quais se atende mais ao fingimento do que à eficácia e a pessoa pretensiosa do conferencista adultera o que devia ser o trabalho modesto do professor, sabendo, todavia, que fala a gente inculta.

PREOCUPAÇÕES (*)

O correio traz-me uma circular da minha paróquia. Não conheço nem o pároco nem a paróquia, mas isto não impede que ambos existam e que eu seja uma ovelha do seu rebanho, e que eles pensem na minha saúde espiritual e que (quem sabe!) consagrem alguns minutos do seu precioso tempo a invocar do anjo anunciador o milagre do amolecimento do meu duro coração.

Por isso a circular me predispõe para a suavidade, a ternura. Solicita um contributo para a construção de um templo consagrado à Anunciação de Maria, desejaria reunir toda a Itália aos pés de Maria SS para implorar vitória e paz, protecção para os combatentes, eterno repouso para os caídos. É acompanhada de alguns exemplares de uma publicação periódica, *Devotemo-nos a Maria!;* recorda que a S.ª da Anunciada protegeu em mil batalhas os magnânimos príncipes da Casa Savoia, recorda que a imagem da deusa brilha no peito do nosso heróico soberano, no colar abençoado, e recorda, por isso, que ela é a especial protectora dos exércitos e dos soldados de Itália. Mas estas lembranças não têm sequer a virtude de indispor-me, de arrancar, ao menos, um pequeno grito à minha consciência de jacobino. A minha consciência está imersa num vago crepúsculo mitológico, a minha consciência é atormentada por outras preocupações. A actividade dos outros não me irrita, mesmo

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 31-12-1916, secção «Sotto la Mole».

que se situe nos antípodas da minha vontade e dos camaradas de ideal. Preocupa-me o facto de esta actividade ter por fim deixar em alguns metros quadrados da superfície do globo um vestígio arquitectónico que consuma pedra e cal, engenho e trabalho, de que resulta um edifício para o qual não se prevê uma utilidade no futuro, quando a actividade actual se tornará definitivamente mito, quando o edifício terá perdido para todos o seu carácter hierático e não será mais do que pedra e cal organizados em edifício. É uma preocupação viva e actual, esta. Seria desejável que tudo o que se produz de sólido na transformação geológica da superfície do mundo tivesse caracteres de perpetuidade e, portanto, tivesse possibilidades de adaptação a novas funções.

O homem passa. Uma geração é substituída por outra. A história dos homens é uma matriz fecunda de consciências sempre novas ainda que nutridas de velho, de tradição. Mas a matéria bruta não possui em si esta elasticidade de renovação. São os homens que lha transmitem quando têm a consciência desta sua projecção no futuro, deste reviver do seu esforço actual numa força de amanhã, quando transformam a estratificação geológica do mundo, quando extraem granito do monte ou cal da pedreira para os ordenar em muros e tectos, e procuram fazer tudo com critérios de continuidade para não ferir inutilmente o decrépito mundo, para não atulhar inutilmente o novo mundo que se debate para nascer. A circular do meu pároco preocupa-me muito neste vago crepúsculo mitológico no qual é imerso o estado de espírito. Mas não consigo vencer os sentimentos suaves e ternos.

É a mesma suavidade e ternura que se experimentam em presença de todas as criaturas imperfeitas. Pensa-se na sua fatal infecundidade, no esquecimento que as submergirá num tempo não longínquo. O mito pagão deixou monumentos de beleza que continuam a viver por este seu carácter de perenidade que fazem reviver algum dos sentimentos ancestrais. O mito cristão, pelo menos na nossa cidade, só deixará entulho, matéria fácil para a futura picareta. É motivo para preocupação. Confessemos que se isto faz pena pela sua impotência e esterilidade, acaba também por ser maçador.

1917

PROFANAÇÕES (*)

O pão da guerra — feito com mãos puras — é pão de comunhão — onde está a Pátria inteira — transubstanciada viva — como o corpo do Redentor — na oferta eucarística — Ano de Vitória MCMXVII.

É a inscrição ditada por G. d'Annunzio para a medalha a conferir aos padeiros que preparam melhor o pão da guerra. Para os católicos, a inscrição é uma blasfémia, uma profanação. Nas igrejas de Turim celebraram-se já tríduos de reparação; a opinião pública católica protestou por todos os modos; a D'Annunzio chamaram até Rapagnetta ([1]), máximo insulto para o esteta que ama as palavras harmoniosas. Profanação, estupidez. Profanação para o católico, estupidez para o racionalista. O racionalista não renega o misticismo. Compreende-o, explica-o e, portanto, esvazia-o do seu significado, do seu valor de propaganda. O racionalista não despreza o misticismo. Nega que tenha uma eficácia moral, uma eficácia construtiva, duradoura e sólida. O misticismo é instituição apaixonada de uma realidade fantástica, é fenómeno individual que nos indivíduos singulares pode determinar realizações perfeitas de vida moral. Mas é individual, não pode surgir como axioma, como programa de acção. É intuição, não raciocínio. É incomunicável na sua vida profunda e, portanto, tornando-se

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 29-1-1917, secção «Sotto la Mole».

([1]) Apelido originário da família de Gabriel d'Annunzio.

programa de vida, só pode ser aborrecida obra de símio, beatice vulgar, estúpido e imprudente verbalismo. Para os católicos, D'Annunzio profanou, para eles cometeu um acto sacrílego. Esquematizou o místico acto da transubstanciação de Cristo no ázimo pão eucarístico e aplicou o esquema a outras realidades: a pátria hoje, como ontem e amanhã a mulher, como sempre a palavra. E o sacrilégio não é apenas dannuziano, é dos católicos, dos monárquicos, dos republicanos e de todos os que fizeram da mística um axioma de acção e de propaganda [*quinze linhas censuradas*]. E, para alguns, pode muito bem ser assim. Os santos existem e existirão; os místicos que queimam numa chama de paixão sobre-humana todas as histórias da sua terrena existência e surgem como puro espírito existem e existirão. Mas esses vivem este misticismo e consomem-no; não podem comunicá-lo. Fazer da sua vida um axioma é sacrilégio. Axioma de acção pode ser a vontade, a análise, o estudo, a coerência, a disciplina, não o incognoscível, a obscuridade, o relâmpago revelador, a intuição que brota da profundidade do ser sem seguir alguma lei, sem apresentar caracteres de uniformidade. Quem tem como dogma de vida o misticismo é um macaco, não um homem, é um retórico, não um professor, quer seja D'Annunzio, o pregador da igreja católica, ou o jornalista do *trust* clerical. É um mistificador, inconsciente às vezes, quase sempre consciente dos fins que quer alcançar. Profanador, D'Annunzio? Simples mistificadores, D'Annunzio e os seus fustigadores que se recordam de Rapagnetta mas admiram aqueles famosos maçadores que são Paul Bourget ou Antonio Fogazzaro.

TRÊS PRINCÍPIOS, TRÊS ORDENS (*)

A ordem e a desordem são as duas palavras que mais frequentemente ocorrem nas polémicas de carácter político. Partidos da ordem, homens da ordem, ordem pública... Três palavras aproximadas por um eixo comum: a ordem sobre a qual as palavras se fixam e giram com maior ou menor aderência, consoante a concreta forma histórica que os homens, os partidos e o Estado assumem na sua múltipla e possível encarnação. A palavra ordem tem um poder taumatúrgico e a conservação das instituições políticas é confiada em grande parte a este poder. A ordem presente apresenta-se como qualquer coisa de harmonicamente coordenado, de estavelmente coordenado; e a multidão dos cidadãos hesita e receia, na incerteza do que uma mudança radical poderia trazer. O senso comum, o estúpido senso comum, prega usualmente que é melhor um ovo hoje do que uma galinha amanhã. E o senso comum é um terrível negreiro dos espíritos. Sobretudo quando para ter a galinha é preciso romper a casca do ovo. Forma-se na fantasia a imagem de qualquer coisa de ferido com violência; não se vê a ordem nova possível, mais bem organizada do que a velha, mais vital do que a velha, porque ao dualismo se contrapõe a unidade, à imobilidade estática da inércia, a dinâmica da vida que se move. Vê-se apenas o rasgão violento, e o ânimo assustado faz

(*) Não assinado, *La Città futura*, número único inteiramente redigido por Gramsci, publicado pela Federação Juvenil Socialista piemontesa, Turim, 11-2-1917, p. 1.

marcha atrás com o medo de perder tudo, de ficar perante o caos, a desordem inelutável. As profecias utopistas eram constituídas, por isso, tendo em vista este medo. Com a utopia queria-se defrontar uma ordem no futuro que fosse bem coordenada, bem clara e anulasse a impressão do salto no escuro. Mas as construções sociais utopistas desabaram todas, porque sendo assim claras e ordenadas, bastava demonstrar um dado infundado para as fazer desabar na sua totalidade. Estas construções não tinham base, porque eram muito analíticas, fundadas sobre uma infinidade de factos e não sobre um único princípio moral. Ora os factos concretos dependem de muitas causas que acabam por já não ter causa e por serem imprevisíveis. E o homem, para agir, tem necessidade, pelo menos em parte, de poder prever. Não se concebe vontade que não seja concreta, isto é, que não tenha uma finalidade. Não se concebe vontade colectiva que não tenha uma finalidade universal concreta. Mas isto não pode ser um facto singular ou uma série de factos singulares. Pode ser só uma ideia ou um princípio moral. O defeito orgânico das utopias está todo aqui: acreditar que a previsão possa ser previsão de factos, enquanto só o pode ser de princípios ou de máximas jurídicas. As máximas jurídicas (o direito é a moral actuada) são criações dos homens como vontade. Se quiserem dar a esta vontade uma certa direcção, ponham-lhes como finalidade o que só pode sê-lo; de outro modo, depois do primeiro entusiasmo, vê-las-ão aviltar-se e perder-se.

As ordens actuais foram suscitadas pela vontade de actuar totalmente um princípio jurídico. Os revolucionários de 1789 não previam a ordem capitalista. Queriam actuar os direitos do homem, queriam que fossem reconhecidos aos componentes da colectividade determinados direitos. Depois do rasgão inicial da velha casca, estes foram-se afirmando, foram-se concretizando e tornados forças operativas a partir de factos, plasmaram-nos, caracterizaram-nos e daí desabrochou a civilização burguesa, a única que podia desabrochar porque a burguesia era a única energia social criadora de facto e realmente operante na história. Os utopistas foram der-

rotados também nessa altura porque nenhuma das suas particulares previsões se realizou. Mas realizou-se o princípio e deste floriram as ordenações actuais, a ordem actual.

Seria um princípio universal o que se afirmou na história através da revolução burguesa? Certamente que sim. E no entanto costuma dizer-se que se J.-J. Rousseau pudesse ver que destino tiveram as suas prédicas, renegá-las-ia provavelmente. Nesta afirmação paradoxal contém-se uma crítica implícita ao liberalismo. Mas ela é paradoxal, isto é, afirma de modo injusto uma coisa justa. Universal não quer dizer absoluto. Na história nada existe de absoluto e de rígido. As afirmações do liberalismo são ideias-limites que, reconhecidas racionalmente necessárias, se transformaram em ideias-força, realizaram-se no Estado burguês, serviram para suscitar a este Estado uma antítese do proletariado e desgastaram-se. Universais para a burguesia, não o são suficientemente para o proletariado. Para a burguesia eram ideias-limite, para o proletariado são ideias mínimas. E de facto o programa liberal integral transformou-se em programa mínimo do Partido Socialista, isto é, o programa que nos serve para viver dia a dia, à espera que se julgue chegado o instante mais útil.

Como ideia-limite, o programa liberal cria o Estado ético, isto é, um Estado que idealmente está acima das competições de classe, do cruzamento e choque dos agrupamentos que compõem a realidade económica e tradicional. Este Estado é mais uma aspiração política do que uma realidade política; existe apenas como modelo utópico mas este seu ser é precisamente uma miragem que o torna robusto e o transforma numa força de conservação. Na esperança que ele se realize finalmente na sua completa perfeição, muitos encontram a força para o não renegarem e, portanto, para não procurarem substituí-lo.

Vejamos dois destes modelos que são típicos, que são a pedra de comparação para os dissertadores de teorias políticas: o Estado inglês e o Estado germânico. Ambos tornados grandes potências, ambos *conseguindo* afirmar-se, com directivas diferentes, como sólidos organismos políticos e económicos, ambos com direito a

um perfil bem definido, que os coloca frente a frente agora, e que sempre os tornou inconfundíveis.

A ideia que serviu como motor das forças internas, paralelas, pode resumir-se na palavra *liberalismo* para a Inglaterra e nas palavras *autoridade com a razão* para a Alemanha.

Liberalismo é a fórmula que compreende toda uma história de lutas, de movimentos revolucionários para a conquista das liberdades individuais. É a *forma mentis* que se foi criando através destes movimentos. É a convicção que se foi formando no cada vez maior número de cidadãos que, através destas lutas, acabaram por participar na actividade pública e para os quais o segredo da felicidade residia na livre manifestação das próprias convicções, na livre explicação das forças produtivas e legislativas do país. Felicidade, naturalmente entendida no sentido de que tudo o que sucede de mal não é por culpa dos indivíduos e de que tudo o que não consegue realizar-se se deve apenas ao facto de os iniciadores não possuírem ainda a força para afirmar vitoriosamente o seu programa.

Para a Inglaterra, o *liberalismo* encontrou em Lloyd George, para citar um exemplo de antes da guerra, o seu propugnador teórico-prático, o qual, ministro de Estado, sabendo que as suas palavras adquiriam significado de programa de Governo, disse aos operários, num comício público, mais ou menos isto: «Nós não somos socialistas, isto é, não propomos imediatamente a socialização da produção. Mas não temos preconceitos teóricos contra o socialismo. A cada um o seu lugar. Se a sociedade actual é ainda capitalista, isto quer dizer que o capitalismo é ainda uma força historicamente não esgotada. Vocês, socialistas, dizem que o socialismo está amadurecido. Provem-no. Provem ser a maioria, provem ser, não só potencialmente mas também em acto, a força capaz de reger os destinos do país. E nós vos deixaremos o lugar pacificamente.» Palavras que a nós, habituados a ver no Governo qualquer coisa de esfíngico, desligado completamente do país e de todas as polémicas vivas sobre ideias e factos, parecem assombrosas. Mas não o são e não são sequer retórica vazia, se se pensar que há mais

de 200 anos se travam, em Inglaterra, lutas políticas na rua e que o direito à livre afirmação de todas as energias é um direito conquistado e não um direito natural, que se presume como tal em si e para si. E basta recordar que o Governo radical inglês retirou à Câmara dos Lordes o direito de voto para poder transformar em realidade a autonomia irlandesa e que Lloyd George se propunha, antes da guerra, fazer votar um projecto de lei agrária, pela qual (posto como axioma que quem possui meios de produção e não os faz adequadamente produzir perde os seus direitos absolutos) muitas das propriedades privadas dos agrários lhes eram confiscadas e vendidas a quem as pudesse cultivar. Esta forma de socialismo de Estado burguês, isto é, socialismo não socialista, procedia assim para que o proletariado não visse com maus olhos o Estado como governo, e persuadido, com razão ou sem ela, de que, sendo tutelado, poderia conduzir a luta de classes com discrição e sem aquela exasperação moral que caracteriza o movimento operário.

A concepção do Estado germânico está nos antípodas da inglesa, mas produz os mesmos efeitos. O Estado alemão é proteccionista por *forma mentis*. Fichte forneceu o código do Estado fechado, isto é, do Estado regido pela razão. Do Estado que não deve ser deixado em poder das forças livres e espontâneas dos homens, mas deve, em cada coisa, em todos os actos, imprimir o selo de uma vontade, de um programa estabelecido, pré-ordenado pela razão. Por isso o Parlamento não tem, na Alemanha, o poder que possui noutros lados. É simplesmente consultivo, de manter só porque racionalmente não se pode admitir a infalibilidade dos poderes executivos e também porque do Parlamento, da discussão, pode sair a verdade. Mas a maioria não tem direito reconhecido à verdade. O Ministério (o Imperador) permanece o árbitro que julga e escolhe, e só é substituído por vontade imperial. Mas as classes têm a convicção, não retórica, não supina, mas formada através de dezenas de experiências de recta administração, de observada justiça distributiva, que os seus direitos à vida estão tutelados e que a sua actividade deve con-

sistir em procurar tornar-se maioria, para os socialistas, e em conservar-se maioria e demonstrar continuamente a sua necessidade histórica, para os conservadores. Um exemplo: a votação, aprovada também pelos socialistas, do bilião para aumentar as despesas militares, ocorrida em 1913. A maioria dos socialistas votou a favor porque o bilião foi tirado não da generalidade dos contribuintes mas de uma expropriação (pelo menos aparente) aos grandes rendimentos. Pareceu uma experiência de socialismo de Estado, pareceu um *justo princípio* fazer pagar aos capitalistas as despesas militares, e assim se votaram créditos que beneficiavam exclusivamente a burguesia e o partido militar prussiano.

Estes dois tipos de ordem constituída são o modelo base dos partidos da ordem em Itália. Os liberais e os nacionalistas dizem (ou diziam), respectivamente, desejar que em Itália se criasse qualquer coisa de semelhante ao Estado inglês e ao Estado germânico. A polémica contra o socialismo é totalmente tecida sobre a aspiração deste Estado ético potencial em Itália. Mas à Itália faltou completamente aquele período de desenvolvimento que tornou possível as actuais Alemanha e Inglaterra. Portanto, se levarem até às últimas consequências os raciocínios dos liberais e dos nacionalistas italianos, obterão como resultado, presentemente, esta fórmula: *o sacrifício por parte do proletariado*. Sacrifício das próprias necessidades, sacrifício da própria personalidade, da própria combatividade para dar tempo ao tempo, para permitir que a riqueza se multiplique, para permitir que a administração se purifique [*três linhas censuradas*]. Os nacionalistas e os liberais não chegam a sustentar que existe em Itália uma dada ordem. Sustentam que esta ordem deverá existir contanto que os socialistas não impeçam a sua fatal instauração.

Este estado de facto das coisas italianas é, para nós, fonte de maior energia e de maior combatividade. Se se pensar quanto é difícil convencer a mover-se um homem que não tenha razões imediatas para o fazer, compreende-se quanto é mais difícil convencer uma multidão nos Estados onde não existe, como em Itália, por parte do Governo, a posição de sufocar-lhes as aspi-

rações, de cortar-lhes, por todos os modos, a paciência e a produtividade. Nos países onde não sucedem os conflitos de rua, onde não se vêem esmagadas as leis fundamentais do Estado, nem se vê o arbítrio como dominador, a luta de classes, perde a sua aspereza, o espírito revolucionário perde ímpeto e desanima. A assim chamada lei do mínimo esforço, que é a lei dos poltrões, e quase sempre quer dizer não fazer nada, torna-se popular. Naqueles países a revolução é menos provável. Onde existe uma ordem, é muito difícil que se decidam a substituí-la por uma ordem nova [*uma linha censurada*].

Os socialistas não devem substituir ordem por ordem. Devem instaurar a ordem em si. A máxima jurídica que eles querem realizar é: *possibilidade de actuação integral da própria personalidade humana, concedida a todos os cidadãos*. Com o concretizar desta máxima, caem todos os privilégios constituídos. Concede-se a máxima liberdade com o mínimo de pressão. Deseja-se que a regra de vida e das atribuições seja a capacidade e a produtividade, fora de todos os esquemas tradicionais; que a riqueza não seja instrumento de escravidão, mas, sendo de todos impessoalmente, dê a todos os meios para todo o bem-estar possível; que a escola eduque os filhos inteligentes, nascidos não importa de quem, e não represente o prémio [*quatro linhas censuradas*]. Desta máxima dependem organicamente todos os outros princípios do máximo programa socialista. Isto, repetimos, não é utopia. É universal e concreto, pode ser actuado pela vontade. É princípio de ordem, da ordem socialista. Daquela ordem que actuará em Itália, assim o cremos, primeiro do que nos outros países [*quatro linhas censuradas*].

INDIFERENTES (*)

Odeio os indiferentes. Creio, com Federico Hebbel, que «viver significa participar». Não podem existir os apenas *homens*, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e participante. Indiferença é abulia, é parasitismo, é cobardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

A indiferença é o peso morto da história. É a bola de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam quase sempre os entusiasmos mais esplendentes, é o fosso que cerca a velha cidade e a isola melhor dos muros mais sólidos, do peito dos seus guerreiros, porque devora nas suas águas limosas os assaltantes, os dizima e desencoraja, e os faz desistir, algumas vezes, da empresa heróica.

A indiferença opera poderosamente na história. Opera passivamente mas opera. É a fatalidade; é aquilo sobre o que não se pode contar; é o que perturba os programas, que destrói os planos, mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a destroça. O que sucede, o mal que se abate sobre todos, o possível bem que um acto heróico (de valor universal) pode gerar, não é tanto devido à iniciativa dos poucos que operam como da indiferença, do absentismo de muitos. O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer,

(*) Não assinado, *La Città futura*, 11-2-1917, p. 1.

deixa agrupar os nós que depois só a espada poderá cortar, deixa promulgar as leis que depois só a revolta fará anular, deixa exercer o poder a homens que depois só um motim poderá derrubar. A fatalidade que parece dominar a história não é mais do que a aparência ilusória desta indiferença, deste absentismo. Os factos maturam na sombra; poucas mãos não vigiadas por nenhum controle, tecem a teia da vida colectiva, e a massa ignora porque não se preocupa. Os destinos de uma época são manipulados conforme as visões restritas, as finalidades imediatas, as ambições e paixões pessoais dos pequenos grupos activos, e a massa dos homens ignora-os porque não se preocupa. Mas os factos amadurecidos acabam por desaguar; mas a teia tecida na sombra acaba por se cumprir: e então parece que é a fatalidade a derrotar tudo e todos, parece que a história não é mais do que um enorme fenómeno natural, uma erupção, um terramoto de que todos são vítimas, quem quis ou não quis, quem sabia ou não sabia, quem tinha estado activo ou indiferente. E este último irrita-se, desejaria subtrair-se às consequências, desejaria que se tornasse claro que ele não contribuiu em nada, que não é responsável. Alguns choramingam piedosamente, outros blasfemam obscenamente, mas nenhum ou poucos se interrogam: se tivesse feito o meu dever, se tivesse procurado fazer valer a minha vontade, o meu conselho, teria sucedido o que sucedeu? Mas nenhum ou poucos se autocriticam pela sua indiferença, pelo seu cepticismo, por não terem emprestado o seu braço e a sua actividade aos grupos de cidadãos que combatiam para evitar tal mal e se propunham conquistar tal bem.

A maior parte deles, pelo contrário, perante os acontecimentos consumados, preferem falar de falência ideal, de programas definitivamente desmoronados e de outras brincadeiras semelhantes. Recomeçam assim a sua ausência de qualquer responsabilidade. E não é porque não vejam as coisas claras e que, algumas vezes, não sejam capazes de prospectar belíssimas soluções para problemas mais urgentes ou para os que, embora requerendo ampla preparação e tempo, são de igual modo urgentes. Mas estas soluções permanecem belissimamente infecundas, mas este contributo à vida colectiva não é animado por nenhuma luz moral, é produto de curiosidade intelectual, não de pungente sentido de responsabilidade histórica que implica uma vitalidade total na vida, que não admite agnosticismos e indiferenças de qualquer género.

Odeio os indiferentes, também porque me aborrece a sua lamúria de eternos inocentes. Peço contas a cada um deles sobre o modo como desenvolveu a função que a vida lhe pôs e lhe põe quotidianamente, do que fez e especialmente do que não fez. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar a minha piedade, que não devo repartir com eles as minhas lágrimas. Sou participante, vivo, sinto já pulsar nas consciências viris da minha gente a actividade da cidade futura que a minha gente está construindo. E nela a cadeia social não pesa sobre poucos, para ela cada coisa que sucede não se deve ao acaso, à fatalidade, mas é inteligente obra dos cidadãos. Não há nela ninguém que esteja à janela, enquanto os poucos se sacrificam, se esgotam no sacrifício; e aquele que está à janela, de atalaia, quer usufruir do pouco bem que a actividade dos poucos consegue e desafoga a sua desilusão vituperando o sacrificado, o esgotado, porque não conseguiu o seu intento.

Vivo, sou participante. Por isso odeio o que não participa, odeio os indiferentes.

DISCIPLINA E LIBERDADE (*)

Associar-se a um movimento significa assumir uma parte das responsabilidades dos acontecimentos que se preparam, tornar-se destes acontecimentos os artífices directos. Um jovem que se inscreve no movimento juvenil socialista cumpre um acto de independência e de libertação. Disciplinar-se é tornar-se independente e livre. A água é água pura e livre quando corre entre as duas margens de um riacho ou de um rio, não quando se espalha caoticamente no solo ou, rarefacta, paira na atmosfera. Quem não segue uma disciplina política é por isso matéria em estado gasoso ou matéria contaminada por elementos estranhos: portanto inútil e danosa. A disciplina política faz precipitar estas sujidades e dá ao espírito o seu melhor metal, à vida uma finalidade, sem a qual não valeria a pena ser vivida. Cada jovem proletário que sinta quanto é pesado o fardo da sua escravidão de classe, deve cumprir o acto inicial da sua liberdade, inscrevendo-se no Centro Juvenil Socialista mais próximo de sua casa.

(*) Não assinado, *La Città futura*, 11-2-1917, p. 2.

MARGENS (*)

1

O esforço feito para conquistar uma verdade faz aparecer um pouco como pessoal a própria verdade, mesmo se à sua nova enunciação não se juntou nada de verdadeiramente próprio, não se deu sequer uma leve coloração pessoal. Eis por que muitas vezes se plagiam os outros inconscientemente e ficamos desiludidos com a frieza como são acolhidas afirmações que julgávamos capazes de agitar, de entusiasmar. Meu amigo, repetimo-nos com desconsolo, o teu era o ovo de Colombo. Pois bem, não me importa de ser o descobridor do ovo de Colombo. Prefiro repetir uma verdade já conhecida do que estragar a inteligência para fabricar paradoxos brilhantes, espirituosos jogos de palavras, acrobatismos verbais que fazem sorrir mas não fazem pensar.

A jardineira plebeia é sempre a sopa mais nutritiva e mais apetitosa porque é preparada com os legumes mais usuais. Gosto de ver engoli-la, com grandes colheradas, pelos homens fortes e ricos de suco gástrico que contêm o futuro na força da sua vontade e dos seus músculos. A verdade mais batida nunca foi repetida o suficiente para que se torne máxima e estímulo para a acção de todos os homens.

(*) Não assinado, *La Città futura*, 11-2-1917, p. 3.

2

Quando discutes com um adversário, experimenta a pôr-te no seu lugar. Compreendê-lo-ás melhor e acabarás talvez por te convencer que tem alguma (ou muita) razão. Segui durante algum tempo este conselho das pessoas avisadas. Mas os panos dos meus adversários eram tão sujos que concluí: é melhor ser injusto algumas vezes do que provar de novo este nojo que te faz desmaiar.

3

As deserções do socialismo por parte de muitos chamados intelectuais (a propósito, intelectual quer dizer sempre inteligente?) tornaram-se para os idiotas a melhor prova da pobreza moral da nossa ideia. O facto é que fenómenos semelhantes aconteceram e acontecem em relação ao positivismo, ao nacionalismo, ao futurismo e a todos os outros *ismos*. Existem os provocadores de crises, as pequenas almas sempre à procura de um ponto fixo, que se atiram à primeira ideia que se lhes apresente com a aparência de poder transformar-se em ideal e dela se nutrem até quando dura o esforço para dela se apossessarem. Quando chegam ao fim do esforço e se dão conta (mas isto é efeito, no fundo, da pouca profundidade espiritual, do fraco engenho) que ela não explica tudo, que existem problemas cuja solução (admitindo que existe) está fora daquela ideologia (com a qual pode estar coordenada num plano superior), atiram-se a qualquer outra coisa que seja uma verdade, que represente ainda uma incógnita e, portanto, apresente probabilidades de novas satisfações. Os homens procuram sempre fora de si a razão das próprias falências espirituais; não querem convencer-se que a causa é sempre e só a sua alma, a sua falta de carácter e de inteligência. Existem os diletantes da fé, assim como os diletantes do saber.

Isto na melhor das hipóteses. Para muitos, a crise de consciência não é mais do que uma letra vencida ou o desejo de abrir uma conta-corrente.

4

Diz-se que na Itália existe o pior socialismo da Europa. Admitamos que é verdade: a Itália teria o socialismo que merece.

5

O progresso consiste apenas na participação de um cada vez maior número de indivíduos. O egoísmo é o colectivismo dos apetites e das necessidades de uma pessoa: o colectivismo é o egoísmo de todos os proletários do mundo. Os proletários não são decerto altruístas no sentido que a esta palavra dão os humanistas entre aspas. Mas o egoísmo do proletariado é nobilitado pela consciência que tem o proletariado de não poder totalmente apagá-lo sem que o tenham apagado, ao mesmo tempo, todos os outros indivíduos da sua classe. E por isso o egoísmo proletário cria imediatamente a solidariedade de classe.

6

Já foi dito: o socialismo morre no próprio momento em que se demonstra que a sociedade futura (que os socialistas diziam estar criando) era apenas um mito bom para os loucos. Até eu acredito que o mito se dissolveu em nada. Mas a sua dissolução era necessária. O mito vinha-se formando quando era ainda viva a superstição científica, quando se tinha uma fé cega em tudo o que era acompanhado do atributo *científico*. A conquista desta sociedade modelo era um postulado do positivismo filosófico, da filosofia *científica*. Mas esta concepção não era científica, era apenas mecânica, aridamente mecânica. Dela ficou a lembrança descolorida no reformismo teórico (porém, até a *Critica sociale* mudou de nome: «Revista do socialismo científico») de Claudio Treves, um jogo de fatalismo positivista cujas determinantes são energias sociais abstraídas do homem e da vontade, incompreensíveis e absurdas: uma forma de misticismo árido e sem impulsos de paixão sentida. Esta era uma visão livresca, literária, da vida; vê-se a

unidade, o efeito, não se vê o múltiplo, o homem de que a unidade é a síntese. A vida é para estes como uma avalanche que se observa ao longe, na sua irresistível marcha. Posso pará-la?, interroga-se o *homunculus*; não, portanto ela não segue uma vontade. Porque a avalanche humana obedece a uma lógica que, caso a caso, pode não ser a minha, individual, e eu, indivíduo, não tenho a força para a fazer parar ou para a desviar, convenço-me que ela não tem uma lógica interior, mas obedece a leis *naturais* inquebráveis.

Veio a *débâcle* da ciência, melhor dizendo, a ciência limitou-se a cumprir a única função que lhe era concedida; perdeu-se a cega confiança nas suas deduções e, portanto, desapareceu o mito que ela tinha conseguido suscitar potentemente. Mas o proletariado renovou-se; nenhuma desilusão consegue enxugar a sua convicção, como nenhuma geada destrói o rebento cheio de seiva vital. Reflectiu sobre as próprias forças, e sobre quanta força é necessária para a conquista dos seus fins. Nobilitou-se em mais alto grau pela consciência das cada vez maiores dificuldades que agora observa, e pelo propósito dos cada vez maiores sacrifícios que sente ter de fazer. Experimentou um processo de interiorização: transportou-se do exterior ao interior a acção da história: a um período de expansão sucede sempre um de intensificação. À *lei natural*, ao *fatal movimento das coisas* dos pseudocientistas sucedeu *a vontade tenaz do homem*.

O socialismo não morreu porque não morreram para ele os homens de boa vontade.

7

Zombou-se e zomba-se ainda do valor *número*, que seria apenas um valor democrático, não revolucionário: a célula, não a barricada. Mas o *número*, a *massa*, serviu para criar um novo mito: o mito da universalidade, o mito da maré que cresce irresistível e fragorosa e deitará ao chão a cidade burguesa apoiada nas escoras do

privilégio. O número, a massa (tantos na Alemanha, em França, na América, em Itália ... que todos os anos crescem, crescem...), soldou a convicção que cada pessoa tem de participar em qualquer coisa de grandioso que está amadurecendo e da qual cada nação, cada partido, cada secção, cada grupo, cada indivíduo, é uma molécula que recebe e restitui fortalecida a seiva vital que, ao circular, enriquece todo o conjunto do corpo socialista mundial. Os milhões de infusórios que nadam no oceano Pacífico constroem intermináveis bancos de coral abaixo do nível da água: um terramoto faz aflorar os bancos e um novo continente se forma. Os milhões de socialistas dispersos pelo mundo trabalham, também eles, para a construção de um continente novo; e o terramoto [*duas linhas censuradas*].

8

É mais fácil convencer quem nunca participou na vida política do que quem já pertenceu a um partido feito e rico de tradições. É imensa a força que a tradição exerce sobre o espírito. Um clerical ou um liberal que se transformem em socialistas são outras tantas máquinas de surpresas que podem explodir de um momento para o outro, com efeitos letais para a nossa estrutura. Os espíritos virgens dos homens do campo, quando se convencem de uma verdade, sacrificam-se por ela, fazem todo o possível para a actuar. Quem se converteu está sempre ligado a qualquer coisa de relativo. Já experimentou em si próprio quanto é fácil errar ao escolher a própria via e, portanto, permanece nele um fundo de cepticismo. Quem é céptico não tem a coragem suficiente para a acção.

Prefiro que do movimento se aproxime um camponês do que um professor universitário. Com a diferença que o camponês deveria procurar adquirir tanta experiência e tanta capacidade quanta pode ter um professor de universidade, para não tornar estéril a sua acção e o seu possível sacrifício.

9

Acelerar o futuro. Esta é a necessidade mais sentida pela massa socialista. Mas o que é o futuro? Existe como qualquer coisa de verdadeiramente concreto? O futuro não é mais do que projectar para a frente a vontade de hoje, considerando já modificado o ambiente social. Portanto, acelerar o futuro significa duas coisas. Conseguir estender esta vontade a um número tão grande de homens quanto se presume seja necessário para tornar frutuosa a própria vontade. E este seria um progresso quantitativo. Ou então: conseguir transformar esta vontade de tal modo intensa na minoria actual que tornasse possível a equação: 1 = 1 000 000. E isto seria um progresso qualitativo. Afoguear a própria alma e dela fazer brotar miríades de faíscas. Isto é necessário [*uma linha censurada*]. Esperar até conseguir metade mais um, é o programa das almas assustadas que esperam o socialismo por um decreto régio avalizado por dois ministros.

CARACTER (*)

Não censuramos aos adversários do socialismo o facto de serem adversários do socialismo. Tendo um conhecimento exacto da nossa personalidade, da função a que nos propusemos, do método através do qual procuramos alcançar os nossos fins, compreendemos perfeitamente que possam, ou melhor, que devam existir os nossos adversários.

Espantamo-nos que os nossos adversários não compreendam que podemos e devemos existir. Espantamo-nos que os nossos adversários não compreendam que nós podemos e devemos ter uma personalidade, funções, fins, métodos que não são os seus. Espantamo-nos mas não nos iramos. Esta incompreensão dos nossos adversários é uma prova da sua deficiência. Eles não compreendem o nosso carácter porque eles próprios não têm carácter. Não compreendem que trabalhamos a sério, que seriamente nos preocupamos em perseguir os nossos fins, em desenvolver a nossa força, em explicar os nossos métodos, só porque eles não são sérios, porque não têm fins; não têm métodos, não têm força.

A sua mentalidade formou-se através do transformismo. A sua vida é a vida do dia-a-dia. Não sabem ver para além do facto actual. Além de velhos singularmente, são velhos como colectividade. E os velhos não têm uma finalidade importante na vida. Pensam apenas em superar, caso a caso, os obstáculos, as insídias do

(*) Assinado Alfa Gamma, *Il Grido del Popolo*, 3-3-1917.

seu organismo enfraquecido. Biologicamente o velho não tem carácter porque está para lá da parábola. Consome as energias acumuladas na juventude e já não consegue imaginar, já não pode compreender que exista quem se preocupe, pelo contrário, em multiplicar as células e os tecidos do seu organismo, quem se preocupe que o seu esqueleto seja sólido, não sofra desvios mas se consolide homogeneamente, de tal modo que seja o de um homem biologicamente perfeito e não um monte de matéria cartilaginosa, que amolece e se deforma consoante os choques das forças exteriores.

A mentalidade dos nossos adversários é transformista. O primeiro núcleo dos actuais partidos conservadores constituiu-se com os homens que no período entre 1860 e 1880 se converteram das ideias extremas de então («mazziniannismo», radicalismo antimonárquico, etc.) às ideias de ordem. Converteram-se por sentimentalismo ou por espírito de adaptação. O sentimentalismo tornou-se assim o princípio político construtivo da vida pública italiana, o sentimentalismo que destrói o carácter, que impede a formação do carácter, que substitui a vida lógica pela confusão, o distinto pelo indistinto e caótico, que nega qualquer programa concreto porque está disposto a modificar-se segundo as consequências criadas pelo momento, que está disposto a forçar as suas ideias elementares, os seus princípios instintivos nos apertos que os acontecimentos preparam e impõem. Esta capacidade de acomodar-se torna-se um hábito, determina um modo especial de pensar. As polémicas desencadeadas contra o socialismo pelo comportamento assumido pelos socialistas italianos em relação à guerra são disso uma consequência.

Os nossos adversários não se preocupam em julgar o comportamento dos socialistas com o critério dos princípios e dos métodos que os socialistas sempre professaram e seguiram. Proceder assim seria julgar verdadeiramente e fazer uma coisa concreta. Não tentam sequer este juízo porque são incapazes. Perante homens de carácter, perdem a bússola, tacteiam no escuro, perdem-se nos becos cegos das intrigas, da maledicência, da difamação. Não compreendem um procedimento rectilíneo, rigidamente coerente. São hipnotizados pelos factos,

pela actualidade. Não compreendem o homem de carácter que pesa e julga os factos e a actualidade, não tanto em si e por si sós mas pela concatenação que têm com o passado e com o futuro; que julga, pois, os factos especialmente pelos seus efeitos, pela sua eternidade. São místicos do facto e o místico não pode julgar, pode apenas louvar ou odiar.

Mas é esta a força dos socialistas italianos, a de ter conservado um carácter, conseguir vencer os sentimentalismos, conseguir sufocar as palpitações do coração, como estímulo para a acção, como estímulo para as manifestações da vida colectiva. Os socialistas italianos realizaram, neste período da história, a humanidade mais perfeita para as finalidades da história, a humanidade que não cai nas ciladas fáceis da ilusão, a humanidade que renegou, como inúteis e nocivas, as formas inferiores da vida espiritual: o impulso do coração bom e do sentimentalismo. Renegou-as conscientemente, porque soube assimilar os ensinamentos dos seus mestres maiores e os ensinamentos que nasciam espontaneamente da realidade burguesa tocada pelos reagentes da crítica socialista. Os socialistas italianos permaneceram inabaláveis entre as filas determinadas pela existência das classes sociais. Não se perturbaram, como colectividade, com os espectáculos dolorosos que se apresentavam aos seus olhos. Não desmaiaram, como colectividade, quando lhes lançaram aos pés o cadáver ainda palpitante de uma criança assassinada. A comoção que cada um experimentou, o aperto de coração, as simpatias que cada um pôde experimentar, não tocaram a granítica densidade da classe. Se cada um tem um coração, a classe, como tal, não o tem, no sentido que o humanitarismo flácido costuma dar à palavra. A classe tem uma vontade, a classe tem um carácter. Desta vontade e deste carácter se plasmou toda a sua vida, sem qualquer resíduo. Como classe só pode ter solidariedade de classe, não pode ter outra forma de luta senão a de classe, outra noção senão a classe, isto é, a Internacional. O seu coração não é mais do que a consciência de ser classe, a consciência das suas finalidades, a consciência do seu futuro. Do futuro que é apenas seu, para o qual não pede colaboração e solidariedade a ninguém, para o qual não

de violência e uma destruição é semelhante a outra destruição.

E todavia estamos convencidos que a revolução russa é, para além de um facto, um acto proletário que deve naturalmente desaguar no regime socialista. As poucas notícias verdadeiramente concretas, verdadeiramente substanciais, não permitem uma demonstração exaustiva. Todavia existem alguns elementos que nos permitem chegar a esta conclusão.

A revolução russa ignorou o jacobinismo. A revolução teve que abater a autocracia, não teve que conquistar a maioria pela violência. O jacobinismo é fenómeno puramente burguês: caracteriza a revolução burguesa de França. A burguesia, quando fez a revolução, não tinha um programa universal: servia interesses particulares, interesses da sua classe, e servia-os com a mentalidade fechada e mesquinha de todos os que tendem para fins particulares. O facto violento das revoluções burguesas é duplamente violento: destrói a ordem velha, impõe a ordem nova. A burguesia impõe a sua força e as suas ideias não só à casta antes dominante mas também ao povo que ela se dispõe a dominar. É um regime autoritário que substitui outro regime autoritário.

A revolução russa destruiu o autoritarismo e substituiu-o pelo sufrágio universal, estendendo-o também às mulheres. Ao autoritarismo sucedeu a liberdade, à Constituição sucedeu a livre voz da consciência universal. Porque é que os revolucionários não são jacobinos, não substituíram a ditadura de um só pela ditadura de uma minoria audaz e decidida a tudo para fazer triunfar o seu programa? Porque eles perseguem um ideal que não pode ser só de alguns, porque têm a certeza que quando todo o proletariado russo for interrogado por eles, a resposta não pode admitir dúvidas, está na consciência de todos e transformar-se-á em decisão irrevogável logo que possa exprimir-se num ambiente de liberdade espiritual absoluta, sem que o sufrágio seja prevertido pela intervenção da polícia e pela ameaça da força ou do exílio. O proletariado industrial está já preparado para a mudança, mesmo culturalmente; o proletariado agrícola, que conhece as formas tradicionais do comunismo das comunas, está também preparado para a passagem a uma nova forma de sociedade. Os revolucionários socialistas não podem ser jacobinos; actualmente, na Rússia, eles têm apenas a função de controlar que os organismos burgueses (a *duma*, os *zemstva*) (¹) não os façam depender do jacobinismo para tornar equívoca a resposta do sufrágio universal e virar o facto violento para os seus interesses.

Os jornais burgueses não deram nenhuma importância a este outro facto. Os revolucionários russos abriram os cárceres não só aos condenados políticos mas também aos condenados por delito comum. Numa penitenciária, os condenados por delito comum, perante o anúncio de que eram livres, responderam que não tinham o direito de aceitar a liberdade porque deviam expiar as suas penas. Em Odessa, agruparam-se no pátio da prisão e voluntariamente juraram tornar-se honestos, fazendo o propósito de viverem do seu trabalho. Esta notícia tem maior importância, para os fins da revolução socialista, do que a da caça ao czar e aos grandes senhores. O czar teria sido derrubado mesmo pelos burgueses. Mas para os burgueses estes condenados teriam sido sempre os inimigos da sua ordem, os traiçoeiros insidiadores da sua riqueza, da sua tranquilidade. A sua libertação tem para nós este significado: na Rússia existe um novo costume criado pela revolução. Esta não substituiu apenas potência por potência, substituiu costume por costume, criou uma nova atmosfera moral, instaurou a liberdade do espírito para além da liberdade corporal. Os revolucionários não tiveram medo de libertar homens que a justiça burguesa carimbou com a marca infame de cadastrados, que a ciência burguesa catalogou nos vários tipos de criminais delinquentes. Só numa atmosfera de paixão social pode acontecer tal facto, quando o costume mudou, quando mudou igualmente a mentalidade predominante. A liberdade torna os homens livres, alarga o horizonte moral,

(¹) *Duma*: assembleia representativa instituída na Rússia sob a pressão dos acontecimentos revolucionários de 1905. *Zemstva*: órgãos administrativos nas províncias da Rússia czarista a que podiam ascender só os nobres e os burgueses.

do pior malfeitor no regime autoritário faz um mártir do dever, um herói de honestidade. Diz-se num jornal que, numa prisão, estes «malfeitores» recusaram a liberdade e elegeram os guardas entre si. Porque nunca o tinham feito antes? Porque a sua prisão era circundada por muralhas e as janelas eram defendidas com grades? Os que foram libertá-los deviam ter uma cara muito diferente da que tinham os juízes dos tribunais e os carcereiros, palavras bem diferentes das que costumavam ouvir *estes malfeitores de delito comum,* se uma tal transformação se verificou nas suas consciências, se se tornaram de súbito *tão livres* que puderam preferir a segregação à liberdade, impondo-se voluntariamente uma expiação. Certamente sentiram que o mundo tinha mudado e que, também eles, o refugo da sociedade, representavam alguma coisa, que também eles, os segregados, possuíam uma vontade de escolha.

Este é o fenómeno mais grandioso jamais produzido pelo trabalho humano. O homem *malfeitor comum* tornou-se, na revolução russa, o homem como Emanuel Kant, o teorizador da moral absoluta, tinha anunciado, o homem que diz: a imensidade do céu fora de mim, o imperativo da minha consciência dentro de mim. É a libertação dos espíritos, a instauração de uma nova consciência moral, o que estas pequenas notícias nos revelam. É o advento de uma ordem nova que coincide com tudo o que os nossos mestres nos tinham ensinado. E insiste-se ainda: a luz vem do Oriente e irradia o velho mundo ocidental que se torna boquiaberto e não sabe opor-lhe mais do que a banal e grosseira anedota dos seus escrevinhadores.

O HOMEM MAIS LIVRE (*)

Leio a tirada de ocasião dos jornais (1); polvilhos de pó-de-arroz sobre motivos mais usados da polémica quotidiana. O *Momento,* depois de um pesado vaguear entre o sim e o não, remete-se a Massimo d'Azeglio: os homens crêem poder mudar o mundo e depois é Deus que o muda. A *Gazzetta,* de Delfino Orsi (2), revoga os seus subtilíssimos argumentos de comerciante: não tende o homem para a felicidade? Pois bem: os neutros estão mal, sofrem mais do que os italianos, o que significa que a guerra trouxe, porém, alguma felicidade. Encontro um professor. É contra a guerra; não é «giolittiano», não é precisamente o que se chama um germanófilo. A guerra fez fechar o Instituto Germânico de Roma; no Instituto recolhia-se a mais completa colecção de material arqueológico clássico; o professor já não pode confiar na seara de títulos para a sua brilhante carreira e por isso é contra a guerra. Debato-me entre estas três formas de escravidão espiritual; a minha humanidade sofre-as, sente-se, ofendida, sente uma diminuição de si e da própria liberdade. Sofreria menos se ela tivesse a certeza de ter experimentado uma afronta heróica, de ter sido vítima de uma violência voluntária. Encon-

(*) Não assinado, *Avanti!,* edição piemontesa, 25-5-1917, secção «Sotto la Mole».

(1) Por ocasião do primeiro aniversário da entrada da Itália na guerra.

(2) *La Gazzetta del Popolo.*

tra-se presa entre a brandura estúpida do egoísmo estreito que se dobra sobre si próprio, gemendo desconsoladamente, e a impotência para criar um pensamento histórico da obscenidade democrática e da anquilose mental católica; entre a fatalidade transcendente que determina a história e empurra os homens, inertes embrulhos de ilusão, para a morte, e a fatalidade imanente ao regime autoritário, que desencadeia forças demoníacas, incontroláveis, indisciplináveis, fora já do reino da vontade, operando brutalmente sobre todos, neutros e activos, fortes e débeis, inocentes e culpados. Entre estas duas fatalidades, o meu ser mais profundo, que luta com angústia para se sublimar numa liberdade espiritual perfeita, para alcançar a adesão mais completa entre o acto e o facto, entre a vontade e o sucesso, desejaria desvincular-se num canto lírico ao homem mais livre, à criatura mais material de substância eterna que o nosso pensamento e o nosso operar fatigante num mundo obtuso e inerte vêm preparando ao homem que matou todas as fatalidades, todas as forças demoníacas incontroláveis e que, por isso, começou hoje por renegar a fatalidade do mundo burguês, e que se esforça hoje, com todas as armas dialécticas, com o sorriso, com o sarcasmo, com o soligismo couraçado, por fazê-la renegar a um número sempre crescente de homens, que se esforça, com um trabalho corrosivo de crítica implacável, por chegar, através da purificação dramaticamente alcançada com a dor, à impassibilidade estóica da consciência universal, para julgar os acontecimentos com os olhos bem abertos, com o cérebro dilatado, contendo no ritmo do seu pensamento os ecos da música universal, do acordo polifónico e das aspirações dos homens mais livres de todo o mundo. E porque as palavras, moedas carcomidas de um mundo carcomido pela retórica dos patrões, não são receptivas ao ímpeto da consciência do homem livre, o meu ser mais profundo alimenta-se da sua própria paixão, momentaneamente circunscrita a muito poucos indivíduos, evitando servir-se, num mundo de larvas delirantes numa prisão de névoa, das próprias palavras que servem para adensar esta prisão e torná-la mais pestilencialmente nauseabunda.

OS MAXIMALISTAS RUSSOS (*)

Os maximalistas (1) russos são a própria revolução russa.

Kerensky, Zeretelli, Cernof, são o hoje da revolução, são os realizadores de um primeiro equilíbrio social, a resultante de forças em que os moderados têm ainda muita importância. Os maximalistas são a continuidade da revolução, são o ritmo da revolução: por isso são a própria revolução.

Eles encarnam a ideia-limite do socialismo: querem *todo* o socialismo. E têm esta função: impedir que se chegue a um compromisso definitivo entre o passado milenário e a ideia, ser o vivente símbolo da última meta a que se deve chegar; impedir que o problema imediato a resolver hoje se dilate até ocupar toda a consciência e se torne única preocupação, frenesi espasmódico que provoque problemas insuperáveis às ulteriores possibilidades de realização.

É este o perigo máximo de todas as revoluções: a formação da convicção de que um determinado momento da nova vida é definitivo e que é preciso olhar para trás para consolidar o facto, para gozar finalmente o próprio sucesso. Para repousar. Uma crise revolucionária des-

(*) Assinado A. G., *Il Grido del Popolo*, 28-7-1917.

(1) Maximalistas eram os chamados no movimento operário italiano, segundo uma acepção corrente que se estenderá à fracção de extrema-esquerda do P. S. I., bolchevistas (maioritários). Maximalista quer dizer também seguidor do programa «máximo», a socialização dos meios de produção e de colocação dos produtos.

gasta rapidamente os homens. Cansa rapidamente. E compreende-se um tal estado de ânimo. A Rússia teve, porém, esta fortuna: ignorou o jacobinismo. Por isso foi possível a propaganda fulmínea de todas as ideias, formaram-se numerosos grupos políticos através desta propaganda, cada qual o mais audaz e sem querer parar, cada um dos quais crê que o momento definitivo a alcançar ainda esteja longe. Os maximalistas, os extremistas, são o último anel lógico deste evoluir revolucionário. Por isso se continua a lutar, se vai avante; todos seguem em frente porque há pelo menos um grupo que quer sempre seguir em frente, e trabalha com as massas, e suscita sempre novas energias proletárias e organiza novas forças sociais que ameaçam os cansados, que os controlam, que se mostram capazes de substituí-los, de eliminá-los se não se renovam, se não se reanimam antes. Assim a revolução não pára, não fecha o seu ciclo. Devora os seus homens, substitui um grupo por outro mais audaz, e por esta instabilidade, por esta sua nunca alcançada perfeição, é verdadeira e unicamente revolução.

Os maximalistas são, na Rússia, os inimigos dos poltrões. São o estímulo para os preguiçosos: até agora, derrubaram todas as tentativas de canalização da torrente revolucionária, impediram a formação de pântanos estanques, de paludes mortos. Por isso são odiados pelas burguesias ocidentais, por isso os jornais de Itália, de França e de Inglaterra os difamam, procuram desacreditá-los, sufocá-los sob um monte de calúnias. As burguesias ocidentais esperavam que ao enorme esforço de pensamento e de acção que trouxe à luz a nova vida sucedesse uma crise de preguiça mental, um recuo da actividade dinâmica dos revolucionários que fosse o princípio de uma adaptação definitiva do novo estado de coisas.

Mas na Rússia não existem jacobinos. O grupo dos socialistas moderados que teve o poder nas mãos não destruiu, não pretendeu sufocar em sangue, a vanguarda. Na revolução socialista, Lenine não teve o destino de Babeuf. Pôde converter o seu pensamento em força operante da história. Suscitou energias que não morrem mais. Ele e os camaradas bolchevistas estão convencidos que é possível realizar o socialismo a todo o momento. Estão nutridos de pensamento marxista. São revolucionários, não evolucionistas. E o pensamento revolucionário nega o tempo como factor de progresso. Nega que todas as experiências intermédias entre a concepção do socialismo e a sua realização devam ter, no tempo e no espaço, uma prova absoluta e integral. Basta que estas experiências actuem no pensamento para serem superadas e se poder dar um passo em frente. É necessário, pelo contrário, agitar as consciências, conquistar as consciências. E Lenine, com os camaradas, agitaram consciências, conquistaram-nas. A sua persuasão não se ficou na audácia de pensamento: encarnou-se nos indivíduos, em muitos indivíduos; foi frutuosa em obras. Criou aquele grupo que era necessário para se opor aos compromissos definitivos, a tudo o que pudesse tornar-se definitivo. E a revolução continua. A vida tornou-se verdadeiramente revolucionária; é uma actividade sempre actual, é uma contínua troca, uma contínua escavação no bloco amorfo do povo. Suscitaram-se novas energias, propagaram-se novas ideias-força. Os homens são finalmente os artífices do seu destino, todos os homens. É impossível que se formem minorias despóticas. O controle é sempre vivo e entusiasta. Criou-se já um fermento que decompõe e recompõe, sem pausa, os agregados sociais, impede as cristalizações e impede que a vida adormeça no sucesso momentâneo.

Lenine e os camaradas mais evidentes podem ser arrastados pelo desencadear das tempestades que eles próprios suscitaram. Não desaparecem todos os seus sequazes. São já muito numerosos. E o incêndio revolucionário propaga-se, queima corações e cérebros novos, transforma-os em archotes ardentes de luz nova, de novas chamas devoradoras de preguiças e de cansaços. A revolução avança até à sua completa realização. Vem ainda longe o tempo em que será possível um relativo repouso. E a vida é sempre revolução.

O RELOJOEIRO (*)

Fala-se frequentemente de um antes e de um depois. Espera-se uma data fixa. Cremos que não existe nenhuma data fixa e cremos ser especificamente nós, só porque o nosso pensamento colhe sempre na vida um modo de ser perenemente aderente ao nosso próprio pensamento. Entre a costumada vida social quotidiana e a vida de excepção das revoluções não existe diferença qualitativa mas diferença quantitativa. Um pouco ou um menos de determinados factores. As energias sociais activas são a aparência sensível e humana de determinados programas, de certas ideias; em tempo normal, há um equilíbrio de forças cuja instabilidade tem oscilações mínimas; quanto mais estas oscilações se tornam irregulares e caprichosas, tanto mais se diz que os tempos são calamitosos; quando o equilíbrio tende irresistivelmente a mudar-se, admite-se que se entrou num momento de vida nova. Mas a novidade é quantitativa, não qualitativa.

Verificou-se uma escavação mais profunda na ganga social. Agora a ganga está-se metalizando e o metal novo tem um timbre, o nosso timbre. Mas este fenómeno existiu sempre porque nós não somos diferentes de ontem, porque continuamos os nossos ontens. Encontramo-nos neste fenómeno; os outros espantam-se. Isso é realidade, aderem amplamente, não fragmentariamente. A vida do pensamento está substituindo a inércia men-

(*) Assinado A. G., *Il Grido del Popolo*, 18-8-1917.

tal, a indiferença; é a primeira das substituições revolucionárias. Forma-se um novo hábito: o de não temer o facto novo; primeiro, porque não pode ser pior do que é hoje, depois porque nos convencemos de que será melhor.

Começou o processo ideal do regime, começou a sua declaração de falência; perdeu a confiança instintiva e «carneirista» dos indiferentes, porque fechou muitas portas. Entreabriu agora uma outra porta: a da vida, a boca do forno, a porta do celeiro. Fechá-la-á completamente? A pergunta angustiada propaga-se nas longas filas das mulheres que fazem bicha, às cinco da manhã, à porta das padarias. Absorve todos, mesmo os mais humildes estratos da passividade social; agita os próprios pilares da vida. E a ganga metaliza-se; todos vivem, todos se nutrem: as nascentes da vida secam e a passividade organiza-se em pensamento para se defender.

Por três anos gozaram da confiança de uma pequena parte activa da sociedade, disciplinaram exteriormente a imensa passividade social, os indiferentes; a outra parte activa, que não se exterioriza, não concedeu a sua confiança, a sua colaboração. Agora também a imensa passividade se organiza em pensamento, se disciplina, não segundo esquemas exteriores, mas segundo a necessidade da sua própria vida, do seu pensamento nascente. Não há necessidade do acordo da harmonia pré-estabelecida. Se, como Leibniz, compararmos os números desta humanidade nascente aos relógios duma oficina de relojoeiro, observamos o mesmo acto: a harmonia pré-estabelecida, o facto de indicarem todos a mesma hora, de pensarem todos a mesma coisa, de serem todos torturados pela mesma perturbação, não resulta de um acordo, de uma troca de vontade. O mal-estar provém do relojoeiro que faz saltar ao mesmo tempo todas as molas, que imprime um movimento síncrono a todos os ponteiros. O mal-estar provém do relojoeiro que criou uma unidade social nova, com estímulos novos, não exteriores mas interiores. Uma unidade social mais extensa do que a que existia ontem, determinada pela mesma causa. Ontem o mal-estar provinha da relação de insatisfação entre um dado pensamento político e económico, entre

uma necessidade e uma desilusão, hoje é a própria relação cultivada por uma multidão, pela quase totalidade. E é a continuação do nosso ontem, é para nós uma continuidade, porque a vida é sempre uma revolução, uma substituição de valores, de pessoas, de categorias, de classes. Os homens, porém, dão o nome de revolução à grande revolução, à que faz participar o máximo número de indivíduos, que desloca um maior número de relações, que destrói o equilíbrio para o substituir por um outro, orgânico. Distinguimo-nos dos outros homens porque concebemos a vida *sempre* revolucionária e, portanto, amanhã não declararemos definitivo o nosso mundo realizado mas deixaremos sempre aberta a via para o melhor, para harmonias superiores. Não seremos nunca conservadores, nem mesmo em regime socialista; queremos que o relojoeiro das revoluções não seja um facto mecânico como o mal-estar, mas seja a audácia do pensamento que cria mitos sociais sempre mais altos e luminosos.

CARACTERES (*)

Não é tempo de sermões (¹). A censura não no-los permitiria e, de resto, aborrecemos os sermões. Temos plena confiança no proletariado de Turim e na sua maturidade. Deixamos aos patriotas a agradável função de encher os cérebros [*dezasseis linhas censuradas*].

O proletariado de Turim é agora ferozmente mordido pelos seus adversários implacáveis. Mas teve também testemunhos de admiração inesquecíveis.

Não podiam faltar os desabafos dos primeiros. As meias consciências odeiam os fortes, não só por aversão de ideias mas também pelo simples facto de que são fortes e põem em maior evidência a incapacidade dos outros.

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 8-9-1917.

(¹) De 22 a 26 de Agosto rebentou em Turim uma revolta popular que, originada pela falta de pão, se transformou rapidamente numa revolta armada contra a guerra, com claro conteúdo subversivo, socialista. A rebelião apagou-se em sangue (mais de cinquenta mortos, centenas de feridos, milhares de prisões entre os operários revoltosos, muitos dos quais enviados para a guerra nas companhias disciplinares, e entre os dirigentes políticos e sindicais socialistas). Depois dos «factos de Agosto», Gramsci foi nomeado provisoriamente secretário da secção de Turim do P. S. I. e tornou-se director do *Grido del Popolo* (de que se tinha tornado, de resto, «o único redactor», como ele próprio recordará no número de 19 de Outubro de 1918). Este é o primeiro comentário, certamente seu, do jornal dos socialistas de Turim, censuradíssimo, relativamente à situação que se seguiu à revolta. Cf. Alberto Monticone, «Il socialismo torinese e i fatti dell'agosto 1917», in *Rassegna storica del Rissorgimento*, Janeiro-Março 1958, e *Torino operaia nella grande guerra*, pp. 235-253 e 261-265.

De resto, não é preciso perturbar-se pelo ódio, como não é preciso exaltar-se pela admiração. O ódio e a admiração não produzem. Só a vida produz: a vida que é acção disciplinada, que é firme propósito, que é vontade segura e indomável, que é serviço difícil do indivíduo pela colectividade.

A vida de cada dia recomeçou. Ao heroísmo sucede o comum evoluir das pequenas coisas quotidianas. É pela força, pela tenácia com que entre si próprios e nas relações com os outros se vencem os desalentos, que se recria a organização, que se tecem os inúmeros fios que unem os indivíduos de uma classe. Ousamos dizer que este heroísmo é mais produtivo do que o outro. Tem necessidade, para ser activado, da continuidade incansável. Todos os italianos são capazes do heroísmo de ocasião, teatral, que pode ser produtivo, mas que pode também parecer desperdício de energia. O proletariado mostrou-se superior. É capaz de assumir todas as responsabilidades. É um organismo social, é uma complexidade de vida, que não produz só clarões ofuscantes mas sabe também difundir à sua volta a luz contínua do labor minucioso, incessante, que tempera a luta, que forma a implacável potência do carácter, que nunca se desmente a si própria, que depois de um fracasso não relaxa os seus tendões, mas, pelo contrário, se levanta, mais numeroso do que dantes, mais bem preparado do que dantes, mais experimentado e mais aguerrido.

ANALOGIAS E METÁFORAS (*)

O senhor Claudio Treves deleita-se com «subtis analogias» (¹) (*Critica sociale,* 1-17 de Setembro). De tal modo se deleita que a elas, e às suas afins, as metáforas, sacrifica o pensamento, a pesquisa afanosa da verdade, a própria compreensão do particular mundo em que ele *se ilude* de viver e de operar.

Através das analogias e metáforas, a vida, a vida dos homens, que é sangue e dor, que é sofrimento e luta, transforma-se em qualquer coisa de abstracto, de simplista, de materialmente isensível como as peças de um xadrez, a que se dão preventivamente nomes e valores e depois se fazem mover e saltar com um gesto de mão, preventivamente seguros do sucesso ou do insucesso; o abstracto chega a tal ponto que a força de vontade, negada como factor activo de história, posta em jogo como «expectativa confiante do milagre», vem depois reintegrada em todo o seu valor como facto negativo. A vontade só é activa quando nega, é ilusão idealista quan-

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo,* 15-9-1917.

(¹) No editorial "Antica Predica", Claudio Treves sustentava que os socialistas deviam afastar todas as tentativas de «fazer qualquer coisa por fazer», pois cada impulso popular, na situação presente, teria sido «necessariamente estéril» e destinado à falência, pelo menos «infeliz, porque sacrifica[va] os mais generosos e audazes». Treves aconselhava, portanto, uma «cautelosa espera» e uma «transigência activa», apresentando também o exemplo da Rússia que, não obstante a revolução, devia continuar a guerra. Treves criticava finalmente, como antimarxista, «a exaltação de *élites* que conduzem a história».

do afirma; a vontade é activa quando «defende», é piedosa ilusão de cretinos quando toma uma iniciativa. Para a «subtil» dialéctica do senhor Treves, conceitualmente só existe a defensiva: a ofensiva é delírio de mentalidades enfermas.

A verdade é que o senhor Treves, «estratega» da luta de classes, reivindicou os «que atafulham os crânios» que nos deliciam nos jornais burgueses. Exagerou o seu método. Reduziu a esquemas, a peças de xadrez, o que é absolutamente irredutível. A «subtil analogia estratégica entre a guerra e a luta de classes» induziu-o a dar corpo àqueles vãos fantasmas metafóricos que são o «exército proletário» com os seus batalhões, com as suas fortalezas, com os seus campos entricheirados. Imaginou toda uma hierarquia de oficiais, sargentos, cabos e soldados do partido, das organizações, das oficinas. Viu-os moverem-se, bem enquadrados nas filas de assalto ao inimigo, «na ilusão que a vitória é uma meta activa, a qual, para não ser vinculada a circunstâncias reais, objectivas, se alcança com qualquer meio e basta agir para que, na acção, todos os esforços sejam válidos, todas as vontades sejam sagradas para o triunfo».

A verdade é que a «subtil analogia» do senhor Treves, sendo tão subtil, acaba por ser absolutamente isenta de inteligência.

O proletariado não é um exército, não tem oficiais, sargentos, cabos e soldados. A sua vida colectiva não pode ser sequer longinquamente comparada à vida colectiva de um exército em armas, a não ser por acaso, por metáfora. O proletariado tem uma vida colectiva que não pode entrar em nenhum esquema abstracto. É um organismo em contínua transformação que tem uma vontade, mas esta não é a vontade livresca contra a qual o senhor Treves atira setas de papel impresso. Os socialistas não são os oficiais do exército proletário, são uma parte do próprio proletariado, talvez a sua consciência, mas como a consciência não pode ser separada do indivíduo, assim os socialistas não podem ser postos em dualismo com o proletariado. São uma coisa só, apenas uma, e não dirigem mas vivem com o proletariado, como o sangue circula e se move nas veias de um corpo e não pode viver e mover-se entre tubos de borracha enrolados a um cadáver. Vivem no proletariado e a sua força está na força do proletariado e a sua potência reside nesta aderência perfeita.

O senhor Treves declara que um determinado acto de vida é um «erro». Mas erro e verdade são actos do pensamento: a vida *é*, simplesmente; o sucesso e o insucesso não são predicados necessários. Demonstrar que se vive, assegurar-se que existe, sentir bater o próprio coração e o pulsar das veias é já um sucesso, é o maior sucesso da vida.

A existência, a demonstração da existência é o problema máximo do proletariado italiano, neste momento. E este proletariado não é o mesmo de há três anos. É mais extenso numericamente, atravessou mais intensas experiências espirituais, não teve tempo para se organizar ainda; não se pode organizar. As elaborações, as absorções de cultura socialista, possíveis em tempos normais, já não são possíveis agora, normalmente. O Partido Socialista, o socialismo italiano, é agora mais rico de seiva do que há três anos. Mas não conhece todas as suas forças, agita-se ou tende a transformar-se em organismo mais amplo e transborda aqui e ali, sem compostura segundo o bom senso filisteu, frutuosamente segundo uma concepção de vida sem preconceitos.

Sentimo-nos solidários com este novo e imenso pulular de forças jovens, não negamos o que os filisteus chamam erros e alegramo-nos com o sentido de vida generosa que se respira. Deploramos, portanto, a velha mentalidade abstracta que, cheia de ornamentos, expõe as «velhas prédicas» e se pavoneia sobre as muletas das subtis analogias e das metáforas obsoletas. O proletariado não quer pregadores de futilidades, frios alquimistas de palavras, quer compreensão inteligente e simpatia cheia de amor.

DEMAGOGIA (*)

Demagógico e demagogia são as duas palavras mais em voga usadas pelas pessoas bem pensantes, em pantufas, para dar o golpe final à actividade dos «cabecilhas», dos «instigadores» socialistas. Demagogia, para o refinado senso linguístico de Tartufo, tem apenas este preciso significado: actividade, propaganda socialista destinada a sacudir os adormecidos, a organizar os indeferentes, a conceder estímulos de análise e de liberdade a quantos até agora permaneceram fora da vida e das lutas sociais.

A demagogia não é, em suma, um *modo* de fazer propaganda, mas é uma certa propaganda, a propaganda socialista. Demagogia não é o juízo moral que se pode dar da ligeireza, da superficialidade, da leviandade com que se procura formar uma convicção, mas é um facto histórico, o movimento ideal que é a face mais vistosa da acção educativa do Partido Socialista. Assim Tartufo modifica o vocabulário, determina uma certa eventualidade às palavras. Reabilitou a palavra «malfeitor», está enobrecendo a palavra demagogia. Daqui a algum tempo, quando o movimento socialista tiver tanta força que consiga imprimir à língua o seu justo significado, o que agora é malfeitor adquirirá finalmente o significado de homem honesto (e vice-versa), e demagogia quererá dizer método sério de política e de propaganda,

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 10-10-1917, secção «Sotto la Mole».

fundamentado na realidade dos factos e não sobre as aparências mais vistosas e por isso mais falíveis.

Esperando aquele dia, continuamos a dar à palavra o seu antigo significado e continuamos a aplicá-la aos demagogos, isto é, aos que se servem de saltos lógicos para parecerem verdadeiros, que falseiam cientificamente os factos para parecerem os triunfadores, os quais, para se embriagarem com a vitória do instante, são insinceros e apressados.

Chamaram-nos demagogos porque nos apetece chamar «tubarões» aos fornecedores militares. E fizeram-nos observar que alguns destes tubarões pagam duas mil liras pela publicidade do nosso jornal. Somos «demagogos» porque não nos deixamos guiar, nas nossas apreciações, pelo critério do útil; viva, pois a demagogia! Somos demagogos porque não somos imbecis, porque não queremos confundir o inconfundível. Porque não nos envergonhamos que o nosso jornal leve duas mil liras por um contrato de publicidade livremente aceite, em livre concorrência com os outros fornecedores de publicidade, ao mesmo tempo que pensamos que se devem envergonhar dos seus lucros, que podem ser chamados «tubarões» os que abusam da sua posição de indispensáveis, da falta de concorrência para esvaziar o erário público, para impor os preços que permitem o enriquecimento súbito e a reforma dos afortunados que aproveitaram o momento. Porque não nos movemos a partir das aparências falíveis, porque não julgamos com o critério do útil imediato, somos demagogos e os outros são pessoas sérias, mestres de bem viver. Com estas reviravoltas de senso comum se demonstra a nossa desonestidade, a nossa demagogia. E contribui-se, pelo menos, para a transformação dos significados das palavras do vocabulário italiano.

GATAFUNHOS (*)

Uma vez, duas vezes, três vezes... Escreves e apagam, escreves e apagam... Molhas a caneta, a mão abandonada a meia altura, titubeante. O cérebro está parado, não transmite à mão, aos dedos, o impulso para se moverem. A mão desce sobre o papel e a ponta de aço passeia sobre a brancura descrevendo complicadíssimos gatafunhos, labirintos sem saída. Procura-se afanosamente a saída. O pensamento torna-se subtil com a angústia, bate nas paredes para ver se elas se abrem numa passagem possível. Começa-se. Apaga-se. Recomeça-se. A expressão torna-se fluida, repousa o trabalho de aglutinação das frases e dos períodos, afrouxa o esforço inicial. Fica-se persuadido de ter encontrado o equilíbrio indispensável entre as necessidades da própria sinceridade e as agressões irracionais da censura. Aguarda-se com ansiedade. Assim mesmo, com ansiedade, porque amamos tudo o que nos solicitou um esforço para nascer, para se manifestar. Sentimos as mesmas impressões de outrora, diante dos examinadores, com esta diferença: que com os examinadores estávamos convencidos de lidar com indivíduos absolutamente superiores que tinham verdadeiramente a capacidade de julgar os nossos esforços, os nossos méritos. Agora sentimos, pelo contrário, a incapacidade absoluta, a impreparação absoluta em quem, armado de caneta,

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 14-11-1917, secção «Sotto la Mole».

como então, julga e ordena. Mas há uma igualdade entre uns e outros, sentimos que uma igualdade existe. Encontramo-nos agora, como então, diante de italianos, de velhos italianos (ainda quando jovens de idade), que não dão nenhuma importância aos outros, ao trabalho, ao esforço dos outros, à personalidade moral dos outros. Detentores, por um momento, de um poder (embora pequeno), querem deixar um vestígio dele, um vestígio o maior possível. O velho italiano não está habituado à liberdade, não se fala já de liberdade com L maiúsculo, abstracção ideológica, mas a pequena, concreta liberdade que se exprime no respeito pelos outros, pelo trabalho, pelos esforços, pela personalidade e pelas necessidades morais dos outros, que vence as pequenas, exasperantes e inúteis irritações, que impõe, a quem tem o poder (mesmo que seja um pequeno poder) o acto de evitar até a aparência de uma injustiça, de um abuso; que tem confiança nas boas energias dos homens e não passa a foice por um campo de trigo para destruir quatro papoilas e meia dúzia de tenras hastes de joio; que acha natural que assim seja, que ao trigo se misture joio e papoilas, porque uma vida colectiva só é sã quando há luta, atrito, choque de sentimentos e paixões e só na luta se revelam os fortes, os indispensáveis, os homens de fé e de acção que tapam a boca à crítica agindo fortemente. Mas o velho italiano não compreende um poder sem repressões: se em Itália existisse a pena de morte e ninguém sofresse esta sanção, o carrasco, para não estar sem fazer nada, tornar-se-ia mandatário de assassínios e de estupros para fazer *trabalhar* os seus cúmplices. O mesmo sucede em muitas aldeias da Itália meridional, onde os guardas rurais danificam, eles próprios, a propriedade privada para fazer sentir que são indispensáveis. Assim o censor, para fazer notar quanto é fatigante e árduo o seu trabalho, risca, risca, risca tudo tudo tudo, trigo e papoilas, trabalho e tédio, bem e mal. E a caneta continua a traçar gatafunhos, esperando porque sente que esta barbárie (a confusão nos critérios, o arbítrio e o abuso são barbárie) se esgotará na própria raiva.

A REVOLUÇÃO CONTRA O *CAPITAL* (*)

A revolução dos bolchevistas inseriu-se definitivamente na revolução geral do povo russo. Os maximalistas, que foram até há dois meses o fermento necessário para que os acontecimentos não parassem, para que o movimento para o futuro não se detesse dando lugar a uma forma definitiva de adaptação — que seria uma adaptação burguesa —, apoderam-se do poder, estabeleceram a sua ditadura e estão elaborando as formas socialistas em que a revolução deverá finalmente repousar para continuar a desenvolver-se harmonicamente, sem grandes choques e partindo das grandes conquistas já realizadas.

A revolução dos bolchevistas determinou-se mais por ideologias do que por factos (por isso, no fundo, pouco nos importa saber mais do que já sabemos). Ela é a revolução contra o *Capital* de Karl Marx. O *Capital* de Marx, na Rússia, era mais o livro dos burgueses do que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental antes que o proletariado pudesse sequer pensar na sua desforra, nas suas reivindicações

(*) Assinado Antonio Gramsci, *Avanti!*, edição milanesa, 24-11-1917; foi, em seguida, publicado por *Grido del Papolo* de 5-1-1918, com a seguinte advertência: «A censura de Turim proibiu completamente este artigo ao *Grido*. Reproduzimo-lo agora do *Avanti!*, passado ao crivo das censuras de Milão e Roma.»

de classe, na sua revolução. Os factos superaram as ideologias. Os factos fizeram rebentar os esquemas críticos entre os quais a história da Rússia deveria desenvolver-se, segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolchevistas renegam Karl Marx, afirmam com o testemunho da acção desenvolvida, das conquistas realizadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se poderia pensar e se pensou.

E, todavia, há também uma fatalidade nestes acontecimentos e se os bolchevistas renegam algumas afirmações do *Capital* não lhe renegam o pensamento imanente, vivificador. Eles não são «marxistas», eis a questão; não compilaram a partir da obra do Mestre uma doutrina exterior, afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão e que em Marx se tinha contaminado com incrustações positivistas e naturalistas. E este pensamento apresenta sempre como máximo factor de história não os factos económicos, materiais, mas o homem, mas a sociedade dos homens, dos homens que se apoiam mutuamente, se entendem mutuamente, desenvolvem através destes contactos (civilização) uma vontade social, colectiva, compreendem os factos económicos, julgam-nos e adequam-nos à sua vontade, até que esta se torne a força motriz da economia, e plasmadora da realidade objectiva, que vive e se move e adquire carácter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser canalizada onde e como convenha à vontade.

Marx previu o que era de prever. Não podia prever a guerra europeia, ou melhor, não podia prever que esta guerra teria tido a duração e os efeitos que acabou por ter. Não podia prever que esta guerra, em três anos de sofrimentos indizíveis, de misérias indizíveis, teria suscitado na Rússia a vontade colectiva popular que suscitou. Uma tal vontade, desencadeada *normalmente*, para se formar, tem necessidade de um longo processo de infiltrações capilares, de uma larga série de experiências de classe. Os homens são preguiçosos, têm necessidade de se organizarem, primeiro exteriormente em corporações, ligas, depois intimamente, no pensamento, na vontade [...] [1] por uma incessante continuidade e multiplicidade de estímulos exteriores. Eis por que, *normalmente*, os cânones de crítica histórica do marxismo colhem a realidade, a enredam e a tornam evidente e distinta. *Normalmente*, é através da luta de classes sempre mais intensa que as duas classes do mundo capitalista criam a história. O proletariado sente a sua miséria actual, está continuamente em estado de necessidade e pressiona a burguesia para melhorar as próprias condições. Luta, obriga a burguesia a melhorar a técnica da produção, a tornar mais útil a produção para tornar possível a satisfação das suas necessidades mais urgentes. É uma corrida afanosa para o que é melhor, que acelera o ritmo da produção, que dá contínuo incremento à soma dos bens que servirão a colectividade. E nesta corrida muitos caem, tornando mais urgente o desejo dos que ficam; e as massas estão sempre em sobressalto, e de caos-povo torna-se sempre mais em ordem no pensamento, torna-se sempre mais consciente do próprio poder, da própria capacidade de assumir a responsabilidade social, tornando-se o árbitro dos seus destinos.

Isto, normalmente. Quando os factos se repetem com um certo ritmo. Quando a história se desenvolve por momentos sempre mais complexos e ricos de significado e de valor, mas semelhantes. Mas, na Rússia, a guerra serviu para agitar as vontades. Através de sofrimentos acumulados em três anos, estas encontraram-se em uníssono muito rapidamente. A carestia era iminente, a fome, a morte pela fome, podia colher todos, ceifar de repente dezenas de milhões de homens. As vontades encontraram-se em uníssono, primeiro mecanicamente, activa e espiritualmente depois da primeira revolução [2].

A propaganda socialista pôs o povo russo em contacto com as experiências dos outros proletariados. A propaganda socialista faz viver dramaticamente num instante a história do proletariado, as suas lutas contra o capitalismo, a longa série dos esforços que deve fazer

(1) Lacuna no texto.
(2) A revolução de Fevereiro (Março) de 1917.

para se emancipar idealmente dos vínculos do servilismo que o tornavam abjecto, para se transformar em consciência nova, testemunho actual de um mundo futuro. A propaganda socialista criou a vontade social do povo russo. Porque havia de esperar que a história da Inglaterra se renovasse na Rússia, que na Rússia se formasse uma burguesia, que a luta de classes fosse suscitada para que nascesse a consciência de classe e sucedesse finalmente a catástrofe do mundo capitalista? O povo russo passou por estas experiências. Serve-se delas para afirmar-se agora, como se servirá das experiências capitalistas ocidentais para alcançar brevemente os índices de produção do mundo ocidental. A América do Norte é capitalisticamente mais progressiva do que a Inglaterra, porque na América do Norte os anglo-saxónicos partiram do estádio a que a Inglaterra tinha chegado depois de longa evolução. O proletariado russo, educado socialisticamente, começará a sua história do estádio máximo de produção a que chegou a Inglaterra de hoje, porque, devendo começar, começará do já perfeito noutra parte, e deste perfeito receberá o impulso para alcançar aquela maturidade económica que, segundo Marx, é condição necessária para o colectivismo. Os revolucionários criarão, eles próprios, as condições necessárias para a realização *completa e plena* do seu ideal. Criá-las-ão em menos tempo do que teria levado o capitalismo. As críticas que os socialistas têm feito ao sistema burguês, para pôr em evidência as imperfeições e as dispersões de riqueza, servirão aos revolucionários para fazer melhor, para evitar estas dispersões, para não cair naquelas deficiências. Será, em princípio, o colectivismo da miséria, do sofrimento. Mas as próprias condições de miséria e de sofrimento seriam herdadas por um regime burguês. O capitalismo não poderia fazer *subitamente*, na Rússia, mais do que poderá fazer o colectivismo. Faria hoje muito menos porque teria *subitamente* contra si um proletariado descontente, frenético, incapaz de suportar por mais tempo as dores e as amarguras que a necessidade económica traria. Mesmo de um ponto de vista absoluto, humano, o socialismo imediato tem na Rússia a sua justificação. O sofrimento que virá com a paz só poderá ser suportado

quando os proletários sentirem que está na sua vontade, na sua capacidade de trabalho, suprimi-lo no menor tempo possível.

Temos a impressão que os maximalistas foram, neste momento, a expressão espontânea, *biologicamente* necessária para que a humanidade russa não caia na ruína mais horrível, para que a humanidade russa, absorvendo-se no trabalho gigantesco, autónomo, da própria regeneração, possa sentir menos os estímulos do lobo esfomeado e a Rússia não se torne numa carnificina de feras que se despedaçam mutuamente.

LEITURAS (*)

Tenho aqui sobre a mesa algumas publicações recentíssimas. Outras são anunciadas. Recebi duas ou três circulares que anunciam a saída de periódicos que deverão tratar os problemas que se referem à complexa acção que o proletariado deve desenvolver para alcançar os seus fins imediatos ou últimos. Discorro com camaradas, com amigos, com gente afim. Sinto em todos qualquer coisa de diverso. Despontam novas necessidades que estimulam o pensamento. A realidade ambiente é vista agora com pontos de vista novos. Todos estão inquietos, em todos existe um tumulto de intenções ainda incertas e vagas, que se exprimem genericamente, que não conseguem solidificar-se.

Porque escondê-lo? Também eu participo desta inquietude, desta incerteza, certo de reprimir os estímulos, de não deixar submergir-me pela onda de impressões novas que batem à porta da consciência e querem ser acolhidas e querem ser examinadas.

Três anos de guerra trouxeram muitas modificações ao mundo. Mas esta é, talvez, a maior de todas as modificações: três anos de guerra tornaram *sensível o mundo*. Nós *sentimos* o mundo; antes, só o *pensávamos*. Sentíamos o nosso pequeno mundo, éramos participantes das dores, das esperanças, das vontades, dos interesses, do pequeno mundo no qual estávamos mergulhados mais directamente. Soldávamo-nos à colectividade mais vasta

(*) Assinado A. G., *Il Grido del Popolo*, 24-11-1917.

só com um esforço de pensamento, com um enorme esforço de abstracção. Agora a soldagem tornou-se mais íntima. Vemos distintamente o que antes era incerto e vago. Vemos homens, multidões de homens, onde ontem só víamos Estados ou homens singulares representativos.

A universalidade do pensamento concretizou-se, tende, pelo menos, a concretizar-se. Alguma coisa desaba necessariamente, em nós e nos outros. Formou-se um clima moral novo: tudo se move, tudo é instável, fluido. Mas surgem as necessidades do momento e, por isso, o fluido tende a estancar-se; o que não é mais do que aventura espiritual quer transformar-se em definitivo. O estímulo para o pensamento apresenta-se como pensamento ordenado e perfeito. O que é apenas veleidade põe-se como vontade clara e concreta. E nasce o caos, a confusão das línguas, e cruzam-se as propostas mais disparatadas com as mais luminosas verdades.

Expiamos assim a nossa ligeireza de ontem, a nossa superficialidade de ontem. Desabituados de pensar, contentes com a vida do dia-a-dia, encontramo-nos hoje desarmados contra a tempestade. Tínhamos mecanizado a vida, tínhamo-nos mecanizado a nós próprios. Contentávamo-nos com pouco: a conquista de uma pequena verdade enchia-nos de tanta alegria como se tivéssemos conquistado toda a verdade. Fugíamos dos esforços, parecia-nos inútil pôr hipóteses longínquas e resolvê-las, mesmo provisoriamente. Éramos místicos sem o saber. Ou dávamos muita importância à realidade do momento, aos factos, ou não lhes dávamos nenhuma. Ou éramos abstractos porque de um facto, da realidade, fazíamos toda a nossa vida, hipnotizando-nos, ou éramo-lo porque nos faltava completamente o sentido histórico, e não víamos que o futuro precipita as suas raízes no presente e no passado, e que os homens, os juízos dos homens, podem fazer saltos, devem fazer saltos, mas não a matéria, a realidade económica e moral.

Maior é, pois, o dever actual de pôr uma ordem em nós. O mundo aproximou-se de nós, mecanicamente, por impulsos e forças que nos eram estranhos. Inconscientemente, muitos vêem em nós a salvação. Éramos os únicos que preparávamos um futuro diferente, melhor do

que o presente. Todos os desiludidos, mas especialmente toda a enorme multidão que três anos de guerra conduziu à luz da história, motivaram um interesse pela vida colectiva, esperam de nós a salvação, a ordem nova. Foi suscitada uma crise espiritual enorme. Necessidades inauditas despontaram em quem, até ontem, não tinha sentido outra necessidade que não fosse a de viver e de nutrir-se. E isto precisamente no momento histórico — como, de resto, necessariamente devia suceder — em que se verifica a maior destruição de bens que a história regista, aqueles bens que, só eles, podem satisfazer a maior parte daquelas necessidades.

As publicações novas, as novas revistas, não me dão, não conseguem dar-me, nenhuma das satisfações que eu procuro. Isto, de resto, não é uma razão de desconforto. As satisfações, devo procurá-las só e mim próprio, no íntimo da minha consciência, onde podem compor-se todos os dissídios, todas as perturbações suscitadas pelos estímulos externos. Estes livros, para mim, não são mais do que estímulos, do que oportunidades para pensar, para pesquisar em mim próprio, para encontrar em mim as razões profundas do meu ser, da minha participação na vida do mundo. Estas leituras convencem-me mais uma vez de que um grande trabalho deve ser ainda feito por nós, socialistas: trabalho de interiorização, trabalho de intensificação da vida moral.

Paira a ameaça duma campanha cerrada para a revisão das fórmulas, dos programas até gora adoptados. Este revisionismo não é necessário. Os erros que se cometeram, o mal que não se pôde evitar, não são devidos a fórmulas ou programas. O erro, o mal, estava em nós, estava no nosso diletantismo, na ligeireza da nossa vida, estava no costume político geral, de cujas perversões também nós participávamos inconscientemente. As fórmulas e os programas eram exteriores, não eram animados por muitos; não os vivíamos com intensidade, com fervor, não vibravam em cada acto da nossa vida, em cada momento do nosso pensamento. Mudar as fórmulas não significa nada. Ocorre que mudemos nós próprios, que mude o método da nossa acção. Estamos envenenados por uma educação reformista que destruiu o pensamento, que mergulhou num pântano o pensamen-

to, o juízo contingente, ocasional, o pensamento eterno que se renova continuamente mesmo mantendo-se imutável. Somos revolucionários na acção, reformistas no pensamento: operamos bem e pensamos mal. Progredimos mais por intuição do que pelo pensamento, e isto leva a uma instabilidade contínua, a uma contínua insatisfação: somos mais temperamento do que carácter. Não sabemos nunca o que os nossos camaradas poderão fazer amanhã; estamos desabituados de pensar concretamente e, por isso, não sabemos fixar o que se deve fazer amanhã e se o sabemos por nós, não o sabemos pelos outros que são camaradas de luta, que deverão coordenar os seus esforços aos nossos esforços.

Na complexa vida do movimento proletário falta um órgão, sentimos que falta um órgão. Deveria existir, paralelamente ao jornal, às organizações económicas, ao partido político, um órgão de controle, desinteressado, que fosse o fermento perene de vida nova, de análise nova, que favorecesse, aprofundasse e coordenasse as discussões, fora de todas as contingências políticas e económicas.

No decurso destas leituras, estas necessidades que eu sinto, que muitos outros sentem igualmente, ir-se-ão concretizando e, com a ajuda dos camaradas de boa vontade, será perseguida uma solução e indicada uma via a seguir.

INTRANSIGÊNCIA-TOLERANCIA. INTOLERANCIA-TRANSIGÊNCIA (*)

Intransigência é não permitir que se adoptem — para alcançar um fim — meios não adequados ao fim e de natureza diversa do fim.

A intransigência é o predicado necessário do carácter. É a única prova da existência de uma determinada colectividade, como organismo social vivo, isto é, tem um fim, uma vontade única, uma maturidade de pensamento. Porque a intransigência requer que cada parte singular seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja harmonicamente pré-estabelecido, que tudo tenha sido pensado. Quer que se tenham princípios gerais, claros e distintos e que tudo o que se faz dependa necessariamente deles.

Para que um organismo social possa ser disciplinado intransigentemente é necessário, pois, que ele tenha uma vontade (um fim) e que o fim esteja de acordo com a razão, seja um fim verdadeiro e não um fim ilusório. Não basta: é preciso que da racionalidade do fim estejam convencidos todos os componentes singulares do organismo, para que nenhum possa recusar a observância da disciplina, para que os que querem fazer observar a disciplina possam pedir esta observância como cumprimento de uma obrigação livremente aceite, em vez de uma obrigação a fixar para a qual o próprio recalcitrante contribuiu.

(*) Assinado A. G., *Il Grido del Popolo*, 8-12-1917, secção «Definizioni».

Destas primeiras observações resulta que a intransigência na acção tem por seu pressuposto natural e necessário a tolerância na discussão que precede a deliberação.

As deliberações estabelecidas colectivamente devem apoiar-se na razão. Pode a razão ser interpretada por uma colectividade? Decerto que o *único* consegue deliberar mais depressa (para encontrar a razão, a verdade) do que uma colectividade. Porque o *único* pode ser escolhido entre os mais capazes, entre os mais bem preparados para interpretar a razão, enquanto a colectividade é composta por elementos diversos, preparados em diverso grau, para compreender a verdade, para desenvolver a lógica de uma finalidade, para fixar os diversos momentos através dos quais é preciso passar para se alcançar o próprio fim. Tudo isto é verdade, mas é também verdade que o *único* pode tornar-se (ou ser visto) num tirano e a disciplina por ele imposta pode desagregar-se porque a colectividade se recusa, ou não consegue compreender, a utilidade da acção, enquanto a disciplina fixada pela própria colectividade aos seus componentes, mesmo que tarde a ser posta em prática, dificilmente falha na sua efectivação.

Os componentes da colectividade devem, portanto, pôr-se de acordo, discutir entre eles. Através da discussão, deve resultar uma fusão dos espíritos e das vontades. Os elementos singulares de verdade, que cada um pode oferecer, devem sintetizar-se na complexa *verdade* e ser a expressão integral da *razão*. Para que isto se realize, para que a discussão seja exaustiva e sincera, é necessária a máxima tolerância. Todos devem estar convencidos que aquela é a verdade e que, portanto, é preciso necessariamente pô-la em prática. No momento da acção, todos devem estar unidos e solidários porque no fluir da discussão foi-se formando um tácito acordo e todos se tornaram responsáveis pelo insucesso. Pode-se ser intransigente na acção só quando se foi tolerante na discussão e quando os mais preparados ajudaram os menos preparados a acolher a verdade, quando as experiências singulares foram postas em comum, quando todos os aspectos do problema foram examinados e não se criou nenhuma ilusão [*dezoito linhas censuradas*].

Naturalmente que esta tolerância — método da discussão entre homens que fundamentalmente estão de acordo e devem encontrar a coerência entre os princípios comuns e a acção que deverão desenvolver em comum — não tem que ver com a tolerância entendida vulgarmente. Nenhuma tolerância para o erro, para a imprudência. Quando se está convencido que uma pessoa está em erro — e foge à discussão, recusa-se a discutir e a experimentar, sustentando que todos têm direito de pensar como querem — não se pode ser tolerante. Liberdade de pensamento não significa liberdade de errar e disparatar. Nós somos apenas contra a intolerância que seja um produto do autoritarismo ou da idolatria, porque impede os acordos duráveis, porque impede que se fixem regras de acção moralmente obrigatórias, porque ao fixá-las participaram livremente todos. Porque esta forma de intolerância conduz necessariamente à transigência, à incerteza, à dissolução dos organismos sociais [*seis linhas censuradas*].

Por isso estabelecemos estas aproximações: intransigência-tolerância, intolerância-transigência.

PARA UMA ASSOCIAÇÃO DE CULTURA (*)

Pessoalmente, e também em nome de muitos outros, aprovo a proposta do camarada Pellegrino para a instituição de uma associação de cultura entre os camaradas nascidos em Turim e os não nascidos mas aqui residentes.

Creio que, não obstante o momento pouco favorável, isto se possa realizar facilmente. São muitos os camaradas que, por imaturidade de convicções e por impaciência em relação às coisas pequenas que é preciso desenvolver, se afastaram das organizações para se deixarem arrastar pelos divertimentos. Na associação encontrariam uma satisfação para as suas necessidades instintivas, encontrariam um lugar de recreio e de instrução que de novo os afeiçoariam ao movimento político, ao nosso ideal.

E por esta iniciativa, à qual todos os camaradas deverão dar o seu apoio, poderia ter também uma solução o problema dos camaradas inscritos nas secções afastadas, nunca resolvido precisamente pela dificuldade de encontrar um campo de comum interesse no qual desenvolver uma actividade.

Bartolomeo Botto

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 18-12-1917.

O *Avanti!*, de Turim, acolheu com simpatia a proposta de Pellegrino e as adesões que ela suscitou (¹). Nesta sua carta, Botto aflora questões de grandes interesse que nos parece oportuno desenvolver e apresentar à atenção dos camaradas.

Em Turim não existe qualquer organização de cultura popular. Da Universidade Popular (²) é melhor não falar: esta nunca foi viva, nunca teve uma função que respondesse a uma necessidade. É de origem burguesa e responde a um critério vago e confuso de humanitarismo espiritual: tem a mesma eficácia dos institutos de beneficência que, com um prato de sopa, crêem satisfazer as necssidades fisiológicas dos desgraçados que não podem sustentar-se e comovem piamente o coração dos seus senhores.

A associação de cultura que os socialistas deveriam promover deve ter finalidades de classe e limites de classe. Deve ser um instituto proletário, orientado para um fim. O proletariado, num certo momento do seu desenvolvimento e da sua história, dá-se conta que à complexidade da sua vida falta um órgão necessário e cria-o, com as suas forças, com a sua boa vontade, para as suas finalidades.

Em Turim, o proletariado alcançou um ponto de desenvolvimento que é dos mais altos, se não o mais alto, de Itália. A secção socialista, na actividade política, alcançou uma individualidade de classe bem precisa; as organizações económicas são fortes; na cooperação, conseguiu-se criar uma instituição potente como a Aliança

(¹) Através da imprensa socialista de Turim desenvolveu-se, no Outono de 1917, uma discussão à volta da necessidade de elevação cultural do proletariado. A proposta a que Gramsci se refere aqui tinha sido acolhida com aprovações mas também com críticas. Um operário tinha perguntado (*Il Grido del Popolo*, 13-10-1917) porque se insistia tanto com a instrução dos proletários. Não seria um discurso a dirigir primeiro aos burgueses? Gramsci interveio para afirmar: «... Para os proletários é um dever não serem ignorantes. Para realizar-se completamente, sem privilégios de casta ou de categoria, a sociedade socialista quer que todos os cidadãos saibam controlar o que os seus mandatários decidem e fazem. O problema de educação dos proletários é problema de liberdade.» *(Ibidem.)*

(²) Cf. «A Universidade Popular», pp. 37-29 do presente volume.

Cooperativa (³). Em Turim, portanto, compreende-se que tenha nascido, e seja sentida, a necessidade de integrar a actividade política e económica num órgão de actividade cultural. A necessidade de integração nascerá e impor-se-á também nas outras partes de Itália. E o movimento proletário beneficiará do alargamento, como energia de conquista.

Uma das mais graves lacunas da nossa actividade é esta: nós esperamos a actualidade para discutir problemas e para fixar as directivas da nossa acção. Obrigados pela urgência, damos aos problemas soluções apressadas, no sentido em que nem todos os que participam no movimento se apoderaram dos termos exactos das questões e, portanto, se seguem a directiva fixada, fazem-no por espírito de disciplina e pela confiança que depositam nos dirigentes, e não por íntima convicção, por uma racional espontaneidade. Assim acontece que, em cada hora histórica importante, se verificam as debandadas, os abrandamentos, as rixas internas, as questões pessoais. Assim se explicam também os fenómenos de idolatria que são um contra-senso no nosso movimento e abrem a janela ao autoritarismo expulso pela porta.

Não existe uma convicção firme difundida. Não existe aquela preparação de longa data que provoca a rapidez de deliberação em qualquer momento, que determina os acordos imediatos, acordos efectivos, profundos, que reforçam a acção.

A associação de cultura deveria tratar desta preparação, deveria criar estas convicções. Desinteressadamente, isto é, sem esperar o estímulo da actualidade,

(³) A Aliança Cooperativa de Turim surgiu em 1899, como novo instituto cooperativo e de previdência criado pela Associação Geral dos Operários e pela Cooperativa dos Ferroviários. O organismo, inteiramente gerido pelos trabalhadores, conquistou um crescente poder comercial e foi uma válida ajuda nas lutas sindicais e políticas da classe operária de Turim. Em 1919-1920, a A. C. T. possuía 44 distribuidores alimentares, agrupava numerosas sociedades de socorro mútuo, possuía centros recreativos, consultórios médicos e uma tipografia. Cf. Gino Castagno, ***Storia di una cooperativa,*** Turim, 1954.

nela se deveria discutir tudo o que interessa ou poderá vir a interessar ao movimento proletário.

Além disso, existem problemas filosóficos, religiosos e morais que a acção política e económica pressupõe sem que os organismos económicos e políticos possam, em local próprio, discuti-los e propagandear as soluções próprias. São eles que determinam as chamadas crises espirituais e nos põem entre mãos, de vez em quando, os chamados «casos». O socialismo é uma visão integral da vida: tem uma filosofia, uma mística, uma moral. A associação seria a sede própria para a discussão destes problemas, para a sua clarificação, para a sua propagação.

Seria também resolvida, em grande parte, a questão dos «intelectuais». Os intelectuais representam um peso morto no nosso movimento porque nele não têm uma função específica, adequada à sua capacidade. Encontrá-la-iam, seria posto à prova o seu intelectualismo, a sua capacidade de inteligência.

Realizando este instituto de cultura, os socialistas dariam um duro golpe na mentalidade dogmática e intolerante criada no povo italiano pela educação católica e jesuítica. Falta ao povo italiano o espírito de solidariedade desinteressada, o amor pela livre discussão, o desejo de procurar a verdade com meios unicamente humanos, a verdade e a inteligência. Os socialistas dariam, assim, um exemplo activo e produtivo, contribuiriam poderosamente para suscitar um novo costume, mais livre e desinteressado do que o actual, mais disposto à aceitação dos seus princípios e dos seus fins. Em Inglaterra e na Alemanha, existiam e existem potentes organizações de cultura proletária e socialista. Em Inglaterra é especialmente conhecida a Sociedade dos Fabianos (4) que aderira à Internacional. Tem como função a discussão profunda dos problemas económicos e morais que a vida impõe ou imporá à atenção do proletariado, e conseguiu pôr ao serviço deste trabalho de

(4) A Fabian Society (fundada em 1899) propôs-se fazer triunfar o socialismo mediante um lento e tenaz trabalho de propaganda.

civilização e de libertação dos espíritos uma grande parte do mundo intelectual e universitário inglês.

Em Turim, dado o ambiente e a maturidade do proletariado, poderia e deveria surgir o primeiro núcleo de uma organização de cultura puramente socialista e de classe, que viria a ser, com o Partido e a Confederação do Trabalho, o terceiro órgão do movimento de reivindicações da classe trabalhadora italiana.

1918

A CRÍTICA CRÍTICA (*)

Claudio Treves (¹) publica um artigo na *Critica sociale* para divulgar uma carta de Martov e para constatar a «pavorosa incultura da nova geração socialista italiana».

A «nova geração» arrumou a doutrina de Marx de modo que o *determinismo* é substituído pelo *voluntarismo*, a *força transformadora* do instrumento de trabalho pela *violência* heróica ou histérica dos indivíduos ou dos grupos, o subjectivismo lisonjeia e aplaude as piores ênfases dos demagogos.

Grande é a incultura da «nova geração», decerto. Mas provavelmente não é maior do que a da «velha guarda», e, mais provavelmente ainda, não coincide, de modo nenhum, com o que Treves quer entender. A «nova geração» leu, por exemplo, para além do *Manifesto dos Comunistas*, também o tratado de Marx e Engels sobre a *Crítica crítica* (²) e pareceu-lhe que os Bauer não se curaram ainda dos seus devaneios pseudofilosóficos e emaranhados de conceitos e de realidade. Leu e estudou também os livros que se escreveram na Europa depois

---

(*) Assinado A. G., *Il Grido del Popolo*, 12-1-1918.

(¹) No artigo *Lenin, Martoff e... noi!*, assinado *Very Well* (*Critica sociale*, XXVIII, n.º 1, pp. 4-5), Claudio Treves declarava aceitar as teses expostas por Martov numa carta ao *Journal de Paris*, em que confirmava as posições mencheviques e desmentia a notícia de um acordo com Lenine.

(²) K. Marx-F. Engels, *A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica, Contra Bruno Bauer e Sócios*.

do florescimento do positivismo, e descobriu (raios!, que pequena descoberta) que a esterilização operada pelos socialistas positivistas das doutrinas de Marx não foi o que se pode dizer uma grande conquista de cultura, e não foi sequer (necessariamente) acompanhada por grandes conquistas de realidade.

Como aconteceu que a *Critica sociale* se tenha transformado na *Crítica crítica*? Pelo mesmo fenómeno pelo qual Marx zombava dos senhores Bruno Bauer, Faucher e Szeliga, escritores da *Allgemeine Literaturzeitung;* porque Treves, «em lugar do homem individual realmente existente» põe o «determinismo» ou a «força transformadora», tal como Bruno Bauer punha «a autoconsciência». Porque Treves, na sua alta cultura, reduziu a doutrina de Marx a um esquema exterior, a uma lei natural, que se verifica fatalmente fora da vontade dos homens, da sua actividade associativa, das forças sociais que esta actividade desenvolve, tornando-se ela própria determinante do progresso, motivo necessário de novas formas de produção.

A doutrina de Marx tornou-se assim na doutrina da inércia do proletariado. Não porque o *voluntarismo* (usamos também esta palavra, que significa pouco, por necessidades práticas da linguagem) fosse, de facto, renegado. Ele reduziu-se à pequena polémica reformista: transformou-se numa coisa vulgar, transformou-se na vontade do compromisso ministerial, na vontade de pequenas conquistas, no antes o ovo hoje do que a galinha amanhã, mesmo que, como diz Ruta, o ovo seja um ovo de piolho.

O trabalho de proselitismo foi abandonado (o que podem contar os «homens individuais»?). A acção histórica do proletariado não pôde, com toda a sua eficácia, inserir-se no processo de desenvolvimento da economia capitalista. Mesmo do ponto de vista reformista, a *Crítica crítica* operou deleteriamente. Pela habitual concepção do «ovo de piolho» foram transcurados os grandes problemas nacionais que interessavam todo o proletariado italiano. É preciso não esquecer que, em 1913, quando o Partido Socialista se apresentou às eleições de sufrágio universal com um programa nitidamente

liberalista, a *Crítica crítica* publicou dois artigos proteccionistas escritos por Treves e Turati ([8]).

Se não existisse o *Unità*, de Caetano Salvemini, Treves poderia talvez falar de «incultura de nova geração socialista». Mas Salvemini e Mondolfo (citamos homens da mesma tendência de Treves) já documentaram muitas vezes de que coisa é materializada a cultura da *Crítica crítica,* para que os jovens possam preocupar-se muito com a repreensão de *Very Well.*

A «nova geração» recusa-se, portanto, a tomar a sério, não a velha, mas a geração definitivamente ordenada nas colunas da *Crítica crítica.*

A nova geração parece que quer tornar à genuína doutrina de Marx, pela qual o homem e a realidade, o instrumento de trabalho e a vontade, não são diferenciados mas identificados no *acto histórico*. Crêem, portanto, que os cânones do materialismo histórico valham apenas *post factum,* para estudar e compreender os acontecimentos do passado, não devendo transformar-se em hipoteca do presente e do futuro. Não crêem que a guerra tenha destruído o materialismo histórico, mas apenas que a guerra modificou as condições do ambiente histórico normal, pela qual a vontade social e colectiva dos homens conquistou uma importância que normalmente não tinha. Estas novas condições são igualmente factos económicos, deram aos sistemas de produção um carácter que dantes não tinham; a educação do proletariado adequou-se necessariamente e conduziu, na Rússia, à ditadura [*dezoito linhas censuradas*].

No fundo, a vontade existe também para Treves, mas é diferente, não ofensiva, é aguada, não patente. Não existe só a cultura que teria podido recordar a Treves que Gio. Battista Vico disse, antes de Marx, que até a crença na divina providência operou beneficamente na história, transformando-se em estímulo da acção, e que, portanto, até a crença no «determinismo» poderia ter tido a sua eficácia, na Rússia para Lenine, e noutras partes para outros.

([8]) C. Treves, *Libero-Scambismo Democrático Imperialista,* e F. Turati, *Giunta alla Derrata. Il Necrologio della Democrazia,* in *Critica Sociale,* XXIII, n.º 17, pp. 257-263.

A LIGA DAS NAÇÕES (*)

No feliz país da Utopia teve em todos os tempos direito de cidadania e livre circulação o «belo sonho» (como se costuma dizer) dos Estados Unidos da Europa e do Mundo. O «belo sonho» tem feito rir os peritos; os críticos, e os filósofos realistas demonstraram a incongruência, a falácia histórica. E com razão. O «belo sonho» apresenta-se agora: mudou de nome, chama-se a Liga das Nações. Um chefe de Estado e de um Estado moderníssimo, um homem que demonstrou na simplicidade da sua linguagem ser mais realista do que todos os vendedores de cabalas diplomáticas, é o apresentador: Wilson. Alguns ministros da moderna Inglaterra, país também pouco fértil de nefelibatas, acolhem com simpatia e divulgam a fórmula de Wilson. Trata-se ainda do «belo sonho», ou, na verdade, um núcleo de realidade se esconde nesta fórmula renovada? É o que vamos ver, porque vale a pena.

A velha concepção, que podemos chamar latina, a concepção de Victor Hugo, humanitária e maçónica, era e é ainda uma abstracção arbitrária, anti-histórica, ternamente construída com cimento de lágrimas e com blocos de suspiros. Sustenta-a em Itália o senador Ponti e... o camarada Modigliani, é uma «ernestoteodoromonetoria» (1), que não fundamenta as suas raízes em

(*) Assinado A. G., *Il Grido del Popolo*, 19-1-1918.

(1) Do nome do jornalista pacifista Ernesto Teodoro Moneta, prémio Nobel da Paz em 1907.

nenhum conceito de classe, vivo economicamente e socialmente. Em França, é divulgada pela Liga para os Direitos do Homem, pelos socialistas de todas as fracções, por aquela mescla de retóricos cansados e de homens de negócios que constituem o partido radical-socialista.

Também em França não é uma corrente económico-social que a torna própria; permanece pura ideologia, florescida nos férteis campos da política e das conversas jornalísticas: é o fantasma da França jacobina que, em barrete frígio e carmanhola, agita o archote da fraternidade, da igualdade, da liberdade, o herói da libertação dos povos, o que sanciona as mais refinadas e nebulosas conquistas verbais do espírito humano.

Mas no mundo anglo-saxónico a ideologia apresenta-se com outras vestes e com outras garantias de seriedade e de concretização. No mundo anglo-saxónico, Liga das Nações significa isto: necessidade do capitalismo moderno, forma actual de convivência internacional que se adeque melhor às necessidades da produção e das trocas.

Woodrow Wilson chegou à presidência dos Estados Unidos por representar os interesses políticos de uma classe capitalista que é a quinta-essência do capitalismo: os produtores não protegidos e que não podem ser protegidos; os industriais que exportam, que têm necessidade de novos mercados, que podem ser prejudicados, no seu vigoroso e espontâneo desenvolvimento, pelo proteccionismo dos outros países. A sua ideologia política é a democracia liberal e liberalista que, nas penúltimas eleições, derrotou a democracia radical, especuladora, proteccionista, defensora dos *trusts*.

Para esta burguesia, Liga das Nações quer dizer dissolução das relíquias políticas do feudalismo. A economia burguesa, num primeiro momento, dissolveu as pequenas nacionalidades, os pequenos grupos feudais; libertou os mercados internos de todas as peias mercantis que embaraçavam o tráfico, que impediam que a produção se transformasse e se expandisse. A economia burguesa suscitou, assim, as grandes nações modernas. Nos países anglo-saxónicos ultrapassou esta posição; a a prática liberal criou, no interno, maravilhosas individualidades, energias seguras e aguerridas para a luta e para a concorrência, descentralizou os Estados, desburocratizou-os; a produção, não insidiada continuamente por forças não económicas, desenvolveu-se com um respirar de amplitude mundial, despejou nos mercados mundiais montes de mercadorias e de riqueza. Continua a operar; sente-se sufocada pela sobrevivência do proteccionismo em muitos dos mercados europeus e do mundo. As lutas de tarifas não a solicitam: sabe-as, por experiência prática, danosas para ambas as partes beligerantes. Cria a ideologia pacifista de Norman Angell, mas mostra-se capaz de desencadear a guerra não menos tenazmente do que os mais aguerridos estados militaristas.

Neste período da vida do mundo lança a ideologia da Liga das Nações. Ela representa para a burguesia liberalista anglo-saxónica a garantia política da actividade económica de amanhã e do ulterior desenvolvimento capitalista. É a tentativa para adequar a política internacional às necessidades das trocas internacionais. Representa, para os Estados singulares, aquela garantia de segurança e de liberdade que corresponde, no interior de cada Estado, ao *habeas corpus* para a liberdade e a segurança individual dos cidadãos. É o grande estado burguês supernacional que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o respirar da livre concorrência e permite as grandes empresas, as grandes concentrações capitalistas internacionais.

Esta ideologia política é uma função das trocas; o instrumento de produção que a produziu são as trocas internacionais que têm, também elas, valor produtivo, porque, livres de impedimentos alfandegários, permitem a máxima exploração dos recursos naturais e da capacidade trabalhadora do proletariado. A Liga das Nações representa o superar do período histórico das alianças e dos acordos militares; representa uma equiparação da política e da economia, uma soldagem das classes burguesas nacionais no que as irmana para além das diferenciações políticas: o interesse económico. Eis por que a ideologia se afirmou vitoriosamente nos dois grandes Estados anglo-saxónicos, liberalistas e liberais, tem

neles sólidas bases e representa mais qualquer coisa do que o «belo sonho» de Victor Hugo. E eis por que não encontra sustentadores que a possam realizar em Itália e na França: porque a Itália e a França são proteccionistas, não têm uma classe que detenha o poder, mas pequenos grupos políticos, mais representantes de negócios do que vigorosa e potente economia burguesa.

DIAMANTINO (*)

Hoje quero contar-vos a história de Diamantino, como eu próprio a ouvi, há muitos anos, intercalada numa longa e aborrecida conferência pacifista do professor Mario Falchi. Diamantino era um pequeno cavalo nascido numa mina de carvão de um vale inglês. Sua mãe — pobre égua! —, depois de ter passado os primeiros e mais belos anos da sua vida à superfície da terra, ao sol, alegrada pelo sorriso das flores, entre as quais, gárrulo e lascivo brinca o zéfiro — tinha sido destinada a puxar os vagões de mineral, a algumas centenas de metros debaixo da terra. Diamantino foi assim gerado, entre a fuligem, no negro da áspera fadiga, e nunca viu, o infeliz, as flores dos prados e nunca relinchou, na exuberância da seiva juvenil, entre os zéfiros perfumados da Primavera. E nem sequer quis prestar atenção às belas descrições que, de vez em quando, sua mãe lhe fazia sobre a beleza, a luminosidade, os frescos e suculentos pastos que alegram o género equino na superfície sublunar do mundo. Diamantino acreditou sempre estar a ser enganado pela sua respeitável geradora e morreu entre a fuligem e o pó de carvão convencido que as estrelas, o sol, a lua, fossem fantasmas nascidos no cérebro doente da cansada e afadigada puxadora de vagões.

Pois bem, nós somos todos Diamantinos, mas não

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 21-1-1918, secção «Sotto la Mole».

«nós homens» em relação à paz perpétua, como queria o professor Mario Falchi na sua conferência; mas «nós italianos» em relação a uma bem mais humilde e modesta forma de convivência civil: a liberdade individual, a segurança pessoal, que deveriam ser asseguradas a todos os cidadãos pelo regime individualista burguês.

Agitam-nos diante dos olhos o espectáculo pavoroso da ruína social na Rússia, os *livres* cidadãos russos suportando todas as agressões, não seguros dos seus haveres, errando pelos bosques, os corpos esqueléticos cobertos de trapos, disputando-se mutuamente as raízes para matar a fome. E contrapõem-nos a *nossa* liberdade, a *nossa* segurança.

Mas nós somos como Diamantino. Nunca vimos a *nossa* segurança, a *nossa* liberdade. Falam-nos de um mundo que nunca vimos, onde nunca vivemos [*quarenta e duas linhas censuradas*].

Temos ouvido dizer que esta liberdade e esta segurança são, noutros países, garantidas aos cidadãos; temos notícias disso através dos livros e dos jornais, pessoas de absoluta confiança no-lo afirmaram, alguns de nós puderam constatá-lo durante as suas peregrinações forçadas no estrangeiro. Mas no nosso país? Para o nosso país, nós permanecemos no estado de espírito de Diamantino: parece-nos ouvir descrever um país encantado, de sonho, habitado sabe-se lá por que miraculosas criaturas da fantasia. A liberdade, a segurança? Não conseguimos, experimentalmente, representá-las: são o mito, a fábula, o Éden representado quando, numa das poucas noites do ano, depois de não termos tido durante o dia nenhum aborrecimento, dormimos tranquilos e o mágico sonho nos transporta para mundos ultraterrenos.

CONSTITUINTE E SOVIETE (*)

A dissolução da Constituinte, logo depois da sua primeira assembleia ([1]), não é só um episódio de violência jacobina, como supõem os jornalistas que ainda não compreenderam nada de quanto está sucedendo na Rússia.

A Constituinte era o mito vago e confuso do período pré-revolucionário. Mito intelectualista, continuação no futuro das tendências sociais que se podiam colher na parte mais vistosa e superficial das confusas forças revolucionárias de antes da revolução.

Estas forças esclareceram-se e definiram-se, em grande parte, e vão-se sempre clarificando e definindo. Elas estão elaborando espontaneamente, livremente, segundo a sua natureza intrínseca, as formas representativas através das quais a soberania do proletariado deverá exercer-se. Estas formas representativas não são reconhecidas na Constituinte, isto é, num parlamento de tipo ocidental, eleito segundo os sistemas das democracias ocidentais. O proletariado russo ofereceu-nos um primeiro modelo de representação directa dos produtores: os Sovietes. Agora a soberania é de novo dos Sovietes. Definitivamente? A falta absoluta de informações sobre o que se pensa e se sustenta, a tal respeito, nos ambientes proletários russos não permite nenhuma resposta.

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 26-1-1918.
([1]) Na noite entre 18 e 19 de Janeiro de 1918.

Conhecemos apenas a face exterior dos acontecimentos, não conhecemos o espírito íntimo que os aviva. Vemos na dissolução da Constituinte apenas a aparência violenta, o golpe de força. Jacobinismo? O jacobinismo é um fenómeno completamente burguês, de minorias, mesmo potencialmente. Uma minoria que está segura de transformar-se em maioria absoluta ou até na totalidade dos cidadãos não pode ser jacobina, não pode ter como programa a ditadura perpétua. Ela exercita provisoriamente a ditadura para permitir que a maioria efectiva se organize, se torne consciente das suas intrínsecas necessidades e instaure a sua ordem fora de todos os apriorismos, segundo as leis espontâneas desta necessidade [*três linhas e três quartos censurados*].

A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E O SOCIALISMO (*)

Publicamos este artigo de um jovem camarada (¹), porque ele nos assegura reflectir o pensamento de uma importante fracção do movimento socialista de Turim. Renunciamos preventivamente a qualquer análise de história das ideias e de história da expressão das ideias. Examinamo-lo em si e por si, como manifestação de convicções que podem ser colectivas e podem determinar especiais comportamentos.

De acordo, em linha geral, com muitas das afirmações do camarada R. F., parecem-nos errados alguns juízos e algumas consequências deles. A cisão entre política e economia, entre organismo e ambiente social, sustentada pela crítica sindicalista, para nós não é mais do que uma abstracção teórica da necessidade empírica, prática, de cindir provisoriamente a unidade activa social para a estudar melhor, para a compreender melhor. Ao analisar um fenómeno, somos obrigados, por necessidade de estudo, a reduzir este fenómeno aos chamados elementos, que na verdade não são mais do que o próprio fenómeno visto num momento e não noutro, com

(*) Nota da redacção, não assinada, *Il Grido del Popolo*, 9-2-1918.

(¹) O artigo, com o título acima transcrito pela nota de redacção que lhe apõe Gramsci, é assinado R. F. O autor distingue entre «organismo social» e «ambiente» e afirma que «a tentativa para mudar o organismo com a transformação do ambiente é um sonho». R. F. polemiza também com os seguidores do método parlamentar.

a preocupação de um fim particular em vez de qualquer outro. Mas a sociedade, como o homem, e sempre e só uma unidade histórica e ideal que se desenvolve negando-se e superando-se continuamente. Política e economia, ambiente e organismo social, são sempre a mesma coisa, e é um dos maiores méritos do marxismo ter afirmado esta unidade dialéctica. Aconteceu que os sindicalistas e os reformistas, pelo mesmo erro de pensamento, se especializaram num ramo diferente da linguagem empírica socialista. Uns arrancaram arbitrariamente da unidade da actividade social o termo economia, outros o termo política. Uns cristalizam-se na organização profissional e pelo desvio inicial do seu pensamento fazem má política e péssima economia, os outros cristalizam-se na exterioridade parlamentar, legisladora e, pela mesma razão, fazem má política e péssima economia. Destes desvios nascem a fortuna e a necessidade do socialismo revolucionário que reconduz a actividade social à sua unidade, esforçando-se por fazer política e economia sem adjectivos, isto é, ajudando o desenvolvimento e a tomada de consciência das energias proletárias e capitalistas espontâneas, livres, necessárias historicamente para que do seu antagonismo se afirmem sínteses provisórias sempre mais completas e perfeitas que deverão culminar no acto e no facto último que as contenha, sem resíduos de privilégios e de explorações. A actividade histórica contrastante não desaguará nem num Estado profissional, como o almejado pelos sindicalistas, nem num Estado que tenha monopolizado a produção e a distribuição, como é almejado pelos reformistas. Mas numa *organização* da liberdade de todos e para todos, que não terá nenhum carácter estável e definido, mas será uma procura contínua de novas formas e de novas relações que se adequem sempre às necessidades dos homens e dos grupos, para que todas as iniciativas sejam respeitadas, sendo úteis, todas as liberdades sejam tuteladas, desde que não se trate de privilégio. Estas considerações encontram uma experiência viva e palpitante na revolução russa, a qual, até agora, tem sido especialmente um esforço titânico para que nenhuma das concepções estáticas do socialismo se afirme definitivamente, fechando a revolução e reconduzindo-a fatalmente para um regime burguês, que, sendo liberal ou liberalista, daria maiores garantias de historicidade do que um regime profissional ou de que um regime centralizador e idólatra do Estado.

Não é, pois, exacta a afirmação de que a actividade política socialista se caracteriza deste modo só porque provém de homens que se dizem socialistas. O mesmo se poderia dizer de qualquer outra actividade, afirmando-se que é assim só porque o mesmo adjectivo é atribuído aos homens que a explicam.

Faríamos muito melhor se chamássemos a má política com o seu verdadeiro nome de «camorra» (*) e não nos deixássemos encantar pelos «camorristas» até ao ponto de renunciar a uma actividade que é integrante necessária do nosso movimento. De resto, já Kautsky observou agudamente que a fobia política e parlamentar é uma fraqueza pequeno-burguesa, de gente preguiçosa, que não quer fazer o esforço necessário para controlar os próprios representantes, para estar em unidade com eles ou fazer com que eles estejam em unidade consigo.

(*) Nome por que é conhecida, em Nápoles, a criminalidade organizada. Espécie de «mafia» napolitana. *(N. do T.)*

WILSON E OS MAXIMALISTAS RUSSOS (*)

Existe na história uma lógica superior aos factos contingentes, superior à vontade dos indivíduos considerados singularmente, à actividade dos grupos particulares, ao contributo de operosidade das nações. Isto não significa que estas vontades, estas actividades, estes contributos, sejam esforços vãos, falsas tentativas de iludidos que crêem subtrair-se e até impor-se à fatalidade dos acontecimentos.

A eficácia criadora das vontades e das iniciativas humanas é condicionada no espaço e no tempo. O que transparece, muitas vezes, não é mais do que a imagem vã da vida. As nossas paixões, os nossos desejos, levam-nos a interpretar os acontecimentos individuais de um certo modo e não de outro. E estas próprias interpretações tornam-se, por sua vez, determinantes da história, suscitadoras de operosidade activa, ainda que numa pequena zona ou para pequenos factos. Entretanto, no colossal choque de tantas operosidades contrastantes, que se elidem ou se integram, a vida prossegue, implacável, segundo uma linha que resulta destas elisões e integrações. Só *depois* podemos julgar e este depois é mais ou menos futuro, quanto mais alargarem as forças que contrastam, quanto mais profundos forem os estratos de humanidade que participam na actividade social.

Na história, há derrotas que mais tarde apareceram como vitórias luminosíssimas, presuntos mortos que

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 2-3-1918.

fizeram falar de si com fragor, cadáveres de cujas cinzas renasceu a vida mais intensa e produtora de valores.

Os homens, vistos individualmente, os grupos singulares, podem ser derrotados, podem morrer, deles pode extinguir-se até a memória. Mas não morre a sua actividade útil, não morre o seu pensamento, enquanto interpretação de uma aspiração racional da consciência humana. Pelo contrário, difunde-se, torna-se energia de multidões, transforma-se em costume, e vence, afirmando-se vitorioso.

Muitas vezes, quem parecia comprimir e vencer torna-se o herdeiro do adversário, substitui-o, sem saber, na sua função. A época medieval cristã tem vindo sempre a revelar-se como a integradora e a continuadora da civilização romana da qual parecia, pelo contrário, aos literatos, o execrável coveiro.

Uma grande afirmação de civilização não se cumpre num ano, ou em seis meses. E por isso devem os seus agentes renunciar à acção? A história tem necessidade de mártires e de vencidos, tal como de triunfadores: nutre-se do sangue dos heróis e do sacrifício anónimo das multidões. Quem pode julgar, caso a caso, uma derrota e uma vitória, um sacrifício e uma tolice? Mas de levianos e imbecis está o mundo cheio, em grau maior do que de inteligentes e de homens sérios. E o hoje, a necessidade do hoje, provoca a injustiça, a leviandade, o sorriso de escárnio. É inútil a repreensão. Só depois do facto realizado reconhecemos o mérito. Muitos burgueses maldizem ainda o jacobinismo francês da Grande Revolução e ainda não se convenceram que sem aquela violência, sem aquelas monstruosas injustiças, sem se ter derramado o sangue, mesmo inocente, seriam ainda servos e as suas mulheres teriam sido as rameiras dos senhores feudais, antes de serem suas mulheres.

Formam-se novas harmonias, sínteses de vida mais elevada e humana. As opiniões transformam-se sob o impulso das necessidades estimulantes, aproximam-se de uma ideia primeiro desprezada, porque não compreendida, não ambientada politicamente. Realizam-se conversões sem documentos lógicos da passagem.

Primeiro são poucos indivíduos que vibram sob a impressão de correntes ideais que a grande massa não

acolhe. Os poucos multiplicam-se, disseminados no grande espaço do mundo civil; impressionam grupos e partidos. Ocorrem oscilações de opinião até que todo um estrato social, uma classe, um ramo, se elevam para a compreensão, tornam própria uma ideia. Revelam-se relações novas entre as ideologias e a economia. Sectores produtivos que tinham sido sacrificados, comprimidos, em benefício de sectores patronais, reforçam-se depois, transformam-se na plataforma de uma orientação política nova, desenvolvem-se, absorvem a actividade e dão consistência a realidades novas.

No tumulto das ideias provocado pela guerra, revelaram-se duas forças novas: o presidente Wilson, os maximalistas russos. Elas representam o extremo anel lógico das ideologias burguesas e proletárias.

O presidente Wilson cobra, neste momento, os testemunhos de maior simpatia. Ele é o homem do facto consumado. A sua obra foi de correcção, de integração de valores burgueses. É um chefe de Estado, dirige um organismo social pré-existente à guerra, que se reforçou na guerra, se disciplinou melhor.

E, todavia, o reconhecimento da sua utilidade demorou três anos a afirmar-se. Escarneceu-se do seu programa, ele foi alvo de vitupério, chamaram-lhe hipócrita, vazio. Começa agora a revisão dos juízos. Um interessante livro de Daniele Halèvy [1], que recolhe os documentos do seu pensamento e da sua actividade política, dá lugar a artigos elogiativos. As qualidades ontem negadas tornam-se agora prova de solidez. Giovanni Papini (e o seu testemunho tem valor na medida em que Papini, com os seus caprichos, com as suas desigualdades, com o seu engenho bizarro, que tanto produz agudas e percursoras verdades como banais montes de palavras, se aproxima do burguês médio italiano, se antecipa à opinião da média burguesia italiana), dois anos antes, teria chamado a Wilson um «suíço por eleição», um «capado», um aborrecido pregador, tal como chamou a Romain Rolland, de resto muito vizinho espiritualmente do presidente americano. Papini exalta agora em Wilson nada

[1] D. Halévy, *Le Président Wilson*, Paris, 1918.

menos do que o puritanismo, a sua condição de professor, de pregador de princípios e de máximas morais, aproximando-o aos maiores homens de Estado da história: ao magnífico Lorenzo de Medici, a Marco Aurélio, a Frederico, o Grande, a Júlio César, homens de pensamento e de acção, ideólogos e executores.

O reconhecimento da *utilidade* histórica dos maximalistas russos, melhor, do maximalismo russo, não podia decerto chegar logo, de súbito; provavelmente nem sequer chegará durante o decorrer da guerra ou imediatamente ao advento da paz. E, todavia, sentimos que esse reconhecimento não faltará, que ao maximalismo russo a história reserva um lugar de primeira ordem, superior ao dos jacobinos franceses, do mesmo modo que o socialismo é superior às ideologias burguesas.

O maximalismo é a Rússia mártir, é o sacrifício de uma nação a uma ideia para que ela não morra e salve a humanidade. O martírio da Rússia esclareceu já muitas cabeças, elevou o nível político das nações, fez triunfar alguns daqueles princípios com os quais os Estados deverão encontrar-se ao concluir a paz. O futuro das nações e dos povos ficará a dever aos maximalistas russos as maiores garantias de paz que certamente serão asseguradas. Os maximalistas russos encontraram uma nação esgotada, desorganizada, em completa ruína. Calafetaram, em seis meses, esta ruína, deram à humanidade russa uma luz ideal deslumbrante que revigorou muitos espíritos, que fez encontrar a consciência a multidões perdidas na cegueira do frenesi da guerra. O programa de Wilson, a paz das nações, só acontecerá com o sacrifício da Rússia, com o martírio da Rússia. Entre as ideologias médias da burguesia italiana, francesa, inglesa, alemã e o maximalismo russo existia um abismo; a distância reduziu-se, aproximando-se ao extremo anel lógico burguês, ao programa do presidente Wilson. O presidente americano será o triunfador da paz; mas, para o seu triunfo, foi necessário o martírio da Rússia; Wilson reconheceu-o e prestou homenagem aos que, todavia, são também os seus adversários [*onze linhas censuradas*].

INDIVIDUALISMO E COLECTIVISMO (*)

A classe burguesa redimiu-se da escravidão feudal, afirmando os direitos do indivíduo à liberdade e à iniciativa. A classe proletária luta pela sua redenção, afirmando os direitos da colectividade, do trabalho colectivo, contrapondo à liberdade individual, à iniciativa individual, a organização das iniciativas, a organização das liberdades.

Logicamente, o princípio da organização é superior ao da liberdade pura e simples. É a maturidade em confronto com a juventude; mas, historicamente, a maturidade precisa da juventude para se desenvolver e o colectivismo pressupõe necessariamente o período individualista, durante o qual os indivíduos adquirem as capacidades necessárias para produzir independentemente de todas as pressões do mundo exterior, aprendendo à sua custa como nada existe de mais real e de mais concreto do que o dever do trabalho, e como o desejo da opressão, a concorrência brutal e desenfreada, devem ser substituídos, para o bem de todos, pela organização, pelo método que atribui a todos uma função específica a desempenhar e a todos assegura a liberdade e os meios de subsistência.

A classe burguesa, sucedendo à classe feudal na ditadura da produção, introduziu uma modificação no regime da propriedade privada. Esta era inalienável, transmitia-se apenas por linha directa, de pai a filho,

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 9-3-1918.

era vinculada por laços antieconómicos que impediam o caminho aos rápidos incrementos, tornando por isso necessária a exploração iníqua da enorme maioria, com exclusão absoluta da concorrência em relação à mão-de-obra, obtida com os servos da gleba e com as corporações de ofícios.

A burguesia dissolveu o privilégio feudal de casta, tornou comerciáveis os instrumentos de produção, terras, máquinas e mão-de-obra. Chamou a si a propriedade dos instrumentos naturais e mecânicos, a liberdade de produzir e assegurou à mão-de-obra a liberdade da concorrência, da qual podia servir-se para melhorar as suas condições.

A propriedade, tornada comerciável, começou a circular, passando dos menos capazes aos mais capazes. A técnica dessenvolveu-se sob o estímulo da concorrência; a sociedade definiu as suas bases no individualismo, que teve o seu maior defensor filosófico em Herbert Spencer e os seus defensores económicos nos liberalistas da escola inglesa.

A liberdade de concorrência veio-se intensificando cada vez mais pelos contínuos aperfeiçoamentos da técnica industrial e agrícola. A classe burguesa fragmentou-se em sectores e grupos que entraram em luta para o predomínio político; estes representam estádios mais ou menos desenvolvidos da produção: alguns, seguros do êxito da concorrência, querem a liberdade para eliminar os adversários; outros, fracos e incertos no amanhã, defendem a conservação das leis restritivas das liberdades políticas e económicas, querem ser protegidos, querem um mínimo de segurança para não sucumbirem, para não serem eliminados do campo das competições.

O capitalismo desenvolveu-se deste modo, mais ou menos intensamente conforme as nações, as condições naturais e históricas dos vários países. Onde é mais antigo e alcançou o máximo de produção, conseguiu, no plano político, a redução ao mínimo das funções do Estado, uma ampla liberdade de reunião, de imprensa, de propaganda, a segurança dos cidadãos em relação ao poder, a difusão dos ideais de paz e de fraternidade internacional. É preciso não acreditar que estes princípios se

tenham afirmado por razões sentimentais. Eles são a necessária garantia da actividade individual em regime de livre concorrência. Nos seus negócios, o indivíduo tem necessidade da rapidez administrativa e judiciária, portanto, é necessário que o Estado renuncie a uma grande parte dos seus atributos em benefício das autonomias locais que tornam expedita a máquina burocrática e facilitam o controle. O indivíduo tem necessidade de confiar na sua actividade futura para os contratos e venda de trabalho; deve existir naturalmente a mais ampla liberdade, a maior segurança contra as privações arbitrárias e ilimitadas da liberdade pessoal; o código penal simplifica-se, diminui a importância dos delitos e das penas. A concorrência das classes, conservando a possibilidade de regresso ao poder dos atrasados e parasitários, justifica que seja garantida a maior liberdade de imprensa, de reunião, de propaganda, através da qual se pode educar a opinião pública e rejeitar os assaltos do passado.

A liberdade económica demonstrou-se logo doutrina de classe; os instrumentos de produção, embora circulando, permaneceram propriedade de uma minoria social; o capitalismo foi, também ele, um privilégio de poucos, que tendem a reduzir-se cada vez mais, centralizando a riqueza para se subtraírem assim à concorrência do monopólio. A maioria dos deserdados procura então na associação o meio de resistência e de defesa dos seus próprios interesses. As liberdades, concebidas apenas para o indivíduo capitalista, devem estender-se a todos. A concorrência amplia-se: para além de indivíduos e de sectores burgueses, é também de classes. As associações proletárias ensinam os indivíduos a encontrar na solidariedade o maior desenvolvimento do próprio eu, das próprias capacidades para a produção. A organização, para o proletariado, no campo da sua classe, substitui já necessariamente o individualismo, absorvendo deste o que contém de eterno e de racional: o sentido da própria responsabilidade, o espírito de iniciativa, o respeito pelos outros; a convicção de que a liberdade para todos é a unica garantia das liberdades individuais, de que a observância dos contratos é condição indispensável de convivência civil, de que as pirue-

tas, as fraudes e os ilusionismos acabam por danificar também os que deles se serviram. Mas a associação tem o fim principal de educar para o desinteresse: a honestidade, o trabalho e a iniciativa são os seus fins, procuram apenas satisfação intelectual, alegria moral nos indivíduos, não privilégios materiais.A riqueza que cada um pode produzir em medidas superiores às necessidades da vida imediata é da colectividade, é património social: já não é necessária a comercialização dos instrumentos de trabalho para suscitar as capacidades e as iniciativas, porque o trabalho se transformou em dever moral, a actividade é alegria, não batalha cruel.

O individualismo burguês produz assim necessariamente no proletariado, a tendência para o colectivismo. Ao indivíduo-capitalista contrapõe-se o indivíduo-associação, ao comerciante a cooperativa; o sindicato torna-se num indivíduo colectivo que renova a livre concorrência, condu-la para formas novas de liberdade e de actividade. A maioria dos indivíduos organiza-se, desenvolve as suas leis próprias de convivência nova, cria as competências, cria hábitos de responsabilidade, de desinteresse, de iniciativa sem fins imediatos de lucro pessoal. Difundem-se assim as condições ideais e morais para o nascimento do colectivismo, para a organização da sociedade; afirma-se aquela atmosfera moral pela qual o novo regime não é o triunfo dos poltrões e dos irresponsáveis mas seguro progresso histórico, realização de uma vida superior a todas as já passadas.

UM ANO DE HISTÓRIA (*)

Um ano é passado desde o dia em que o povo russo obrigava o czar Nicolau II a abdicar e a seguir o caminho do exílio. A comemoração do aniversário é pouco feliz. Dor, ruína, aparência de destruição, contra-ofensiva burguesa com as baionetas e as metralhadoras alemãs.

Acabou-se a revolução russa? Faliu o proletariado, na Rússia, na maior das tentativas de vitória que jamais se tinha tentado na história? As aparências são desconfortantes; os generais alemães chegaram a Odessa; os japoneses, diz-se, estão para intervir: 50 milhões de cidadãos foram separados pela revolução e, com eles, as terras mais férteis, os portos, as estradas da civilização e da vida económica. A revolução, nascida da dor e do desespero, continua na dor e nos sofrimentos, apertada num anel de potência inimiga, imersa num mundo económico refractário às suas ideias, aos seus objectivos.

Em Março de 1917 o telégrafo anunciou-nos que um mundo tinha caído na Rússia: mundo que já era efémero, inanimada aparência de um poder que tinha surgido, que se tinha reforçado e arrastado com a violência sanguinosa, com a opressão do espírito, com a tortura da carne dilacerada.

Este poder tinha suscitado uma grande máquina estatal: 170 milhões de criaturas humanas tinham sido obrigadas a esquecer a sua humanidade, a sua espiri-

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 16-3-1918.

tualidade, para servirem. A quê? À ideia do Império russo, do grande Estado russo que devia chegar aos mares quentes e abertos para assegurar, à actividade económica, saídas seguras para todos os tipos de concorrentes, para todas as surpresas da guerra. O Império russo era uma monstruosa necessidade do mundo moderno: para viver, para se desenvolver, para assegurar-se a via da actividade, 10 raças, 170 milhões de homens, deviam sujeitar-se a uma disciplina estatal feroz, deviam renunciar à humanidade e ser puro instrumento de poder. São séculos de martírio e de crucificação; e o martírio torna-se mais agudo quanto mais a civilização se afirma e desperta as consciências. A necessidade de independência e de autonomia torna-se mais pungente, mas a razão de Estado deve sufocá-la, deve exterminar milhares, centenas de milhares, de indivíduos para conservar a unidade, para conservar ligados num feixe estes 170 milhões que, só com o número, resistem à concorrência capitalista, fazem oscilar as forças adversas da concorrência mundial. Os indivíduos perdem toda a autonomia, toda a liberdade, para que o Estado possa ser autónomo e livre entre os outros Estados. Sucede assim que os indivíduos atingem, na sua consciência, pontos de espiritualidade que não se atingem em nenhum outro país. A literatura russa é o documento doloroso de uma consciência interior sem igual; nunca se tinha verificado uma tal análise dos valores humanos, uma tal escavação interior, uma tal tomada de posse de personalidade. A literatura russa é documento único na história porque ímpar era a dor, a humilhação a que os homens eram submetidos na Rússia. Os corpos dobram-se ao peso da cadeia social, e o espírito, tapada a vista do mundo exterior, volta-se para si próprio; eleva-se um canto, sublime e sobre-humano, canto de dor, de desespero, de purificação, do qual só nos profetas do povo de Israel se pode encontrar uma pálida semelhança.

Em Março de 1917, desaba a máquina monstruosa, apodrecida, desfeita na sua impotência congénita. Os homens levantam-se, olham-se de frente. Todos os valores humanos ganham vantagem. A formalidade já não tem valor; muito mal fez, muitas dores produziu, muito sangue derramou. Começa a história, a verdadeira história. Cada um quer ser o patrão do seu próprio destino, deseja-se que a sociedade seja plasmada em obediência ao espírito e não vice-versa. A organização da convivência civil deve ser expressão de humanidade, deve respeitar todas as autonomias, todas as liberdades. Começa a nova história da sociedade humana, começam as experiências novas da história do espírito humano. Estas acabam por coincidir com as expressões que o ideal socialista tinha preconizado para as necessidades elementares dos homens. Os socialistas, como classe política, sobem ao poder sem muito esforço: as palavras da sua fé coincidem com as aspirações confusas e vagas do povo russo. Devem realizar a nova organização, devem ditar as novas leis, estabelecer as novas ordens.

O passado continua a subsistir; é desagregado. Tem-se a impressão da ruína, da desordem, da confusão. Parece que se regressa à sociedade bárbara, isto é, à não sociedade. O passado continua a subsistir para além do território da liberdade, pressiona e quer tentar uma desforra. A ordem nova tarda a realizar-se. Tarda? Ó homens cépticos e perversos, não tarda, não, porque não se refaz uma sociedade num *fiat*, porque o mal do passado não é um edifício de papelão a que se dá o fogo num instante! Doloroso esforço é a vida, luta tenaz contra os hábitos, contra a animalidade e instinto grosseiro que ladra continuamente. Não se cria uma sociedade humana em seis meses quanto três anos de guerra esgotaram um país, o privaram de meios mecânicos para a vida pública. Não se reorganizam milhões e milhões de homens em liberdade assim simplesmente, quando tudo é adverso e só subsiste o espírito indomável. A história da revolução russa não se fechou e não se fechará com o aniversário do seu começo. Tal como um canto existe na fantasia do poeta antes de ser escrito, o advento da organização social existe nas consciências e nas vontades. Os homens mudaram: isto é o que importa. Deseja-se a forma, a oficialização. Grita-se por cada insucesso, por cada derrota aparente. Pede-se aos russos o que os historiadores não pedem às revoluções passadas: a criação fulminante de uma ordem nova. Supõem-se propósitos que nunca existiram, esperanças que nunca foram sonhadas. E estes propósitos, estas

esperanças, são confrontados com a realidade actual para concluir com a falência, a ruína. Com a realidade que se diz saída de um ano de nova história mas que surgiu de séculos de brutal supressão do homem dos caminhos da história. Pede-se o impossível, o que nunca se pediu aos homens do passado. Quantas vezes a Revolução Francesa viu ocupada a capital pelos inimigos? E a ocupação vinha depois de Napoleão ter organizado autoritariamente as forças revolucionárias e de ter conduzido os exércitos franceses de vitória em vitória. E a França era bem pequena coisa comparada à Rússia sem limites. Não, as forças mecânicas nunca prevalecem na história: são os homens, são as consciências, é o espírito que plasma a aparência exterior e acaba sempre por triunfar. Fechou-se um ano de história, mas a história continua [*seis linhas censuradas*].

A TUA HERANÇA (*)

A sociedade contemporânea: uma feira rumorosa de homens em delírio; no centro da feira, um carrocel que roda sem cessar, fulminantemente. Cada um dos presentes quer saltar para a garupa de um luminoso e bem arreado cavalinho, de uma sereia de lânguidos olhos; quer recostar-se nas almofadas de um banco. É um precipitar-se desordenado e caótico da multidão em tumulto, é um obsceno acrobatismo de artes simiescas. Dez mil caem de costas depois de ter quebrado os membros, passa um em dez mil, ergue-se sobre estes inúmeros corpos, ensaia o salto adequado e voa no turbilhão infernal.

Tu queres participar na competição. Tens probabilidades, também tu, de sorte. Chegar à meta significa tornar-se rico, ser senhor da vida, conquistar a própria liberdade.

Aqui está: a liberdade. Detenhamo-nos. A riqueza não é um fim, decerto; se se torna fim, chama-se avidez (avareza). É meio para um fim: a liberdade. Um tostão que possuis é um tostão de liberdade à tua disposição, é um tostão de livre escolha. A propriedade é a garantia de que esta liberdade será contínua. A propriedade de uma parte de riqueza (instrumento de trabalho) é possibilidade de ampliar ainda o domínio da liberdade pessoal. O direito hereditário é a garantia de que a tua liberdade

(*) Assinado Antonio Gramsci, *Avanti!*, edição piemontesa, 1-5-1918.

pessoal será também dos teus filhos, da tua prole. Porque o teu fim não se circunscreve ao facto material, porque tu não és ávido de bem-estar mecânico, mas de liberdade, consegue que o teu objectivo não seja individual, mas uma imortalidade. Pressentes que os teus filhos te continuarão como tu continuas os teus antepassados, e queres garantida a liberdade do teu espírito imortal. Esta imortalidade é admitida pelos laicos, pelos filósofos: de facto é chamada Espírito pelos filósofos e fazem-na coincidir com a história porque é um todo humano, não tem nada que ver com o espírito (alma) transcendente, ultraterreno, das religiões. É pura actividade: és activo, trabalhas, participas da imortalidade do trabalho, mas queres ver formalmente esta perenidade do teu eu; procura-la nos teus descendentes, nas garantias de liberdade que lhes asseguras.

Todos os homens têm esta aspiração, todos os homens se querem tornar proprietários de liberdade, de liberdade garantida, de liberdade transmissível. Se ela é o sumo bem, é natural que dela se procure fazer participar os entes queridos, é natural que se aceite o sacrifício para criar esta liberdade, embora seguros de a não gozar pessoalmente, só para a assegurar aos entes queridos. A preocupação torna-se em alguns casos tão pungente que conduz ao delito, à perversão, ao suicídio. Prostituem-se mães para deixar um pecúlio de liberdade aos filhos; matam-se pais, com a aparência de acidente, para que os filhos gozem subitamente o seguro da liberdade.

A liberdade é apenas um privilégio: eis por que se manifestam estas perversões. A sociedade é uma feira; a sorte é um carrocel. A maioria deve necessariamente falir na competição atroz. Ela será, pois, não espírito, não participará da imortalidade da história? Existirá a imortalidade sem a continuidade exterior? Decerto que não. Existindo, transforma o mundo, suscita, portanto, formas exteriores.

Pois bem, também tu, que não és rico, que não és capitalista, que não garantes à tua imortalidade nenhuma exterior continuação de liberdade, herdas e deixas uma herança. Não serias homem de outro modo, não serias espírito, não serias história. É preciso que tu

tenhas conhecimento desta verdade, que aprofundes em ti este conhecimento e o transmitas aos outros. Ela é a tua força, é a chave do teu destino e do destino dos teus entes queridos.

A propriedade é a relação jurídica existente entre um cidadão e um bem. É, portanto, um valor social, puramente contingente; é garantida por todos, os quais só a garantem porque esperam, cada um deles pessoalmente, chegar a gozá-la. Os poucos são livres na posse dos bens e transmitem esta liberdade a outros poucos, porque os muitos esperam, têm a veleidade de serem livres, mas não têm a vontade. A vontade é adequação dos meios aos fins, é, portanto e especialmente, procura de meios adequados.

O privilégio da liberdade subsiste porque a sociedade é uma feira, porque é uma desordem perene. A esperança que tu tens de saltar *imediatamente* para a garupa de um cavalinho do carrocel torna-te elemento da desordem, da feira perene: és uma peça da máquina infernal que faz girar o carrocel; se cais, na competição, és a causa da tua falência, se quebras os ossos, és um suicida.

De elemento de desordem deves transformar-te em elemento de ordem. Em vez de saltares *imediatamente* (vaga esperança, probabilidade mínima), deves preferir a certeza, embora não imediata, a certeza para os teus filhos. O fim não muda, os meios para o atingir são os únicos meios adequados à tua disposição: a associação, a organização.

Se a propriedade é apenas um valor social, o simples facto de existir um organismo-força que se propõe transformá-lo num bem comum, na garantia de liberdade para todos, transforma-a, torna-a aleatória enquanto privilégio, isto é, ora a diminui a favor da colectividade, ora a faz participar da colectividade.

Esta diminuição, esta participação potencial, é uma herança que tu transmites. Decerto que é mais evidente, mais palpável, a herança dos capitalistas; mas se reflectires, também a tua não é uma coisa para transcurar.

Também tu recebeste uma herança: os teus ascendentes, que fizeram a revolução contra o feudalismo, deixaram-te, em herança, o direito à vida (não te podem

matar arbitrariamente: parece-te coisa pequena?), a liberdade individual (para te prenderem *deves* ser julgado culpado de um crime), o direito de movimento para trabalhar numa terra em vez de noutra, à tua escolha, segundo a tua utilidade. Gozas de uma herança mais recente: a liberdade de fazer greve, a liberdade de associar-te com outros para discutir os teus interesses imediatos e para te propores, em comunhão com outros, o objectivo maior da tua vida: a liberdade para ti ou, pelo menos, para os teus descendentes.

Parecem-te pequenas heranças estas? Dminuíram notavelmente o privilégio dos poucos. Porque não te propões ampliá-las e, consequentemente, diminuir o privilégio? Estas heranças são o fruto do trabalho de muitos, não apenas do teu pai, do teu avô ou bisavô. São fruto inconsciente, por isso pequeno. Torna-te tu consciente, difunde a tua consciência: que herança superior à do passado não transmitirás ao futuro! Que mais concreta segurança de liberdade para os teus filhos, para a imortalidade do teu espírito? Em vez de uma propriedade individual, preocupa-te em deixar maior possibilidade para o advento da propriedade colectiva, da liberdade para todos, para que todos sejam iguais em relação ao trabalho, ao instrumento de trabalho.

Esta tua liberdade tem, também ela, uma forma exterior: a associação. Quanto mais forte é a associação, mais próxima é a hora de bater à porta da história. Quem baterá? Tu próprio, talvez, com a tua quota-parte. Trabalha como se o fim fosse imediato, mas não deixes por isso de suscitar meios mais potentes, no caso de não ser imediato; sacrifica-te, pensando nos teus filhos, na tua gente.

Reforça as associações que têm esta finalidade: libertar a colectividade, dando-lhe a propriedade da riqueza. A associação económica garante-te a cobrança quotidiana dos benefícios produzidos pela herança deixada pelos teus antepassados indigentes; reforça-a com a tua adesão, aumentarás assim a herança dos teus filhos.

A associação política, o Partido Socialista, é o órgão de educação, de elevação; por ele sentirás a colectividade, despir-te-ás dos teus egoísmos pessoais, aprenderás a trabalhar desinteressadamente para o futuro que

é de todos, portanto também teu e dos teus. Por ele juntarás o teu sacrifício e o teu trabalho ao dos outros, multiplicando-lhe o valor para o valor do comum sacrifício.

A associação cultural tornar-te-á mais digno da tua função social, ensinar-te-á a pensar bem, melhorará o teu espírito; por ela participarás do património do pensamento, das experiências espirituais, da inteligência, da beleza do passado e do presente.

Difunde esta pequena verdade: na sociedade actual, que é uma feira, que é um carrocel, todos *individualmente* podem vir a ser ricos (livres), mas, necessariamente, só poucos o virão a ser; a procura da propriedade, da herança individual, tem *um* vencedor contra *dez mil* vencidos. Os dez mil não falirão, pelo contrário, na procura da herança social; associem-se, de elemento de desordem tornem-se em elemento de ordem e farão com que o próprio fim se aproxime das dez mil probabilidades.

Entretanto, faz o teu dever, contribui com a tua parte de actividade, de espiritualidade para o comum património social do momento: trabalha para que venha transmitido, melhorado e ampliado aos teus descendentes; trata da tua herança, trata da única herança que *tens a certeza* de poder transmitir.

O NOSSO MARX (*)

Somos nós marxistas? Existem marxistas? Estupidez, apenas tu és imortal. A questão retomar-se-á provavelmente nestes dias, por ocasião do centenário ([1]), e fará correr rios de tinta e de estultícia. O vanilóquio e o bizantinismo são património imarcescível dos homens. Marx não escreveu uma doutrina qualquer, não é um messias que tenha deixado uma série de parábolas cheias de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis, absolutas, fora das categorias de tempo e espaço. Único imperativo categórico, única norma: «Proletários de todo o mundo, uni-vos.» O dever de organização, a propaganda do dever de organização e associação, deveriam pois, ser discriminante entre marxistas e não marxistas. Muito pouco e muito: quem não seria marxista?

E, todavia, assim é: todos são um pouco marxistas, ainda que inconscientemente. Marx foi grande, a sua acção foi fecunda, não porque tenha criado do nada, não porque tenha extraído da sua fantasia uma visão *original* da história, mas porque o fragmentário, o incompleto e o imaturo tornaram-se nele maturidade, sistema, consciência. A sua consciência pessoal pode tornar-se na de todos, tornou-se já na de muitos. Por isso ele não é só um estudioso, é um homem de acção; é grande e fecundo tanto na acção como no pensamento, os seus livros transformaram o mundo, tal como transformaram o pensamento.

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 4-5-1918.
([1]) Centenário do nascimento de Marx (5-5-1818).

Marx significa o ingresso da inteligência na história da humanidade, reino da consciência.

A sua obra chega mesmo no período em que se trava a grande batalha entre Thomas Carlyle e Herbert Spencer sobre a função do homem na história.

Carlyle: o herói, a grande individualidade, mística síntese de uma comunhão espiritual que conduz os destinos da humanidade para um porto desconhecido, evanescente no quimérico país da perfeição e da santidade.

Spencer: a natureza, a evolução, abstracção mecânica e inanimada. O homem: átomo de um organismo natural que obedece a uma lei abstracta, como tal, mas que se torna concreta, historicamente, nos indivíduos — o útil imediato.

Marx coloca-se na história com a sólida enquadratura de um gigante: não é um místico nem um metafísico positivista; é um historiador, é um intérprete dos documentos do passado, de todos os documentos, não só de uma parte.

Era este o defeito intrínseco da história, da análise dos acontecimentos humanos: examinar e ter em conta apenas uma parte dos documentos. E esta parte era escolhida não pela vontade histórica mas pelo preconceito participante, ainda que inconsciente e concebido em boa fé. A análise tinha como fim não a verdade, a exactidão, a recriação integral da vida do passado, mas o relevo de uma actividade particular, a valorização de uma tese apriorista. A história era apenas domínio das ideias. O homem era considerado como espírito, como consciência pura. Duas consequências erradas derivavam desta concepção: as ideias valorizadas eram muitas vezes apenas arbitrárias, fictícias. Os factos a que se dava importância eram anedota, não história. Se escreveu história, no sentido real da palavra, isso deveu-se à intuição genial de indivíduos singulares, não a actividade científica, sistemática e consciente.

Com Marx a história continua a ser domínio das ideias, do espírito, da actividade consciente dos indivíduos particulares ou associados. Mas as ideias e o espírito substanciam-se, perdem a sua arbitrariedade, deixam de ser fictícias abstracções religiosas ou sociológicas. A sua substância está na economia, na actividade

prática, nos sistemas e nas relações de produção e de troca. A história, como acontecimento, é pura actividade prática (económica e moral). Uma ideia realiza-se não enquanto logicamente coerente com a verdade pura, com a humanidade pura (que existe apenas como programa, como fim ético geral dos homens), mas quando encontra na realidade económica a sua justificação, o instrumento para se afirmar. Para conhecer com exactidão quais os fins históricos de um país, de uma sociedade ou de um agrupamento importa, antes de mais, conhecer quais são os sistemas e as relações de produção e de troca daquele país, daquela sociedade. Sem este conhecimento poder-se-ão compilar monografias parciais, dissertações úteis para a história da cultura, colher-se-ão reflexos secundários, consequências longínquas, mas não se fará história, a actividade prática não será explicada em toda a sua sólida complexidade.

Os ídolos caem do seu altar, as divindades vêem desaparecer as nuvens de incenso odorífero. O homem adquire consciência da realidade objectiva, apodera-se do segredo que faz jogar a evolução real dos acontecimentos. O homem conhece-se a si próprio, sabe quanto pode valer a sua vontade individual e como ela pode vir a ser potente quando, obedecendo e disciplinando-se pela necessidade, acaba por dominar a própria necessidade, identificando-a com o seu objectivo. Quem se conhece a si próprio? Não o homem, em geral, mas o que sofre o jogo da necessidade. A análise da substância histórica, a sua fixação no sistema e nas relações de produção e de troca, descobrem como a sociedade dos homens é dividida em duas classes. A classe que detém o instrumento de produção conhece-se já necessariamente a si própria, tem consciência, ainda que confusa e fragmentária, da sua força e da sua missão. Tem finalidades individuais e realiza-as através da sua organização, friamente, objectivamente, sem se interrogar se a sua estrada é empedrada por corpos esgotados pela fome, ou por cadáveres dos campos de batalha.

A sistematização da real causalidade histórica adquire valor de revelação para a outra classe, torna-se em princípio de ordem para o imenso rebanho sem pastor. O rebanho adquire consciência de si, da função que

actualmente deve desenvolver para que a outra classe se afirme, adquira consciência de que os seus fins individuais permanecerão puro arbítrio, pura palavra, veleidade vazia e enfática até que não terá os instrumentos, até que a veleidade não se transforme em vontade.

Voluntarismo? A palavra não significa nada ou é usada para significar arbítrio. Vontade, na perspectiva marxista, significa consciência do objectivo, o que, por sua vez, significa noção exacta da própria força e dos meios para a exprimir na acção. Significa, portanto, em primeiro lugar, distinção, individuação da classe, vida política independente da da outra classe, organização compacta e disciplinada com vista aos seus fins específicos, sem desvios nem indecisões. Significa impulso rectilíneo para o objectivo máximo, sem passeios pelos verdes campos da cordial fraternidade, enternecidos pelas verdes ervas e pelas mórbidas declarações de estima e de amor.

Mas é inútil a expressão «perspectiva marxista» que pode dar lugar a equívocos e a inundações fátuas e palradoras. Marxistas, perspectiva marxista... termos consumidos como moedas que passam por muitas mãos.

Karl Marx é, para nós, mestre de vida espiritual e moral, não pastor armado de bastão. É o estimulador das preguiças mentais, é o despertador das energias úteis que dormitam e devem acordar para a batalha útil. É um exemplo de trabalho intenso e tenaz para alcançar a clara honestidade das ideias, a sólida cultura necessária para não falar no vazio, abstractamente. É bloco monolítico de humanidade sapiente e pensante, que não examina a língua para falar, não põe a mão no coração para sentir, mas constrói silogismos sólidos que envolvem a realidade na sua essência e a dominam, que penetram nos cérebros, provocam a queda das sedimentações, do preconceito e da ideia fixa, robustecendo o carácter moral. Karl Marx não é para nós a criança que tagarela no berço ou o barbudo que mete medo aos sacristães. Não é nenhum dos episódios anedóticos da sua biografia, nenhum gesto brilhante ou grosseiro da sua exterior animalidade humana. É um vasto e sereno cérebro pensante, é um momento individual da procura

afanosa e secular que a humanidade pratica para adquirir consciência do seu ser e do seu futuro, para colher o ritmo misterioso da história e extinguir o mistério, para ser mais forte no pensar e agir. É uma parte necessária e integrante do nosso espírito, que não seria o que é se ele não tivesse existido, não tivesse pensado, não tivesse feito saltar a luz do choque das suas paixões e das suas ideias, das suas misérias e dos seus ideais.

Glorificando Karl Marx no centenário do seu nascimento, o proletariado internacional glorifica-se a si próprio, a sua força consciente, o dinamismo da sua agressividade conquistadora que vai removendo o domínio do privilégio e se prepara para a luta final que coroará todos os esforços e todos os sacrifícios.

ABSTRACÇÃO E INTRANSIGÊNCIA (*)

La Stampa, de 8 de Maio, publicou um artigo de um «simpatizante» a propósito do dissídio socialista que se manifestou na polémica entre a direcção do *Avanti!*, que escreve para toda a fracção intransigente-revolucionária, e alguns membros do grupo parlamentar que escrevem não se sabe bem para quem ([1]). O «simpatizante» simpatiza especialmente com o grupo mas não consegue dar, com esta simpatia, uma demonstração que convença intimamente do mesmo modo que convence pela aparência formal de uma lógica férrea. Eis o que procuramos demonstrar.

O dissídio que existe no Partido teria a sua origem no próprio Karl Marx, cuja personalidade se revelaria sob dois aspectos: a do místico-revolucionário e a do concreto-historiador. Os intransigentes seriam místicos-abstractos, os colaboracionistas seriam concretistas, historicistas, realistas (pedimos desculpa pela lenga-

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 11-5-1918.

([1]) A fracção «intransigente-revolucionária» formou-se no decurso de 1917, acolhendo a esquerda dos socialistas italianos. Gramsci aderiu a ela em representação da maioria da secção socialista de Turim e participou no congresso clandestino de Florença (18-11-1917) em que se estabeleceu uma acentuação da polémica interna contra os expoentes do grupo parlamentar (em primeiro lugar Filippo Turati) que manifestavam sentimentos e posições de colaboração no esforço bélico. A polémica, sustentada pessoalmente pelo director do *Avanti!*, Giacinto Menotti Serrati, por conta dos intransigentes, reacendeu-se na Primavera de 1918, depois de declarações «patrióticas» de Turati e outros deputados socialistas.

lenga dos istas). O misticismo ter-se-ia ligado ao concretismo na negação da guerra, dando lugar à unidade ocasional do Partido, mas o granito tem esta íntima fenda e a lagartixa do dissídio espreita de vez em quando pelo buraco.

O «simpatizante» é, ele próprio, um abstracto, isto é, não é um temperamento político.

A sua abstracção predilecta são os «factos». Mas existem os factos sem os homens e determinados factos sem determinados homens que têm uma determinada cultura, que se propõem um determinado fim? O concretismo torna-se abstracto quando, alucinado pelo empirismo, esquece os factos, quando actualidade e não história do passado, quando impulso para o desenvolvimento ulterior da sua essência efectiva, são sobretudo conhecimento, parecer, avaliação; e estas belas coisas só são possíveis se os homens e os agrupamentos se propõem um fim geral na sua acção. A trajectória dos factos é a resultante objectiva da actividade desenvolvida pelas energias sociais constituídas: o Estado e o Partido Socialista. Um propõe-se um fim quantitativo (fixado no espaço e no tempo) e opera através dos seus órgãos, do exército à magistratura e à imprensa. O outro propõe-se, também ele, um fim quantitativo, não imediato, e obtém imediatamente parciais sucessos qualitativos: transforma o costume, clarifica ideias, faz conhecer energias reais operantes, suscitando, organizando energias ainda passivas de que nascerá a ordem nova através da qual será realizado o último fim.

Concretismo absoluto, porque não se ilude que a lei tenha valor sem o controle inteligente dos representantes, que a ideia seja história sem a força organizada. As ideias, os princípios, a intransigência ideal, tornam-se assim concretizações históricas, ainda que, imediatamente, não façam abdicar um monarca ou vencer uma batalha.

As duas faces de Karl Marx (historicismo e misticismo), que se transformam nos dois termos do dissídio socialista, são uma amplificação retórica. O historicismo concreto de Marx é pura seriedade de estudioso que pesquisa os documentos do passado. Estes documentos são definitivos e o estudo visa a verdade, a recriação da

história, não a sua criação. A concretização, neste caso, significa apenas ausência de todas as paixões, de todas as energias, que não são as necessárias para a pesquisa, para a reconstrução do passado, na sua adaptação a uma determinada forma de equilíbrio. Não seria concreto Marx, nem sequer neste caso, se o concretismo fosse como o imagina o «simpatizante». A história, mesmo do passado, deve servir-se de esquemas práticos, de ideias gerais, deve abstrair-se dos indivíduos singulares, concretização máxima, e estudar a actividade tendencial das forças sociais constituídas, consciente ou inconscientemente. O «simpatizante», pelo contrário, se fosse coerente com todo o seu concretismo, deveria reduzir a história a um atomismo individual; ele é um empírico, não um político historicista, e a sua demonstração, de robustez aparente, é viciada por um íntimo abstractismo pulverizador e céptico.

Marx critica ironicamente as ideologias mas é ideólogo enquanto homem político actual, enquanto revolucionário. A verdade é que as ideologias são risíveis quando são puro palavreado, quando são revoltas para criar confusões, para iludir e dominar energias sociais, potencialmente antagonistas, para um fim que é estranho a estas energias. Marx ri-se dos democratas espapaçados que não conhecem a força, crêem que a palavra seja carne, crêem que às forças organizadas baste opor a palavra, que às espingardas e aos canhões baste opor a bomba do arrazoado inútil. Mas como revolucionário, isto é, como homem actual de acção, não pode prescindir das ideologias e dos esquemas práticos que são entidades históricas potenciais, em formação; o que acontece é que as solda com a força da organização, do partido político, da associação económica.

O «simpatizante» reconhece que o dogma, o esquema prático da classe, tendo gerado a intransigência, robusteceu o partido (isto é, a classe potencial, em formação, que se integra dia após dia). Não pensa que o dogma demonstrou ser, assim, uma concretização e esgotou a sua única função. O homem político, que não seja empírico, opera como se a classe estivesse já actualmente em plena eficiência de quadros. Obtém a finalidade imediata de robustecer-se e de transformar o costume, melho-

rando o ambiente geral. A crítica deveria demonstrar, para ser concreta, como estes esquemas práticos são arbitrários, como a abstracção, que é uma necessidade da prática, é gratuita, isto é, nunca virá a ser organização, dadas as premissas históricas actuais. Mas a demonstração é impossível porque o esquema da classe, tornado acção como método da intransigência, determinou um robustecimento, documento de concretização no presente e ainda mais no futuro.

O «simpatizante» é, também ele, um místico inconsciente, se misticismo significa não adesão à vida, à acção. Crê nos fins concretos fixados e alcançáveis *a priori*. Imagina o futuro como qualquer coisa de sólido, da solidez do passado. Não é dialéctico ainda que se sirva desta palavra e não imagina o futuro como puro jogo de forças potenciais que têm, no presente, apenas um pressuposto; o futuro não é mais do que o reflexo que a nossa fantasia lógica projecta do presente para ter uma direcção certa e não empírica, de todos e não de poucos, das organizações e não de indivíduos representativos e incontrolados. Existem os fins concretos mas esses actuam-se parcialmente todos os dias, no exterior e nas consciências. O problema põe-se nestes termos: destes fins concretos só uma parte se actua quotidianamente; esta parte não é fixável *a priori* porque a história não é um cálculo matemático; esta parte é o resultado dialéctico das actividades sociais em contínua concorrência com os fins máximos. Só no caso de estes fins máximos serem perseguidos com o método da intransigência, a dialéctica será história e não arbítrio pueril, será resultado sólido e não erro que seja necessário desfazer e corrigir.

Nasce o dever da intransigência pura de cada empirismo arbitrário. Este dever é de todas as energias sociais; é a razão de vida e de desenvolvimento do Partido Socialista. A história é dialéctica da luta de classes que tem como protagonista e antagonista o Estado e o Partido Socialista com as organizações económicas que o Partido controla. Mas deste desligar de acontecimentos são também factores os partidos políticos burgueses em contínua concorrência entre eles para a conquista do Estado (concorrência que não permite o método intransigente) e a passividade, a inércia das multidões. A intransigência conquista esta inércia ao Partido e a conquista é efectiva porque é feita com a organização, através do fim geral, o programa máximo. A colaboração é morte do espírito porque é ausência de distinção, de plasticidade política. O «simpatizante» deveria demonstrar que a finalidade máxima dos socialistas é arbitrária, que a classe, além de abstracção, é abstracção arbitrária, que não adere aos factos nem sequer negativamente; demonstrar que existem os factos em si, fora da avaliação dos homens, como qualquer coisa de fatal e não necessária dialecticamente; demonstrar que a vida é confusão e não clareza, que as ideias gerais são abstracções e não concretas realidades como o canhão e as algemas. Só assim poderá demonstrar que a intransigência é passividade e reacção e não, como nós acreditamos, método necessário e suficiente para que a realidade efectiva se organize e se revele, para que a história, dialecticamente necessária, se afirme, mesmo que esta história seja a reacção dos outros e não a «democracia» ideológica e vazia de Giovanni Giolitti que, de concreto, quis sempre dizer: protecção alfandegária, centralização estatal com a tirania burocrática, corrupção do Parlamento, favores ao clero e às castas privilegiadas, tiros na estrada contra os grevistas, fraudes eleitorais. Quis também dizer um pouco de legislação social, mas para os intransigentes as leis são inúteis se não lhes corresponde o costume, e estas leis são erros, em sentido de classe, porque, não sendo o costume difuso, transformaram-se em privilégios de categorias.

A INTRANSIGÊNCIA DE CLASSE E A HISTÓRIA ITALIANA (*)

La Stampa publica ainda dois artigos (¹) a propósito do «dissídio socialista». *La Stampa* insiste no carácter puramente «cultural» e informativo destas suas publicações.

Ó desinteresse admirável, ó franciscana boa vontade de informar e educar a nação italiana!

Mas não insistamos. Preocupemo-nos com a sólida substância dos factos, com as consequências reais que possam ter para a vida política e para a história italiana o comportamento dos grupos interessados na polémica entre os intransigentes e os relativistas do nosso Partido.

Na prática, *La Stampa* veio em auxílio do grupo parlamentar. A ofensiva contra os intransigentes é conduzida de modo hábil, com a dissimulada destreza que é característica dos «giolittianos». Os artigos da *Stampa* são escritos por um «simpatizante», condição útil para adormecer o senso crítico nos leitores proletários do jornal. São escritos por um homem de engenho, especialista na linguagem crítica marxista, um homem de cultura superior, experimentado na subtil arte de distinguir, de graduar os conceitos segundo a mais recente filosofia idealista. O «simpatizante» tornou-se, por natural lógica das coisas e dos valores, o teórico dos colaboracionistas. Dos três artigos até agora publicados, enxameiam com profusão os motivos polémicos, os nexos

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 18-5-1918.

(¹) Os artigos em questão foram publicados em *La Stampa* de 14 e de 15 de Maio de 1918.

de pensamento, os esquemas lógicos que serão utilizados em artigos, mas especialmente na conversação privada, como sustentação da tese relativista.

Cremos necessário, por isso, submeter a uma crítica minuciosa todo o complexo da demonstração. Não podemos ser breves, infelizmente, mas os leitores de boa vontade que nos seguirão até ao fim, convencer-se-ão que valia a pena, convencer-se-ão que a polémica entre a direcção do *Avanti!* e os colaboracionistas supera o estreito domínio de uma escaramuça sobre a táctica parlamentar, sobre a disciplina do Partido, e é o prelúdio de uma formidável batalha em que estão interessadas [*uma linha censurada*] os próximos vinte anos da história italiana.

O núcleo central da disputa é este, segundo as palavras que *La Stampa* põe na boca dos relativistas:

> Os partidos intervencionistas vão-se apoderando, pouco a pouco, de todos os poderes, de todos os mecanismos do Estado, presidindo-os e controlando-os directa e indirectamente. *Além disso*, valem-se deste controle do poder do Estado, desta progressiva «anexação» da potência estatal em benefício dos seus partidos — até ao ponto de identificar a própria organização do Estado com a sua organização de partido — para enfraquecer, desarticular, reduzir à impotência o instrumento político da classe trabalhadora, que é o Partido Socialista.

Assim raciocinam os colaboracionistas e *La Stampa* aplaude, porque, do fenómeno «de anexação», as primeiras e únicas vítimas são Giolitti e o seu partido, porque o fenómeno «de anexação» é o início, para a Itália, de uma nova forma de governo que pressupõe um Estado de classe perante o qual todos os partidos burgueses são iguais, com iguais condições de partida. É o início de uma era democrática, nascida não pela boa vontade de um ou de outro partido, mas pela inexorável lógica dos acontecimentos. O privilégio governativo giolittiano não é atacado: um outro partido conseguiu estar no poder mais de quanto seria presumível

e está procurando instalar-se estavelmente. A lógica da história, em casos semelhantes, conduziu a este resultado óptimo (a história dos partidos na Inglaterra é disso exemplo): sob os golpes da concorrência desenfreada de dois partidos igualmente fortes, que temem o predomínio um do outro, o Estado alivia-se do fardo de funções pesadas, a administração descentraliza-se, a burocracia atenua a sua tirania, os poderes tornam-se independentes. O Estado perde o seu palco feudal, despótico, militarista, e constitui-se de modo a tornar impossível a ditadura de um chefe de partido, havendo sempre a possibilidade de alternativa, da sucessão no poder por quem represente o essencial das forças políticas e económicas do país, o que, portanto, verá dar o impulso às suas energias naturais e espontâneas saídas da actividade económica e não dilatar morbidamente os sectores parasitários, que da política se dirigem para a actividade económica, que no superprivilégio encontram a sua única razão de existência.

Classe, Estado, partidos

O que representa o Estado para os socialistas? O Estado é a organização económico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa na sua concreta força actual.

A classe burguesa não é uma unidade fora do Estado. Pelo princípio e acção da livre concorrência, surgem e constituem-se continuamente novos grupos de produtores capitalistas que integram incessantemente a capacidade económica do regime. Cada grupo desejaria sair da dilacerante luta da concorrência, impondo o monopólio. O Estado compõe juridicamente os dissídios internos de classe, os atritos de interesses contrastantes, unifica os sectores e dá a imagem plástica da classe inteira. O governo, o poder, é o ponto em que se afirma a concorrência dos sectores. O governo é o prémio do partido, do sector burguês mais forte, que, por esta força, conquista o direito de regular o poder do Estado, de dirigi-lo para determinados fins, de plasmá-lo prevalentemente segundo os seus programas económicos e políticos.

Absolutamente diferente é a posição que ocupam os partidos burgueses e o Partido Socialista perante o Estado.

Os partidos burgueses ou são expoentes de categorias de produtores ou são enxames de moscas de cavalariça que não atacam nem sequer superficialmente a estrutura do Estado mas zumbem palavras e sugam o mel dos favoritismos.

O Partido Socialista não é organização de sector mas de classe: é morfologicamente diferente de qualquer outro partido. Só pode reconhecer no Estado, conjunto da classe burguesa, o seu directo antagonista. Não pode entrar em concorrência para a conquista do Estado, nem directa nem indirectamente, sem se suicidar, sem se desnaturar e transformar em puro sector político, fora da actividade histórica do proletariado, e transformar num enxame de moscas de cavalariça em busca dos doces a que se agarrar, morrendo ingloriosamente.

O Partido Socialista não conquista o Estado, substitui-o; substitui o regime, exclui o governo dos partidos, substitui a livre concorrência pela organização da produção e das trocas.

A Itália tem um Estado de classe

Nas discussões e nas polémicas, sobrepõem-se muitas vezes as palavras à realidade histórica. Referindo-nos à Itália, usamos as palavras: capitalistas, proletários, Estado, partidos, como se elas significassem entidades sociais que alcançaram a plena maturidade histórica, ou uma maturidade já notável como acontece nos países economicamente avançados. Mas, na Itália, o capitalismo está ainda no começo e a lei exterior não se adequa, em nada, à realidade. A lei é uma incrustação moderna sobre um edifício antigo, não é o produto de uma evolução económica, é um produto do mimetismo político internacional, de uma evolução intelectual do direito, não do instrumento de trabalho.

Notava-o Giuseppe Prezzolini recentemente, a propósito da polémica sobre «democracia». Sob uma aparência, puramente superficial, de ordem democrática,

o Estado italiano conservou a substância e a estrutura de um Estado despótico (igual ao da França, diga-se).

Existe um regime burocrático centralista, fundado no sistema tirânico napoleónico, apto para oprimir e nivelar cada energia e cada movimento espontâneo.

A política externa é arqui-secreta: as discussões não são públicas e nem sequer são conhecidos os pactos pelos interessados.

O exército era (até ao início da guerra, que fez saltar necessariamente o esquema antiquado) de carreira, não a nação armada.

Há uma religião do Estado, paga e ajudada pelo Estado, e não a separação laica e a igualdade de todos os cultos.

Faltam as escolas ou professores, escolhidos entre um restrito número de necessitados, dada a exiguidade das retribuições, e insuficientes para a finalidade da educação nacional.

O sufrágio foi sempre restrito até às últimas eleições (²) e, ainda hoje, está bem longe de dar à nação a capacidade de exprimir o seu querer.

Subsistem instituições feudais ainda vigorosas como o latifúndio, inalienável de facto se não de direito, os usos civis, os fundos do culto, que transformaram a dependência feudal dos bens da Igreja num rendimento seguro e fora de qualquer controle.

A livre concorrência, princípio essencial da burguesia capitalista, ainda não alcançou as mais importantes actividades da vida nacional. Acontece assim que as formas políticas são simples superstruturas arbitrárias, sem eficácia, infecundas de resultados.

Os poderes são ainda confusos e interdependentes, faltam os grandes partidos organizados das burguesias agrária e industrial [*oito linhas e um quarto, censuradas*].

(²) Nas eleições políticas de 1913, foi adoptado em Itália, pela primeira vez, o «sufrágio universal» que alargava o direito de voto, até então restrito a categorias privilegiadas, a todos os cidadãos do sexo masculino que tivessem completado vinte e um anos, feito o serviço militar ou possuíssem a instrução elementar. O número dos eleitores passou então de três milhões e meio a oito milhões.

Não existe, portanto, o Estado de classe em que culmina a eficácia do princípio da livre concorrência com a sucessão, no poder, dos grandes partidos representativos de vastos interesses de categorias produtoras. Existiu a ditadura de um homem [3], expoente dos interesses políticos limitados à região piemontesa, o qual, para ter a Itália unida, impôs à Itália um sistema de domínio colonial centralizador e despótico. O sistema esmigalha-se, novas forças burguesas nasceram e se reforçaram, reivindicando o reconhecimento, para os seus interesses, de poderem afirmar-se e desenvolver-se. A intervenção é a contingência, o pacifismo é a contingência, a guerra passará; o que está em perigo, no futuro, é o Estado despótico giolittiano, é o cúmulo de interesses parasitários incrustados a este velho Estado, é a velha burguesia flácida que sente o seu superprivilégio ameaçado por este fermento de juventude burguesa que quer o seu lugar no governo, que quer inserir-se no jogo da livre concorrência política e a qual, sem dúvida, se a evolução não for truncada por um facto novo, reformará o Estado, expulsará a velharia tradicional, porque o Estado democrático não é caracterizado pelo seu bom coração ou pela boa educação, é uma necessidade de vida da grande produção, das trocas intensas, do crescimento da população nas cidades modernas capitalistas.

O subentendido [4]

Estes são os termos da situação histórica. O agrupamento giolittiano, em vinte anos de ditadura incontrolada, conseguiu iludir com dádivas formais de liberdade, mas consolidou, de facto, o Estado despótico caro à memória de Emanuele Filiberto. A arma do seu domínio, da sua ditadura, caiu na mão do grupo adversário (não chamamos partido, nem a um nem a outro, porque falta a ambos peso político e económico) e este conservou-a por mais tempo de quanto se poderia imaginar, serve-se dela, plasma-a para si, e dirige-a contra os antigos patrões. Se a luta permanecer nos sectores, nos grupos burgueses, do choque furioso das duas partes nascerá o Estado novo, liberal, iniciar-se-á a era dos governos de partido, constituir-se-ão os grandes partidos, desaparecerão os pequenos dissídios, absorvidos pelos interesses superiores.

Os giolittianos querem evitar o choque, não querem travar batalha no campo dos grandes programas institucionais que podem abrasar a temperatura política da nação; o deus dos burgueses sabe se a nação tem necessidade de novos abrasamentos e que contragolpe pode ter no proletariado um choque tão formidável. Os giolittianos querem evitar o choque e resolver no âmbito parlamentar o problema que os tortura. Continuam, assim, a sua tradição de diminuir os grandes problemas, de afastar o país da vida política, de evitar qualquer controle por parte da opinião pública. Os giolittianos estão em minoria. E eis os deputados socialistas à caça de borboletas, eis as sirenes a cantar as nostálgicas árias da liberdade, do controle parlamentar e da necessidade de colaboração para se moverem, para agirem, para saírem da inércia.

E eis que *La Stampa* insiste com os artigos do «simpatizante», o qual põe ao serviço de uma causa injusta a recente cultura que infelizmente falta aos represen-

(3) Giovanni Giolitti.

(4) Num quarto artigo, de hoje (17 de Maio), *La Stampa* trata explicitamente de uma possibilidade colaboracionista para a paz. *La Stampa* é de opinião que se deve adiar a discussão para tempos mais maduros. Nós, pelo contrário, dada a constituição democrática do Partido, achamos necessário que as secções e os círculos discutam imediata e exaurientemente e fixem ao Partido uma direcção firme e decidida de intransigente luta de classe para o problema da paz. É preciso não nos deixarmos surpreender impreparados e desunidos porque, nessa altura, será possível ao grupo parlamentar semear a desordem no Partido e içar-se a um pseudopoder. Seria o mais colossal «mercado de idiotas» e o Partido seria liquidado por uma dezena de anos. Triunfariam, porém, as «realistas energias parlamentares...». [Nota de Gramsci que evoca o primeiro artigo (8 de Maio) já discutido na nota *Abstracção e Intransigência*; cf. pp. 223-227 do presente volume.]

tantes do proletariado no Parlamento, emprestando-lhes um «realismo», um hegelismo marxista que nunca souberam que coisa fosse. Eis que os intransigentes são apresentados como místicos sonhadores, vazios abstraccionistas para não dizer estúpidos, porque a sua concepção só seria baseada numa hipótese simplista e gratuita: «os trabalhadores tornarão das trincheiras, depois da paz, com a deliberada vontade e a capacidade política de praticar o socialismo». A intransigência é apresentada como inércia mental e política; faz-se menção das *melhores posições* que o proletariado poderia conquistar. E o subentendido predomina, soberano, feiticeiro, fascinante pelo facto de não vir expresso, mas é evidente que os períodos secos e nervosos se tornem cheios de misteriosos significados: é a resolução da guerra, o problema da paz que se quer insinuar possa vir a ser resolvido por um acordo parlamentar. É precisamente o motivo dominante que é esquecido. Espera-se, por isso, especialmente por isso, criar no proletariado um estado de ânimo de dificuldade intelectual, uma confusão do senso crítico da classe que conduza a uma pressão sobre os órgãos directivos do Partido e faça obter, se não um consentimento entusiástico mas não frio em relação à aliança, pelo menos uma dissolução provisória do grupo parlamentar da obrigação da disciplina. O que importa é a acção parlamentar, o voto que conduza ao poder os giolittianos. A intervenção directa do proletariado é esconjurada; o exemplo da Rússia e do miserável fim da burguesia anticzarista, arrastada pela onda da fúria popular, espanta estas almas pávidas dos democratas trogloditas, dos parasitas habituados só a esgotar as caixas do Estado e a distribuir leis e favores como os frades distribuem o caldo aos pedintes tinhosos.

Realismo e empirismo

A concepção que *La Stampa* empresta aos relativistas é pueril, no fundo, mesmo teoricamente. A colaboração não pode ser justificada nem com razões contingentes nem com teorizações lógicas. É um erro histórico e é um erro lógico.

O realismo colaboracionista é puro empirismo. Está para a intransigência como um flebótomo está para Augusto Murri.

A história — segundo *La Stampa* — mostra como o contraste entre duas teses sociais — isto é, a antítese de classe — foi sempre resolvido numa síntese, da qual é alienada sempre uma parte *do que foi* e na qual entra sempre *o que será,* até que a utopia, através de graduais transformações, se torna realidade e acolhe na sua forma uma nova correspondente constituição social.

A história mostra isto, de facto, mas não mostra que a «síntese», «o que será», esteja já fixada anteriormente por contrato. Antecipar a síntese histórica é arbítrio pueril, hipotecar o futuro com um contato de classe é empirismo, não é ter o sentido vivo da história. Com palavras mais fáceis apresentámos já no último *Grido* a mesma argumentação:

> Dos fins máximos (utopia), uma parte é actuada quotidianamente *(o que será)*; esta parte não se pode fixar *a priori* porque a história não é cálculo matemático; esta parte é o resultado dialéctico das actividades sociais em contínua concorrência com os fins máximos. Só se estes fins máximos forem perseguidos pelo método da intransigência, a dialéctica será história e não arbítrio pueril, será resultado sólido e não erro que seja necessário desfazer e corrigir ([5]).

Mais facilmente ainda: o intransigente e o relativista dizem em comum: para fazer saltar a chama é preciso bater o aço contra o sílex. Mas enquanto o intransigente se prepara, o relativista diz: Está quieto, a chama tenho-a eu no bolso. Acende um fósforo e acrescenta: eis a chama que nasceria do choque tornado inútil. E acende o charuto. Mas quem pode tomar por sentido hegeliano da história, por pensamento marxista, um tão miserável jogo de dados?

([5]) Cf. *Abstracção e Intransigência,* pp. 223-227 do presente volume.

Como o Partido Socialista, organização da classe operária, não pode entrar em concorrência para a conquista do governo sem perder o seu valor intrínseco, tornando-se num enxame de moscas de cavalariça, também não pode colaborar com um sector burguês organizado parlamentarmente sem incorrer em erro, determinando pseudofactos que deverão desfazer-se e corrigir-se. O marasmo político, determinado pela colaboração de classe, deve-se à dilatação espasmódica de um partido burguês, que além de deter o Estado, se serve também da classe antagonista do Estado, tornando-se numa quimera, num monstro histórico sem vontade e fins determinados, apenas preocupado pela posse do Estado ao qual se pega como a ferrugem. A actividade do Estado reduz-se a puro direito, às composições formais dos dissídios, não ataca nunca a substância; o Estado transforma-se em carro cigano, regido por peças e chaves, mastodôntico sobre quatro pequena rodas.

O Partido Socialista, se quer continuar e tornar-se cada vez mais no órgão executivo do proletariado, deve observar e fazer respeitar por todos o método da mais feroz intransigência. Os partidos burgueses, se querem chegar ao governo só pela sua força intrínseca deverão evoluir, pôr-se em contacto com o país, pôr fim aos seus dissídios particulares, conquistar um peso político e económico que os distinga. Se o não quiserem, como nenhum partido é capaz de se manter sozinho, surgirá uma crise perene e perigosa a partir da qual o proletariado, sólido e compacto, acelerará a sua escalada e a sua evolução.

A intransigência não é inércia porque obriga os outros a mover-se e a operar. Não se baseia em coisas estúpidas, como habilmente insinua *La Stampa*; é uma política de princípios, é a política do proletariado consciente da sua missão revolucionária de acelerador da evolução capitalista da sociedade, de reagente que clarifica o caos da produção e da política burguesas, que obriga os Estados modernos a continuarem a sua natural missão de desagregadores das instituições feudais que

emergem ainda, empachando a história depois do naufrágio da velha sociedade.

A intransigência é o único modo de ser da luta de classes. É o único documento que a história desenvolve, criando valores sólidos e substanciais, não «sínteses privilegiadas», sínteses arbitrárias, confeccionadas de comum acordo entre a tese e a antítese pactuando em conjunto, como a água e o fogo de boa memória.

Lei suprema da socieddae capitalista é a livre concorrência entre todas as energias sociais. Os comerciantes disputam os mercados, os sectores burgueses disputam o governo, as duas classes disputam o Estado. Os comerciantes tendem a criar o monopólio através de leis protectoras. Os sectores burgueses querem, cada um para si, monopolizar o governo, submetendo em seu favor as energias encadeadas (¹) pela classe que está fora da concorrência governativa. Os intransigentes são defensores da liberdade. Não querem barões, nem para o açúcar ou ferro, nem para o governo. A lei da liberdade deve agir integralmente; ela é intrínseca à actividade burguesa, é o ácido reactivo que decompõe continuamente os quadros, obrigando-os a melhorar e a aperfeiçoar-se. As grandes burguesias anglo-saxónicas conquistaram a actual capacidade produtiva através deste jogo implacável da livre concorrência. O Estado inglês evoluiu, libertou-se dos seus valores nocivos pelo embate livre das forças sociais burguesas que acabaram por constituir os grandes partidos históricos liberal e conservador. Deste embate, o proletariado ganhou indirectamente o pão a baixo preço, as liberdades substanciais garantidas pela lei e pelo costume, a liberdade de associação, de greve, uma segurança individual que, em Itália, são ainda um mito quimérico.

A luta de classes não é um arbítrio pueril, um acto voluntarista: é a necessidade íntima do regime. Perturbar-lhe o límpido percurso, arbitrariamente, por sínteses pré-estabelecidas por fumadores impenitentes, é erro pueril, é perder-se na história. Os partidos não giolittianos no poder, fora do factor guerra, que é contingência

(¹) No texto: **encantadas**.

e que supera já a capacidade política das classes dirigentes das pequenas nações, cumprem inconscientemente um trabalho de desagregação do Estado feudal, militarista, despótico, que Giovanni Giolitti perpetuou para se tornar instrumento de ditadura. Os giolittianos sentem fugir o monopólio. Agitem-se, por Deus, lutem, convidem o país a julgar. Não, eles querem fazer mover o proletariado, querem, melhor ainda, fazer votar os deputados socialistas.

A intransigência é inércia, não é verdade? Mas o movimento não é apenas acto físico, é também intelectual, melhor, antes de físico é sempre intelectual, excepto para as marionetas. Tirem ao proletariado a sua consciência de classe: marionetas, mas que movimento!

CULTURA E LUTA DE CLASSES (*)

La Giustizia, de Camillo Prampolini, oferece aos seus leitores uma resenha das opiniões expressas pelos semanários socialistas a propósito da polémica entre a direcção do *Avanti!* e o grupo parlamentar. O último capítulo da resenha é espirituosamente intitulado «Os intérpretes do proletariado» e explica:

> *La Difesa,* de Florença [1], e *Il Grido,* de Turim, os dois expoentes mais rígidos e culturais da doutrina intransigente, desenvolvem largas considerações teóricas que nos é impossível resumir e que, de qualquer modo, seria pouco útil reproduzir porque — embora aqueles dois jornais afirmem ser os genuínos intérpretes do proletariado e ter a seu lado a grande massa — os nossos leitores não seriam bastante cultos para compreender a sua linguagem.

E a implacável *Giustizia,* para que não se diga que «faz desonesta ironia», transcreve, portanto, dois passos destacados de um artigo do *Grido,* concluindo: «Mais, proletariamente claros do que isto não se pode ser.»

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo,* 25-5-1918.

[1] Semanário da Federação Socialista de Florença, dirigido por Egidio Gennari. Florença é, neste período, o centro principal da fracção «intransigente-revolucionária».

O camarada Prampolini oferece-nos o motivo para tratar uma questão de não pouco interesse para a propaganda socialista.

Admitamos que o artigo do *Grido* fosse o *non plus ultra* da dificuldade e da obscuridade proletárias. Teríamos podido escrevê-lo doutra maneira? Tratava-se de uma resposta a um artigo de *Stampa* ([2]) e, neste artigo, fazia-se uso de uma precisa linguagem filosófica, que não era coisa supérflua ou ostentação, visto que a direcção do pensamento tem a sua linguagem particular e o seu vocabulário igualmente particular. Ao responder devíamos permanecer no domínio do pensamento do adversário, demonstrar que também, ou melhor, precisamente por se tratar daquela direcção do pensamento (que é a nossa, que é a direcção do pensamento do socialismo não achavascado nem ingenuamente pueril), a tese colaboracionista constituía um erro. Para sermos *fáceis* seria preciso desnaturar, empobrecer um debate que tratava de conceitos de máxima importância, da substância mais íntima e mais preciosa do nosso espírito. Fazer isto não significaria usarmos de facilidade: seria defraudar, tal como o comerciante de vinhos que vende água tinta por *barolo* ou *lambrusco*. Um conceito difícil não pode ser oferecido por uma expressão fácil sem que se mude em grosseria. E, por outro lado, fingir que a grosseria representa aquele conceito é posição de baixos demagogos, de trapalhões da lógica e da propaganda.

Porque é que Camillo Prampolini desenvolve uma ironia fácil a propósito dos «intérpretes» do proletariado que não se fazem compreender pelos proletários? Porque Prampolini, com todo o seu bom senso e o seu arranjismo, é um abstracto. O proletariado é um esquema prático. Na realidade, existem os proletários singulares, mais ou menos cultos, mais os menos preparados pela luta de classes para a compreensão dos mais refinados conceitos socialistas. Os semanários socialistas adaptam-se ao nível médio dos sectores

---

([2]) Cf. *Abstracção e Intransigência*, pp. 221-225 do presente volume.

regionais a que se dirigem; o tom dos escritos e da propaganda deve, porém, ser sempre um tanto superior a esta média para que haja um estímulo ao progresso intelectual, para que pelo menos um certo número de trabalhadores saia do indistinto e genérico remastigar de opúsculos e consolide o seu espírito numa visão crítica superior da história e do mundo em que vive e luta.

Turim é cidade moderna. A actividade capitalista pulsa aqui com o fragor enorme de oficinas ciclópicas que adensam em poucos milhares de metros quadrados dezenas e dezenas de milhares de proletários. Turim tem mais de meio milhão de habitantes; aqui, a humanidade é dividida em duas classes com características distintas que não existem noutras partes de Itália. Não temos democratas, não temos reformistas a chagarem-nos. Temos uma burguesia capitalista audaz, atrevida, temos organizações poderosas, temos um movimento socialista complexo, variado, rico de impulsos e de necessidades intelectuais.

Crê o camarada Prampolini que, em Turim, devem os socialistas fazer a propaganda tocando a flauta pastoril, falando idilicamente de bondade, de justiça, de fraternidade arcaica? Aqui vive-se a luta de classes em toda a sua rude grandiosidade, não se trata de uma ficção retórica, não é uma extensão dos conceitos científicos anteriores a fenómenos sociais ainda em gérmen e em maturação.

Decerto que também em Turim a classe proletária se enriquece continuamente com novos indivíduos, não trabalhados espiritualmente, ainda não capazes de compreender toda a força da exploração a que estão sujeitos. Para estes, seria preciso começar sempre dos primeiros princípios, da propaganda elementar. Mas, e os outros? E os proletários já intelectualmente avançados, já habituados à linguagem da crítica socialista? Quem é preciso sacrificar, a quem se dirigir? O proletariado é menos complicado do que possa parecer. Formou-se espontaneamente uma hierarquia espiritual e cultural, e a educação mútua opera onde não pode chegar a actividade dos escritores e dos propagandistas. Nos círculos, nos centros, nas conversas à porta da fábrica, esmiuça-se e propaga-se, tornada dúctil e plástica para todos os

cérebros, para todas as culturas, a palavra da crítica socialista. Num ambiente complexo e variado como é o de uma grande cidade industrial, suscitam-se espontaneamente os órgãos de transmissão capilar das opiniões que a vontade dos dirigentes não conseguiria nunca constituir e criar.

E nós não deveríamos sair das geórgicas, do socialismo rústico e idílico? Dever-se-ia, com monótona insistência, repetir sempre o abecedário, dado que há sempre alguém que ainda o não conhece?

Recordamos, a propósito, um velho professor universitário que há quarenta anos desenvolvia um curso de filosofia teórica sobre o «Ser evolutivo final». Todos os anos começava com uma «vista de olhos» aos precursores do sistema, falando então de Lao-Tse, o homem nascido aos oitenta anos, o velho-criança da filosofia chinesa. E todos os anos recomeçava a falar de Lao-Tse porque novos estudantes se tinham juntado e também eles deviam encher-se de erudição sobre Lao-Tse pela boca do professor. E assim o «Ser evolutivo final» se tornou numa lenda, numa evanescente quimera, e a única realidade viva, para os estudantes de tantas gerações, foi Lao-Tse, o velho-criança, a criancinha nascida aos oitenta anos.

Assim sucede com a luta de classes na velha *Giustizia* de Camillo Prampolini; também ela é uma quimera evanescente e todas as semanas é do velho-criança que ali se escreve, que não matura nunca, que não evolui nunca, que nunca se transforma no «Ser evolutivo final» e que, porém, seria de esperar que desabrochasse depois de tão lenta evolução, depois de tão perseverante trabalho de educação evangélica.

OS DIAS (*)

Começa a tornar-se popular a instituição anglo-saxónica dos «dias». Lê-se nos jornais a notícia da celebração, na trincheira, do «dia das mães», da celebração, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, do «dia da Itália», do «dia da aliança», do «dia do Império».

A instituição é simpática. É francamente democrática, isto é, capitalista. Porque é conveniente que os cidadãos pensem o menos possível durante os negócios e o trabalho, aplicou-se o método Taylor ao pensamento e às lembranças. Para cada momento do espírito, como do corpo, o seu momento. Estabelece-se um calendário espiritual-político-social. Em vez de celebrar o martírio de S. Lourenço ou as virtudes de Santa Zita, ou os milagres da Senhora de Caravaggio, por um dia inteiro pensa-se nas mães que estão longe, ou então reflecte-se sobre a utilidade política de uma aliança com a Itália ou alegra-se com a grandeza do Império de S. M. britânica.

A instituição é simpática. De resto, os trabalhadores de todo o mundo foram os primeiros a reconhecê-la como tal e há algumas dezenas de anos fizeram entrar na tradição o «dia do trabalho», o Primeiro de Maio. Porque não deveriam os burgueses acolher também outros dias ou adoptar a instituição para «usos locais»? Seria uma prova de maturidade económica e política (mas

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 30-5-1918, secção «Sotto la Mole».

talvez por isso não criará raízes tão depressa). Pensai, pois. O regime económico dissolve todos os vínculos que unem os indivíduos uns aos outros. O trabalho na fábrica, o escritório, as viagens de negócios, o serviço militar, determinam uma contínua transferência dos indivíduos, rarefazem os contactos intelectuais, tornam nervosas e saltitantes as conversações e as trocas de opinião. Pela acção da economia capitalista, a sociedade desagrega-se nos seus órgãos morais e políticos mais eficazes: a família, o concelho, o distrito. Os indivíduos reagem a esta acção dissolvente e estabelecem as datas fixas: num domingo, entre todos os indivíduos de uma nação, disserta-se sobre o amor familiar, sobre um problema institucional, sobre um problema de política internacional. Ressuscita, em data fixa, a comunhão espiritual, a sociedade que o regime dissolveu; ressuscita ampliada, com horizontes mais vastos, rica de valores novos. Nestas criações da civilização capitalista há, sem dúvida, uma grandeza que impõe respeito: respeito que desejaríamos fosse sentido pelo «dia do trabalho», o qual, celebrado em todo o mundo, dá já uma medida para a comparação de grandezas entre o império burguês e a Internacional Socialista.

A instituição não se fixará imediatamente entre a burguesia italiana. Mas não se poderia difundir por obra do proletariado? Que eficácia não teria para a propaganda o dia da Revolução russa, o dia do proletariado inglês, alemão, francês, americano, etc., o dia dos camponeses, o dia das mulheres, etc.?!

O facto de se saber que no mesmo momento tantas multidões pensam no mesmo argumento, transmitem reflexões e juízos sobre o mesmo problema, amplia a visão da vida, acresce a intensidade e a eficácia do pensamento. O proletariado antecipa os momentos históricos através dos quais a sociedade burguesa deve passar. O sofrimento estimula a fantasia e provoca a visão dramática do mundo futuro nas suas manifestações de solidariedade e comunhão dos espíritos e do pensamento, e algumas destas manifestações podem começar a reproduzir-se já agora, mesmo em ambiente adverso. São as palafitas da cidade nova que o proletariado começa a lançar na lama viscida do pântano presente.

FLORESCE A ILUSÃO (*)

A intransigência não é apenas um método exterior que os partidos políticos aplicam na luta política. Ela depende de uma visão realista da história e da vida política, corresponde a uma determinada cultura, a uma determinada direcção mental e moral.

Através do cerrado jogo da luta de classes, tal como através do desenvolvimento das relações internacionais entre Estado e Estado ou das relações, no interior de uma nação, entre os vários grupos que formam uma classe, o espírito é educado para reconhecer que só a força (seja mecânica ou moral) é o árbitro supremo dos contrastes. Tornado consciente desta verdade originária, o espírito crítico aceita-a como necessidade ineIutável, faz dela a base de todos os seus pensamentos e expulsa como inferiores, como privados de qualquer resultado fecundo, todos os elementos que não entrem naquela verdade, que não sirvam para lhe dar eficiência humana ou para a transformar em motivo de história, uma vez que faz parte dos indivíduos que vivem e lutam.

Os socialistas (e falamos dos que do socialismo fizeram uma unidade com a sua vida interior, daqueles a quem a ideia socialista fecundou todas as actividades, sejam intelectuais, morais ou estéticas) propõem-se seriamente instaurar a civilização comunista. A este fim subordinam todas as suas acções, para este fim se educam, estabelecem relações com o mundo em que estão

---

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 15-6-1918.

implantados. Os seus afectos, os seus sentimentos, os ecos inconscientes do instinto, são subordinados continuamente para este fim. Procuram encontrar sempre e claramente um laço entre cada acto que executam e este fim, uma dependência necessária entre cada acto e esta sua indomável vontade. Não querem ser intrujões em política, como não querem sê-lo na vida privada, não querem ser diletantes na fé socialista, como não querem sê-lo nos estudos, na arte, no trabalho que executam.

Para estes socialistas, a intransigência confunde-se com a seriedade e a probidade morais.

Querem ser fortes para vencer; querem que o partido a que aderem, a classe a que pertencem, sejam fortes para vencer. A classe, como facto económico, fortalece-se para além das vontades individuais; nasce de uma fonte natural que é o regime burguês, que é o sistema de produção por meio de salário baseado na livre concorrência. Mas a força da classe, enquanto facto económico, enquanto efeito de uma causa objectiva, não é um valor político. Para que tal aconteça, é preciso que esta força se organize, se discipline tendo em vista um fim político a alcançar. O Partido Socialista representa o órgão de conquista deste fim, o elaborador das formas e dos modos através dos quais a classe alcançará a vitória. Para que o partido seja tal, para que opere verdadeiramente e transforme e organize as forças sociais, é necessário que constitua um bloco com a classe económica, que se atenha só às energias e à potência da classe económica. Para que ele amplie a sua esfera de acção e se torne elemento de ordem do caos agora existente — pois a evolução económica não atingiu ainda o seu cume e a humanidade não se apresenta perfeita e conscientemente dividida em duas classes — é necessário que o partido distinga a sua individualidade finalística e que, mesmo nas questões aparentemente transcuráveis, ponha sempre em relevo a sua personalidade inconfundível. Só assim organizará à sua volta as forças de classe que desordenadamente o regime produziu e continua a produzir sem interrupção.

A intransigência é, por isso, também uma necessidade democrática. Só a clareza, só a acção rectilínea, pode ser seguida e julgada pela grande massa que constitui a classe já organizada ou ainda em tumultuosa formação.

Assim pensam os socialistas que têm uma visão nítida e real do desenvolvimento da história, os socialistas que o são verdadeiramente enquanto têm sempre presente o fim máximo a alcançar, que têm viva fé, que têm clara vontade. Eles não se preocupam com o sucesso vistoso e momentâneo; não são demagogos, não procuram suscitar ilusões enganosas, não procuram pescar nas águas turvas dos sentimentalismos e das dores mais impetuosas para desviar a atenção do fim máximo pelo qual só se deve combater, ao qual estão e só podem estar subordinadas todas as conquistas imediatas.

A ilusão procura florir: a utopia parlamentar (utopia enquanto à acção parlamentar se confere um fim desproporcionado às forças e às capacidades) traça o círculo mágico do encanto alucinante. Cada homem no seu lugar, cada energia na sua função. Não nos deixemos subverter pela ilusão e pela demagogia, não finjamos acreditar que uma pequena força possa obter um grande sucesso. Não percamos o contacto, por esta ilusão, com a grande força da classe, a única que pode obter aquele grande sucesso. Procuremos organizá-la melhor espiritualmente, educá-la melhor para o nosso fim, sem presunções grotescas mas também sem abdicações pávidas; sem iludir e sem nos iludirmos, honestamente, avizinhar-nos-emos da nossa finalidade e colheremos os frutos imediatos da nossa pertinácia, os únicos frutos consentidos até que não formos os mais fortes, os quais perderemos se nos desviarmos da nossa linha de acção, pois a única conquista real é a que depende da força e a que pode ser defendida e conservada pela força.

A POLÍTICA DO «SE» (*)

A política do «se» tem muitos seguidores em Itália; pode até dizer-se que a maioria dos cidadãos italianos que fazem profissão de fé política, que discutem os problemas da vida pública, nacionais ou internacionais, só têm como critério directivo o «se»; e encontram-se bem porque o «se» dispensa de pensar e de estudar.

A política do «se» consiste em não ter em conta as forças sociais organizadas, em não dar nenhuma importância às responsabilidades legítimas, livremente aceites ao assumir um poder, em transcurar a análise da função, dos modos em que se desenvolve a actividade económica e das consequências necessariamente determinadas por estes especiais modos nas relações culturais e de convivência social. A política do «se» não é, portanto, mais do que o predomínio da preguiça mental nos cidadãos que fingem controlar os poderes responsáveis e as energias livres e operantes da vida do país, e é predomínio da irresponsabilidade dos cidadãos submetidos à responsabilidade do poder; por ela se transcuram, com efeito, as forças permanentemente activas no desenvolvimento dos acontecimentos humanos e que continuam a operar, não obstante todos os belos discursos, fixando-se, pelo contrário, a atenção sobre o transeunte, sobre o ocasional ou sobre uma energia livre que, na realidade, tem uma importância limitada. E procede-se por hipóteses: «se» Fulano não tivesse dito, «se»

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 29-6-1918.

Beltrano tivesse feito, «se» o grupo X tivesse apoiado esta verdade sacrossanta... e assim por diante.

A política do «se» é uma prova da incapacidade de compreender a história e, portanto, também uma prova da incapacidade de fazer a história.

Um ex-ministro publica um opúsculo [1] que tem a pretensão de ser um contributo para a história científica de um período obscuro e doloroso da vida nacional italiana e tem a pretensão de ser um estímulo pedagógico para a actualidade. No opúsculo nem sequer se acena à actividade desenvolvida pelo Governo do tempo para disciplinar as energias da nação, para dirigir útil e eficazmente os meios do Estado, para alcançar um certo bem ou afastar um certo mal; como se não existisse o Governo naquele tempo, como se naquele tempo o Estado não fosse aquela suprema organização de toda a vida pública como de facto é, até com graves responsabilidades para os homens que o dirigem. Acontece assim que, neste opúsculo, a causa dos acontecimentos apoia-se totalmente na boa ou perversa vontade dos indivíduos irresponsáveis; pequenos episódios, de valor puramente anedótico, aparecem dilatados astuciosamente e tem-se a impressão que o país não era então um organismo disciplinado pelo poder mas sim um agregado mecânico de tribos bárbaras, sempre na rua a dançar à volta de um feitiço, as quais se precipitavam, de um lado ou doutro, desordenada e incoerentemente, consoante a vontade misteriosa do feitiço fosse interpretada por um louco malvado, por um louco melancólico ou por um louco milagrosamente pensante.

E foi justa a aguda reflexão de um cidadão que, depois de ter lido o opúsculo e de ter constatado estas deficiências, concluiu: o ex-ministro não tem em conta o Governo, o Estado, os poderes responsáveis, ao descrever a história do passado porque o governo de que fez parte esteve ausente da vida pública; o ex-ministro não concebe a importância soberana do Estado no desenvolvimento dos acontecimentos passados porque o Estado,

(1) Trata-se provavelmente do opúsculo de Salvatore Barzilai, *Moniti del Passato*, «Le pagine dell'ora», 1917.

quando esteve no poder, não tinha nenhuma importância, por incapacidade dos responsáveis.

O messiano jacobino

Esta incapacidade de compreender a história e, portanto, de fazê-la actualmente através da luta política, está em dependência com uma direcção de cultura e uma tradição política nascidas em França no século XVIII e que teve a primeira e mais significativa expressão no jacobinismo da revolução burguesa de 1789.

O jacobinismo [2] é uma visão messiânica da história; fala sempre por abstracções, o mal, o bem, a opressão, a liberdade, a luz e as trevas que existem de forma absoluta, genericamente e não em formas concretas e históricas, como são as instituições económicas e políticas através das quais a sociedade se disciplina ou contra as quais se desenvolve: o Estado, diversamente organizado consoante as relações de submissão ou de independência que intercedem entre os poderes responsáveis (o soberano e o governo, o parlamento e a magistratura); o Estado ou é constituído de modo a permitir facilmente um ulterior desenvolvimento da sociedade para formas superiores de liberdade e responsabilidade social, ou é um agregado parasitário de indivíduos e grupos que dirigem as energias em benefício próprio.

O jacobinismo abstrai-se destas formas concretas da sociedade humana que operam permanentemente no desenvolvimento dos acontecimentos e apresenta a história como um contrato, como a revelação de uma verdade absoluta que se realiza porque um certo número de cidadãos de boa vontade se puseram de acordo, juraram conduzir o pensamento com realidade. Assim concebida, a história é uma longa série de desilusões, de censuras, de reclamações, de «se». Se os acontecimen-

(2) Sobre o jacobinismo, cf. as notas a propósito de *Giacobinismo e Questione Agraria, Partido Giacobino nel Risorgimento, Parole d'Ordine «Giacobine» e Bolscevichi*, in *Il Risorgimento*, Turim, 1949, pp. 85-90.

tos não se desenvolvem segundo o esquema pré-estabelecido, proclama-se a traição, a deserção, supõe-se que perversas vontades tenham atravessado o «natural» percurso. E o jacobinismo extrai do seu espírito messiânico, da sua fé na verdade revelada, a pretensão política de suprimir violentamente todas as oposições, todas as vontades que recusem aderir ao contrato social. E cai-se na contradição, tão comum nos regimes democráticos, entre a profissão de fé que celebra a liberdade mais ilimitada e a prática de tirania e de intolerância brutal.

O jacobinismo político, se pode ser inócuo até que permanece pura forma mental, é danoso para o desenvolvimento da história e das formas concretas que disciplinam a sociedade quando consegue impor-se politicamente e transformar-se em doador da cultura. Desabitua os cérebros do estudo sério, da séria análise das fontes permanentemente vivas das injustiças, dos males, das opressões, dissolve as associações criadas para operar segundo uma noção exacta da realidade e produzir, portanto, consequências úteis, impede o sentido da responsabilidade social, torna vã qualquer crítica porque a crítica orienta a sua análise não para o concreto mas para fantasmas flutuantes da contingência mais evaporada.

Contra esta direcção de cultura, contra a concepção da história que se esgota nos «se», reagiu vigorosamente a crítica marxista; mas está longe de ter alcançado uma cultura crítica que eficazmente se oponha a este deletério enfurecimento dos cães que ladram à lua.

O messianismo cultural

O messianismo jacobino completa-se com o messianismo cultural que em Itália é representado por Caetano Salvemini e fez nascer movimentos ideais como, no passado, o da *Voce* e actualmente o de *Unità* (³), resenha

(³) *La Voce* foi fundada em Florença, em 20-12-1908, por Giuseppe Prezzolini, que a dirigiu (salvo num período, em 1912, em que a direcção foi de Giovanni Papini) até ao último fascículo, em Novembro de 1914. Em 1915, *La Voce*, em edição política, reapareceu em Roma, dirigida, primeiro pelo próprio Prezzolini, depois por Antonio De Viti de Marco, mas no fim daquele ano suspendeu a publicação. *L'Unità* saiu também em Florença, com o subtítulo «Problemas da Vida Italiana», sob a direcção de Caetano Salvemini, em 16-12-1911 e durou, com várias interrupções, até 30-12-1910. Durante a guerra, Salvemini associou à direcção Antonio De Viti de Marco. Cf. *La Cultura Italiana del'900 Attraverso le Riviste*, vol. III, *La Voce* (1908-1914), direcção de Angelo Romanò, e vol. V, *L'Unità, La Voce Politica* (1915), direcção de Francesco Golzio e Augusto Guerra, Turim, 1960 e 1962.

de discussões dos problemas da vida italiana, dirigida por Salvemini e por De Viti de Marco.

O messianismo cultural desenvolveu da tradição revolucionária francesa a corrente liberal. Também ele atende ao culto da verdade, mas professa o culto não à maneira dos católicos mas à maneira dos protestantes; com grande tolerância, com infinita fé na eficácia da discussão e da propaganda, com muita pertinácia e coragem alimentada pela persuasão de que a maioria dos homens é formada por indivíduos fundamentalmente honestos e rectos que são vítimas da ignorância ou de uma confusa noção dos seus reais interesses e dos fins que mais utilmente se deveriam perseguir.

Este endereço, tão simpático, tão atraente, por um infinito número de razões, entra, também ele, na corrente política do «se». O messianismo cultural abstrai-se, também ele, das concretas formas da vida económica e política, está, também ele, fora do tempo e do espaço, é fenómeno de indisciplina e de desorganização social, acaba por tornar-se em utopia, por criar diletantes e levianos irresponsáveis.

L'Unità, com efeito, estuda os problemas da vida pública nacional e internacional com diligência, com escrúpulo científico; é uma admirável experiência de escola livre para os cidadãos que querem ter informações seguras, que querem ter a certeza de não serem enganados pelos escritores a quem se dirigem para conseguirem sugestões e estímulos que coordenem o pensamento prático, propostas para julgarem correctamente os acontecimentos. Mas a quem se dirige *L'Unità*? Que

energias sociais organizadas coordenam a sua actividade de cultura? A todos, em geral, e a ninguém, na prática. A sua operosidade inicia-se com um «se» formidável que dissolve qualquer eficácia real da própria actividade: se... todos fizessem como nós, se... todos se apoderassem dos exactos termos de um problema tão rapidamente como nós e contemporaneamente a nós. A verdade é que um país, e especialmente a Itália, pelas particulares condições intelectuais do seu povo, é diferentemente preparado nos indivíduos singulares, e só depois de um esforço assíduo, paciente, de dezenas de anos, uma determinada ideia consegue difundir-se eficazmente nos organismos livremente constituídos, que livremente aceitam um endereço e livremente operam em comunhão.

Salvemini crê no «contrato social», crê na possibilidade dos acordos fulminantes de um certo número de pessoas, dispersas por um grande território, e porque estes acordos fulmíneos não se verificam ou tardam a verificar-se, ele pressupõe o rabo do diabo, o influxo maléfico de vontades perversas, acabando por identificá-los com os «dirigentes» de que só conhece os nomes e que demagogicamente são assinalados à execração universal.

UMA «VERDADE» DETURPADA (1)

L'Unità admoestou *Il Grido* e o Partido Socialista em geral (2) por uma frase publicada nestas colunas: «o comportamento do Partido Socialista foi, sem dúvida, útil à fortuna que tiveram as soluções democráticas que o grupo de *L'Unità* propugna para os problemas nacionais» (3).

L'Unità acusa-nos de querermos usurpar os seus méritos, recorda com muito espírito o «venerável camarada Greulich» (4), fala de sacristães e cardeais do socialismo, recorda as nossas responsabilidades em relação a Caporetto, as quais, se são «em proporções muito mais pequenas do que os socialistas crêem (!)», não

(1) No texto: atravessada.

(2) Num editorial intitulado «Uma estranha afirmação» e assinado *L'Unità*, a revista salveminiana escrevia, em polémica com a nota do *Grido*, que, «se em Itália tivesse prevalecido o programa derrotista dos socialistas de Turim, a esta hora os alemães estariam em Milão e em Turim...», e chamava por isso a si o mérito «daquele pouco de fortuna» que as soluções democráticas prospectadas tinham tido junto do Governo italiano. (*L'Unità*, VI, 24, p. 121, agora in *La Cultura Italiana*, vol. V, p. 561).

(3) Cf. uma nota de Gramsci que precede um artigo de A. Viglongo, «Politica Estera Socialista», in *Il Grido del Popolo*, 18-5-1918.

(4) *L'Unità* escrevia: «... O Governo alemão, que não é socialista nem democrático, oferecia-se para subsidiar a acção dos nossos socialistas com os milhões do venerável camarada Greulich». Hermann Greulich, decano dos socialistas suíços, veio em missão a Roma, em 16-5-1915, e ofereceu à direcção do P. S. I. uma grande quantia de dinheiro para ajudar a propaganda pacifista dos socialistas italianos, oferta que foi decididamente recusada. Cf. Luigi Ambrosoli, *Nè Aderire nè Sabotare*, Milão, 1961. pp. 85-87.

resultariam portanto terríveis se a frase do *Grido* quisesse dizer que os socialistas, «trabalhando para provocar aquelas desventuras, trabalharam para tornar necessárias certas medidas». Estranho modo de conceber as responsabilidades, se elas diminuem e se ampliam por virtude de uma frase destacada.

Salvemini é, também neste caso particular, vítima do seu messianismo cultural.

Porque ele confunde a fortuna que a solução de um problema pode ter idealmente e a fortuna que a mesma solução terá politicamente.

A solução salveminiana do problema adriático está longe de poder ser aceitável. Obteve-se apenas a autorização para a discutir e difundir, obteve-se apenas o que deveria ser condição permanente da vida política num país liberal. Para que ela se traduza em realidade, se torne facto político, é necessário que seja assumida por uma energia social organizada. Existirá em Itália uma força política capaz disto? Capaz de assumir a responsabilidade do poder, sendo necessário, para actuar, esta solução?

Resolvê-lo na sua integridade democrática significa imprimir uma determinada direcção à vida nacional, porque isso depende de uma concepção vasta segundo a qual também outros problemas devem ser resolvidos coordenadamente. Forças organizadas de tal género, em Itália, não existem fora do Partido Socialista e do Estado. O Partido Socialista resolveria o problema numa perspectiva socialista, coordenando-o às soluções dos outros problemas, segundo a sua «justiça» [*uma linha censurada*].

Permanece o Estado, o Governo, que espontaneamente não aceitará como própria a solução selveminiana, mas pode adoptá-la empiricamente por imposição exterior. E esta imposição, indirectamente, só o Partido Socialista pode exercitá-la até que isso represente uma oposição ameaçadora. Entre o programa de Zimmerwald ([5]) [*uma linha censurada*] e as soluções imperialistas há a probabilidade que o Governo, para compor o insanável dissídio, adopte a solução democrática. A existência desta probabilidade explica a pouca fortuna tida por Salvemini e é condicionada pelo comportamento intransigente do Partido Socialista. Isto significa a frase do *Grido* e o significado saltava de todo o contexto.

Salvemini encontrou ali um motivo para pregar o sermão, para repetir os seus lugares-comuns sobre cardeais e sacristães, sobre a corrupção moral e intelectual dos socialistas que teriam «dissociado sistematicamente, em toda a sua propaganda, a ideia da paz da ideia de justiça» porque Salvemini dissocia a ideia de justiça da ideia de garantia (e a única garantia para os socialistas é a ditadura do proletariado internacional), dissocia a ideia de cultura política da de organização económica e política, dissocia a ideia de acção e de eficácia de acção do facto das condições gerais de cultura e de força. Fica-lhe a paixão messiânica que o faz entrar nos políticos do «se», que o torna inconscientemente elemento de indisciplina e de desordem.

([5]) Em Zimmerwald, na Suíça, por iniciativa dos socialistas italianos, entre 5 e 8 de Setembro de 1915, realizou-se uma conferência internacional dos partidos e das fracções socialistas contrários à guerra, em que participaram, entre outros, Lenine, Trotski, Grimm, Bourderon, Lazzari e Serrati. A esquerda revolucionária encontrou-se em minoria mas, no fim dos trabalhos, foi assinado por todos os participantes um manifesto dirigido aos proletários da Europa, convidando-os a permanecerem fiéis aos ideais internacionalistas, não se submetendo «como escravos» ao pacto da «união sagrada» com as burguesias dos seus países e condenando também aqueles partidos socialistas e as organizações operárias que aderiam menos aos princípios do internacionalismo proletário. O documento convidava, além disso, que se batessem por uma paz sem anexações e sem indemnizações de guerra, reconhecendo aos povos o direito de disporem de si próprios.

UTOPIA (*)

As Constituições políticas são necessariamente dependentes da estrutura económica, das formas de produção e de troca. Com a simples enunciação desta fórmula, muitos crêem ter resolvido todos os problemas políticos e históricos, crêem poder dar lições à direita e à esquerda, poder julgar os acontecimentos e concluir, por exemplo: Lenine é um utopista, os infelizes proletários russos vivem em plena ilusão utópica, espera-os um terrível e implacável acordar.

A verdade é que não existem duas Constituições iguais entre si, tal como não existem duas estruturas económicas iguais. A verdade é que a fórmula não é, de facto, a seca expressão de uma lei natural que logo salte à vista. Entre a premissa (estrutura económica) e a consequência (Constituição política), as relações não são simples e directas e a história de um povo não se documenta apenas por factos económicos. Desatar os nós da causa-acção é complexo e complicado, e para desenredá-los a única coisa útil é o estudo profundo e

(*) Assinado A. G., *Avanti!*, edição piemontesa, 25-7-1918. O artigo, com o título «L'Utopia Russa», foi transcrito em *Il Grido del Popolo* de 27 de Julho, precedido das seguintes linhas: «A censura de Turim sabotou este artigo no último número de *Il Grido*, reduzindo-o a farrapos sem ligação entre si. Reproduzimo-lo agora integralmente do *Avanti!*, com o visto da censura de Milão e de Roma, para que os leitores possam avaliar os critérios *[duas linhas censuradas]* que regulam a actividade jornalística de Turim e porque o artigo está em conexão com os outros saídos em *Il Grido* a propósito da revolução russa.»

difuso de todas as actividades espirituais e práticas e este estudo só é possível depois que os acontecimentos se ordenarem numa continuidade, muito tempo depois do acontecimento dos factos. O estudioso pode afirmar com segurança que uma certa Constituição política não se afirmará vitoriosa (não durará permanentemente) se não adere indissolúvel e intrinsecamente a uma determinada estrutura económica, mas a sua afirmação só, sem o valor de indício genérico; enquanto os factos se desenvolvem, como poderia ele saber de que modo preciso se estabelecerá esta dependência? As incógnitas são mais numerosas do que os dados certos e controláveis, e cada uma destas incógnitas pode anular uma indução sugerida. A história não é um cálculo matemático: nela não existe um sistema métrico decimal, uma numeração progressiva que permita as quatro operações, as equações e a extracção de raízes quadradas; a quantidade (estrutura económica) transforma-se em qualidade porque se transforma em instrumento de acção em poder dos homens, dos homens que não valem só pelo peso, pela estatura, pela energia mecânica que podem desenvolver os músculos e os nervos, mas valem especialmente quando são espírito, quando sofrem, compreendem, se alegram, querem ou negam. Numa revolução proletária a incógnita «humanidade» é mais obscura do que em qualquer outro acontecimento: a espiritualidade difundida pelo proletariado russo, como dos outros proletariados em geral, nunca foi estudada e talvez fosse impossível estudá-la. O sucesso ou o insucesso da revolução poderá dar-nos um documento atendível da sua capacidade para criar a história: por agora, não nos resta senão esperar.

Quem não espera mas quer imediatamente fixar um juízo definitivo propõe-se agir com outras finalidades: finalidades políticas actuais, a alcançar entre os homens a quem se dirige a sua propaganda. A afirmação de que Lenine é um utopista não é um facto de cultura, não é um juízo histórico: é um acto político actual. Afirmar assim secamente que as Constituições políticas, etc., etc., não é um facto doutrinário, é a tentativa para suscitar uma certa mentalidade, para que a acção se dirija de um certo modo e não de outro.

Na vida, nenhum acto é isento de resultados e o facto de acreditar numa teoria e não noutra tem os seus particulares reflexos na acção; também o erro deixa vestígios, quando divulgado e aceite pode *retardar* (não decerto impedir) que se alcance uma finalidade.

Esta é uma prova de que a estrutura económica não determina directamente a acção política, mas a interpretação que dela se dá e das chamadas leis que lhe governam o desenvolvimento. Estas leis não têm nada de comum com as leis naturais, ainda que estas não sejam dados objectivos de facto mas apenas construções do nosso pensamento, esquemas úteis e práticos para comodidade de estudo e de ensino.

Os acontecimentos não dependem do arbítrio de um indivíduo nem sequer do de um grupo mesmo numeroso: dependem da vontade de muitos, os quais se revelam pelo fazer ou não fazer certos actos e pelos comportamentos espirituais correspondentes, dependem da consciência que uma minoria tem destas vontades e de saber, mais ou menos, dirigi-las para uma finalidade comum, depois de tê-las enquadrado nos poderes do Estado.

Porque é que os indivíduos, na sua maioria, cumprem só determinados actos? Porque não têm outro fim social senão a conservação da própria integridade fisiológica e moral; adaptam-se assim às circunstâncias, repetem mecanicamente alguns gestos, os quais, por experiência própria ou por educação recebida (resultado das experiências de outros), se mostram idóneos para alcançar a finalidade desejada: poder viver. Esta semelhança de actos da maioria produz uma semelhança de efeitos, dá à actividade económica uma certa estrutura: nasce o conceito de lei. Só a perseguição de um fim maior corrói esta adaptação ao ambiente; se o fim humano deixa de ser o simples viver mas o viver qualificado, cumprem-se esforços maiores e conforme a difusão do fim humano superior assim se consegue transformar o ambiente, instaurando novas hierarquias, diversas das existentes, para regular as relações entre os indivíduos e o Estado, tendentes a substutuí-las para a realização difusa do fim humano superior.

Quem apresenta estas pseudoleis como qualquer coisa de absoluto, de estranho às vontades individuais, e não como uma adaptação psicológica ao ambiente, devido à fraqueza dos indivíduos (ao facto de não serem organizados e, portanto, à incerteza do futuro), não pode imaginar que a psicologia possa mudar, que a fraqueza possa transformar-se em força. E todavia assim acontece, e a lei, a pseudolei estilhaça-se. Os indivíduos deixam a sua solidão e associam-se. Mas como acontece este processo associativo? Também este só pode ser concebido na proporção da lei absoluta, da normalidade, e quando — por lento raciocínio ou por preconceito — a lei não salta logo à vista, então julga-se e despacha-se: utopia, utopistas.

Lenine é portanto um utopista; o proletariado russo, do dia da revolução bolchevista até hoje, vive em plena utopia, esperando-o um terrível e implacável acordar.

Se à história russa se aplicam os esquemas abstractos, genéricos, construídos para poder seguir os momentos do desenvolvimento normal da actividade económica e política do mundo ocidental, a ilação só pode ser esta. Mas cada fenómeno histórico é «indiviso»; o desenvolvimento é governado pelo ritmo da liberdade; a análise não deve ser de necessidade genérica, mas particular. O processo de causa-acção deve ser estudado intrinsecamente com os acontecimentos russos, não de um ponto de vista geral e abstracto.

Nos acontecimentos da Rússia existe sem dúvida a relação de necessidade e é uma relação de necessidade capitalista. A guerra foi a condição económica, o sistema de vida prática que determinou o novo Estado, que substanciou a necessidade da ditadura do proletariado: a guerra *que a Rússia atrasada teve que travar tal como os Estados capitalistas mais avançados.*

Na Rússia patriarcal não podiam acontecer as reuniões de indivíduos que acontecem num país industrializado e que são a condição para que os proletários se conheçam entre si, se organizem e adquiram consciência da própria força de classe que devem dirigir para uma finalidade humana universal. Um país de agricultura

extensiva [1] isola os indivíduos, torna impossível a consciência igual e difusa, torna impossível a unidade social proletária, a consciência concreta de classe que dá a medida da própria força e a vontade de instaurar um regime legitimado permanentemente por aquela força.

A guerra significa a máxima concentração da actividade económica nas mãos de poucos (os dirigentes do Estado); corresponde-lhe a máxima concentração de indivíduos nos quartéis e nas trincheiras. A Rússia, em guerra, era de facto o país da utopia: com homens preparados para a invasão bárbara, o Estado pensou poder fazer uma guerra de técnica, de organização, de resistência espiritual que só podia ser feita por uma humanidade preparada, cerebral e fisicamente, pela oficina e pela máquina. A guerra representava a utopia e a Rússia czarista e patriarcal desmoronou-se sob a altíssima tensão do esforço que se impôs a si própria e que lhe foi imposto pelo inimigo aguerrido. Mas as condições suscitadas artificialmente pela desmedida potência do Estado despótico produziram as consequências necessárias: as grandes massas dos indivíduos socialmente solitários, encostadas e agrupadas num pequeno espaço geográfico, desenvolveram sentimentos novos, desenvolveram uma solidariedade humana inaudita. Quanto mais se sentiam débeis antes, no isolamento, e se dobravam ao despotismo, tanto maior foi depois a revelação da força colectiva existente, tanto mais prepotente e tenaz o desejo de conservá-la e de construir com ela a sociedade nova.

A disciplina despótica desfez-se: sucedeu-lhe um período de caos. Os indivíduos procuravam organizar-se, mas como? E como conservar a unidade humana criada no sofrimento?

O filisteu avança e responde: a burguesia devia conduzir a ordem no caos, porque sempre assim sucedeu, porque à economia patriarcal e feudal sucede sempre a economia burguesa e a Constituição política burguesa. O filisteu não vê salvação fora dos esquemas pré-estabe-

[1] No texto: intensiva.

lecidos, só concebe a história como um organismo natural que atravessa momentos fixos e privisíveis de desenvolvimento. Se tu semeias uma bolota, sabes que só pode nascer um rebento de carvalho, que cresce lentamente e que só depois de um certo número de anos dará frutos. Mas a história não é uma carvalheira e os homens não são bolotas.

Onde existia na Rússia a burguesia capaz de cumprir esta missão? E se o seu domínio é uma lei natural, como é que a lei não funcionou?

Esta burguesia não se revelou: poucos burgueses procuraram impor-se e foram arrastados. Deviam vencer, deviam impor-se mesmo sendo poucos, incapazes e débeis? Mas de que santo crisma tinham sido benzidos para poderem triunfar, mesmo perdendo? O materialismo histórico é, portanto, apenas uma reincarnação do legitimismo, do direito divino?

Quem julga Lenine um utopista, quem afirma que a tentativa da ditadura proletária na Rússia é uma tentativa utópica, não pode ser socialista consciente, não constrói a sua cultura estudando a doutrina do materialismo histórico: é um católico, está enlameado no Sílabo. Só ele é o autêntico utopista.

A utopia consiste, de facto, em não conseguir conceber a história como livre desenvolvimento, em ver o futuro como uma solidez já emoldurada, em crer nos planos pré-estabelecidos. A utopia é o filisteísmo como o apresenta Heine: os reformistas são filisteus e os utopistas do socialismo, tal como os proteccionistas e os nacionalistas, são os filisteus e os utopistas da burguesia capitalista. Henrique von Treitschke é o expoente máximo do filisteísmo alemão (os idólatras de Estado alemães são seus filhos espirituais), como Augusto Comte e Hipólito Taine representam o filisteísmo francês e Vicenzo Gioberti o italiano. São os que pregam as missões históricas nacionais ou crêem nas vocações individuais, são todos os que hipotecam o futuro e crêem prendê-lo nos seus esquemas pré-estabelecidos, que não concebem a divina liberdade e gemem continuamente sobre o passado porque os acontecimentos se processaram *mal*.

Não concebem a história como desenvolvimento livre — de energias livres que nascem e se integram livremente —, diferente da evolução natural, tal como o homem e as associações humanas são diferentes das moléculas e dos agregados de moléculas. Não aprenderam que a liberdade é a força imanente da história que faz saltar os esquemas pré-estabelecidos. Os filisteus do socialismo reduziram a doutrina socialista a um farrapo do pensamento, sujaram-na e enfureceram-se burlescamente contra os que, em seu parecer, não a respeitam.

Na Rússia, a livre afirmação das energias individuais e associadas despedaçou os obstáculos das palavras e dos planos pré-estabelecidos. A burguesia procurou impor o seu domínio mas faliu. O proletariado assumiu a direcção da vida política e económica e realiza a sua ordem. A sua ordem, não o socialismo, porque o socialismo não se exprime com um *fiat* mágico: o socialismo é uma mudança, um desenvolvimento de momentos sociais cada vez mais ricos de valores colectivos. O proletariado realiza a sua ordem, constituindo instituições políticas que garantam a liberdade deste desenvolvimento, que assegurem a permanência do seu poder.

A ditadura é a instituição fundamental que garante a liberdade, que impede as possíveis aventuras das minorias facciosas. É garantia de liberdade porque não é um método perpétuo mas permite criar e solidificar os organismos permanentes em que a ditadura se dissolverá depois de ter cumprido a sua missão.

Depois da revolução, a Rússia não era ainda livre porque não existiam as garantias da liberdade, porque a liberdade não tinha sido ainda organizada.

O problema consistia em suscitar uma hierarquia, mas que fosse aberta, que não pudesse cristalizar-se numa ordem de casta e de classe.

Da massa, do número, devia atingir-se o singular, de modo a que existisse uma unidade social, que a autoridade fosse apenas autoridade espiritual.

Os núcleos vivos desta hierarquia são os Sovietes e os partidos populares. Os Sovietes são a organização primordial a integrar e desenvolver e os bolchevistas

transformam-se no partido do governo porque sustentam que os poderes do Estado devem depender e ser controlados pelos Sovietes.

O caos russo solidifica-se à volta destes elementos de ordem; começa a ordem nova. Constitui-se uma hierarquia: da massa desorganizada e sofredora passa-se aos operários e camponeses organizados, aos Sovietes, ao partido bolchevista e à unidade: Lenine. É a graduação hierárquica do prestígio e da confiança, que se formou espontaneamente, que se mantém por livre eleição.

Onde está a utopia nesta espontaneidade? Utopia é a autoridade, não a espontaneidade, e é utopia quando se transforma em carreirismo, em casta, e se presume que seja eterna; a liberdade não é utopia porque é aspiração primordial, porque toda a história dos homens é luta e trabalho para suscitar instituições sociais que garantam o máximo de liberdade.

Formada esta hierarquia, ela desenvolve a sua lógica. Os Sovietes e o partido bolchevista não são organismos fechados: integram-se continuamente. Eis o domínio da liberdade, eis as garantias da liberdade. Não são castas, são organismos em contínuo desenvolvimento. Representam a progressão da consciência, representam o carácter organizativo da sociedade russa.

Todos os trabalhadores podem fazer parte dos Sovietes, todos os trabalhadores podem influir na sua modificação, tornando-os mais expressivos segundo a sua vontade e os seus desejos. A vida política russa é dirigida de tal modo que tende a coincidir com a vida moral, com o espírito universal da humanidade russa. Acontece uma troca contínua entre estas etapas hierárquicas: um indivíduo em estado bruto afina-se na discussão para a eleição do seu representante no Soviete, ele próprio pode ser o representante; ele controla estes organismos porque não os perde de vista. Adquire o sentido da responsabilidade social, torna-se cidadão operante ao decidir os destinos do seu país. E o poder e a consciência estendem-se através desta hierarquia, do um aos muitos, e a sociedade resulta como nunca apareceu na histórica.

Este é o impulso vital da nova histórica russa. O que apresenta de utópico? Onde está o plano pré-estabelecido que se quer actuar mesmo contra as condições da economia e da política? A revolução russa é o domínio da liberdade: a organização funda-se por espontaneidade, não por arbítrio de um «herói» que se impõe pela violência. É uma elevação humana contínua e sistemática, que segue uma hierarquia, que cria pouco a pouco os órgãos necessários da nova vida social.

Mas então não é o socialismo?... Não, não é o socialismo no sentido pateta que à palavra dão os filisteus construtores de projectos mastodônticos; é a sociedade humana que se desenvolve sob o controle do proletariado. Quando este estiver organizado na sua maioria, a vida social será mais rica de conteúdo socialista do que é agora e o processo de socialização intensificar-se-á e aperfeiçoar-se-á cada vez mais, porque o socialismo não se instaura com data fixa mas é uma contínua mudança, um desenvolvimento infinito em regime de liberdade organizada e controlada pela maioria dos cidadãos ou pelo proletariado.

A OBRA DE LENINE (*)

A imprensa burguesa de todos os países e especialmente a francesa (a especial distinção depende de razões intuitivas) não escondeu a sua imensa alegria pelo atentado contra Lenine (1). Os sinistros coveiros do anti-socialismo dançaram vergonhosamente sobre o pretenso cadáver sanguinoso (ó destino cruel, quantos desejos pios, quantos suaves ideias tu quebraste!), exaltaram a gloriosa homicida, retomaram a táctica, refinadamente burguesa, do terrorismo e do delito político.

Os coveiros foram defraudados: Lenine vive e nós desejamos, para bem e fortuna do proletariado, que depressa readquira o vigor físico e retome o seu lugar de militante do socialismo internacional.

O bacanal jornalístico terá tido, também ele, a sua eficácia histórica: os proletários colheram dele a significação social. Lenine é o homem mais odiado do mundo, tal como já o foi Karl Marx [*doze linhas censuradas*].

Lenine consagrou toda a sua vida à causa do proletariado; o contributo dado por ele ao desenvolvimento da organização e à difusão das ideias socialistas na Rússia é imenso. Homem de pensamento e acção, encontra a sua força no carácter moral; a popularidade que goza entre as massas operárias é espontânea homenagem à sua rígida intransigência para com o regime capitalista;

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 14-9-1918.

(1) Em 30-8-1918, à saída da fábrica Michelson, depois de um comício. Lenine foi ferido pela socialista-revolucionária Fanja (e não Dora, como se refere no artigo) Kaplan.

nunca se deixou ofuscar pelas aparências superficiais da sociedade moderna que outros tomaram pela realidade, precipitando-se, portanto, de erro em erro.

Aplicando o método forjado por Marx, Lenine acha que a realidade é o profundo e irremediável abismo que o capitalismo cavou entre o proletariado e a burguesia e o sempre crescente antagonismo das duas classes. Ao explicar os fenómenos sociais e políticos e ao fixar ao partido a via a seguir em todos os momentos da vida, nunca perdeu de vista a mola mais potente de toda a actividade económica e política: a luta de classes. Pertence às fileiras dos mais férvidos e mais convictos defensores do internacionalismo do movimento operário. Cada acção proletária deve ser subordinada ou coordenada ao internacionalismo, deve ter carácter internacionalista. Qualquer iniciativa, em qualquer momento, mesmo que seja transitória, entra em conflito com este ideal supremo e deve ser combatida inexoravelmente, porque cada desvio, por pequeno que seja, da estrada que conduz directamente ao triunfo do socialismo internacional é contrário aos interesses do proletariado, interesses longínquos ou imediatos, servindo apenas para exacerbar a luta e prolongar o domínio da classe burguesa.

Ele, o «fanático», o «utopista», substancia o seu pensamento e a sua acção e a do partido unicamente nesta profunda e incoercível realidade da vida moderna, não nos fenómenos superficialmente vistosos que conduzem sempre os socialistas que se deixam ofuscar por ilusões e erros que põem em perigo a estrutura do movimento.

Por isso Lenine viu triunfar sempre as suas teses, enquanto os que lhe reprovavam o «utopismo» e exaltavam o pretenso «realismo» eram miseravelmente arrastados pelos grandes acontecimentos históricos.

Logo a seguir à eclosão da revolução e antes de partir para a Rússia, Lenine tinha enviado aos camaradas o conselho: «Não se fiem em Kerenski» ([2]). Os acontecimentos que se desenvolveram depois deram-lhe plena razão. No entusiasmo da primeira hora pela queda do czarismo, a maioria da classe operária e muitos dos seus dirigentes tinham-se deixado convencer pela fraseologia deste homem, o qual, com a sua mentalidade pequeno-burguesa, pela falta de qualquer programa e de uma visão socialista da sociedade, podia conduzir a revolução à ruína e arrastar o proletariado russo por uma via perigosa para o futuro do nosso movimento [*três linhas censuradas*].

Chegado à Rússia, Lenine pôs-se imediatamente a desenvolver a sua acção essencialmente socialista e que poderia sintetizar-se na divisa de Lassalle: «Dizer o que é», uma crítica cerrada e implacável ao imperialismo dos cadetes (partido constitucional-democrático, o maior partido liberal da Rússia), à fraseologia de Kerenski e ao colaboracionismo dos mencheviques.

Baseando-se no estudo crítico aprofundado pelas condições económicas e políticas da Rússia, pelo carácter da burguesia russa e pela missão histórica do proletariado russo, Lenine tinha chegado à conclusão, já desde 1905, que pelo alto grau de consciência da classe proletária e dado o desenvolvimento da luta de classes, todas as lutas políticas se teriam transformado na Rússia necessariamente em luta social contra a ordem burguesa. Esta posição especial em que se encontrava a sociedade russa demonstrava-se até pela incapacidade de a classe capitalista conduzir uma luta séria contra o czarismo, substituindo-o no domínio político. Depois da revolução de 1905, em que experimentalmente se demonstrou a enorme força do proletariado, a burguesia teve medo de qualquer movimento político em que participasse o proletariado e, por necessidade histórica de conservação, tornou-se substancialmente contra-revolucionária. A expressão fiel deste estado de ânimo foi dada pelo próprio Miliukov num dos seus discursos: afirmou que preferia a derrota militar à revolução.

A queda da autocracia não mudou nada os sentimentos e as directivas da burguesia russa, pelo contrário, a sua substância reaccionária foi aumentando à medida que a força e a consciência do proletariado se concretizava. A tese histórica de Lenine concretizou-se: o prole-

---

([2]) Lenine escreveu precisamente: «Kerenski funciona como a balalaica para enganar os operários e os camponeses...» Cf. a primeira das cinco «Cartas de Longe», publicada em *Pravda* de 21 e 22 de Março (3 e 4 de Abril).

tariado torna-se no gigantesco protagonista da história, mas era um gigante ingénuo, entusiasta, pleno de fé em si e nos outros. A luta de classes, exercitada num ambiente de despotismo feudal, tinha-lhe dado a consciência da sua unidade social, da sua potência histórica, mas não o tinha educado no método frio e realista, não lhe tinha formado uma vontade concreta. A burguesia inferiorizou-se manhosamente, escondeu o seu carácter essencial com frases sonoras: para a sua obra de ilusionismo serviu-se de Kerenski, o homem mais popular entre as massas, no início da revolução; os mencheviques e os socialistas-revolucionários (não marxistas, herdeiros do partido terrorista, intelectuais pequeno-burgueses) ajudaram-na inconscientemente, com o seu colaboracionismo, a esconder as suas intenções reaccionárias e imperialistas.

Contra este engano se levantou vigorosamente o partido bolchevista sob a direcção de Lenine, desmascarando as verdadeiras intenções da burguesia russa, combantendo a táctica nefasta dos mencheviques que entregava o proletariado, de mãos e pés ligados, à burguesia. Os bolcheviques reivindicavam dos Sovietes todos os poderes, porque só assim podiam constituir uma garantia contra as intrigas reaccionárias das classes abastadas.

De início, os próprios Sovietes, sob a influência dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários, se opunham a esta solução e preferiam dividir o poder com os diversos elementos da burguesia liberal; também as massas, excepto uma minoria mais avançada, se mostravam passivas, não vendo claro na realidade das coisas, mistificadas por Kerenski e pelos mencheviques no governo [*dezassete linhas censuradas*].

Os acontecimentos desenvolvem-se de modo a dar completa razão à crítica cerrada e implacável de Lenine e dos bolchevistas, que tinham sustentado não ter a burguesia o desejo nem a capacidade de dar uma solução democrática aos objectivos da revolução e que, ajudada inconscientemente pelos socialistas colaboracionistas, tinha conduzido o país à ditadura militar, instrumento político necessário para conseguir os fins imperialistas e reaccionários. As massas operárias e camponesas, através da propaganda dos bolchevistas, começaram a tomar consciência do que sucedia, adquiriram uma capacidade e uma sensibilidade política cada vez maior; a sua exasperação apareceu pela primeira vez em Julho com a sublevação de Petrogrado facilmente reprimida por Kerenski. Esta sublevação, ainda que justificada pela funesta política de Kerenski, não tinha porém a adesão dos bolchevistas e de Lenine, porque os Sovietes não eram ainda partidários de assumir todo o poder nas suas mãos e, por consequência, cada sublevação dirigia-se virtualmente contra os Sovietes que, bem ou mal, representavam a classe.

Era necessário continuar ainda a propaganda de classe e persuadir os operários a mandarem aos Sovietes delegados convictos da necessidade de assumir todo o poder do país. Deste facto resulta evidente o carácter essencialmente democrático da acção bolchevista, destinada a dar capacidade e consciência política às massas para que a ditadura do proletariado se instaurasse de modo orgânico e resultasse forma madura do regime social económico-político.

Para apressar o desenvolvimento dos acontecimentos contribuiu, para além do comportamento cada vez mais provocante da burguesia, a tentativa militar, feita por Kornilov, de marchar sobre Petrogrado para se apoderar do poder, e depois Kerenski com os seus gestos napoleónicos, com a formação de um gabinete composto por conhecidos reaccionários, com o seu parlamento não eleito por sufrágio universal e, finalmente, com a proibição do Congresso pan-russo dos Sovietes, verdadeiro golpe de Estado contra o povo, início da traição burguesa relativamente à revolução.

As teses de Lenine e dos bolchevistas, sustentadas, confirmadas, propagadas, com trabalho perseverante e tenaz desde o início da revolução, tinham na realidade uma experiência absoluta: o proletariado, todo o proletariado, das cidades e dos campos se alinhou resolutamente à volta dos bolchevistas, derrubou a ditadura pessoal de Kerenski, entregando o poder ao Congresso dos Sovietes de toda a Rússia.

Como era natural, o Congresso pan-russo dos Sovietes, convocado não obstante a proibição de Kerenski,

entre o entusiasmo geral, entregou o cargo de presidente do conselho dos comissários do povo a Lenine, que tinha demonstrado tanta abnegação pela causa do proletariado e tanta clarividência no julgamento dos factos e ao traçar o programa de acção da classe operária [*trinta e cinco linhas censuradas*].

A imprensa burguesa de todos os países apresentou sempre Lenine como um «ditador» que se impôs pela violência a um povo destruído, oprimindo-o ferozmente. Os burgueses só conseguem conceber a sociedade quando enquadrada nos seus esquemas doutrinários; a ditadura para eles é Napoleão, ou mesmo Clemenceau, é o despotismo centralizador de todo o poder político nas mãos de um só e exercitado através duma hierarquia de servos armados de espingarda ou anotadores de práticas burocráticas. Por isso a burguesia saltou de contente com a notícia do atentado contra o nosso camarada, decretando-lhe a morte: desaparecido o «ditador» insubstituível, todo o novo regime, segundo a sua concepção, deveria cair miseramente [*sessenta e três linhas censuradas*].

Ele foi agredido quando saía duma fábrica, onde tinha realizado uma conferência com operários; o «feroz ditador» continua, pois, a sua missão de propagandista, está sempre em contacto com proletários aos quais leva a palavra da fé socialista, o incitamento ao trabalho tenaz de resistência revolucionária, para construir, para melhorar, para progredir através do trabalho, do desinteresse, do sacrifício. Foi ferido pelo revólver de uma mulher, de uma socialista-revolucionária, de uma velha militante do terrorismo subversivo. O episódio resume todo o drama da revolução russa. Lenine é o frio estudioso da realidade histórica que tende organicamente a construir uma sociedade com bases sólidas e permanentes segundo os ditames da consciência marxista; é o revolucionário que constrói sem ilusões frenéticas, obedecendo à razão e à sabedoria. Dora Kaplan era uma «humanista», uma utopista, uma filha espiritual do jacobinismo francês, que não consegue compreender a função histórica da organização e da luta de classes, que entende o socialismo como a imediata paz entre os

homens, paraíso idílico de prazer e amor, que não compreende como é complexa a sociedade e como é difícil a função dos revolucionários logo que se tornam gestores da responsabilidade social. Ela agia decerto de boa fé e acreditava oferecer a felicidade à humanidade russa, libertando-a do «monstro». Não estão decerto de boa fé os seus glorificadores burgueses, os coveiros nojentos da imprensa capitalista. Estes exaltaram o socialista-revolucionário Tchaikovski que, em Arcanjo, tinha aceitado pôr-se à frente do movimento antibolchevista e tinha derrubado o poder dos Sovietes; agora que ele cumpriu a sua missão anti-socialista e foi exilado pelos burgueses russos comandados pelo coronel Chiapline, gozam o velho louco, o sonhador.

A justiça revolucionária puniu Dora Kaplan; o velho Tchaikovski paga, numa ilha de gelo, o seu delito de se ter feito instrumento da burguesia, e foram os burgueses a puni-lo e a rirem-se dele.

DEPOIS DO CONGRESSO (*)

O Congresso de Roma reafirmou, no interior da organização política dos trabalhadores, o triunfo da fracção intransigente revolucionária, reafirmou, no interior do Partido Socialista Italiano, o triunfo do socialismo (1).

Outras são as palavras, outra é a acção efectiva que se consegue exercitar na história. As palavras podem ser pronunciadas por qualquer um; a bandeira pode ser assumida por qualquer aventureiro que se proponha construir uma fortuna pessoal abusando da credulidade popular e da cobardia das classes dirigentes. Na acção se determinam os fins reais, se concretizam as vontades; a fraude política já não é possível, os contrabandistas são desmascarados. O Congresso de Roma, o primeiro Congresso do Partido Socialista Italiano renovado, foi mais acção do que palavras, porque fixou

---

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 14-9-1918.

(1) O XV Congresso Nacional do P. S. I. (1-5 de Setembro) viu o triunfo da moção intransigente (14 015 votos em 19 017) que reafirmava os compromissos internacionalistas e de oposição à guerra assumidos pelo Partido em Zimmerwald e posteriormente, e reprovava as manifestações contrastantes daquela linha, evidenciadas por parte de órgãos socialistas ou militantes, individualmente. Cf. *Il Partito Socialista Italiano nei suoi Congressi*, vol. III, direcção de Franco Pedone, Milão, 1963, pp. 15-44.
do P. S. I. à esquerda.

uma férrea disciplina de acção, porque quis dar à acção carácter de continuidade e de evidente distinção. Não mais políticas pessoais nas organizações da actividade política, não mais liberdades de iniciativa mas controle da liberdade. A maioria do partido demonstrou assim ter alcançado uma maior consciência social e política, uma altura histórica deveras excepcional; os socialistas demonstraram ser, na acção italiana, a força social mais sensível aos apelos da razão e da história, uma aristocracia que *merece* assumir a gestão da responsabilidade social. A medida do progresso histórico é dada, de facto, pela afirmação cada vez mais acentuada do princípio organizativo, em oposição ao arbítrio, ao capricho, ao vago instinto da originalidade vazia de conteúdo concreto; e pela formação de sólidas hierarquias democráticas, livremente constituídas, tendo em vista um fim concreto, não alcançável se para ele não se congregam todas as energias do grupo.

O Partido Socialista Italiano constituiu-se, de início, pela confluência caótica de indivíduos saídos das mais diversas origens sociais; tardou a tornar-se intérprete da vontade classista do proletariado. Foi ginásio de individualidades bizarras, de espíritos irrequietos; na ausência das liberdades políticas e económias que incentivam os indivíduos à acção e renovam continuamente os sectores dirigentes, o Partido Socialista foi o fornecedor de novos indivíduos à burguesia preguiçosa e sonolenta. Os jornalistas mais cotados, os homens políticos mais capazes e activos da classe burguesa, são desertores do movimento socialista; o partido foi o trampolim dos sucessos políticos italianos, foi o crivo mais eficaz do individualismo jacobino.

Esta incapacidade partidária de funcionar como classe estava em correlação com o baixo nível social da nação italiana. A produção era ainda infantil, as vendas eram fracas; o regime era, como é ainda, não parlamentar mas despótico, não capitalista mas pequeno-burguês. E até o socialismo italiano era pequeno-burguês, habilidoso, oportunista, através de privilégios estatais a poucas categorias proletárias.

A vitória classista começou em Reggio Emilia, continuou em Ancona [2], demonstrou-se já consolidade às consciências de Roma. Os reformistas, os herdeiros da mentalidade pequeno-burguesa pré-histórica, foram postos em minoria, depois de expulsos do conjunto socialista os mais comprometidos, os mais indisciplinados. Mas o trabalho de regeneração não está acabado; o Congresso traçou os quadros; é preciso continuar ainda o trabalho de elaboração individual das consciências, é preciso educar militantes que *espontaneamente* cumpram os actos adequados às directivas de classe, que controlem todas as instituições da organização proletária para que esta se torne em máquina potente de luta, vibrante em cada articulação sob o impulso de uma única vontade.

O partido antecipa idealmente os momentos do processo histórico da sociedade e prepara-se para ser capaz de dominá-los quando ocorrerem: ele próprio é coeficiente activo da história italiana. A sua obra revolucionária explica-se em cada instante da sua vida. A intransigência tem valor revolucionário quando obriga os burgueses a assumirem toda a responsabilidade dos seus actos e é a engrenagem necessária para a Internacional proletária; para ela se trabalha no interior do conjunto burguês, minando os sectores enraizados no poder e tornados parasitas da produção, e trabalha-se internacionalmente, pois só quem é livre de compromissos com o Estado nacional pode honestamente entrar como parte activa e disciplinada num organismo internacional. A autonomia e a independência dos associados é a primeira condição necessária para a vitalidade e historicidade duma associação; desbaratados os maçónicos pela dupla disciplina a que permaneciam ligados, foi preciso desbaratar os colaboracionistas e os oportunistas. Mas a batalha está apenas começada: é preciso destruir o espírito colaboracionista e reformista; é pre-

[2] O XIII Congresso do Partido Socialista Italiano, realizado em Reggio Emilia em 1912, expulsou do partido o sector reformista (Bissolati, Bonomi, etc.). O XIV Congresso, ocorrido dois anos depois em Ancona, expulsou os maçónicos, acolhendo uma proposta apresentada por Mussolini, e acentuou a viragem do P. S. I. à esquerda.

ciso assinalar, com exactidão precisa, o que entendemos por Estado, e como no comportamento assumido pelo partido não existe nada que contraste com a doutrina marxista. É preciso fixar e fazer penetrar difusamente nas consciências que o Estado socialista, isto é, a organização da colectividade depois da abolição da propriedade privada, não continua o Estado burguês, não é uma evolução do Estado capitalista constituído pelos três poderes, executivo, parlamentar e judicial, mas continua e é um desenvolvimento sistemático das organizações profissionais e dos organismos locais que o proletariado soube suscitar espontaneamente em regime individualista. A acção imediata que o proletariado deve, portanto, desenvolver não pode tender absolutamente à dilatação dos poderes e do intervencionismo estatal, mas deve tender à descentralização do Estado burguês, à ampliação das autonomias locais e sindicais fora da lei regulamentadora. A ordem que o Estado capitalista assumiu em Inglaterra está muito próxima do regime dos Sovietes, por muito que o não queiram admitir os nossos burgueses que falam de «utopia leninista»; e no reconhecimento vai a afirmação da vitalidade perene da doutrina marxista e da historicidade da revolução maximalista que representa um momento necessário no devir histórico.

O triunfo da nossa fracção no Congresso não deve iludir-nos e levar-nos a afrouxar o nosso trabalho de cultura e de educação, pelo contrário, cria-nos maiores responsabilidades. O mundo capitalista está em sobressalto; o desvio das poupanças para as mãos de poucos capitalistas dá audácia à burguesia mas determina nela uma luta intestina; prepara-se para um tempo não longínquo um choque formidável de interesses entre industriais e agricultores, entre Norte e Sul, a propósito das tarifas alfandegárias. O Estado burguês, ou pequeno-burguês, é ameaçado de aparecer descoberto [*dez linhas censuradas*].

O PACTO DE ALIANÇA (*)

O dissídio entre a Confederação Geral do Trabalho e o Partido Socialista Italiano compôs-se «juridicamente» numa Pacto de Aliança, no qual se fixam as competências recíprocas e são estabelecidas as relações e as normas segundo as quais os dois organismos do movimento socialista e proletário desenvolverão a sua actividade, evitando os choques e os atritos (1).

A composição alegra-nos pela boa vontade que revela nos homens. Mas não nos deixamos iludir que se tenha entrado numa era de perfeito acordo e de idílio. O dissídio, mais do que nos homens, existia nas coisas. Os homens podem facilmente, quando são sinceros e aspiram ao trabalho fecundo, fazer concordar a sua boa vontade; a composição «jurídica» é suficiente para isso. Mas as coisas são menos dúcteis e maleáveis, e plasmá-las para um fim programático é operação muito difícil e complicada. E por coisas entendemos (excluindo qualquer intenção de ofender ou diminuir o valor e a consciência de quem quer que seja) as organizações, os homens que delas fazem parte, o complexo movimento de

(*) Não assinado, *Il Grido del Popolo*, 12-10-1918.

(1) O pacto entre o P. S. I. e a C. G. T. foi sancionado em 29-9-1918 numa «acta de acordo» que estabelece: 1) greves e agitações políticas seriam ordenadas pelo Partido, ouvida a Confederação; esta última não poria obstáculos; 2) greves e agitações de carácter económico seriam, pelo contrário, dirigidas pela Confederação com consulta à direcção do Partido.

resistência que, em Itália, é aquele que está — sem que a boa vontade dos indivíduos possa transformá-lo imediatamente — em dependência do grau de desenvolvimento económico e cultural alcançado pela sociedade italiana.

As organizações italianas de resistência estão muito longe de representarem as forças democráticas capazes de controle recíproco que são o pressuposto para uma acção de classe política e económica, sistemática e ordenada como o Partido Socialista desejaria que se desenvolvesse para que ele próprio represente verdadeiramente uma energia revolucionária que transforme a história. As organizações italianas são débeis e desconexas, não só exteriormente mas especialmente do ponto de vista da cultura individual, da preparação e da consciência individual das responsabilidades e dos deveres democráticos. Na vida interna das Ligas e das Câmaras de trabalho participa uma exígua minoria dos inscritos; a maioria está regularmente ausente, o que, porém, não impede a possibilidade, inerente aos seus direitos sociais, que ela intervenha nos momentos decisivos da vida da organização, levando aos sufrágios a superficialidade e a leviandade próprias de quem, não tendo participado na actividade minuciosa da organização, não compreendendo o alcance e as consequências possíveis de uma decisão, não tem o sentido da responsabilidade dos seus actos.

Esta é, infelizmente, a realidade e ela cria condições específicas de vida. Os dirigentes adquirem uma autoridade e uma importância que não deveriam ter segundo o espírito igualitário e essencialmente democrático das organizações. Os dirigentes deliberam muito, muito frequentemente, em vez de serem, pura e somente, órgãos executivos e administrativos; e, atente-se, excluímos que este facto dependa da vontade despótica e autocrática, reconhecemos ser uma necessidade, mas nem por isso o denunciamos menos, procurando convencer que é preciso destruí-lo. A vontade perversa ou boa dos indivíduos importa-nos pouco; importa-nos o conjunto das condições pelas quais uma vontade perversa pode triunfar e uma vontade boa pode ser dominada, enfraquecida, viciada.

Porque assim estão as coisas, o Pacto de Aliança firmado entre a Confederação do Trabalho e o Partido, se nos alegra como indício de boa vontade individual, não nos tranquiliza de facto e não nos induz à inércia. As condições analisadas continuam a existir, a operar; as organizações directivas da resistência podem ser conduzidas por elas (e excluímos nas pessoas qualquer tortuoso sofisma) até ao obstrucionismo em relação ao Pacto, até sofisticações e objecções tais que, em momentos decisivos, quando urge deliberar por um espontâneo acordo determinado pela semelhança de vontade, leve o Pacto a dissolver-se automaticamente, originando, resíduo doloroso, um cortejo de polémicas venenosas, deletérias para o movimento operário. Portanto, os camaradas que desejam que a Confederação do Trabalho se torne organismo vigoroso e sincero de classe, cooperante com o Partido em solidariedade não apenas «jurídica» e dependente do arbítrio individual mas que seja necessária para o seu íntimo aparelho e para a vontade concorde dos proletários associados, devem prosseguir e intensificar o trabalho no interior das ligas, das federações, das câmaras de trabalho, para que estas se democratizem, se solidifiquem por uma maior actividade dos inscritos, a propósito dos quais também é necessário intensificar a propaganda individual (a mais eficaz) para que adquiram uma consciência e uma educação socialista adequadas à função que devem desempenhar, à responsabilidade social que devem assumir.

O DEVER DE SER FORTE (*)

A paz começa já a produzir os seus frutos. Revogado o decreto Sacchi ([1]), as relações entre os indivíduos e o Estado recomeçam a ser reguladas por leis ordinárias condicionadas pelo Estatuto. A luta política recomeça a desenvolver-se num ambiente de relativa liberdade, condição indispensável para que os cidadãos possam reunir-se, possam discutir os problemas e os programas económicos e políticos, possam associar-se depois de terem identificado a sua vontade e a sua consciência com a vontade e a consciência social organizada em partido.

Um trabalho imenso se impõe aos operários e aos camponeses que reconheçam no Partido Socialista e na Confederação de trabalho os organismos necessários e suficientes para o desenvolvimento disciplinado e consciente da luta de classes.

É necessário que no mais breve espaço de tempo o Partido Socialista e a Confederação atinjam a máxima potência consentida pelo grau de desenvolvimento económico alcançado pela Itália durante os quatro anos de guerra. O nosso dever mais urgente é o de sermos fortes, de agrupar à volta dos núcleos existentes de

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 25-11-1918.

([1]) O decreto Sacchi, do nome do então ministro da Justiça, foi promulgado em 4-10-1917 para ferir as actividades genericamente definidas «derrotistas». Com base no decreto Sacchi, foram presos o secretário e o vice-secretário do P. S. I., Constantino Lazzari e Nicola Bombacci.

organização política e económica todos os cidadãos que estão connosco, que aceitam os nossos programas, que votam pelos nossos candidatos nas eleições, que saem à rua por uma nossa palavra de ordem. Estes cidadãos são muito numerosos, atingem sem dúvida o número de alguns milhões, embora o Partido não tenha, neste momento, mais de 30 000 aderentes. Números irrisórios, números que são o índice da nossa preguiça, da insuficiente difusão e penetração, nos cérebros, dos postulados da doutrina socialista. Números que são o documento mais clamoroso da nossa fraqueza em confronto com o Estado burguês que queremos subverter e substituir pela ditadura do proletariado.

É inútil analisar agora as razões desta nossa fraqueza. Sabemos que a causa maior tem a sua explicação no passado, pelas condições atrasadas da economia nacional; num país onde predominava ainda a agricultura patriarcal, o artesanato e a pequena fábrica, não podia formar-se e afirmar-se, com carácter permanente de um processo histórico normal, uma democracia social consistente e conscientemente disciplinada. Havia na Itália um ambiente de rebelião instintiva, devido às condições atrasadas do Estado despótico opressor das iniciativas individuais, devido ao peso da vida económica que obrigava os indivíduos a emigrarem para se sustentarem; não existia o ambiente da luta de classes, definida e consciente, entre capitalismo e proletariado. O Partido Socialista teve momentos de enorme prestígio político sobre as massas, mas não conseguiu (e não podia conseguir) suscitar organismos que permanentemente recolhessem as grandes massas; as rebeliões da multidão eram mais fenómenos de individualismo do que de classe operária, eram dirigidas contra o Estado que sangra a nação com um excessivo sistema fiscal e não contra o Estado reconhecido expressão jurídica da classe proprietária que impõe o seu privilégio com a violência.

Quatro anos de guerra mudaram rapidamente o ambiente económico e espiritual. Foram improvisados colossais conjuntos de operários e a violência natural nas relações entre assalariados e empresários apareceu de modo visível, mesmo por parte das inteligências mais crepusculares. E percebeu-se, não menos espectacularmente, como o Estado burguês, com todos os seus poderes e as suas ordens, é o instrumento desta violência: desde o governo que é continuado pelos centros de mobilização, pela polícia, pelos agentes de vigilância, até à ordem judicial que se presta às violações estatutárias promovidas pelos ministros democráticos, até ao Parlamento eleito que, com a sua evidente indolência, permite que se menosprezem as liberdades mais elementares.

O incremento industrial foi milagroso com a saturação de violência de classe. Mas a burguesia não pôde deixar de oferecer aos explorados uma terrível lição prática de socialismo revolucionário. Surgiu uma consciência nova, de classe; e não só na oficina, mas também na trincheira, que oferece muitas condições de vida semelhantes à da oficina. Esta consciência é elementar; a consciência doutrinária não a formou ainda. É matéria bruta ainda não modelada. O artífice deve ser a nossa doutrina.

O movimento proletário deve absorver esta massa; deve discipliná-la, deve ajudá-la a tornar-se consciente das próprias necessidades materiais e espirituais, deve educar os indivíduos que a compõem a solidarizarem-se orgânica e permanentemente entre si, deve difundir nas consciências individuais a persuasão nítida, precisa, racionalmente conquistada, que só na organização política e económica encontra a via da saúde individual e social, disciplinando-a; a solidariedade nos limites do Partido Socialista e da Confederação é dever imprescindível, é o dever de quem se afirma factor da democracia social.

O Partido Socialista devia contar hoje, pelo menos, com 250 000 sócios, a Confederação do Trabalho devia ter, pelo menos, dois milhões de aderentes ([2]); o *Avanti!* devia ter uma tiragem de centenas de milhares de exemplares e ter milhões de leitores. O dever transformou-se hoje em poder; o ambiente espiritual não se manifesta já refractário à disciplina e à acção paciente e perseverante. Compete-nos a nós transformar o poder em rea-

([2]) São números que se alcançarão em 1920.

lidade, tornando-nos no partido mais potente do país, não só em sentido relativo mas em sentido absoluto, tornando-nos no anti-Estado preparado para substituir a burguesia em todas as suas funções sociais de classe dirigente. Os operários e os camponeses, que lutam já associados, devem intensificar a propaganda individual; as secções e os grupos activos de camaradas devem promover uma acção de propaganda sistemática e incansável (conferências públicas, debates, reuniões) para que todos os assalariados adiram às organizações de resistência, para que todos os socialistas se inscrevam no Partido.

OS CATÓLICOS ITALIANOS (*)

Os jornais chamados liberais dedicam muito espaço aos enredos e às intrigas de sacristia ou de café à volta do novo comportamento que estão assumindo os católicos italianos e da intenção, que se vai concretizando e amadurecendo, de constituir um grande partido nacional e católico (1) que se insira activamente na vida do Estado com um programa próprio e distinto e lute para se tornar o partido de governo, a corrente social que imprima ao Estado a forma peculiar à sua particular ideologia e aos seus particulares interesses nacionais e internacionais.

A constituição de um tal partido assinala o cume de um processo de desenvolvimento ideológico e prático da sociedade italiana que é essencial na história política e económica do nosso país. O problema central da vida política, respeitante à forma e à função do Estado capitalista, prepara-se para uma solução rápida, antevendo-se ásperas lutas, num futuro próximo, entre os vários estratos burgueses. Por isso os jornais ditos liberais, que detestam qualquer luta enquanto possível início de vastos acontecimentos sociais, procuram desvalorizar preventivamente a eficácia da nova organização que se está

(*) Assinado A. Gramsci, *Avanti!*, edição piemontesa, 22-12-1918.

(1) Foi, de facto, nos fins de 1918 que se intensificaram os contactos e as reuniões para dar vida ao Partido Popular Italiano, que devia aparecer na ribalta da vida nacional em Janeiro de 1919 com o apelo «Aos livres e aos fortes». Cf. Gabriele De Rosa, *Storia del Movimento Cattolico in Italia*, vol. II, Bari, 1966, pp. 18-45.

constituindo, afogando as notícias e as discussões num pântano de intrigas e de palavreado charlatanescos. Mas decerto que os vácuos exercícios literários dos jornalistas palavrosos não pararão o inexorável processo de dissolução da velha sociedade italiana e a eclosão das lutas no interior da classe dirigente; e o proletariado arregaça já as mangas, preparando-se para a sua função de coveiro.

A ideia do Estado liberal ou parlamentar, próprio da economia liberalista do capitalismo, não se difundiu em Itália com o mesmo ritmo e a mesma intensidade como nas outras nações. O seu processo de desenvolvimento histórico chocou-se irredutivelmente com a questão religiosa, ou melhor, com o conjunto dos problemas económicos e políticos inerentes aos formidáveis interesses constituídos em tantos séculos de teocracia. A vida do Estado italiano sofreu-lhe a influência, e o partido liberal no Governo hipnotizou-se num problema político único, o das relações entre o Estado e a Igreja, entre a dinastia e o papado. Os fins essenciais do Estado laico foram transcurados ou postos empiricamente, e a Itália, nos sessenta anos da sua existência como Estado, não teve uma vida política económica, financeira, interna e externa, digna de um organismo estatal moderno; naturalmente nem sequer teve uma política religiosa, porque a actividade de um Estado ou é unitária e audazmente disposta para os seus fins mais essenciais ou é apenas remendo e baixo compromisso de facções.

Ao desenvolvimento do novo Estado italiano faltou a colaboração do espírito religioso, da hierarquia eclesiástica, a única que podia apoiar-se às inúmeras consciências individuais do povo atrasado e opaco, agitado por estímulos irracionais e caprichosos, ausente de qualquer luta ideal e económica que tivesse um carácter orgânico de necessidade permanente. Os homens de Estado foram instigados pela preocupação de descobrir um compromisso com o catolicismo, de subordinar ao Estado liberal as energias católicas divididas e obter delas a colaboração para renovar a mentalidade italiana, unificando-a, para suscitar ou consolidar a disciplina nacional através do mito religioso.

Não era possível conciliar duas forças absolutamente irredutíveis, como o Estado laico e o catolicismo. Para que o catolicismo se subordinasse ao Estado laico, teria sido necessário um acto de humildade da autoridade pontifícia, uma renúncia à vida por parte da hierarquia eclesiástica: só com a força e a audácia o Estado teria realizado a sua vontade, dissolvendo as instituições jurídicas e económicas que potenciam socialmente o catolicismo. O partido liberal não teve a audácia e a força necessárias; a táctica ditatorial da Direita não deu os resultados esperados e o Estado italiano deu frequentemente indícios de decomposição pelas reacções violentas populares contra a sua política. O partido liberal tornou-se oportunista, mandou ao diabo as suas ideologias e os seus programas concretos, fragmentou-se em tantas camarilhas quantos são os centros mercantis italianos, tornou-se num vespeiro de confrarias eleitorais e de agências para a colocação e feliz carreira de todos os mandriões e parasitas. Assim desnaturado e corrompido, sem unidade e hierarquia nacional, o liberalismo acabou por subordinar-se ao catolicismo, cujas energias sociais são, pelo contrário, fortemente organizadas e concentradas, possuindo na hierarquia eclesiástica uma ossatura milenária, sólida e preparada para qualquer forma de luta política e para a conquista das consciências e das forças sociais. O Estado italiano torrou-se no executar do programa clerical e com o pacto Gentiloni culmina-se uma acção astuciosa e tenaz para reduzir o Estado a uma verdadeira teocracia, para submeter a administração pública ao controle indirecto da hierarquia eclesiástica.

Mas se no plano político, em que operam poucos indivíduos representativos, o catolicismo como hierarquia autoritária triunfa clamorosamente em relação ao Estado laico e à ideologia liberal, na intimidade social os factos desenvolvem-se muito diferentemente. O factor económico reage poderosamente no conjunto da sociedade italiana; o capitalismo inicia a dissolução das relações tradicionais inerentes à instituição familiar e ao mito religioso. O princípio de autoridade é sacudido pelos alicerces: a plebe agrícola transforma-se em proletariado e aspira, ainda que confusa e vagamente, à sua

independência do mito religioso; a hierarquia eclesiástica, nas suas ordens inferiores, vê-se obrigada a tomar posição na luta de classes que se projecta cada vez mais com intensidade e distinção.

No interior do catolicismo surgem as tendências modernistas e democráticas como tentativa para compor, no âmbito religioso, os conflitos emergentes na sociedade moderna. A hierarquia eclesiástica resiste e invalida a autoridade da democracia cristã, mas o seu prestígio e a sua força dobram-se perante as incoercíveis necessidades locais dos interesses ligados ao mito religioso: ela dispersa os pequenos modelos da Reforma, mas a substância do fenómeno que depende do desenvolvimento da produção capitalista, embora atenuada e rígida na sua espontaneidade histórica, permanece todavia e opera fatalmente. Os católicos desenvolvem uma acção social sempre mais vasta e profunda: organizam massas proletárias, fundam cooperativas, associações mútuas, bancos, jornais, mergulham na vida prática, cruzam necessariamente a sua actividade com a actividade do Estado laico e acabam por fazer depender da fortuna dele as fortunas dos seus interesses particulares. Os interesses e os homens arrastam consigo as ideologias; o Estado absorve o mito religioso, tende a transformá-lo num instrumento de governo, apto a repelir os assaltos das forças novas, absolutamente laicas, organizadas pelo socialismo.

A guerra acelerou este processo de íntima dissolução do mito religioso e das doutrinas legitimistas próprias da hierarquia eclesiástica romana; a guerra acelerou vertiginosamente o processo de desenvolvimento histórico do Estado laico e liberal nascido precisamente como antítese do legitimismo pontifício romano. A ideologia católica é percorrida por correntes novas, reformistas, que encontram expressão mesmo nos mais eminentes defensores das doutrinas políticas romanas: o marquês Filippo Crispolti dedilha o alaúde para glorificar o presidente Wilson; um comunicado das organizações católicas afirma que a vitória da «Intesa» é vitória do cristianismo (sem adjectivos) contra o luteranismo autoritário e qualifica como «negação de Deus»

a catolicíssima Áustria, porque não liberal, porque o Estado não se apoiava no consenso dos governados. Ora o cristianismo do presidente Wilson — conquanto possa ter dado forma e inspirado programas políticos e fins gerais de moralidade pública, nacional e internacional, propostos aos povos — é puro calvinismo. O papa e as doutrinas católicas não contribuíram em nada (e não podiam contribuir) para a idealização do programa de Wilson; o papa dirigiu-se sempre aos soberanos, não aos povos, à autoridade, legítima para ele, não às multidões silenciosas; nunca o pontífice romano poderia lançar aos povos o incitamento à rebelião contra os poderes constituídos dos Estados dinásticos e militaristas que exprimiam a forma de sociedade própria das doutrinas políticas católicas. Por uma pregação semelhante à do presidente Wilson, o papa foi privado do poder temporal e os súbditos revoltaram-se contra a sua autoridade teocrática; a ideologia wilsoniana da Sociedade das Nações é a ideologia própria do capitalismo moderno que quer libertar o indivíduo de qualquer tronco autoritário colectivo dependente de estruturas económicas pré-capitalistas, para instaurar a burguesia cosmopolita em função de uma desenfreada competição para o enriquecimento individual, só possível com a queda dos monopólios nacionais dos mercados do mundo; a ideologia de Wilson é anticatólica, é anti-hierárquica, é a demoníaca revolução capitalista que o papa sempre excomungou, sem conseguir defender dela o património tradicional, económico e político, do catolicismo feudal.

O catolicismo, como doutrina e como hierarquia, sai derrotado da vitória da «Intesa», especialmente em Itália, onde ele tem a sua sede. Triunfam, no meio da burguesia e do povo desorganizado, as tendências liberais do calvinismo; a ideia do Estado laico afirmou-se como consciência política operante. O Estado italiano já não tem necessidade do auxílio da energia católica para reprimir à história as forças sociais imaturas. O Estado é livre de preocupações de ordem internacional provocadas pela questão romana, pode desenvolver-se segundo a sua essência laica e anticatólica, pode desen-

volver-se e, através da revolução proletária, transformar-se de parlamentar num sistema de Sovietes.

Os católicos agarram-se à realidade que escapa ao seu controle. O mito religioso, como consciência difusa que informa dos seus valores todas as actividades e organismos da vida individual e colectiva, dissolve-se em Itália como já tinha acontecido noutros lugares, tornando-se partido político definitivo. Torna-se laico, renuncia à sua universalidade para resultar vontade prática de um particular sector burguês, que se propõe, conquistando o governo do Estado, para além da conservação dos privilégios gerais da classe, a conservação dos privilégios particulares dos seus aderentes.

A constituição dos católicos em partido político é o facto mais importante da história italiana depois do Ressurgimento. Desorganizam-se os quadros da classe burguesa; o domínio do Estado será asperamente disputado e não é de excluir que o partido católico, pela sua potente organização nacional centralizada em poucas mãos hábeis, saia vitorioso da concorrência com os sectores liberais e conservadores laicos da burguesia, corrompidos, sem vínculos de disciplina ideal, sem unidade nacional, rumoroso vespeiro de baixas confrarias e facções.

Pela íntima necessidade da sua estrutura, pelos inconciliáveis conflitos dos interesses individuais e de grupo, a classe burguesa está para entrar num momento de crise constitucional que projectará os seus efeitos na organização do Estado, precisamente quando o proletariado agrícola e urbano encontra na ideia dos Sovietes o eixo da sua energia revolucionária, a ideia de ligação à nova ordem internacional.

O JORNAL-MERCADORIA (*)

O jornal burguês é o jornal-mercadoria tal como o determina a concorrência comercial entre os proprietários das empresas jornalísticas. É uma mercearia, onde uma fila de solertes empregados corta, embrulha, acumula: queijos, mortadelas, gelatinas, muita batata e pouco leite, muito cavalo e pouca vaca, muito entulho e pouco caldo. Não importa: importa apenas que seja uma bela montra, muitas lâmpadas ofuscantes, muitas fitas e pedaços de várias cores. Os homens passam e páram, deslumbrados, confundidos: que luxo, que coisas boas e apetitosas, que riqueza, e tudo por uma insignificante moeda. E os homens entram e compram e vão-se embora satisfeitos com o luxo, as cores, o aprumo senhoril das fitas e dos pedaços de várias cores; e a ilusão faz engolir os maus alimentos sem náusea, sem vómitos, ainda que o corpo se desnutra, o cérebro se atrofie e as ideias não se amontoem para se exprimirem, avançando lentamente, uma a uma, como velhinhas rugosas apoiadas à bengala, que param de cinco em cinco passos para rebuscar nos bolsos, extrair a caixa do tabaco e sorver longamente a pitada: sem aquele tabaco embalsamante não poderiam viver.

E, todavia, o nosso jornal *Avanti!* não pode ser um jornal-mercadoria, não pode ser uma mercearia cheia de bagatelas, adornada com todos os espelhos que chamam a atenção das calhandras; o Partido Socialista

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 27-12-1918, secção «Sotto la Mole».

não é uma feira onde Barnum toca o bombo para chamar os ingénuos. O *Avanti!* é um jornal único, sem concorrentes, é o «produto» necessário que se compra porque é necessário, porque é insubstituível, porque corresponde a uma necessidade íntima, irresistível como a necessidade do pão para um estômago saudável. Quem compra o *Avanti!* não escolhe, não pode escolher: escolhe-se entre duas coisas semelhantes, diferentes no grau de perfeição, entre dois cavalos, duas casas, duas bengalas, dois jornais burgueses.

Mas quem é socialista, quem quer (quer, entendamo-nos, e não deseja vagamente, suspira, geme ou se aflige, mas quer concretamente) que o socialismo informe a sociedade dos homens acerca dos seus valores morais ,quem quer a sociedade organizada de modo que cada homem tenha uma função útil e essa seja a mais adequada às suas aptidões, de modo que cada homem dê o máximo do seu rendimento e a sua actividade seja coordenada com a actividade universal numa harmonia que elimine todos os sofrimentos inúteis, todas as dispersões de energia e de espiritualidade; quem actualmente imerso na sociedade de tráfico mercantil, na sociedade em que se faz fortuna sacrificando os outros, apunhalando a própria mãe, prostituindo a própria irmã, entesourando à custa da fome e do sangue dos homens; quem é socialista e matou em si próprio, nas relações com os camaradas, o frenesim individualista, a ânsia de roubar, roubar para si, dando de si o menos possível — este não pode escolher entre o *Avanti!* e outro jornal, não pode confundir o *Avanti!* com um jornal-mercadoria. Esse sabe que é uma parte do *Avanti!*, parte viva, parte activa; sabe que o *Avanti!* não é uma empresa capitalista, cujos accionistas arriscam o dinheiro dos outros para lhes ser útil, precisamente com o engano e a ilusão da mercadoria vistosa e bem divulgada, mas que, pelo contrário, representa já hoje, em plena sociedade mercantil, o princípio antimercantil, que impõe a sinceridade, a verdade, a utilidade essencial, ainda que pareça imediatamente danosa. Comprar o *Avanti!* significa, pois, tornar-se independente das leis mercantis do capitalismo, viver já hoje o comunismo e aproximar, portanto, a sociedade comunista.

1919

O PAÍS DE POLICHINELO (*)

Quotidianamente, os jornais oficiosos deste ou daquele paxá irresponsável e incontrolado, de que está cheio o ministério Orlando, publicam um boletim sanitário a propósito da censura. Ainda anteontem o *Papolo Romano* anunciava:

> Com o mais vivo interesse, sabemos de fonte segura que pelo Ministério do Interior foram emanadas disposições para que o serviço de censura se atenha escrupulosamente aos últimos decretos, evitando exageradas interpretações e consequentes protestos.

As novas disposições divulgadas não farão mudar minimamente as coisas: continuarão a submeter-se ao regime de arbítrio que há quatro anos reduziu os «filhos de Roma» à condição de uma tribo de canibais da Cochinchina.

Os doutrinários de direito constitucional discutem sobre a fórmula que defina o Estado italiano. É o estado italiano parlamentar, constitucional, absoluto? Ou aglutina brilhantemente numa síntese, reflexo das qualidades eminentemente pragmáticas do nosso povo, tudo o que de bom resultou das experiências democráticas dos outros povos? O Estado italiano, através do exame da guerra, revelou finalmente a sua íntima essência: é

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 30-1-1919.

o Estado de Polichinelo, é o domínio do arbítrio, do capricho, da irresponsabilidade, da desordem imanente, geradora, cada vez mais, de asfixiantes desordens. Nos Estados absolutos existe um só autocrata, depositário da soberania e do poder; no país de Polichinelo os autocratas multiplicam-se por geração espontânea: a tribo dos secretários e subsecretários de Estado é um viveiro de poderes autocráticos, cada um dos quais opera por conta própria, faz, desfaz, amontoa e destrói, destrói a riqueza nacional; são autocratas os governadores civis e outros funcionários que unificam a miscelânea de disposições, circulares, decretos; os censores que, escolhidos com o critério da beneficência para assegurar uma decorosa velhice aos falidos do jornalismo e da burocracia, aceitam a folha... «sonniniana» — conservadora(**) e cortam e deturpam o *Avanti!*, preocupando-se apenas em perpetuar o seu cargo canónico e os lautos apanágios correlativos; os generais, os delegados, os funcionários policiais. Cada um destes «servidores» do poder executivo transformou a esfera da sua acção numa satrapia independente das leis gerais, num Estado dentro do Estado, onde o abuso e a injustiça são a quotidiana actividade que arrasta e dissolve as tradições, a segurança, os interesses ditos legítimos, as hierarquias sentimentais e autoritárias, as relações sociais.

Atravessamos a fase crítica do processo de dissolução do Estado capitalista, obrigado pelos acontecimentos a exceder-se quando é incapaz de agir com simplicidade, que intervém na esfera de acção das iniciativas privadas e determina apenas confusão, perturbação, paragem no desenvolvimento, que proclama em voz alta a liberdade e a ordem e treme perante qualquer palavra heterodoxa, perante qualquer afirmação teórica de princípio. O Estado italiano é o Estado de Polichinelo onde ninguém manda porque manda uma infinidade de irresponsáveis, onde ninguém cria, porque os incompetentes dançam à volta dos vencimentos e das sinecuras, onde o amanhã é escuro porque não existe uma actividade geral organizada que siga rectilineamente uma via

(*) De Sidney Sonnino, ministro liberal de direita. *(N. do T.)*

conhecida. É o país da desordem permanente, da censura permanente, do estado de sítio permanente, ainda que decretos e disposições particulares anunciem, confirmem, repitam, advirtam, assegurem. Existem ainda um Estado? Existem ainda leis gerais? Existe ainda uma hierarquia de autoridade que efectivamente consiga obter obediência dos subalternos? Polichinelo treme; sentiu um rumor e o terror branco parou-lhe o coração, esfarrapou-lhe os tendões, atrofiou-lhes o cérebro.

UM SOVIETE LOCAL (*)

A Fiat transformou-se numa colónia norte-americana, onde os probos pioneiros de Wilson, com obstinação e perseverança, trabalham para criar o primeiro núcleo social italiano da Sociedade das Nações. O capitalista Agnelli é convicto defensor da paz perpétua. Convicto e voluntarioso. Uma grande ideia conquistou-lhe a consciência. Pode um homem de acção, uma realizador, um criador, um demiurgo da estatura de Giovanni Agnelli deixar que as grandes ideias criem mofo nas mansardas da consciência? A consciência de Giovanni Agnelli é um bloco granítico sem interesses nem indecisões: fé significa acção, conceito universal significa um acto histórico concreto. Agnelli é um homem moderno, é um militante da ideologia democrática; quer a liberdade dos povos, o reconhecimento das nacionalidades baptizadas e crismadas pela autodecisão do plebiscito e pela Constituinte. Quere-o concretamente e, portanto, como fiel soldado do ideal, suscita, na esfera de acção da sua vontade individual, as condições necessárias e suficientes para que a verdade se torne facto, para que o ideal se actue em instituição histórica eficiente. E eis como a Fiat se tornou num núcleo social orgânico da Sociedade das Nações livres.

Para que as nações sejam livres, é necessário que os indivíduos sejam «disciplinados» para a liberdade

(*) Não assinado, *Avanti!*, edição piemontesa, 5-2-1919, secção «Sotto la Mole».

nacional. Os indivíduos que, por dever profissional e por razão prática de subsistência, frequentam a Fiat, podem ter interesses contrários e ideias contrastantes com a Liga das Nações livres. É necessário, portanto, submetê-los a rigoroso controle e desinfecção e prevenir qualquer sua acção que estorve a actuação da ideia. A Fiat, núcleo originário da vindoura Sociedade das Nações, transforma-se num Estado soberano que tem o seu monarca, o seu ministério executivo e os órgãos de geral administração estatal vulgarmente conhecidos pelo nome de polícia. Eis, portanto, a justificação histórica e racional das «pombas» que tutelam a ordem interna da Fiat («pombas», gentil intuição linguística em que se aglutina a realidade e o ideal, a paz na ordem, a liberdade bem compreendida e a autoridade; o facto de ter escolhido a pomba como distintivo da polícia interna da Fiat é um documento da genialidade moderna e wilsoniana do comendador Agnelli). As «pombas» identificaram-se rapidamente com a dialéctica finalística da Sociedade que foram destinadas a anunciar e fazer nascer; compreendem que o melhor método de governo é prevenir e não reprimir. Pressupõem portanto que cada cidadão do novo e feliz Estado da Fiat é um ladrão, e então controlam, controlam, investigam, revistam. Mas é preciso não ofender-se; o regime das nações livres tem as suas inevitáveis exigências a que é necessário sujeitar-se para o feliz progresso da humanidade.

Como devemos sujeitar-nos ao controle político? Poderia realizar-se a ordem nova de Wilson se fosse concedida liberdade de propaganda e de acção aos desaconselhados agitadores que pretendem insolentemente pensar de modo diferente de Wilson e Agnelli? A Sociedade das Nações quer instaurar a paz perpétua, no interior e no exterior. A luta de classes, perturbando as relações de produção e de venda, gera o mal-estar interno e gera a necessidade de guerras externas. O capitalista, para satisfazer as exigências do operariado, deveria fazer pressão sobre o Estado central para induzi-lo a conquistar novos mercados de exportação; e então a paz perpétua? É necessário, pois, o controle político que impeça a concentração dos operários à volta de uma ideia, da ideia socialista, que suscite necessidades insolentes e estimule insolentes exigências e, insolência insolentíssima, que sugira os meios adequados e frutuosos para obrigar os capitalistas a satisfazer as insolentes exigências. Eis, portanto, a justificação racional e histórica da criação, no feliz Estado soberano da Fiat, de um corpo de vigilantes políticos que «previna» os operários sobre a propaganda do *Avanti!* e da ideia dos Sovietes proletários.

Assim se transforma a Fiat num núcleo originário e orgânico da Sociedade das Nações, não dos Estados. O Estado politicamente centralizado no parlamento é forma política pequeno-burguesa. O Estado capitalista é a Sociedade das Nações, Estado de classe refinadamente cosmopolita como é o capitalismo. Os órgãos eficientes e históricos da Sociedade das Nações são os agrupamentos industriais, o Soviete dos capitalistas. Em Itália, nasceu o primeiro Soviete dos capitalistas, a Fiat de Giovanni Agnelli, pequeno Estado local com polícia própria, com um órgão judicial preventivo próprio, com uma lei «geral» própria que deverá instaurar a Sociedade das Nações, ou seja, a explícita ditadura do capitalismo que pretende abolir a luta de classes com o terror branco, para evitar que surjam os Sovietes dos proletários para abolir as classes com o terror vermelho. A dialéctica histórica continua a desenvolver-se, unificando os contrários. Chegámos ao Soviete. O desenvolvimento posterior dirá que força histórica adjectivará permanentemente o substantivo: capitalista ou proletário?

ESTADO E SOBERANIA (*)

No seu artigo «Porque sou um homem de ordem», o prof. Balbino Giuliano (¹) pôs uma questão de sinceridade e de galanteria política aos que ainda «crêem» no socialismo, na luta de classes, no determinismo económico e noutros que tais sofismas materialistas. O prof. Balbino Giuliano «acreditou», em certa altura, em «todas estas coisas»; hoje deixou de «crer». A sua fé e a sua fidelidade, dedicou-as a ideias e conceitos mais altos e mais vivos; voltou-se de novo para Mazzini e conven-

(*) Assinado Antonio Gramsci, *Energie Nove*, 1-28 de Fevereiro de 1919, série I, n.º 7-8, revista quinzenal dirigida por Piero Gobetti. O artigo é precedido por esta nota da redacção: «Para satisfazer a promessa feita aos nossos leitores publicamos estes apontamentos do amigo Gramsci, advertindo que, por causa das suas condições de saúde, ele não pôde rever o que tinha escrito apressadamente depois da leitura do artigo de Giuliano. Tornaremos proximamente ao argumento, dedicando-lhe um número inteiro, e diremos então qual a nossa posição perante o socialismo.» A polémica sobre o socialismo, introduzida pelo escrito de Balbino Giuliano (ver nota seguinte), será prosseguida pelo próprio Giuliano e por Angelo Tasca nas colunas da revista de Gobetti, na I série (n.ºs 7-8 e 9) e por Piero Gobetti (*La Nostra Fede*, n.º 1), por De Ruggiero, Formentini, Croce, Einaudi, Rodolfo Mondolfo, Loria e outros, na segunda série (5-5-1919/12-2--1920).

(¹) O artigo de Balbino Giuliano (I série, n.º 3), um liberal conservador que depois passará ao fascismo, apresentava-se em chave autobiográfica. O autor dizia que tinha sido socialista «em tempos melhores, quando o socialismo era apenas uma fé, viva e precisa e ainda não uma via de chegada. Giuliano sustentava, pois, que, de momento, a melhor reforma a levar a efeito é(ra)

ceu-se que a questão social é essencialmente questão moral, questão de cultura, de educação espiritual, em geral; destronou o *Manifesto dos Comunistas* e colocou no altar *Os deveres do homem*.

Mas Balbino Giuliano é essencialmente um professor; portanto, quer que a sua experiência individual não se perca. E eis que a experiência individual de B. G. se transforma em «universal concreto», teoricamente, e gera uma norma de acção prática: ó jovens, que por preguiça mental ou por sofisma enganador, «acreditais» ainda no socialismo, desenganai-vos, dedicai a vossa energia de pensamento à purificação interior e ao estudo dos problemas concretos!

Creio que Balbino Giuliano tenha «acreditado» no socialismo, não creio que B. G. «tenha sido» socialista. A história espiritual (ou a crónica espiritual) de B. G. como a de Gaetano Salvemini, como a de todos os intelectuais que «acreditaram» no socialismo é, também ela, um momento da história da sociedade moderna capitalista: é a dolorosa história da pequena burguesia, desta classe média que na Inglaterra e na França chegou ao poder do Estado, mas que em Itália e na Rússia não pôde desenvolver uma função precisa e foi revolucionária até que a classe trabalhadora, débil e desorganizada, teorizava a dialéctica da sua específica função social e era para os intelectuais um dado externo para construir mitos ideológicos; e se converteu à «ordem» logo que a classe trabalhadora, composta em unidade social, tornada uma potência, começou a actuar, com métodos e processos próprios, o seu futuro específico, rompendo todos os esquemas pré-estabelecidos intelectualisticamente pelas moscas de cavalariça da pequena burguesia.

---

a de destruir o culto da incompetência que domina(va) a vida política italiana» e que, para serem bons revolucionários, era necessário organizar «antes de mais, cada um a sua consciência». O artigo de Giuliano, o de Gramsci, a sucessiva réplica de Giulano, a intervenção de Tasca (*Perchè sono Socialista*) e a de Formentini (*Lo Stato e il Socialismo*) são reproduzidos em *Le Riviste di Piero Gobetti*, direcção de L. Basso e L. Anderlini, Milão, 1961, pp. 27-55.

O socialismo foi, para B. G., acto de fé numa lei natural que transcende o espírito. O seu socialismo não foi, pois, um acto de vida, mas um puro reflexo de sentimento, uma mística, não uma prática. Hoje, ele nem sequer superou criticamente este momento do seu espírito; verificou-se nele um simples deslocamento, uma substituição de conteúdo empírico, mas a imaturidade não se tornou em maturidade, não obstante o uso e abuso da fraseologia idealista.

Antes de ser fundamento científico da acção política e económica da classe trabalhadora, o determinismo económico é autoconsciência histórica da classe trabalhadora, é norma de acção, é dever moral. A doutrina da luta de classes será menos viva e menos elevada do que a doutrina de Mazzini, mas esta é uma valorização abstracta, puramente intelectual; historicamente, concretamente, a doutrina da luta de classes é superior ao «mazzinianismo», tal como a crítica é superior ao sentimento, tal como a vontade crítica é superior ao arbítrio pueril, tal como a necessidade tornada consciência é superior à vazia fraseologia humanitária que se ilude ao ponto de lhe bastar propor um fim sublime para que este seja moral e seja sublime.

Balbino Giuliano é um abstracto, não um realista, é um católico, não um idealista.

Ele aconselha aos jovens o estudo dos «problemas concretos» e sustenta que a questão social é questão moral, questão de educação espiritual.

Mas os seus «problemas concretos» são simplesmente problemas de política empírica; o concreto não é mais do que limitação empírica no tempo e no espaço, puro tecnicismo materialista que, em arte, nos conduziria aos géneros literários e à estética do conteúdo.

Concreto é organicidade e a organicidade dos problemas sociais encontra-se na política, que é o acto criativo do espírito prático. O «saber» e o «querer» individuais devem consubstanciar-se em «poder» se têm um fim concreto, se são «honestidade» e «lealdade».

O problema concreto só se resolve no Estado e, portanto, não somos «concretos» sem uma concepção geral do conceito de soberania, sem uma adequação da própria energia individual ao acto universal que opera através

da soberania e se exprime em todo o complexo mecanismo da administração estatal.

Giuliano não é um idealista; é um positivista à inglesa com uma camada de fraseologia idealista. Como bom puritano que se preza, vê a questão social como questão moral, de purificação interior, a alcançar através da cultura e da educação individual. A questão social deixa de ser um problema histórico, um momento necessário do desenvolvimento progressivo da sociedade humana a superar historicamente, consubstanciando com potência material e espiritual a classe trabalhadora que há-de pôr na base da soberania e do Estado o acto produtivo de bens com o qual todos os homens alcançarão uma nobreza espiritual, substituindo por este acto o empirismo do «maior número» democrático que se organiza através da violência e engano demagógico, para se tornar novamente no problema do mal como o concebem os católicos e os epígonos do iluminismo enciclopedista aninhados nas universidades populares. Para um idealista, o problema posto desta maneira é uma vacuidade fraseológica e não se resolve «politicamente»; é um disfarce ridículo do espírito cristão; é uma nociva acção, uma fonte de perversão social e de cepticismo individual, é a paragem da vida histórica por um ascetismo que tem os seus cenóbios nas bibliotecas e o seu rito nos torneios oratórios e nas polémicas de revistecas.

Se Giuliano não tivesse «acreditado» no socialismo, mas tivesse sido socialista, se a imaturidade da percepção intelectual se tornasse em maturidade no acto criativo de consciência teórica e de norma prática, outros problemas concretos teria proposto à meditação e à solução-acção.

Porque também a doutrina do materialismo histórico tem os seus problemas concretos educativos e espirituais. Porque os intelectuais do socialismo têm deveres imediatos, quando traduzem, na prática, a meditação filosófica. Giuliano não obedeceu a estes deveres e justifica a sua falta de adesão ao dever com a falência da doutrina.

A doutrina do materialismo histórico é a organização crítica do saber sobre as necessidades históricas que consubstanciam o processo de desenvolvimento da sociedade humana, não é o acerto de uma lei natural que se desenvolve «absolutamente», transcendendo o espírito humano. É autoconsciência e estímulo para a acção, não ciência natural que esgote os seus fins na apreensão da verdade. Se a «necessidade» histórica transcende o arbítrio do indivíduo posto como pura razão, como célula empírica da sociedade, é imanente em cada indivíduo, momento concreto do espírito universal que actua a lei essencial do seu desenvolvimento; é, portanto, «praxis», ultrapassagem contínua, adequação contínua do indivíduo empírico à universalidade espiritual.

Giuliano não foi «fiel» ao espírito universal, ele que tinha, como socialista, a função educativa de adequar os operários e os camponeses às necessidades históricas universais que se concretizam e se definem na função histórica da classe trabalhadora. Os problemas concretos teriam consistido então, para ele, em educar os espíritos imaturos da classe trabalhadora para o exercício concreto da soberania do trabalho, para a fundação do novo Estado que ordene a sua actividade a partir do acto produtivo, do dinamismo do trabalho, substituindo o Estado capitalista condicionado pela propriedade privada dos meios de produção e de venda, adorador do vitelo de ouro, monstruoso Moloch que sacrifica a vida para mudar individual e nacionalmente a propriedade privada.

O problema concreto, hoje, depois da guerra, destruindo e tornando estéreis as fontes de riqueza, fez com que os homens se tornassem frenéticos ao prospectarem o perigo que meia humanidade esteja condenada a morrer de esgotamento, dada a impossibilidade fisiológica de o regime individualista de livre concorrência restaurar os escombros e oferecer novas possibilidades de vida; o problema concreto, hoje, em plena catástrofe social, quando tudo se dissolveu e cada hierarquia autoritária se desconjuntou irremediavelmente, é o de ajudar a classe trabalhadora a assumir o poder político, é o de estudar e analisar os meios adequados para que a translacção do poder do Estado se realize com a mínima efusão de sangue, para que o novo Estado comunista actue difusamente depois de um breve período de terror revolucionário.

Mas este aspecto concreto escapa aos iluministas da abstracta razão pensante. Esses, os profundos estudiosos dos problemas concretos, reputam o bolchevismo (²) um fenómeno «russo», mataram o homem pelo conceito, mataram o Estado pelo «problema», e a «ordem», no processo de empobrecimento da consciência histórica, pode acabar por se identificar com um agente da segurança pública.

(²) No seu último número, *Energie Nove* publicou um artigo de P. Ballario a propósito do bolchevismo (P. Ballario, *Socialismo e Bolscevismo*). Um oficial italiano, chegado de Moscovo poucos meses antes, conta que o Soviete de Moscovo, em cada assembleia, faz traduzir os juízos e as impressões latinas e anglo-saxónicas a propósito do bolchevismo e dos Sovietes. O oficial italiano estava humilhado pela franca hilariedade daqueles delegados operários, ao tomarem conhecimento das parvoíces que a crónica europeia escreve sobre a sua actividade política e económica; estava humilhado e aviltado pelo facto de a guerra, que levou à Rússia uma ordem coincidente com a consciência e a vontade da sociedade total russa e onde cada ano corresponde a um século porque é condicionado apenas pela boa vontade dos homens, só ter contribuído nos nossos países para a multiplicação da já vasta tribo dos parvos que confundem a vida e o pensamento com a arte de fazer caretas.

LENINISMO E MARXISMO DE RODOLFO MONDOLFO (*)

Conta-se que um professor alemão do ensino médio, conseguindo estranhamente apaixonar-se, confundia assim a pedagogia e a ternura: — Meu tesouro, tu amas-me? — Sim. — Não, na resposta deve repetir-se a pergunta, deste modo: Sim, amo-te, meu ratinho!

Rodolfo Mondolfo é aquele professor; o seu amor pela revolução é amor gramatical. Ele interroga e indispõe-se com as respostas. Pergunta: Marx? Respondem-lhe: Lenine. Isto não é científico, pobres de nós, não pode satisfazer o sentido filológico do erudito e do arqueólogo. E com uma seriedade catedrática que enternece, Mondolfo reprova, reprova, reprova: zero em gramática, zero em ciência comparada, zero na prova prática de magistério.

Sabemos que a seriedade professoral é apenas uma aparência de seriedade: é pedanteria, é filisteísmo, muitas vezes é incompreensão absoluta. Mondolfo organiza um processo de intenções e atribui aos comunistas russos intenções que, ou nunca tiveram ou não têm nenhum

(*) Assinado A. G., *L'Ordine Nuovo*, I, n.º 2, 15-5-1919, secção «La battaglia delle idee», a propósito do artigo de Rodolfo Mondolfo, *Leninismo e Marxismo*, in *Critica Sociale*, Abril-Maio de 1919. *L'Ordine Nuovo*, «revista semanal de cultura socialista», foi fundada em 1 de Maio de 1919. Por baixo do título aparece a indicação em normando: «secretário de redacção: Antonio Gramsci». Cf. *La Cultura Italiana del'900 Attraverso le Riviste*, vol. VI, *L'Ordine Nuovo* (1919-1920), direcção de Paolo Spriano, Turim, 1963.

valor histórico real. O facto essencial da revolução russa é a instauração de um novo tipo de Estado: o Estado dos Conselhos. Para ele se deve dirigir a crítica histórica. Tudo o mais é contingência condicionada pela vida política internacional que para a revolução russa significa: bloco económico, guerra numa frente de milhares de quilómetros contra os invasores, guerra interna contra os sabotadores. Inépcias para Mondolfo, que não tem isto em nenhuma conta. Êle quer precisão gramatical de um Estado que é obrigado a empregar todo o seu poder e todos os seus meios para subsistir, para soldar a sua existência à revolução internacional.

Mondolfo desenvolve todo o seu talento para exprimir um sentido antimarxista de uma novela de Máximo Gorki, *Lâmpadas*. A novela foi publicada por *Isvestia*, de Petrogrado (Mondolfo talvez ignore este particular), isto é, pelo jornal oficial da Comuna do Norte. Porque é sugestiva, porque apresenta com suficiente clareza o processo de desenvolvimento do comunismo russo, Mondolfo, que não tem em conta o facto essencial da revolução russa, o Estado dos Sovietes, não compreendeu a novela. Entretanto o seu texto não é exacto: foi traduzido do alemão, enquanto o *Mercure de France* publicou uma tradução directa do russo. No *Mercure*, os *mugiques* do condado de Omsk efectuam um acto real de luta de classes: não é uma aldeia que expropria outra aldeia, as ocupações acontecem no *selo*, isto é, no centro campesino onde habita a burguesia, os ricos (como o *mugique* chama a burguesia), no «castelo», como se exprimiria um camponês meridional de Itália. E a novela descreve como se sucedem os contactos entre a indústria moderna e a agricultura patriarcal, isto é, como os bolchevistas conseguem suscitar, no interesse de uns e de outros, a unidade entre os camponeses e os operários. E descreve como acontece, em regime comunista, a acumulação do capital (necessário para o progresso económico) que, sendo administrado pelo Soviete, pelo poder do Estado, e não por indivíduos privados, demonstra uma possibilidade de desenvolvimento social na revolução russa que escapa completamente a Mondolfo, como ao gramático escapa sempre a alma da poesia.

Mondolfo censurou aos alemães a escravidão do espírito. Ai de mim!, quantos papas infalíveis tiranizam a consciência dos homens livres, tornando-os insensíveis a cada nascente de humanidade.

A INTERNACIONAL COMUNISTA (*)

A Internacional Comunista nasceu (1) e desenvolveu-se das revoluções proletárias e com as revoluções proletárias. Três grandes Estados proletários formam já a sua base real histórica: as Repúblicas Soviéticas da Rússia, da Ucrânia e da Hungria.

Numa carta a Sorge, de 12 de Setembro de 1874, a propósito da I Internacional em vias de ruína, escreveu Engels: «A Internacional dominou dez anos de história europeia e pode com orgulho olhar o seu trabalho. Mas ela sobreviveu na sua forma antiquada. Creio que a próxima Internacional será, depois de os escritos de Marx terem operado por algum tempo, directamente comunista e instaurará os nossos princípios.»

A II Internacional não realizou a fé de Engels; depois da guerra, pelo contrário, e depois das experiências positivas da Rússia, desenharam-se nitidamente os contornos da Internacional revolucionária, da Internacional de realização comunista.

A nova Internacional tem por base a aceitação destas teses fundamentais que são elaboradas segundo o programa da Liga Spartaco da Alemanha e do Partido Comunista (bolchevista) da Rússia:

(*) Assinado A. G., *L'Ordine Nuovo*, 24-5-1919, secção «Vita politica internazionale».

(1) A Internacional Comunista, ou III Internacional, foi fundada em Moscovo, realizando-se o primeiro congresso constitutivo de 2 a 6 de Março de 1919. O Partido Socialista Italiano aderiu a ela imediatamente.

1) A época actual é a época da decomposição e da falência do sistema mundial capitalista, o que significará a falência da civilização europeia se o capitalismo não for suprimido com todos os seus antagonismos irremediáveis.

2) A função do proletariado, na hora actual, consiste na conquista do poder do Estado. Esta conquista significa: supressão do aparelho governativo da burguesia e organização de um aparelho governativo proletário.

3) Este novo governo proletário é a ditadura do proletariado industrial e dos camponeses pobres, que deve ser o instrumento da supressão sistemática das classes exploradoras e da sua expropriação. O tipo de Estado proletário não é a falsa democracia burguesa, forma hipócrita do domínio oligárquico e financeiro, mas a democracia proletária que realizará a liberdade das massas trabalhadoras; não o parlamentarismo mas o autogoverno das massas através dos próprios órgãos eleitos; não a burocracia de carreira, mas órgãos administrativos criados pelas próprias massas, com a participação real das massas na administração do país e no trabalho socialista de construção. A forma concreta do Estado proletário é o poder dos Conselhos ou de organizações semelhantes.

4) A ditadura do proletariado é a alavanca da expropriação imediata do capital e da supressão do direito de propriedade privada dos meios de produção, que devem ser transformados em propriedade da nação inteira. A socialização da grande indústria e dos seus centros organizadores, os bancos; a confiscação das terras dos proprietários latifundiários e a socialização da produção agrícola capitalista (compreendendo por socialização a supressão da propriedade privada, a passagem da propriedade para o Estado proletário e o estabelecimento da administração socialista por meio da classe operária); o monopólio do grande comércio; a socialização dos grandes edifícios nas cidades e dos castelos nos campos; a introdução da administração operária e a centralização das funções económicas nas mãos dos órgãos da ditadura proletária, eis a função do governo proletário.

5) Com o fim de assegurar a defesa da revolução socialista contra os inimigos internos e externos e a ajuda a outras fracções nacionais do proletariado em luta, é necessário desarmar completamente a burguesia e os seus agentes, armando todo o proletariado, sem excepção.

6) A situação mundial, na hora presente, exige o máximo contacto com as diferentes fracções do proletariado revolucionário e também com o bloco completo dos países nos quais a revolução socialista é já vitoriosa.

7) O método principal de luta é a acção das massas do proletariado até ao conflito aberto contra o poder do Estado capitalista.

Todo o movimento proletário e socialista mundial se orienta decididamente para a Internacional Comunista. Os operários e os camponeses sentem, ainda que confusa e vagamente, que as Repúblicas soviéticas da Rússia, Ucrânia e Hungria são as células de uma nova sociedade que realiza todas as aspirações e esperanças dos oprimidos no mundo. A ideia da defesa das revoluções proletárias contra os assaltos do capitalismo mundial deve servir para estimular os fermentos revolucionários das massas; a este respeito, é necessário estabelecer uma acção enérgica e simultânea dos partidos socialistas da Inglaterra, da França e da Itália que imponha a travagem de qualquer ofensiva contra a república dos Sovietes. A vitória do capitalismo ocidental sobre o proletariado russo significaria que, por um período de vinte anos, a Europa se veria nos braços da mais feroz e impiedosa reacção. Nenhum sacrifício será grande se se impedir que isto aconteça, se se conseguir reforçar a Internacional Comunista, a única que dará ao mundo a paz no trabalho e na justiça.

EINAUDI OU A PROPÓSITO DA UTOPIA LIBERAL (*)

Na *Nuova Rivista Storica,* propôs Umberto Ricci que se reconhecessem em volume os inúmeros artigos com os quais o prof. Luigi Einaudi, durante vinte anos, esclareceu o povo italiano nas colunas da *Stampa* e do *Corriere della Sera,* a propósito dos problemas da nossa vida económica nacional. Associamo-nos à proposta de Ricci ([1]) e completamo-la: que a direcção do Partido faça compilar uma sinopse do volume e a difunda; será um eficaz contributo para a propaganda comunista, um documento de primeira ordem da utopia liberal.

Einaudi permanecerá na história económica como um dos escritores que mais trabalharam para construir sobre a areia. Sério como uma criança interessada no jogo, teceu uma infinita tela de Penélope que a cruel realidade quotidianamente lhe desfez. Constante e destemido, continuou sempre a estender os seus artigos sóbrios, sábios, pacientes, para explicar, para arriscar, para incitar, a classe dirigente italiana, os capitalistas italianos, industriais e agrários, a seguir os seus verdadeiros interesses. Milagre estranho e estupefacto: os capitalistas nunca quiseram saber dos verdadeiros interesses, continuaram pelos atalhos lamacentos e espinhosos em vez de seguir solidamente [pela estrada] mestra da liberdade comercial totalmente aplicada. E os

(*) Assinado A. G., *Avanti!,* ed. piemontesa, 25-5-1919.

([1]) Os artigos de jornal de Luigi Einaudi estão agora publicados nos oito volumes das *Cronache Economiche e Politiche di un Trentennio* (1893-1925), Turim, 1959-1966.

artigos de Einaudi são disso uma eterna saudade, um gemido apagado que despedaça as vísceras: ah! se tivessem feito isto, ah!, se o Parlamento..., ah!, se os industriais!... ah!, se os operários..., ah!, se os camponeses..., ah!, se a escola..., ah!, se os jornais..., ah!, se os jovens...! Há vinte anos que faz soar a mesma elegia dos Alpes ao Lilibeo (**); e os homens não mudaram, e a vida económica não mudou o seu eixo; e a corrupção, a mentira, a ilusão demagógica, a chantagem, a fraude parlamentar, a anquilose burocrática continuaram a ser imperceptivelmente as supremas ideias condutoras da actividade económica nacional.

Einaudi é antimarxista implacável; não reconhece nenhum mérito a Marx; recentemente, em polémica com Benedetto Croce, negou-lhe até o mérito, de facto exterior, de ter dado impulso às análises económicas no estudo da história. Para Einaudi, Marx não é um cientista, não é um estudioso que procede sistematicamente pelo reconhecimento da efectiva realidade económica; é um prestidigitador da fantasia, um acrobata do diletantismo. As suas teses são arbitrárias, as suas demonstrações sofisticadas, a sua documentação é parcial.

E, todavia, o real desenvolvimento da história dá razão a Marx; as teses marxianas actuam rigidamente, enquanto a ciência de Einaudi se fragmenta e o mundo liberal se desfaz, mais nitidamente em Inglaterra do que noutros lugares. A verdade é que a ciência económica liberal tem só a aparência da seriedade e o seu rigor experimental não é mais do que uma superficial ilusão. Estuda os «factos» e transcura os «homens»; os processos históricos são vistos como se fossem regulados por leis perpetuamente semelhantes, imanentes à realidade da economia que é concebida desligada do processo histórico geral da civilização. A produção e a venda das mercadorias desenvolvem-se num mecanismo de números rígidos e autónomos, que pode ser «perturbado» pelos homens mas não é por eles determinado e vivificado. Esta ciência é, em suma, um esquema, um plano pré-estabelecido, uma via da providência, uma

(**) Ponto meriodonal da Itália. *(N. do T.)*

utopia abstracta e matemática que nunca teve, não tem e nunca terá qualquer correspondência na realidade histórica. Os seus adeptos têm toda a mentalidade dos sacerdotes: estão sempre descontentes e lamentosos porque as forças do mal impedem que a cidade de Deus seja por eles construída neste baixo mundo.

Acusam Marx de abstracção porque as suas teorias da mais-valia escapam ao domínio do rigor científico. Rigor científico significa formulário da doutrina científica. Marx estabelece um confronto entre a economia capitalista e o comunismo: um confronto que é arbitrário porque o comunismo é uma hipótese sem sujeito. Mas não é toda a economia liberal um confronto entre a realidade anticientífica e um esquema doutrinário? Onde existe a perfeita sociedade liberal? Quando se realizou na história do género humano? E se não se realizou, não significa que é irrealizável, que se reveste dos caracteres reveladores da utopia? Mas ela virá, dizem os sacerdotes. Trabalhemos, sejamos pacientes, não nos perturbemos: as forças do mal serão derrotadas, a verdade refulgirá aos homens iludidos e pervertidos. Entretanto a guerra destruiu todas as conquistas da ideologia liberal. A liberdade, económica e política, desapareceu na vida interna dos Estados e nas relações internacionais. O Estado apareceu na sua função essencial de distribuidor de riqueza aos capitalistas privados; a concorrência política, para o poder, suprimiu-se com a abolição dos parlamentos. A burocracia estendeu-se, tornando-se mais grave e impaciente. O militarismo, improdutivo segundo a economia liberal, tornou-se no meio mais potente de acumular e conservar o lucro, saqueando as economias externas e usando o terror branco no interior. O monopólio reforçou-se em todas as actividades, sujeitando toda a gente aos interesses egoístas dos poucos capitalistas anglo-saxónicos.

Os esquemas do liberalismo desfizeram-se, as teses marxistas activam-se. O comunismo é humanismo integral: estuda, na história, tanto as forças económicas como as espirituais, estuda-as nas interferências recíprocas, na dialéctica que se liberta dos choques inevitáveis entre a classe capitalista, essencialmente económica, e a classe proletária, essencialmente espiritual,

entre a conservação e a revolução. A demagogia, a ilusão, a mentira, a corrupção da sociedade capitalista não são acidentes secundários da sua estrutura, são inerentes à desordem, ao desencadear de brutais paixões, à feroz concorrência na qual e pela qual vive a sociedade capitalista. Não podem ser abolidas sem abolir a estrutura que as gera. Os discursos, os estímulos, as moralidades, os raciocínios, a ciência e os «se...» são inúteis e ridículos. A propriedade privada capitalista dissolve qualquer relação de interesse geral, torna as consciências cegas e confusas. O lucro individual acaba sempre por triunfar com prejuízo de qualquer bom propósito, de qualquer idealismo superior, de qualquer programa moral; para ganhar cem mil liras condena-se à fome uma cidade; para ganhar um bilião destroem-se vinte milhões de vidas humanas e dois mil biliões de riqueza. A vida dos homens, as conquistas da civilização, o presente e o futuro estão em contínuo perigo. Estes riscos, este correr sempre à aventura, poderão satisfazer os diletantes da vida e quem pode pôr-se a salvo com os seus; mas a grande massa torna-se escrava deles e organiza-se para se libertar, para conquistar o poder de assegurar a vida e a civilização, de ver o futuro, de trabalhar e produzir para o bem-estar e a felicidade e não para a aventura e a perversão. Eis por que o desenvolvimento do capitalismo, culminado na destruição da guerra, determinou a constituição das imensas organizações proletárias, unidas pelo mesmo pensamento, pela mesma fé, pela mesma vontade; o comunismo, instaurado através do Estado dos Conselhos operários e camponeses, que é o humanismo integral, como o concebeu Karl Marx, triunfa de todos os esquemas abstractos e jacobinos da utopia liberal.

A MEDIDA DA HISTÓRIA (*)

O que pede ainda a história ao proletariado russo para legitimar e tornar permanentes as suas conquistas? Que outra medida de sangue e de sacrifício pretende esta soberana absoluta do destino dos homens?

As dificuldades e as objecções que a revolução proletária teve de superar revelaram-se imensamente superiores às de qualquer outra revolução do passado. Estas tendiam apenas a corrigir a forma da propriedade privada e nacional dos meios de produção e de venda; tocavam uma parte limitada dos agregados humanos. A revolução proletária é a máxima revolução; porque quer abolir a propriedade privada e nacional e abolir as classes, ela envolve todos os homens, não apenas uma parte deles. Obriga todos os homens a moverem-se, a intervirem na luta, a militarem explicitamente. Transforma a sociedade fundamentalmente: transforma-a de organismo unicelular (de indivíduos-cidadãos) em organismo pluricelular; estabelece como base da sociedade núcleos que são órgãos da própria sociedade. Obriga toda a sociedade a identificar-se com o Estado, quer que todos os homens sejam consciência espiritual e histórica. Por isso a revolução proletária e social deve superar dificuldades e objecções inauditas, por isso a história, para o seu êxito, exige medidas monstruosas como as que o povo russo é obrigado a pagar.

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 7-6-1919.

A revolução russa triunfou, até agora, de todas as objecções da história. Revelou ao povo russo uma aristocracia de estadistas que nenhuma outra nação possui; são alguns milhares de homens que dedicaram toda a vida ao estudo (experimental) das ciências políticas e económicas, que durante dezenas de anos de exílio analisaram e dissecaram todos os problemas da revolução, que na luta, no duelo ímpar contra a potência do czarismo, adquiriram um carácter de aço, que vivendo em contacto com todas as formas da civilização capitalista da Europa, da Ásia, da América, mergulhando nas correntes mundiais da história, conquistaram uma consciência de responsabilidade exacta e precisa, fria e aguda, como a espada dos conquistadores de impérios.

Os comunistas russos são uma classe dirigente de primeira ordem. Lenine revelou-se, segundo o testemunho de todos os que se aproximaram dele, o maior estadista da Europa contemporânea; o homem que liberta o prestígio, que inflama e disciplina os povos; o homem que consegue, no seu vasto cérebro, dominar todas as energias sociais do mundo que podem ser dirigidas em benefício da revolução; que põe em xeque e bate os mais refinados e astutos estadistas da rotina burguesa.

Mas uma coisa é a doutrina comunista, o partido político que a propugna, a classe operária que a incarna conscientemente, e outra é o imenso povo russo, desfeito, desorganizado, lançado num profundo abismo de miséria, de barbárie, de anarquia e dissolução, por uma guerra longa e desastrosa. A grandeza política, a obra-prima história dos bolchevistas consiste nisto: em ter levantado o gigante caído, em ter devolvido (ou dado pela primeira vez) uma forma concreta e dinâmica a esta ruína, a este caos; em ter sabido soldar a doutrina comunista com a consciência colectiva do povo russo; em ter lançado os sólidos alicerces sobre os quais a sociedade comunista iniciou o seu processo de desenvolvimento histórico, em ter, numa palavra, traduzido historicamente na realidade experimental a fórmula marxista da ditadura do proletariado. A revolução é isto e não uma vazia inflamação da retórica demagógica, quando se incarna num tipo de Estado, quando se torna num

sistema organizado de poder. Não existe sociedade senão num Estado, que é a fonte e o fim de todos os direitos e de todos os deveres, que é garantia de permanência e de sucesso de todas as actividades sociais. A revolução social é isto, quando dá vida e se incarna num Estado tipicamente proletário, defensor do direito proletário, que desenvolve as suas funções essenciais como emanação da vida e da força proletárias.

Os bolchevistas deram forma estatal às experiências históricas e sociais do proletariado russo, experiências da classe operária e camponesa internacional; coordenaram em organismo complexo e agilmente articulado a sua vida mais íntima, a sua tradição e a sua história espiritual e social mais profunda e amada. Romperam com o passado, mas continuaram o passado; despedaçaram uma tradição mas desenvolveram e enriqueceram uma tradição; romperam com o passado da história dominado pela classe no poder, continuaram, desenvolveram, enriqueceram a tradição vital da classe proletária, operária e camponesa. Nisto foram revolucionários, por isso instauraram a ordem e a disciplina novas. A ruptura é irrevogável porque toca o essencial da história, não tem possibilidade de voltar atrás, o que significaria um grave desastre para a sociedade russa. E eis que se inicia um formidável duelo com todas as necessidades da história, das mais elementares às mais complexas, que ocorria incorporar no novo Estado proletário, dominar e incluir nas funções do novo Estado proletário.

Era preciso conquistar para o novo Estado a maioria leal do povo russo. Era preciso revelar ao povo russo que o novo Estado era o seu Estado, a sua vida, o seu espírito, a sua tradição, o seu património mais precioso. O Estado dos Sovietes tinha uma classe dirigente, o Partido Comunista Bolchevista; tinha o apoio de uma minoria social que representava a consciência de classe, dos interesses vitais e permanentes de toda a classe, os operários da indústria. Tornou-se no Estado de todo o povo russo e obtiveram disto a tenaz perseverança do Partido Comunista, a fé e a lealdade entusiásticas dos operários, o assíduo e incessante trabalho de propa-

ganda, de esclarecimento, de educação dos homens excepcionais do comunismo russo, conduzidos pela vontade clara e rectilínea do mestre de todos, Lenine. O Soviete demonstrou-se imortal como a forma de sociedade organizada que adere plasticamente às necessidades multiformes (económicas e políticas), permanentes e vitais da grande massa do povo russo que incarna e satisfaz as aspirações e as esperanças de todos os oprimidos do mundo.

A guerra, longa e desgraçada, tinha deixado uma triste herança de miséria, de barbárie, de anarquia; a organização dos serviços sociais estava desfeita; a própria estrutura humana tinha-se reduzido a uma horda nómada dos sem trabalho, sem vontade, sem disciplina, matéria opaca de uma imensa decomposição. O novo Estado recolhe dos escombros os bocados estragados e recompõe-os, consolida-os: recria uma fé, uma disciplina, um espírito, uma vontade de trabalho e de progresso, tarefa que poderia ser a glória de uma inteira geração.

Não basta. A história não está contente com esta prova. Inimigos formidáveis levantam-se implacavelmente contra o novo Estado. Cunha-se moeda falsa para corromper o camponês, excita-se o seu estômago esfomeado. A Rússia é isolada de todas as saídas para o mar, do tráfico, de qualquer solidariedade: é privada da Ucrânia, da bacia do Donetz, da Sibéria, de todos os mercados de matérias-primas e de víveres. Numa frente de dez mil quilómetros, bandos armados ameaçam a invasão: sublevações, traições, vandalismo, actos de terrorismo e de sabotagem, tudo isto pago. As vitórias mais clamorosas transferem-se, pela traição, em derrotas repentinas.

Não importa. O poder dos Sovietes resiste: do caos da derrota cria um exército potente que se transforma na espinha dorsal do Estado proletário.

Pressionado por forças antagonistas enormes, encontra em si o vigor intelectual e a elasticidade histórica para se adaptar às necessidades da contingência, sem se desnaturar, sem comprometer o feliz processo de desenvolvimento para o comunismo.

O Estado dos Sovietes demonstra ser assim um momento fatal e irrevogável do processo fatal da civilização humana, ser o primeiro núcleo de uma sociedade nova.

Dado que os outros Estados não podem conviver com a Rússia proletária e são impotentes para a destruir, dado que os meios enormes de que dispõe o capital — o monopólio da informação, a possibilidade da calúnia, a corrupção, o bloqueio terrestre e marítimo, a boicotagem, a sabotagem, a deslealdade sem pudor (Prinkipo) [2], a violação do direito dos homens (guerra sem declaração), a pressão militar com meios técnicos superiores — são impotentes contra a fé de um povo, é historicamente necessário que os outros Estados desapareçam ou se transformem homogeneamente como a Rússia.

O cisma do género humano não pode durar por muito tempo. A humanidade tende para a unificação interior e exterior, tende a organizar-se num sistema de convivência pacífica que permita a reconstrução do mundo. A forma do regime deve tornar-se capaz de satisfazer as necessidades da humanidade. A Rússia, depois de uma guerra desastrosa, com o bloqueio, sem ajudas, apenas com as suas forças, viveu por dois anos; os Estados capitalistas, com a ajuda de todo o mundo, exacerbando a exploração colonial, continuam a decair, alcançam ruína sobre ruína, destruição sobre destruição.

A história está, pois, na Rússia, a vida está, pois, na Rússia, só no regime dos conselhos encontram a sua adequada solução os problemas de vida ou de morte que impendem sobre o mundo. A revolução russa pagou a sua medida à história, medida de morte, de miséria, de fome, de sacrifício, de vontade indomada. O duelo atinge hoje o cume: o povo russo pôs-se de pé, gigante

(2) Em Janeiro de 1919, sob proposta de Lloyd George e não obstante a oposição da França, as potências ocidentais decidiram convidar para uma conferência na ilha de Prinkipo os representantes do Governo soviético e os dos governos contra-revolucionários existentes na Rússia. As condições postas pela conferência denunciavam o propósito de obter com uma manobra diplomática o que se mostrava inalcançável com a intervenção armada.

terrível na sua magreza ascética, dominando a multidão dos pigmeus que furiosamente a agridem.

Armou-se completamente para a sua Valmy. Não pode ser vencido; pagou a sua medida. Deve defender-se contra as hordas de mercenários, de aventureiros, de bandidos que querem morder-lhe o coração vermelho e vivo. Os seus aliados naturais, os seus camaradas de todo o mundo, devem fazer-lhe ouvir um grito guerreiro que torne o seu choque irresistível e lhe abra as vias para reentrar na vida do mundo.

WALT WHITMAN (*)

Quisemos comemorar, no último número, o primeiro centenário do nascimento de Walt Whitman (31 de Maio de 1819) da maneira mais digna: traduzindo e publicando um dos mais belos cantos do grande poeta americano: *A Um Revolucionário Vencido da Europa* (1).

A secção de Turim da revisão da imprensa arruinou inexoravelmente o poema; impôs-nos até a supressão da nota bibliográfica na qual ofendíamos as leis estatutárias e os decretos da pátria escrevendo que o poema tinha sido publicado pela primeira vez em 1856 com o título *Hino de Liberdade para a Ásia, a Europa, a África e a América,* publicado de novo, aumentado e corrigido, em 1867 e 1871, com o título *A Um Revolucionário Venvido da Europa.*

Os funcionários da segurança pública, os advogados e os ex-jornalistas que exercem a censura por delegação do Estado democrático-parlamentar-burocrático-policial não são obrigados a saber que Walt Whitman nunca foi um agitador, um homem de acção, um «instigador» para o qual a poesia fosse um meio de propaganda revolucionária; eles ofenderam a poesia, injuriaram vergonhosa-

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 14-6-1919, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

(1) O poema de Walt Witman, traduzido por Palmiro Togliatti (ON, I, 9), encontra-se reproduzido in *La Cultura Italiana*..., vol. VI, pp. 183-184.

mente a beleza e a graça. Como macacos bêbados, desafogaram-se obscenamente sobre a beleza, sobre a pura criação da fantasia artística. Não conseguimos vencer a ira que nos enche o peito ao recordar esta miserável acção dos censores. A ira vence-nos sobretudo quando pensamos no preconceito, difundido entre os chamados intelectuais, de que o movimento operário e o comunismo são inimigos da beleza e da arte. Pelo contrário, amigo da arte, favorável à criação e à contemplação desinteressada da beleza, seria o regime actual, de mercadores ávidos de riqueza e de exploração, que explicam a sua actividade essencial destruindo barbaramente a vida e a beleza, regime dos traficantes que apreciam o génio quando se converteu em valor monetário, que elevaram a falsificação das obras-primas a indústria nacional, que subjugaram a poesia às suas leis de oferta e procura; e enquanto «lançam» artificialmente aventureiros da literatura, deixam morrer de inédia e de desespero artistas de primeiro grau «que os vindouros reivindicarão porque os valores reais se impõem cedo ou tarde» (consolação estético-liberal que absolve os droguistas, os salsicheiros e os funcionários da segurança pública, expoentes do regime, dos delitos que se cometem contra os vivos criadores de beleza).

Não, o comunismo não obscurecerá a beleza e a graça; é preciso compreender o impulso que conduz os operários à contemplação da arte, à criação da arte, como profundamente se sentem ofendidos na sua humanidade pelo facto de a escravidão do salário e do trabalho lhes vedar um mundo que integra a vida do homem, que a torna digna de ser vivida. O esforço que os comunistas russos fizeram para multiplicar as escolas e os teatros, para tornar as galerias de arte acessíveis às multidões; o facto de as aldeias e as fábricas que se distinguem na produção serem premiadas com a oferta de prazeres culturais e estéticos demonstram como o proletariado chegado ao poder tende a instaurar o reino da beleza e da graça, tende a elevar a dignidade e a liberdade dos criadores de beleza.

Na Rússia, os dois comissários do povo da Instrução Pública, até agora encarregados, foram um esteta, Lunacharski, e um grande poeta, Máximo Gorki. Em Itália,

no Palácio Minerva ([2]), sucedem-se maçōes e traficantes como Credaro, Daneo e Berenini e deixa-se aos funcionários da segurança pública o poder de riscar os cantos de Walt Whitman.

([2]) Ministério da Instrução Pública.

DEMOCRACIA OPERÁRIA (*)

Um problema se impõe hoje, preocupante, a cada socialista que sinta vivo o sentido da responsabilidade histórica que impende sobre a classe trabalhadora e sobre o Partido que representa a consciência crítica e operante da missão desta classe: como dominar as imensas forças sociais que a guerra desencadeou? Como disciplíná-las e dar-lhes uma forma política que contenha em si a virtude de desenvolver-se normalmente, de integrar-se continuamente, até tornar-se a ossatura do Estado socialista no qual se incarnará a ditadura do proletariado? Como soldar o presente ao futuro, satisfazendo as urgentes necessidades do presente e trabalhando utilmente para criar e «antecipar» o futuro?

Este artigo pretende ser um estímulo para pensar e operar; pretende ser um convite aos melhores e mais conscientes operários para que reflitam e, cada um na esfera da sua competência e da sua acção, colaborem na solução do problema, fazendo convergir a atenção dos camaradas e das associações. Só com um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca, nascerá a acção concreta de construção.

O Estado socialista existe já potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. Coligar entre os trabalhadores

(*) Não assinado, escrito de colaboração com **Palmiro Togliatti**, *L'Ordine Nuovo*, 21-6-1919.

estas instituições, coordená-las e subordiná-las a uma hierarquia de competência e de poderes, centralizá-las fortemente, embora respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar desde já uma verdadeira e própria democracia operária, em contraposição eficiente e activa com o Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e de domínio do património nacional.

O movimento operário é hoje dirigido pelo Partido Socialista e pela Confederação do Trabalho; mas o exercício do poder social do Partido e da Confederação actua-se, para a grande massa trabalhadora, indirectamente, mercê da força de prestígio e de entusiasmo, por pressão autoritária, até por inércia. A esfera de prestígio do Partido amplia-se quotidianamente, atinge estratos populares até agora não explorados, suscita consenso e desejo de trabalhar proficuamente para o advento do comunismo, em grupos e indivíduos até agora ausentes da luta política. É necessário dar uma forma e uma disciplina permanentes a estas energias desordenadas e caóticas, absorvê-las, compô-las e potenciá-las, fazer da classe proletária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que experimente, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que atingem o poder do Estado.

O Partido Socialista e os sindicatos profissionais não podem absorver toda a classe trabalhadora senão através de um trabalho de anos ou de dezenas de anos. Não se identificarão imediatamente com o Estado proletário; nas repúblicas comunistas de facto, e eles continuam a subsistir independentemente do Estado, como instituições de propulsão (o Partido) ou de controle e de realização parcial (os sindicatos). O Partido deve continuar a ser o órgão de educação comunista, o fogo da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz à meta as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa. Para desenvolver rigidamente este seu ofício, o Partido não pode escancarar as portas à invasão de novos aderentes, não habituados ao exercício da responsabilidade e da disciplina.

Mas a vida social da classe trabalhadora é rica de instituições, articula-se em múltiplas actividades. É necessário desenvolver estas instituições e estas actividades, organizá-las em conjunto, coligá-las num sistema vasto e agilmente articulado que absorva e discipline toda a classe trabalhadora.

A fábrica, com as suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas, são os centros de vida proletária onde ocorre trabalhar directamente.

As comissões internas são órgãos de democracia operária que ocorre libertar das limitações impostas pelos empresários, aos quais ocorre infundir vida nova e energia. As comissões internas limitam hoje o poder do capitalista na fábrica e desenvolvem funções de arbitragem e de disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis, de direcção e de administração.

A partir deste momento, os operários deviam proceder à eleição de vastas assembleias de delegados, escolhidos entre os melhores e mais conscientes camaradas, subordinados à palavra de ordem «Todo o poder da fábrica aos *comités* de fábrica» e coordenada com outra: «Todo o poder do Estado aos conselhos operários e camponeses».

Um vasto campo de propaganda concreta e revolucionária se abriria para os comunistas organizados no Partido e nos círculos de bairro. Os círculos, de acordo com as secções urbanas, deveriam fazer um recenseamento das forças operárias da zona, tornando-se a sede do conselho de bairro dos delegados da fábrica, o gânglio que abraça e centraliza todas as energias proletárias do bairro. Os sistemas eleitorais poderiam variar segundo a extensão das fábricas; dever-se-ia, porém, procurar fazer eleger um delegado por cada quinze operários divididos por categoria (como se faz nas fábricas inglesas), chegando, por eleições graduais, a um *comité* de delegados de fábrica que compreenda representantes de todo o conjunto (operários, empregados, técnicos). No *comité* de bairro deveria tender-se para incorporar também delegados das outras categorias de

trabalhadores, habitantes no bairro: empregados de mesa, cocheiros, empregados dos eléctricos, ferroviários, varredores, empregados privados, caixeiros, etc.

O *comité* de bairro deveria ser emanação de *toda a classe trabalhadora* habitante do bairro, emanação legítima e autorizada, capaz de fazer respeitar uma disciplina, investida de poder, espontaneamente delegado, podendo ordenar a paragem imediata e integral do trabalho em todo o bairro.

Os *comités* de bairro desenvolver-se-iam em comissariados urbanos, controlados e disciplinados pelo Partido Socialista e pelas federações de categoria.

Um tal sistema de democracia operária (integrado com organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanentes às massas, seria uma magnífica escola de experiência política e administrativa, enquadraria as massas até ao último homem, habituando-as à tenacidade e à perseverança, habituando-as a considerarem-se como um exército em campo que tem necessidade de uma firme coesão se não quer ser destruído e reduzido à escravidão.

Cada fábrica construiria um ou mais regimentos deste exército, com os seus cabos, com os serviços de coligação, com os seus oficiais, com o seu estado-maior, poderes delegados por eleição livre, não impostos autoritariamente. Através dos comícios, organizados no interior da fábrica, com o trabalho incessante de propaganda e de persuasão desenvolvido pelos elementos mais conscientes, obter-se-ia uma transformação radical da psicologia operária, as massas ficariam preparadas e capazes para o exercício do poder, difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do camarada e do trabalhador, concreta e eficiente porque gerada espontaneamente pela experiência viva e histórica.

Dissemos no início: estes breves apontamentos propõem-se apenas estimular o pensamento e a acção. Cada aspecto do problema mereceria uma vasta e profunda análise, elucidações, integrações subsidiárias e coordenadas. Mas a solução concreta e integral dos problemas da vida socialista só pode ser dada pela prática comunista: a discussão em comum modificando por simpatia as consciências, unificando-as e enchendo-as de entusiasmo operoso. Dizer a verdade, alcançar em conjunto a verdade, é cumprir acção comunista e revolucionária. A fórmula «ditadura do proletariado» deve deixar de ser apenas uma fórmula, um motivo para ostentar uma fraseologia revolucionária. Quem quer o fim deve querer também os meios. A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, no qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, no qual a vida social da classe operária e camponesa se torna sistema generalizado e fortemente organizado. Este Estado não se improvisa; os comunistas bolchevistas russos trabalharam por oito meses para difundirem e tornarem concreta a palavra de ordem: todo o poder aos Sovietes, e os Sovietes eram conhecidos dos operários russos já desde 1905. Os comunistas italianos devem enriquecer-se com a experiência russa, economizando tempo e trabalho: o trabalho de reconstrução exigirá tanto tempo e tanto trabalho que cada dia e cada acto deveria ser-lhe destinado.

O ESTADO E O SOCIALISMO (*)

Publicamos este artigo de *For Ever,* ainda que seja uma mistura de colossais despropósitos e de amenidades fraseológicas ([1]). Para *For Ever,* o Estado de Weimar é um Estado marxista; nós, os do *Ordine Nuovo,* somos idólatras do Estado, queremos o Estado *ab aeterno* (*For Ever* queria dizer *in aeternum,* evidentemente); o Estado socialista é a mesma coisa que socialismo de Estado; existiram um Estado cristão e um Estado plebeu de Caio Gracco; o Soviete de Saratov poderia existir sem coordenar a sua produção e a sua actividade de defesa revolucionária com o sistema geral dos Sovietes russos, etc. Tantas afirmações, tantas tolices apresentadas como defesa da anarquia. Todavia, publicamos o artigo de *For Ever*. *For Ever* não é apenas um indivíduo: é

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo,* 28 de Junho-5 de Julho de 1919. É uma nota a um artigo de *For Ever* (o anarquista de Turim, Corrado Quaglino) com o título «In Difesa dell'Anarchia», reproduzido depois na antologia sobre *ON,* da série *La Cultura Italiana...,* *ob. cit.,* pp. 168-172.

([1]) O autor do artigo tomava em consideração o artigo de Gramsci, «A Medida da História» (cf. pp. 327-332 do presente volume) para acusar os socialistas, «mesmo os revolucionários, sovietistas ou autonomistas» de serem idólatras do Estado tal como os economistas burgueses e os sociais-democratas alemães («O Estado de Weimar»). *For Ever* afirmava que «a Comuna é a negação esmagadora do Estado» e que «um poder de políticos», ainda que fosse o poder de Lenine e dos bolchevistas, oprimia o «indivíduo anárquico». «Não há de facto diversidade — escrevia Quaglino — entre ser oprimido e massacrado pela *blouse* e pela bandeira vermelha em vez de o ser pela *redingote* e pela tricolor.»

um tipo social. Este ponto de vista não deve ser transcurado: deve ser conhecido, estudado, discutido e superado lealmente, amigavelmente (a amizade não pode separar-se da verdade e de todas as asperezas que a verdade comporta). *For Ever* é um pseudo-revolucionário; quem baseia a sua acção numa mera fraseologia pomposa, num frenesim palavroso e no entusiasmo romântico é apenas um demagogo, não é um revolucionário. Para a revolução, são necessários homens de mente sóbria, homens que não façam faltar o pão nas padarias, que façam viajar os comboios, que forneçam às fábricas as matérias-primas e encontrem o modo de trocar os produtos industriais pelos produtos agrícolas, que assegurem a integridade e a liberdade pessoal contra as agressões dos malfeitores, que façam funcionar o conjunto dos serviços sociais e não reduzam o povo ao desespero e à louca carnificina fratricida. O entusiasmo verbal e a desordem fraseológica fazem rir (ou chorar) quando um destes problemas deve ser resolvido, mesmo numa aldeia de cem habitantes.

Mas *For Ever*, embora seja um tipo, não representa todos os libertários. Na redacção do *Ordine Nuovo* existe um comunista libertário: Carlo Petri (²). Mas com Petri a discussão processa-se num plano superior, com os comunistas libertários como Petri o trabalho em comum é necessário e indispensável: eles são uma força da revolução. Lendo o artigo de Petri publicado no último número (³) e o de *For Ever* que publicamos neste — para fixar os termos dialécticos da ideia libertária: o ser e o não ser — alinhávamos estas observações. Naturalmente que os camaradas Empedocle e Caesar (⁴), aos

(²) Carlo Patri chamava-se, na realidade, Carlo Mosso. Engenheiro-mecânico, foi também assistente do prof. Annibale Pastore na cadeira de Lógica e autor de algumas publicações filosóficas. A seu propósito, cf. P. C. Masini, *Antonio Gramsci e «L'Ordine Nuovo» Visti da un Libertario*, Impulso, 1956.

(³) Carlo Preti, *Emile Vandervelle*, «Le Socialisme contre l'État», secção «La Battaglia delle Idee», p. 7, 21-6-1919.

(⁴) Empedocle era o pseudónimo usado por Palmiro Togliatti para as suas notas publicadas na secção «La Bataglia delle Idee», e Caesar era Cesar Seassaro, um milanês chegado ao socialismo através do catolicismo, depois desaparecido tragicamente em

quais Petri se refere directamente, ficam livres de responder por sua vez.

I

O comunismo realiza-se na Internacional proletária. O comunismo só existirá quando e enquanto for internacional. Em tal sentido, o movimento socialista e proletário é contra o Estado porque é contra os Estados nacionais capitalistas, porque é contra as economias nacionais, porque elas têm a sua fonte de vida e tomam forma do Estado nacional.

Mas se na Internacional forem suprimidos os Estados nacionais, não será suprimido o Estado entendido como «forma» concreta da sociedade humana. A sociedade, como tal é pura abstracção. Na história, na realidade viva e corpórea da civilização humana em desenvolvimento, a sociedade é sempre um sistema e um equilíbrio de Estados, um sistema e um equilíbrio de instituições concretas, nas quais a sociedade adquire consciência da sua existência e do seu desenvolvimento e pelas quais existe e se desenvolve.

Cada conquista da civilização torna-se permanente, é história real e não episódio superficial e caduco quando se incarna numa instituição e encontra uma forma no Estado. A ideia socialista permaneceu um mito, uma evanescente quimera, um mero arbítrio da fantasia individual, até que não se incarnou no movimento socialista e proletário, nas instituições de defesa e ataque do proletariado organizado. Nessas instituições e através delas tomou forma histórica e progrediu; a partir delas gerou o Estado socialista nacional, disposto e

Fiume, em Agosto de 1921. O artigo de Petri apontava escritos de Togliatti (uma recensão crítica a Gentile, *ON*, n.º 1) e de Seassaro (*L'Esercita Socialista*, n.º 4) que lhe tinham parecido «heterodoxos» em relação à doutrina da extinção do Estado, visto que preconizavam um Estado e um poder socialistas. A polémica foi continuada por Petri (*Comunismo Anarchico*) no número de 28 de Julho e concluiu-se com a réplica de Togliatti (P. T. *Per Chiudere una Polemica*) no número de 2 de Agosto.

organizado de tal modo que é capaz de se engrenar com os outros Estados socialistas, condicionado de tal modo que é capaz de viver e desenvolver-se só quando adere aos outros Estados socialistas para realizar a Internacional Comunista na qual cada Estado, cada instituição e cada indivíduo encontrarão a vida e a liberdade plenas.

Neste sentido o comunismo não é contra o «Estado», pelo contrário, opõe-se implacavelmente aos inimigos do Estado, aos anarquistas e aos sindicalistas anárquicos, renunciando a sua propaganda como utópica e perigosa para a revolução proletária.

Construiu-se um esquema pré-estabelecido segundo o qual o socialismo seria um «trampolim» para a anarquia; este é um preconceito estúpido, uma arbitrária hipoteca do futuro. Na dialéctica das ideias, a anarquia continua o liberalismo, não o socialismo; na dialéctica da história, a anarquia é expulsa do campo da realidade social em conjunto com o liberalismo. Quanto mais se industrializa a produção dos bens materiais e à concentração de capital corresponde uma concentração de massas trabalhadoras, menos aderentes tem a ideia libertária. O movimento libertário é ainda difuso onde continua a prevalecer o artesanato e o feudalismo das terras; nas cidades industriais e nos campos com cultura agrária mecânica, os anarquistas tendem a desaparecer como movimento político, sobrevivendo apenas como fermento ideal. Em tal sentido, a ideia libertária terá uma sua função ainda por um certo tempo: ela continuará a tradição liberal porque impôs e realizou conquistas humanas que não devem morrer com o capitalismo.

Hoje, na confusão social determinada pela guerra, a ideia libertária parece ter multiplicado o número dos seus aderentes. Não acreditamos que seja uma glória da ideia. O fenómeno é de regressão; mas cidades confluíram elementos novos, sem cultura política, não treinados para a luta de classes na forma complexa que a luta de classes assumiu com a grande indústria. A fraseologia virulenta dos agitadores anárquicos actua facilmente sobre estas consciências instintivas e primárias; mas nada de profundo e de permanente cria a fraseologia pseudo-revolucionária. E quem domina, quem

imprime à história o ritmo do progresso, quem determina o avanço seguro e incoercível da civilização comunista, não são os «rapazelhos», não é o *Lumpenproletariat*, não são os *bohémiens*, os diletantes, os românticos cabeludos e frenéticos, mas sim as massas profundas dos operários de classe, os férreos batalhões do proletariado consciente e disciplinado.

Toda a tradição liberal é contra o Estado.

A literatura liberal representa uma polémica contra o Estado. A história política do capitalismo caracteriza-se por uma contínua e furiosa luta entre o cidadão e o Estado. O Parlamento é o órgão desta luta; e o Parlamento tende por isso a absorver todas as funções do Estado, isto é, a suprimi-lo, esvaziando-o de todo o poder efectivo, visto que a legislação popular é destinada a libertar as entidades locais e os indivíduos da escravidão e controle do poder central.

Esta acção liberal reentra na actividade geral do capitalismo destinado a assegurar mais sólidas e garantidas condições de concorrência. A concorrência é a inimiga mais acérrima do Estado. A própria ideia da Internacional é de origem liberal; Marx assume-a da escola de Cobden e da propaganda para a livre troca, mas criticamente. Os liberais são incapazes de realizar a paz e a Internacional porque a propriedade privada e nacional gera cisões, fronteiras, guerras, Estados nacionais em conflito permanente entre si.

O Estado nacional é um órgão de concorrência: desaparecerá quando a concorrência for suprimida e um novo costume económico se suscitar através das experiências concretas dos Estados socialistas.

A ditadura do proletariado é ainda um Estado nacional e um Estado de classe. Mudaram-se os termos da concorrência e da luta de classes, mas a concorrência e a classe subsistem. A ditadura do proletariado deve resolver os mesmos problemas do Estado burguês: de defesa externa e interna. Estas são as condições reais objectivas com as quais devemos fazer as contas; pensar e operar como se existisse já a Internacional Comunista, como se fosse já superado o período da luta entre Estados socialistas e Estados burgueses, da concorrência impiedosa entre as economias nacionais comunistas e as

capitalistas, seria um erro desastroso para a revolução proletária.

A sociedade humana sofre um processo rapidíssimo de decomposição coordenado com o processo de dissolução do Estado burguês. As condições reais objectivas em que se exercerá a ditadura proletária serão condições de uma tremenda desordem, de uma terrível indisciplina. Torna-se necessária a organização de um Estado socialista solidíssimo que trave quanto antes a dissolução e a indisciplina, que restitua uma forma concreta ao corpo social, que defenda a revolução das agressões externas e das rebeliões internas. A ditadura do proletariado deve assumir, pelas suas necessidades de vida e de desenvolvimento, um carácter acentuadamente militar. Eis por que o problema do exército socialista se torna num dos mais essenciais a resolver; e torna-se urgente, neste período pré-revolucionário, procurar destruir as sedimentações de preconceito determinadas pela passada propaganda socialista contra todas as formas de domínio burguês.

Devemos refazer, hoje, a educação do proletariado, habituado à ideia de que para suprimir o Estado na Internacional é necessário um tipo de Estado idóneo para conseguir este fim, de que para suprimir o militarismo pode ser necessário um novo tipo de exército. Isto significa adestrar o proletariado para o exercício da ditadura, para o autogoverno. As dificuldades a superar serão muitas e o período em que se apresentarão vivas e perigosas não se prevê de breve duração. Mas ainda que o Estado proletário devesse ter apenas um dia de existência, devemos trabalhar para que ele encontre condições de existência idóneas para o cumprimento da sua função, a supressão da propriedade privada e das classes.

O proletariado percebe pouco da arte de governar e de dirigir; a burguesia oporá uma resistência formidável, aberta ou traiçoeira, violenta ou passiva, ao Estado socialista. Só um proletariado educado politicamente, que não se abandone ao desespero e à desconfiança pelos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado, não obstante os erros que alguns indivíduos possam cometer e os passos atrás que as condições reais da produção possam impor, só um proletariado semelhante pode exercer a ditadura, liquidar a herança maléfica do capitalismo e da guerra e realizar a Internacional Comunista. E pela sua natureza, o Estado socialista exige uma lealdade e uma disciplina diferentes e opostas às que exige o Estado burguês. Diferentemente do Estado burguês, que é tanto mais forte, interna e externamente, quanto menos os cidadãos controlam e seguem a actividade do poder, o Estado socialista exige a participação activa e permanente dos camaradas para a vida das suas instituições. É necessário, além disso, recordar que o Estado socialista é o meio para mudanças radicais, não se muda de Estado com a simplicidade como se muda de Governo. Um regresso às instituições passadas significará a morte colectiva, o desatar de um terror branco sem limites de sangue; nas condições criadas pela guerra, a classe burguesa teria interesse em suprimir com as armas três quartos dos trabalhadores para devolver a elasticidade ao mercado dos víveres e repor as condições privilegiadas na luta pela vida abastada a que se habituou. Não se podem admitir arrependimentos de nenhuma espécie, por nenhuma razão.

A partir de hoje, devemos formar-nos e formar este sentido de responsabilidade aguda e implacável como a espada de um justiceiro. A revolução é uma coisa grande e tremenda, não é um jogo de diletantes ou uma aventura romântica.

Vencido na luta de classes, o capitalismo deixará um resíduo impuro de fermentações antiestatais ou que se afirmarão como tal, porque indivíduos e grupos quererão exonerar-se dos serviços e da disciplina indispensáveis para o sucesso da revolução.

Caro camarada Petri, trabalhamos para evitar qualquer choque sanguinoso entre as fracções subversivas, para evitar ao Estado socialista a necessidade cruel de impor com a força armada a disciplina e a fidelidade, de suprimir uma parte para salvar o corpo social da ruína e da depravação. Desenvolvendo a nossa actividade de cultura para demonstrar que a existência do Estado socialista é um elo essencial da cadeia de esforços que o proletariado deve cumprir para a sua emancipação, trabalhamos para a sua liberdade.

O TRABALHO DE PROPAGANDA (*)

Alguns camaradas de Turim e da província piemontesa (onde especialmente a nossa revista é conhecida) informam-nos que o trabalho de propaganda por eles desenvolvido para a difusão do *Ordine Nuovo* entre os operários e camponeses não dá aqueles resultados permanentes que eles desejariam, porque muitos camaradas acham que os artigos por nós publicados são «difíceis». Das conversas que travámos com estes amigos do *Ordine Nuovo*, tirámos estas conclusões:

Psicologicamente, o período da propaganda elementar, chamada «evangélica», está superado. As ideias fundamentais do comunismo foram assimiladas mesmo pelos sectores mais atrasados da classe trabalhadora. É incrível quanto contribuiu para isso a guerra, a vida no quartel e a necessidade, em que se encontrou a hierarquia militar, de desenvolver uma sistemática e obsessiva propaganda anticomunista, difundindo e colando nos cérebros mais refractários os termos mais elementares da polémica das ideias entre capitalistas e proletários. Os primeiros princípios devem considerar-se entendidos: do «evangelho» é preciso passar à crítica e à construção. As experiências comunistas da Rússia e da Hungria atraem irresistivelmente a atenção. Somos ávidos de notícias, de demonstrações lógicas (estamos prontos em Itália?, estaremos à altura da nossa missão?, que erros é possível evitar?, etc.). de crítica, de crítica, de crítica e de conceitos práticos experimentais. Mas aqui

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 12-7-1919, secção «Cronache dell'Ordine Nuovo». O título é nosso.

se revela a pobreza da cultura política — no sentido de experiência «constitucional» — do povo italiano: o Parlamento italiano foi sempre uma coisa morta; nunca em Itália se travaram grandes batalhas entre as instituições populares do Estado (câmara dos deputados, autarquias locais) e as instituições representantes da Coroa ou das classes mais conservadoras (Senado, ordem judicial, poder executivo), como se verificaram em Inglaterra e na França.

Esta crise em que se debate o povo italiano, apanhado entre o ardente desejo de saber e a incapacidade de satisfazê-lo individualmente, deve ser e pode ser resolvida. E pode ser e deve ser resolvida com o método que é próprio da classe dos operários e dos camponeses, com o método comunista, com o método dos Sovietes. A conquista das oito horas deixa uma margem de tempo livre que deve ser dedicado ao trabalho de cultura em comum. É necessário convencer os operários e os camponeses de que é seu interesse submeterem-se a uma disciplina de cultura permanente, terem uma concepção do mundo, do complexo e intrincado sistema de relações humanas, económicas e espirituais, que dá uma forma à vida social do Globo. Estes sovietes de cultura proletária deveriam ser promovidos junto dos círculos e dos centros juvenis, dos amigos do *Ordine Nuovo,* tornando-se fogo de propaganda comunista concreta e realizadora: ali se deveriam estudar os problemas locais e regionais, recolher elementos para compilar estatísticas sobre a produção agrícola e industrial, para conhecer as necessidades urgentes, para conhecer a psicologia dos pequenos proprietários, etc., etc. (1).

Procurem os camaradas reflectir sobre estas considerações: a revolução tem necessidade, para além do heroísmo generoso, também e especialmente de tenaz, minucioso, perseverante trabalho.

---

(1) A proposta de Gramsci terá realização no Outono de 1919 (e em 1920) com os cursos da «escola de cultura e propaganda socialista» que obterão, a partir de Dezembro daquele ano, o concurso de redactores e colaboradores do *Ordine Nuovo*. Cf. o vol. II da presente edição, «Cultura e Propaganda Socialista».

A CONQUISTA DO ESTADO (*)

A concentração capitalista, determinada pelo modo de produção, produz uma corresponde concentração de massas trabalhadoras. Neste facto se deve procurar a origem de todas as teses revolucionárias do marxismo, se devem procurar as condições do novo costume proletário, da nova ordem comunista destinada a substituir o costumes burguês, a desordem capitalista gerada pela livre concorrência e pela luta de classes.

Na esfera da actividade geral capitalista, também o trabalhador opera no plano da livre concorrência, é um indivíduo-cidadão. Mas as condições de partida para a luta não são iguais para todos, ao mesmo tempo: a existência da propriedade privada põe a minoria social em condições de privilégio, torna a luta desigual. O trabalhador está igualmente exposto aos riscos mais perigosos: a sua própria vida elementar, a sua cultura, a vida e o futuro da sua família estão expostos às variações bruscas do mercado de trabalho. O princípio associativo e de solidariedade torna-se essencial para a classe trabalhadora, muda a psicologia e os costumes dos operários e camponeses. Surgem instituições e órgãos nos quais se incarna este princípio; com base neles, inicia-se o processo de desenvolvimento histórico que conduz ao comunismo dos meios de produção e venda.

O espírito associativo pode e deve ser assumido como o facto essencial da revolução proletária. Na linha desta tendência histórica, apareceram e desenvolveram-se, no

---

(*) Não assinado, *L'Ordine Nuovo*, 12-7-1919.

período que nos precede (que podemos chamar período da I e da II Internacional ou período de recrutamento), os partidos socialistas e os sindicatos profissionais.

O desenvolvimento destas instituições proletárias e de todo o movimento proletário em geral não foi, porém, autónomo, não obedecia a leis próprias imanentes na vida e na experiência histórica da classe trabalhadora oprimida. As leis da história eram ditadas pela classe proletária organizada no Estado. O Estado foi sempre o protagonista da história, porque centraliza nos seus órgãos a potência da classe proprietária; a classe proprietária disciplina-se no Estado e unifica-se acima das dissidências e dos choques da concorrência para manter intacta a condição de privilégio na fase suprema da própria concorrência: a luta de classes pelo poder, pela primazia na direcção e na disciplina da sociedade.

O movimento proletário foi, neste período, apenas uma função da livre concorrência capitalista. As instituições proletárias tiveram que assumir uma forma, não por lei interna mas por lei externa, sob a pressão formidável de acontecimentos e coerções dependentes da concorrência capitalista. Neste facto tiveram origem os conflitos íntimos, os desvios, as indecisões e os compromissos que caracterizam o período de vida do movimento proletário anterior ao actual e que culminaram na bancarrota da II Internacional.

Algumas correntes do movimento socialista e proletário tinham posto explicitamente como condição essencial da revolução a organização operária por empregos e sobre esta base fundamentavam a sua propaganda e a sua acção. Por um momento, o movimento sindicalista pareceu ser o verdadeiro intérprete do marxismo, verdadeiro intérprete da verdade.

O erro do sindicalismo consiste em assumir como facto permanente, como forma perene do associativismo, o sindicato profissional na forma e com as funções actuais, que são impostas e não propostas e, portanto, não podem ter uma linha constante e previsível de desenvolvimento. O sindicalismo, que se apresentou como iniciador de uma tradição liberalista «espontaneísta», foi, na verdade, um dos muitos disfarces do espírito jacobino e abstracto.

Daqui derivam os erros da corrente sindicalista que não conseguiu substituir o Partido Socialista na função de educar, para a revolução, a classe trabalhadora. Os operários e os camponeses sentiam que, sempre que a classe proprietária e o Estado democrático-parlamentar ditam as leis da história, cada tentativa de evasão da esfera destas leis é fútil e ridícula. É certo que na configuração geral assumida pela sociedade com a produção industrial, cada homem pode participar activamente na vida e modificar o ambiente apenas quando opera como indivíduo-cidadão, membro do Estado democrático-parlamentar. A experiência liberal não é vã e só pode ser superada depois de tê-la praticado. O apoliticismo dos apolíticos foi apenas uma degeneração da política: negar e combater o Estado é facto tão político como a inserção na actividade geral histórica que se unifica no Parlamento e nos municípios, instituições populares do Estado. A qualidade do facto político varia; os sindicalistas trabalhavam fora da realidade e a sua política era, portanto, fundamentalmente errada; os socialistas parlamentaristas trabalhavam no íntimo das coisas, podiam errar (cometeram até muitos e pesados erros) mas não erraram no sentido da sua acção e por isso triunfaram na «concorrência»; as grandes massas, aquelas que com a sua intervenção modificam objectivamente as relações sociais, organizaram-se à volta do Partido Socialista. Não obstante todos os erros e as faltas, o Partido saiu-se bem, em última análise, na sua missão: transformar em qualquer coisa o proletário, que primeiro não era nada, dar-lhe uma consciência, dar ao movimento de libertação um sentido rectilíneo e vital que correspondia, nas suas linhas gerais, ao processo de desenvolvimento da sociedade humana.

O erro mais grave do movimento socialista foi semelhante ao dos sindicalistas. Participando na actividade geral da sociedade humana, no Estado, os socialistas esqueceram-se que a sua posição devia ser essencialmente crítica, de antítese. Deixaram-se absorver pela realidade, não a dominaram.

Os comunistas marxistas devem caracterizar-se por uma psicologia a que podemos chamar «maiêutica». A sua função não é de abandono do curso dos

acontecimentos determinados pelas leis da concorrência burguesa mas de expectativa crítica. A história é um contínuo evoluir, é portanto essencialmente imprevisível. Mas isto não significa que «tudo» seja imprevisível no processo da história, isto é, que a história seja domínio do arbítrio e do capricho irresponsável. A história é, em conjunto, liberdade e necessidade. As instituições, em cujo desenvolvimento e em cuja actividade a história se incarna, apareceram e mantêm-se porque têm uma função e uma missão a realizar. Apareceram e desenvolveram-se determinadas condições objectivas de produção dos bens materiais e de consciência espiritual dos homens. Se mudarem estas condições objectivas, que pela sua natureza mecânica são comensuráveis quase matematicamente, muda também o conjunto de relações que regulam e informam a sociedade humana, muda o grau de consciência dos homens; transforma-se a configuração social, empobrecem-se as instituições tradicionais, não são adequadas à sua função, tornam-se embaraçantes e mortais. Se no evoluir da história a inteligência fosse incapaz de colher um ritmo, de estabelecer um processo, a vida da civilização seria impossível. O génio político reconhece-se, de facto, por esta capacidade de apoderar-se do maior número possível de termos concretos necessários e suficientes para fixar um processo de desenvolvimento e, portanto, pela capacidade de antecipar o futuro próximo e remoto, para assentar na linha desta intuição a actividade dum Estado, arriscando a sorte dum povo. Neste sentido, Karl Marx foi de longe o maior dos génios políticos contemporâneos.

Os socialistas aceitaram, muitas vezes supinamente, a realidade histórica, produto da iniciativa capitalista; caíram no erro da psicologia dos economistas liberais, acreditando na perenidade das instituições do Estado democrático, na sua fundamental perfeição. Segundo eles, a forma das instituições democráticas pode ser corrigida, retocada aqui e ali, mas deve ser respeitada fundamentalmente. Um exemplo desta psicologia estritamente vaidosa é dado pelo juízo de Filippo Turati, segundo o qual o Parlamento está para o Soviete como a cidade para a horda bárbara.

Desta errada concepção do evoluir, da velha prática do compromisso e da táctica «cretinamente» parlamentar, nasce a fórmula moderna da «conquista do Estado».

Estamos persuadidos, depois das experiências revolucionárias da Rússia, da Hungria e da Alemanha, que o Estado socialista não pode incarnar-se nas instituições do Estado capitalista, mas é uma criação fundamentalmente nova em relação a estas, se o não é em relação à história do proletariado. As instituições do Estado capitalista são organizadas com o fim da livre concorrência; não basta mudar o pessoal para endereçar noutro sentido a sua actividade. O Estado socialista não é ainda o comunismo, isto é, a instauração de uma prática e de um costume económico de solidariedade, mas é o Estado de transição que tem a função de suprimir a concorrência com a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais. Esta função não pode ser actuada pela democracia parlamentar. A fórmula «conquista do Estado» deve ser entendida neste sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, em substituição do Estado democrático-parlamentar.

E aqui voltamos ao ponto de partida. Dissemos que as instituições do movimento socialista e proletário do período precendente ao actual não se desenvolveram autonomamente, mas como resultado da configuração geral da sociedade humana dominada pelas leis soberanas do capitalismo. A guerra virou a situação estratégica da luta de classes. Os capitalistas perderam a primazia; a sua liberdade limitou-se; o seu poder foi anulado. A concentração capitalista alcançou o máximo desenvolvimento consentido, realizando o monopólio mundial da produção e venda. A correspondente concentração das massas trabalhadoras deu um poder inaudito à classe proletária revolucionária.

As instituições tradicionais do movimento tornaram-se incapazes de conter tanta actividade de vida revolucionária. A sua própria forma é inadequada à disciplina das forças inseridas no processo histórico consciente. Estas não estão mortas. Nascidas em função da livre concorrência, devem continuar a subsistir até à supres-

são de todos os resíduos da concorrência, até à completa supressão das classes e dos partidos, até à fusão das ditaduras proletárias nacionais na Internacional Comunista. Mas ao lado destas devem surgir e desenvolver-se instituições de tipo novo, de tipo estatal, que substituirão as instituições privadas e públicas do Estado democrático-parlamentar, instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial e realizem a autonomia do produtor na fábrica; instituições capazes de assumir o poder directivo de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações de produção e venda que ligam as secções de uma fábrica entre si (constituindo a unidade económica elementar), que ligam as várias actividades da indústria agrícola e que, através de planos horizontais e verticais, devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberto da tirania estorvadora e parasitária dos proprietários privados.

Nunca o impulso e o entusiasmo revolucionários tinham sido mais sentidos pelo proletariado da Europa ocidental. Mas parece-nos que a consciência lúcida e exacta da finalidade não acompanhada pela consciência igualmente lúcida e exacta dos meios idóneos, no momento actual, para alcançar aquela finalidade. Radicou-se nas massas a convicção de que o Estado proletário é incarnado por um sistema de conselhos de operários, camponeses e soldados. Não se formou ainda uma concepção táctica que assegure objectivamente a criação deste Estado. Por isso é necessário criar, a partir deste momento, uma rede de instituições proletárias, radicadas na consciência das grandes massas, seguras da disciplina e da fidelidade permanentes das grandes massas, pelas quais a classe dos operários e dos camponeses, na sua totalidade, assuma uma forma rica de dinamismo e de possibilidade de desenvolvimento. É certo que se se verificasse hoje, nas condições actuais de organização proletária, um movimento de massas com carácter revolucionário, os resultados consolidar-se-iam numa pura correcção formal do Estado democrático, resolver-se-iam num aumento de poder da câmara dos deputados (através duma assembleia constituinte) e na chegada ao poder dos socialistas trapalhões anticomunistas. A ex-

periência alemã e austríaca deve ensinar alguma coisa. As forças do Estado democrático e da classe capitalista são ainda imensas; não é necessário dissimular que o capitalismo se rege especialmente por obra dos seus delactores e dos seus lacaios e a semente de tal raça não desapareceu decerto.

A criação do Estado proletário não é, em suma, um acto taumatúrgico, é um modo de fazer, um processo de desenvolvimento. Pressupõe um trabalho preparatório de sistematização e de propaganda. É preciso dar maior desenvolvimento e maiores poderes às instituições proletárias de fábrica já existentes, fazer surgir outras semelhantes nas aldeias, conseguir que os homens que as compõem sejam comunistas conscientes da missão revolucionária que a instituição deve cumprir. Caso contrário, todo o nosso entusiasmo, toda a fé das massas trabalhadoras não conseguirá impedir que a revolução se transforme miseravelmente num novo Parlamento de aldrabões, de petulantes e irresponsáveis, obrigando a novos e mais difíceis sacrifícios para o advento do Estado dos proletários.